presença da paraíba no brasil

VOLUME II

abelardo jurema

JOÃO FLORENTINO MEIRA DE VASCONCELOS

"Vasconcelos, João Meira de Vasconcelos
Paraíba (?) – Guanabara, 10.03.1892
Magistrado

CARGOS ELETIVOS:
22.05.1867 a 20.07.1868 – Deputado 13ª Leg. 1º Dist. PB
15.12.1878 a 13.11.1879 – Deputado 17ª Leg. PB
14.10.1880 a 15.11.1889 – Senador PB

CARGOS NO EXECUTIVO:
05.05.1881 a 30.03.1882 – Presidente da Província MG
03.07.1882 a 23.05.1883 – Ministro 30º Gab. II Império Marinha
06.05.1885 a 19.08.1885 – Ministro 33º Gab. II Império

(Do livro "Parlamentares do Império – Vol. 1º de Octaciano Nogueira e João
EDIÇÃO DO Senado Federal – 1973)

O que faltou em "Parlamentares do Império", completa Liberato Bittencourt, em "Paraibanos Ilustres", informando que nasceu João Florentino Meira de Vasconcelos em 1823, no município de Pilar. Vila, aliás, que deu grandes valores à Paraíba e ao Brasil. Vila que mereceu a visita de D. Pedro II. Vila que guarda, em seu solo, corpos de heróis. Vila que me é grata e querida porque terra do meu pai, Geminiano Jurema Filho e do meu avô, citado por José Lins do Rego como ,"velho danado, cego, casou com 50 anos e deu dois bacharéis ao Pilar"...

E continua Liberato Bittencourt com suas precisas informações:

"Formando-se em Direito no Recife, em 1861, abraçou a Magistratura, foi Promotor Público daquele município, Deputado Provincial de 1864 a 1867, Juiz de Direito no Ceará em 1869 e Chefe do Partido Liberal cearense. Foi

Deputado Geral duas vezes, Senador do Império em 1875, Presidente de Minas Gerais e Ministro da Marinha e do Império. Depois da proclamação da República, recolheu-se à vida privada. Orador notável e político superior, escreveu os seguintes livros: "A Qualificação dos Votantes", na Capital do Pará, "Esclarecimentos", sobre a eleição de Senador, "Discursos", no Senado, sobre o Ministério da Marinha,e diversos relatórios. Era cavaleiro da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo e membro do Conselho do Imperador".

Diz tudo esta síntese de uma vida. Caminhou com a independência, viveu a sua primeira fase toda com dois imperadores, servindo diretamente ao último e morrendo nos começos da República. Até parece que nascera só para servir ao Império. A sua estrela traçou rumo largo: da Promotoria Pública do Pilar a Ministro do Império.

Para fazer esta trajectória, só tendo valor. Os bons fados ajudam, mas é preciso que se tenha qualidades para aproveitá-los.

Ainda há a considerar que Ministros de Estado, Presidentes de Província Deputados Federais e Senadores da República, sucedem-se na rotina da vida nacional como partes integrantes do sistema político. Na verdade, entretanto, a rotina se rompe quando de Estado pequeno, como no caso a Paraíba, espontam nomes nacionais e que ocupam registro destacado nas enciclopédias, nos dicionários bibliográficos brasileiros e nos compêndios da história.

João Florentino Meira de Vasconcelos é assinalado com destaque por Sacramento Black, em seu "Dicionário Bibliográfico Brasileiro", não só como jornalistas, mas também de cultura jurídica e competência administrativa comprovadas. A sua passagem no Ministério da Marinha é marcada ainda com pronunciamentos no Senado, cujos discursos são citados por todas estas fontes bibliográficas. Na realidade, João Florentino Meira de Vasconcelos não era só Ministro de gabinete, comparecia ao Senado para defender os problemas de sua pasta, esclarecer à Nação quanto aos gastos com a formação da esquadra, dando conta de tudo com riqueza de detalhes. Preocupava-se com o futuro de nossa Armada mas uma preocupação maior o dominava que era a de formar clima propício na opinião pública, pela ampliação de nossa Marinha de Guerra. A sua voz era uma constante, no Senado da República, em longas falas, entremeadas de apartes, na defesa do seu Ministério, pela construção de novas unidades navais, pela melhoria do seu pessoal, de sua tropa e alto grau técnico de sua oficialidade.

Aliás, é de registrar-se aqui a colaboração que obtive do Ministério da Marinha, através do seu Serviço de Documentação Geral, cujo diretor, Almirante Levy Paiva Meira, atendendo solicitação que lhe dirigi, não só forneceu amplo material, como salientou que "realmente, ambos (João Florentino Meira de Vasconcelos e Francisco de Paula da Silveira Lobo) foram eminentes homens públicos".

Este material é tão completo que dispensa interpretação. Basta a sua publicação. E antes de fazê-lo, quero consignar a importância que o Serviço de Documentação do Ministério da Marinha dedica aos seus titulares, o que não

sei acontecer com outros Ministérios, principalmente os civis.

Assim, de João Florentino Meira de Vasconcelos, estão nos arquivos do Ministério da Marinha, estas indicações, por sinal, completas:

"LXXXVII

DR. JOÃO FLORENTINO MEIRA DE VASCONCELOS

Aos 3 de julho de 1882 assumia o alto cargo de Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha este distinto Parlamentar natural de Paraíba do Norte. Fazia parte do 30º Gabinete ministerial do segundo reinado, organizado na data referida pelo Visconde, depois 2º Marquês, de Paranaguá.

O titular da pasta naval nascera no ano de 1823, quando o Brasil se emancipava, em risonha vila do Pilar, situada à margem esquerda do rio que lhe dá o nome, na comarca do Brejo d'Areia, doze léguas, pouco mais ou menos, ao sudoeste da capital da província. Não logrei saber o nome de seus progenitores.

Os Meira de Vasconcelos – segundo as crônicas de família – descendem de nobres e avita estirpe cujo solar tinha raízes na cidade de Guimarães, conselho de Braga, no velho Portugal.

Com o ríspido Mestre-escola do céspede natal aprendeu ele as primeiras letras e as quatro operações fundamentais, indo completar o curso de humanidades na cidade de Paraíba. Demonstrou sempre clara inteligência e decidida inclinação para os estudos. Seduzido pelas ciências jurídico-sociais, seguiu, então, para a cidade do Recife em cuja Faculdade de Direito se bacharelou no ano de 1861.

Era, então, um moço de regular estatura e de robusta compleição – diz-nos o ilustre General Liberato Bittencourt, em "Homens do Brasil", Vol II – "Paraibanos Ilustres"

De regresso à Paraíba, munido do seu pergaminho, abraçou logo a magistratura, sendo nomeado promotor público da Comarca do Pilar. Demonstrou, as primeiras armas na carreira abraçada, brilhantes qualidades oratórias e tribunícias.

A política, seria irresistível ao brasileiro, como é de ver, atraiu-o logo; filiou-se, pois, ao partido liberal. Não demorou muito em ver seu nome sufragado nas urnas do 1º distrito eleitoral da província para deputado à Assembléia daquela circunscrição política do Império. E assim, nessa posição de destaque, dedicando-se sempre ao progresso e engrandecimento do seu berço, conservou-se o Dr. Florentino durante os anos de 1864 a 1867.

Sua terra natal elegeu-o Deputado geral, pelo 1º distrito, na décima-terceira legislatura (1867-70). Em 1869 foi nomeado Juiz de Direito para a província do Ceará onde, pelas suas qualidades morais e intelectuais, granjeou a estima e a simpatia da população e largo prestígio nos círculos políticos e na alta administração, alcançando dessa maneira ser elevado a chefia do partido liberal ali. Reeleito Deputado geral à 17ª legislatura (1878–81), não chegou a

completá-la, pois pela carta imperial de 17 de abril de 1880 era distinguido pela coroa com a escolha e nomeação de Senador pela Paraíba do Norte.

No ano seguinte foi nomeado presidente da província de Minas Gerais, em cujo cargo se manteve de 26 de fevereiro de 1881 a 31 de março do ano seguinte. A 7 de abril de 81 apresentou o "Relatório" à Assembléia provincial, na 2ª sessão ordinária da 23ª legislatura, que foi publicado posteriormente. A 18 de janeiro de 1882 recebeu a carta de conselho.

Não foi o Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, manda a verdade que se diga, dos apagados titulares que passaram displicentemente pela pasta da aprendizagem para fazerem jus, apenas, aos mais altos da administração pública quase sempre empurrados pelos padrinhos imprudentes ou complacentes.

Muito ao contrário, pois deixou de sua passagem pela secretaria de Marinha um traço bem pronunciado de alto tino administrativo e de patriótico interesse pelo nosso progresso naval. Antes de tudo soube escolher seus diretores auxiliares, cercando-se de um grupo de oficiais de reconhecido valor.

O Dr. Meira de Vasconcelos, como titular da pasta da Marinha, apresentou à Assembléia geral, a 1º de maio de 1883, o "Relatório" dos serviços executados no departamento que superintendia. Façamos no referido documento e na legislação do tempo ligeira respiga, procurando focalizar os principais atos de sua progressista administração. Entre as medidas de maior alcance apontaremos: a criação de um Corpo de foguistas para a Armada; a fixação do número de operários e da mestrança dos nossos Arsenais e a melhoria de seus vencimentos; o restabelecimento do pessoal artístico do arsenal do Pará; novas instruções para o alistamento e engajamento de praças; a organização definitiva da Escola prática de artilharia a bordo da fragata Amazonas, de conformidade com os progressos da arma; os programas para o consumo de professor da mesma escola e escola prática de torpedos; aumento dos vencimentos da Praticagem da barra do Rio Grande do Sul; alteração dos serviços de reboques da barra de Sergipe; fixação do número dos faroleiros e dos respectivos vencimentos e elevação do efetivo do batalhão naval para 600 praças; a modificação na lei de promoções dos oficiais d'Armada e dos postos de Oficiais generais; regulamentação da distribuição dos uniformes aos aprendizes marinheiros; regulamentação dos casos de castigos e graus de punição na aplicação dos castigos corporais; mandou observar o regulamento internacional de sinais e as regras para prevenir os abalroamentos no mar, etc.

O ilustre titular não descurou da movimentação da esquadra e do treinamento das suas guarnições. Assim é que, sob as vistas do chefe do Quartel General, Almirante Eliziario Barbosa, foram organizadas, durante sua gestão, três divisões de evoluções. A primeira, sob a chefia do provecto Contra-Almirante Joaquim Francisco de Abreu, constituídas dos cruzadores-mixtos Vital de Oliveira que, sob o competente comando do Capitão de Fragata Júlio C. de Noronha acabava de chegar de longa e brilhante viagem de circumnavegação; da Niterói, Guanabara e 1º de Março, passou em cruzeiro e

exercícios, durante três meses nos mares do Sul. Uma outra foi aparelhada sob o comando do experiente Almirante J. Mendes Salgado, barão de Corumbá, constituída da Niterói, Guanabara, Trajano e 1º de Março; perlustrou os mares do norte até o Pará. Uma outra foi constituída com o Almirante Barroso, Vital de Oliveira e Parnaíba com o mesmo fim. A famosa corveta Bahiana realizou um cruzeiro até o norte, e o brigue-escuna Tonelero até Santa Catarina, instruindo Guardas-marinha, Aspirantes e marinhagem. O cruzador Parnaíba, sob o comando de Saldanha da Gama, foi a Buenos Aires representar o Brasil na primeira Exposição continental em agosto e setembro de 1882; e de volta, sob o mesmo comando, partiu para Punta-Arenas, levando uma das Comissões encarregadas de observar a passagem de Venus pelo disco solar. Compunha-se esta comissão das seguintes pessoas; Dr. Luiz Cruls, chefe do Observatório astronômico do Rio de Janeiro, dos 2ºs Tenentes Ernesto Midosi e Carlos Midosi, naturalista G. Rumbelsperger, auxiliar E. Rumbelsperger, mecânico F. Moreira de Assis. Eram oficiais da corveta o Cap. de Fragata L. F. de Saldanha da Gama, 1º Tenente Arthur de Serra Pinto, imediato, 2ºs Tenentes João de Lima Franco, Estevam Adelino Martins e João da Silva Retumba; médico, Dr. Joaquim Dias Laranjeiras; Oficial da fazenda Telasco José Fernandes, e 1º maquinista Manuel Severino. "Um excelente trabalho publicado na Revista Marítima Brasileira", (hoje em 2ª edição), pelo ilustrado comandante sob o título modesto de"Notas de Viagem", descreve detalhes e magistralmente a viagem feita pela Parnaíba – diz-nos Garcez Palha.

O nosso material flutuante de então constava de 4 couraçados, 7 cruzadores, canhoneiras, 2 transportes, 1 fragata-escola (a Amazonas, de reputação histórica na Marinha nacional), 9 avisos, 11 lanchas, 5 lanchas-tropedeiras, 2 rebocadores e 2 brigues. O material em serviço deslocava 26.070 toneladas com a força nominal em cavalos-vapor de 26.140, armados com 18 canhões e guarnecido por 215 oficiais e 1.966 praças. O Dr. João Florentino mandou alienar várias unidades antigas e obsoletas, determinando a construção de novos navios e incentivando o trabalho de outros, que se encontravam nos estaleiros do Governo e particulares.

Durante sua gestão prosseguiram a construção do couraçado Riachuelo, na Europa, do cruzador Imperial-Marinheiro, no estaleiro particular da Ponta da Areia; terminou-se a construção dos cruzadores 1º de Março e Almirante Barroso; lançou-se ao mar, da ilha das Cobras, a canhoneira Iniciadora e foram batidas as quilhas das embarcações do mesmo tipo Cabedelo e Camocim e de um patacho. Instalaram-se no Arsenal três novas carreiras onde foram assentadas as quilhas das canhoneiras Marajó, da classe E, e Cananéa e Carioca, da Classe F, cujas máquinas também foram atacadas nas oficinas do mesmo estabelecimento. Mandou construir o cruzador Tamandaré sob os planos do distinto engenheiro naval Capitão-Tenente João Cândido Brasil, uma das vítimas da explosão do Aquidaban. Concluiu-se o rebocador Antonio Joaquim que devia substituir o Marcílio Dias no serviço da barra do Rio Grande do Sul.

Na ilha de Macanguê foram construídas mortonas para receber quatro torpedeiras; e o dique Santa Cruz foi dotado de uma nova porta. No Arsenal da Bahia foi incentivada a construção da canhoneira Guarani; e no Recife a construção de um patacho.

Mostrava o ilustre ministro a necessidade que tínhamos de manter algumas oficinas navais em diversos pontos do nosso estirado litoral e das nossas extensas fronteiras fluviais. "Precisamos, escrevia ele, de Arsenais capazes de produzir os instrumentos de guerra naval – os navios; bem assim portos para armar e reparar a esquadra. Mas, para que trabalhos de tamanha importância não sejam interrompidos, em qualquer eventualidade, é indispensável que esses estabelecimentos estejam situados ao abrigo de defesa eficaz contra os ataques e hostilidades do inimigo. Removê-los para pontos mais seguros é, portanto, medida indispensável".

A começar pelo Arsenal do Rio de Janeiro; se achava que não podia continuar no local em que se encontrava, e, de acordo com a opinião do seu diretor (o Chefe de Divisão Silveira da Motta, Barão de Jaceguai), o local preferido seria a ilha do Boqueirão, ligada por uma ponte à parte norte da ilha do Governador.

Era também de opinião que deviamos incrementar a construção naval no país, auxiliando para isso as empresas particulares.

Logo que assumiu a pasta, a Escola Naval estava instalada, com o caráter provisório, em um dos prédios do atual Arsenal de Marinha. Tendo sido adquirida a ilha dos Enxadas, seus edifícios foram convenientemente aproveitados e para lá mandou o ministro remover o referido estabelecimento. Deu novo regulamento ao Colégio Naval e novo programa para os exames de admissão ao dito Colégio. No edifício desocupado pela Escola Naval, mandou reunir todas as aulas de ensino teórico-prático no Arsenal de Marinha.

Em dezembro de 1882, o Dr. João Florentino decidiu tornar em realidade o Museu de Marinha, criado por um decreto de março de 1868. Para isso nomeou o Chefe de Esquadra Jaceguai para organizá-lo e para auxiliá-lo foi designado o 1º Tenente Garcez Palha, bibliotecário da Marinha. Grandes esforços desenvolveram os dois distintos oficiais para reunir grande número de objetos históricos em três salões do Arsenal de Marinha.

Eis aqui, em traços gerais, os serviços prestados pelo ilustre brasileiro em sua rápida mas profícua e patriótica passagem pela alta administração da nossa Marinha de Guerra."

O Dr. Meira de Vasconcelos teve como substituto na pasta naval o Deputado Antonio de Almeida Oliveira. Afastado do poder, voltou à sua cadeira senatorial. Em a 33ª organização ministerial, que teve como presidente do conselho o Dr. José Antonio Saraiva, apresentada a 6 de maio de 1885, aparece de nòvo o Dr. João Florentino, sobraçando desta vez a pasta do Império. Conservou-se no Governo até 20 de agosto do mesmo ano, quando voltaram ao poder os conservadores sob a chefia do Barão de Cotegipe.

Homem de inteligência e de ação , um dos melhores serviços prestados pelo nosso biografado nessa administração foi a reforma da Escola de Minas de Ouro Preto, levada a efeito pelo decreto n. 9.448, de 27 de junho do ano acima.

Em 15 de junho de 1889, na situação liberal presidida pelo gabinete de 7 do dito mês, foi o Dr. João Florentino nomeado presidente da Província do Pará, cargo que não chegou a exercer em conseqüência da mudança de regime.

A República veio encontrá-lo com assento no Senado, onde tinha como colega na representação paraibana o Barão de Mamanguape.

Em face da nova situação política, recolheu-se dignamente à vida privada o ilustre brasileiro. Aposentou-se, então, como Juiz de Direito. Culto e trabalhador, dedicou-se, no fim da vida, à advocacia no foro da capital do país, onde sempre gozou do maior conceito, sendo muito respeitado e benquisto. Era cavaleiro das ordens honoríficas da Rosa e de Cristo e membro do Conselho do Imperador.

O Dr. João Florentino foi casado duas vezes. Do primeiro consórcio, com D. Maria Augusta de Paiva, houve os seguintes filhos, hoje todos falecidos: Farmacêutico João Florentino M. de Vasconcelos Júnior, doutor em Medicina; Sérgio de Paiva Meira, Almirante Gentil de Paiva Meira, D. Maria (Sinhá) Meira de Castro, casada com o General Raymundo de Castro, D. Emilia de Paiva Meira, professora em Campinas e diretora do colégio "Progresso Campineiro", e D. Sarah de Paiva Meira.

Do segundo casamento teve o Dr. João Florentino, ao que sabemos, um único filho, o médico oculista Dr. José Florentino Meira de Vasconcelos.

Dois netos do ilustre parlamentar figuram nos atuais quadros da Armada: o Capitão-Tenente aviador José Augusto de Paiva Meira, hoje reformado, e o Capitão-Tenente Levy Araújo de Paiva Meira.

No Exército e na Magistratura próximos parentes do ilustre titular, figuram com notável destaque.

Deixou publicados o Dr. Florentino além dos "Relatórios" de suas administrações, os seguintes trabalhos: "A qualificação dos votantes na capital do Pará", coleção de artigos com que pulverisou, escreve Sacramento Black, as falsidades contidas no discurso proferido pelo Rev. Cônego Manoel José de Siqueira Mendes na Câmara temporária, na sessão de 11 de outubro de 1877 – Pará, 1878, 115 págs. in 4º; Esclarecimento sobre a eleição de Senador pela província da Paraíba (artigos do "Jornal do Comércio", 1880); "Discursos" (quatro– no Senado sobre o Ministério da Marinha, na 3ª sessão da 18ª legislatura – Rio de Janeiro, 1883).

Aos 9 de março (a 10, diz o General Liberato Bittencourt) de 1892 deixou de existir o ilustrado paraibano, sendo sepultado no dia seguinte, pela manhã, na cidade do Rio de Janeiro.

JOÃO FLORENTINO NO SENADO FEDERAL

Evidente que a atuação do Ministro João Florentino Meira de Vasconcelos completa-se com os seus discursos no Senado Federal. Atuação assinalada pelos registros históricos.

Da Marinha, recebendo estes documentos, incorporo-os a este livro, não só por sua verdade histórica,como porque são estas manifestações que falam, em tom maior, da presença do paraibano nos Conselhos do Império e de sua capacidade de participar, no Parlamento, das discussões de interesse nacional. Quando, hoje, constitui assunto de debates, a presença de um Ministro no Parlamento, Meira Vasconcelos não regateava a oportunidade de assumir à tribuna do Senado. Comparecia, explicava, aceitava a tertúlia, traçava a imagem da Marinha e firmava propósitos no sentido de sua expansão.

Dada a importância desses pronunciamentos, estão estes discursos aqui transcritos, sobretudo para que se possa ter uma idéia deste paraibano que, no exercício de suas funções de Ministro de Estado, comparecia à mais Alta Câmara do País, para expor problemas e criar opinião, tudo no sentido do melhor êxito de uma atuação em favor de uma Marinha atualizada, poderosa e eficaz.

Aqui estão os discursos de Meira Vasconcelos, no Senado Federal:

ANNAES DO SENADO
DO
IMPERIO DO BRAZIL

3ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA
JUNHO DE 1883

VOLUME II

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA NACIONAL

1883

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Sr. Presidente, no requerimento que vai ser discutido, o nobre senador pelo Amazonas pergunta ao governo si é certo que mandara construir um novo encouraçado typo do Riachuelo, construção que lhe constou pelos jornaes, visto como efficialmente nada sabia.

Ao passo que S. Ex. pede esclarecimento a respeito, levanta censuras e lá vra um protesto contra a construcção desse navio, que julga desnecessário para a Marinha, manifestando-se em geral contra construção de encouraçados, e fazendo, a propósito, **allusão à construcção do Independencia, manda-**

do fazer pelo governo brazileiro em annos atrazados, e que hoje pertence à Marinha ingleza, sob o nome de Neptuno.

As informações pedidas pelo nobre senador deviam ser dadas pelo governo; mas a construcção do encouraçado, de que se trata, foi autorizada pelo gabinete de 3 de Julho, que há pouco deixou o poder, e, portanto, ao ministro da Marinha desse gabinete incumbido principalmente dar esses esclarecimentos, visto como é sobre esse gabinete que recahe a responsabilidade do acto. Esta circunstância, pois, explica minha presença na tribuna.

É certo, Sr. presidente, que eu, na qualidade de ministro da Marinha daquelle gabinete, e de perfeito accordo com os meus collégas, autorizei a construcção de um encouraçado do typo do Riachuelo.

Não constava ainda officialmente ao pariamento esta construcção, porque não se havia offerecido occasião oportuna; era o relatório apresentado ao parlamento do documento official, em que podia e devia trazer ao conhecimento do senado a construcção desse encouraçado. Mas até à impressão e leitura do relatório, ainda não me constava que tivesse sido celebrado contrato para sua construcção, e portanto ainda não estava habilitado para as informações e esclarecimentos precisos e convenientes, com a exatidão devida. Somente depois da impressão e leitura do relatório, foi que recebi officio do general Costa Azevedo, que se acha encarregado de realizar essa construcção, em que me communicou haver effectuado o contrato com a firma Samud Brothers & Comp. É certo, pois, como vê o senado, que foi autorizada a construcção do encouraçado, mas é fácil também demonstrar que esta construcção está perfeitamente justificada, quer perante a lei, quer perante a necessidade e urgencia reclamada pelo serviço da Marinha brazileira.

A lei do orçamento do anno passado consignou um credito especcial, para a despeza com a renovação e reorganização do material flutuante da armada, e a despeza com a construçcção do encouraçado está exactamente comprehendida na forças deste credito, que ainda apresenta um saldo sufficiente para cobrir despezas não previstas no contrato.

Existe um plano para construcção de navios de guerra adoptado pelo governo. Desse plano teve conhecimento o senado na sessão do anno passado; esse plano foi organizado pelos profissionais mais habilitados; sobre elle pronunciaram-se os generaes mais destinctos e habilitados da Marinha. Foi ouvido o conselho naval que o confeccionou, e então faziam parte do conselho naval officiaes competentes para dar parecer a respeito; e foi ouvido também a secção de Marinha e guerra do conselho de estado, que manifestou-se francamente a favor, opinando para que fosse possível de maneira que, dentro de um prazo certo, fosse annualmente fazendo-se a despeza necessária para realização e execução desse plano.

Foi de accordo com esse plano adoptado para reorganização do material da armada, que se mandou construir esse encouraçado na Europa.

Si o acto do governo assim se justifica quanto à legalidade, não menos

fácil é justifical-o quanto à urgencia dessa machina de guerra para a Marinha brazileira. Si não, vejamos:

O senado recorda-se que, na sessão do anno passado, na discussão das forças de mar e na do orçamento da Marinha, todos os oradores, que tomaram parte no debate, manifestaram-se de uma maneira muito positiva e clara reclamando com urgencia a reorganização do material flutuante da armada, apressando-se a construcção de navios novos, de accordo com os melhoramentos ultimamente introduzidos na construcção naval, para substituir a outros que existam e que estavam arruinados e imprestáveis, o deviam ser condenados, como de facto foram.

Mas não reconheceu-se simplesmente a necessidade de novos navios, proclamou-se, ao mesmo tempo, que era urgente a construcção de mais um encouraçado. Quasi todos os oradores, que ocupavam a tribuna, nesta occasião, abundaram nesta opinião, e peço permissão ao senado para ler alguns trechos de discursos, então proferidos por alguns nobres senadores, cuja autoridade não pode ser contestada.

O nobre senador pela Bahia, o Sr. Conselheiro Saraiva, cuja autoridade todos reconhecem, exprimiu-se nestes termos (lendo):

"Apezar de ser homem de paz, nunca teve o orador outra opinião, senão a seguinte: não póde o paiz prescindir de uma esquadra modesta, como disse o nobre senador por Mato Grosso, porém, muito efficaz. (Apoiados.)

". . . nós precisamos já e já de manter uma esquadra, que não temos, e construir um, dous ou tres encouraçados, menores do que aquelle, que se está construindo, mas que tenham couraça capaz de affrontar artilharia forte. (Apoiados.)

"Para o orador a reorganização de nossa esquadra é uma necessidade indeclinavel e urgente. (Apoiados.)

O nobre senador de Mato Grosso, o Sr. almirante de Lamaro, cuja autoridade é igualmente reconhecida, principalmente em materia desta ordem, pronunciou-se da mesma forma.

Eis como se exprimiu o ilustre almirante em um importante discurso, que aqui proferiu:

". . . É meu parecer que, além do encouraçado Riachuelo, que se acha em construcção, devemos promover a prompta construção de um outro de menor porte e de menos calado. . ."

Sr. Presidente, essa era a opinião de todos, pelo menos ninguém a contestou, nem aqui nem na outra casa do Parlamento.

E, senhores, não era preciso que fosse assim manifestado o juízo do Parlamento, para ser contemplado mais um encouraçado nas novas construcções de navios de guerra, isso é intuitivo. Nenhum governo, nenhum ministro da Marinha, verdadeiramente compenetrado da alta missão de curar da reorganização do material da armada, deixaria de reconhecer a necessidade da construcção de um encouraçado.

Actualmente a armada não possue um encouraçado, e o Riachuelo, pelas suas dimensões e calado, reclama a presença de outros de menor calado e tamanho. Todos os paízes que possuem uma armada regularmente constituida, não dispensam os encouraçados. O encouraçado é um navio de grande importancia, e indispensável em qualquer emergencia de defesa nacional: não era possível que o ministro esquecesse uma machina de guerra tão poderosa; seria imprudente e digno de censura e ministro que a esquecesse. Felizmente não incorri nessa censura, quero antes ser censurado, porque acautelei no futuro os legítimos interesses da defesa nacional. O encouraçado é indispensável para a defesa ou para ataque em qualquer eventualidade.

O ministro que mandasse uma esquadra sem encouraçados aceitar combate com outra que estivesse preparada com encouraçados, praticaria um erro fatal, commetteria um crime de lesanação, e por consequencia não me era licito deixar de dotar o paiz com um encouraçado com o qual a armada brazileira ainda ficará sendo modestamente poderosa, tanto quanto é possível e necessário.

É certo que, no meio deste acordo geral, em favor da construcção do encouraçado, destaca-se o nobre senador que, na sessão passada, e ainda hoje, pronuncia-se contra semelhante construcção, censurando o ministro por haver mandado construir mais um.

Mas, Sr. Presidente, S. Ex. está isolado: foi batido e vencido, batido na tribuna e vencido pelo voto quasi unanime do senado, e portanto não tem mais direito de censurar o ministro que cumpriu a lei, prestando homenagem ao voto do parlamento.

Nem ao menos, Sr. Presidente, o nobre senador poderá dizer que o ministro, assim procedendo, sacrificou com a construcção de um encouraçado e de outros navios mais baratos e igualmente importantes.

Nem ao menos, póde-se levantar censura ao governo, porque, mandando construir um encouraçado, que demanda grandes despezas, prejudicou a construcção de outros navios de guerra, igualmente importantes, igualmente necessários para o material flutuante da armada. Não; o ministro não esqueceu as outras construcções.

É assim que, ao passo que mandava construir um encouraçado na Europa, mandou também no arsenal da corte começar a construcção de seis canhoneiras, mencionadas no plano a que me referi, duas da classe E, e quatro da classe F; canhoneiras apropriadas algumas para o serviço naval em Mato Grosso e no Alto Uruguay.

Mandou construir mais um encouraçado na Europa e deve chegar brevemente ao paiz. Mandou também construir duas canhoneiras de typo especial, de preço minimo e pequeno calado, para poderem navegar francamente nas águas do Alto Uruguay; dessas seis canhoneiras lançou-se ao mar a Iniciadora que foi construida no arsenal. Está também sendo construida na industria particular a Imperial Marinheiro, assim como está sendo concluído na ilha das Cobras um patacho para instrucção da companhia de aprendizes marinhei-

ros. Promptificou-se o Almirante Barroso, faltando somente receber artilharia.

Fez-se também acquisição de navios auxiliares.

Além destas construções de navios novos, procedeu-se a trabalhos de reconstrução e promptificação de outros, como o cruzador Primeiro de Março, a Guanabara, a Nictheroy e a Trajano que ficaram promptas, e têm prestado serviços; fabricaram-se e estão sendo fabricadas lanchas e pequenos vapores para o serviço do arsenal e capitania do porto, sendo alguns do porto e barra do Rio Grande do Sul, inclusive uma lancha da capitania do Espírito Santo.

Diversos reparos e pequenas construcções foram feitos pela indústria particular, onde foi concertado o Purús, e está sendo o Madeira.

Não se limitou este grande movimento ao arsenal da corte. Os arsenaes da Bahia, de Pernambuco e do Pará acham-se em actividade e em movimento. Na Bahia além das lanchas a vapor Bomfim e Riachuelo, que passaram por um fabrico radical, está sendo construida a Guarany, e está autorizada a construcção de um patacho para a companhia de aprendizes marinheiros. Além dessas obras fizeram-se alguns reparos e concertos em navios da armada. No arsenal de Pernambuco estão em andamento diversas construcções, sendo a mais importante um navio para a campanhia de aprendizes marinheiros.

No Pará está sendo construida a barcapharol, uma lancha a vapor do arsenal e uma embarcação do porto do Maranhão.

Finalmente mandei preparar planos e orçamentos para duas canhoneiras das especificadas no plano, e pretendia mandal-as construir na indústria particular por conta da verba Material de construcção naval do exercicio futuro.

Já vê, pois, o illustre senador que o ministro mandando construir um encouraçado do typo do Riachuelo, não se descuidou de outras construções, igualmente necessárias; e garanto que procedeu com a precisa prudencia na applicação dos creditos destinados a taes despezas.

As despezas com essas construcções estão dentro das forças das verbas respectivas, das quaes ainda existe saldo liquido das despezas não só effectuadas, mas também autorizadas, de maneira que não há perigo, que sejam excedidas.

É assim que no credito de 6.000:000$ existe o saldo liquido de 981:324$000.

No credito de 1.300:000$ relativo à verba – Material de construcção naval –, existe um saldo de 178:220$ e no credito de 5.000:000$, a respeito do qual o nobre senador pediu informações, existe um saldo de 444:875$. Esses saldos, como disse, são liquidos de todas as despezas realizadas e autorizadas.

Entretanto o nobre senador encontrou motivo de censura, porque o arsenal e a capitania de porto não possuiam rebocadores para socorrer os naufragos do patacho Mont'Serrat na noite e manhã de 27 do corrente.

O senado sabe que deu-se um sinistro deplorável em que as victimas não

poderam ser socorridas, mas não foi por que houvesse falta de rebocadores, porque além dos rebocadores particulares que correram ao logar do sinistro, o arsenal mandou o rebocador Agobar, a alfandega também mandou um rebocador, a capitania porém não pôde mandar porque o rebocador a serviço dessa repartição está em concerto; verificou-se, porém, que os rebocadores eram impotentes para prestar socorro e salvação, diversas vezes procuraram approximar-se, outas tantas recuaram mediante o risco de sossobrar; acredito que o nobre senador não quer fazer o ministro responsável por um sinistro, que não está no poder humano evitar.

Desse facto não pôde o nobre senador tirar argumento contra a construcção do encouraçado, não houve falta de rebocadores, houve falta de salva-vidas; si o arsenal possuisse um salva-vidas, talvez podesse prestar socorro efficaz naquella emergencia, a falta de salva-vidas já havia sido notada, e a respeito já anteriormente tinha sido providenciado.

O illustre general que tão dignamente occupa o logar de inspector do arsenal notou a falta de salva-vidas para os navios da armada, tanto para os novos, como os antigos, e está sendo construido um salva-vidas para o Almirante Barroso e outros serão construidos; não sei porém porque a construcção de salva-vidas, ou de rebocadores, como disse o nobre senador, possa implicar com a construcção de um encouraçado.

O governo foi previdente mandando construir encouraçados e salva-vidas; não póde por esse procedimento ser censurado, pelo contrário, merecia o ministro que cruzasse os braços deixando o dinheiro destinado para essas despezas nas arcas do thesouro sem a devida e necessária applicação, ou si lhe desse destino inverso.

O Sr. VISCONDE DE PARANAGUÁ: – apoiado.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – O nobre senador fez tambem allusão ao sinistro que soffreu o transporte Purús; é um facto tão simples e natural em navios que navegam, que não sei como possa merecer censura tão solenemente feita. O que aconteceu ao Purús está se dando todos os dias na Marinha Mercante e na Marinha de Guerra, a semelhantes sinistros, maiores e mais consideráveis do que o que se deu com o Purús; somente não está sujeito o navio que não navega.

O que se deu como o Purús, foi devido a uma falha circular, no intermédiario à manivela e EB.; o eixo partiu-se; nem ao menos a peça em que se deu o sinistro é peça nova que houvesse sido fabricada ultimamente no arsenal; a machina do Purús é ainda a mesma que recebeu quando foi construído e que tem servido até hoje.

O Purús já soffreu um grande reparo, mas foi no seu casco e nas caldeiras, que foram substituídas; a sua machina, porém, é a primitiva, desde que começou a navegar, sendo que a falha do eixo, que partiu, segundo a noticia que deu um official de bordo, não podia ser observada na inspecção prévia a que se costuma proceder. Não podia ser evitado o sinistro, nem foi devido a alguma outra causa censurável. E felizmente nenhuma consequência funesta sobreveiu, nem trouxe desembarque de passageiros para outro navio.

O vapor Alice approximou-se do Purús, porque notou que vinha desgovernado, e offereceu-lhe socorro e reboque; elle, porém, recusou e agradeceu, e navegou até ao porto do Espírito Santo; dahi telegraphou seu commandante, e o actual ministro da Marinha, meu digno sucessor, como medida de prudencia, mandou a corveta Parnahyba para acompanhar o vapor.

Sr. Presidente, não posso deixar de notar que fosse tão facilmente objecto de censura esse sinistro isolado e sem culpa, quando é certo que ultimamente os navios de guerra de nossa armada têm estado em constante movimento, têm feito repetidas viagens dentro e fora do paiz sem que tivesse occorrido outro sinistro além do que soffreu o Purús.

Não há um só navio que não tenha estado viajando, ou empregado em comissões especiaes, ou reunidos em viagens de evoluções; todos têm terminado suas commissões e viagens sem desastre algum. O próprio Purús fez uma longa viagem ao norte do paiz ao concluil-a, sobreveiu um pequeno sinistro por causa imprevista, e é isso motivo de censura!

Não há justiça nem procedencia em semelhante censura; salvo si o governo deve também responder pelo imprevisto.

Tendo demonstrado que a construcção do encouraçado do typo do Riachuelo foi feita de conformidade com a lei, e de accordo com as necessidades da armada, resta demonstrar que para esta construcção foram tomadas todas as cautelas e garantias que o caso reclamava.

V. II. 2

Mandei preparar primeiro na Europa pelo general Costa Azevedo, que tem desempenhado de maneira digna de louvores e elogios a incumbencia da construcção do Riachuelo; mandei preparar, digo, plano e orçamentos para a construcção desse novo encouraçado. O Sr. conselheiro Costa Azevedo remetteu estes planos e orçamentos. Mandei ouvir a respeito os profissionais do arsenal de Marinha, a cuja frente se acha um general tão distincto, como os mais distinctos, o Sr. Silveira de Mattos.

O inspector do arsenal com os constructores em conferencia, depois de longo estudo apreciando o plano remettido da Europa, apresentou parecer favorável, indicando apenas algumas pequenas modificações.

De acordo com esse parecer, remetti ao Sr. conselheiro Costa Azevedo os planos e orçamentos, autorizando a construcção do encouraçado, tendo em consideração as informações e parecer do arsenal. Essa construcção foi feita mediante concurrencia. Diversas propostas se apresentaram, e d'entre ellas foi aceita a que offericia melhores garantias, e condições mais favoráveis e vantajosas.

O preço do encouraçado é de $307.500, a sua entrega dentro do prazo de 25 mezes.

Como disse, foi feita a proposta para a construção, mediante concurrencia, e os motivos da preferencia são os seguintes: planos mais minuciosos e correctos, e detalhadas especificações; melhor garantia monetária, mais pratica de construcção dessa especie, e menor prazo para a entrega do navio, carvoeiras

comportando mais 200 toneladas de carvão, e de custeio menos dispendioso.

Nessas condições foi preferida a proposta dos Srs. Samud e Comp., não obstante ser superior em preço, na importancia de $ 1.500.

A propria firma, que foi preferida, declarou ao Sr. Costa Azevedo que, com muito boas razões, havia sido preferida a proposta dos Srs. Samud e Comp.,

Parece-me, pois, que tenho dado ao nobre senador as explicações necessárias e os esclarecimentos que pediu.

O Sr. VISCONDE DE PARANAGUÁ: – E muito bem.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Agora peço licença ao senado para fazer poucas observações, justificando-me de uma censura que me tem sido feita algures. Vem a proposito, porque trata-se da organização da armada. Refiro-me a um dos actos que pratiquei com o maior desvanecimento de que realmente prestava um bom serviço à Marinha brazileira; refiro-me à organização do pessoal da mesma Marinha.

O senado sabe o estado de decadencia em que estava o pessoal, relativo à tripolação de navios.

O batalhão naval estava a extinguir-se, a ter-se-ia extinguido, se eu não conseguisse o engajamento de novos soldados, porque as cento e poucas praças que existiam quando entrei para a administração da Marinha desappareceram com as baixas dadas em virtude de tempo finalisado, e pela incapacidade, etc. Consegui elevar o batalhão naval a 450 praças, e si não elevei a 600, segundo a lei de força, é porque o orçamento somente consignou verba para 450.

Completei também o corpo de imperiaes marinheiros; por essa forma entendi haver prestado algum serviço.

Tem-se dito porém que consegui esse resultado, mediante a compra de escravos. É falso; essa censura não me cabe e eu apresso-me a fazer essa declaração ao senado, para que não seja desvirtuado o meu procedimento, que, como verá o Senado, foi perfeitamente correcto.

Abri o alistamento por intermedio de engajadores e acquisição de voluntários, e consegui feliz resultado.

Entre os alistados apresentaram-se alguns libertos, que não podiam ser recusados, porque o liberto está em perfeitas condições de ser alistado.

É certo, nem eu preciso occultar ao senado, que entre esses vieram alguns que haviam obtido a sua liberdade em épocas muito proximas ao acto da praça, mas quando se apresentaram no quartel-general ou na capitania do porto, exhibiram a sua carta de liberdade, e ao governo nem nos seus agentes incumbia indagar si esta liberdade tinha sido obtida em época remota ou próxima.

Posso porém garantir que, nem o governo, nem seus agentes, promoveram a liberdade de um só desses individuos para lhes abrir praça.

Accresce mais que o número dos alistados nestas condicções é limitadíssimo, não passa de 20 a 30, quando muito.

E, senhores, o meu escrupulo chegou a tal ponto, que, perguntando-me o

pois que das sete pessoas da tripulação do patacho e tres passageiros, só se salvaram dous, pelos heroicos esforços dos habitantes da Praia de Fóra.

Ao que acaba de dizer o honroso senador pela Parahyba anteporei o seguinte, que na Câmara dos Deputados disse o Sr. Ministro da Marinha:

"A censura do nobre deputado pela Parahyba, com relação à falta de um reboque para acudir a um caso de naufragio, como o que se deu ha poucos dias neste porto, o orador responde que a capitania do porto, possue um rebocador novo e "que, si não prestou, infelizmente, os serviços que tão necessários se faziam naquella triste emergencia, foi e isto devido a uma circunstancia accidental: a ter-se quebrado ha poucos dias, o helice, que ainda não pode ser reparado."

Mas a questão não era rebocadores, porque já não se tratava da salvação do navio, mas de vidas, e para isto urgia que o arsenal de Marinha, ou a capitania do porto, dispuzesse de outros recursos que não de rebocadores, e da falta desses outros recursos é que eu me queixo.

São bem conhecidos os grandes serviços prestados na Inglaterra pela "Instituição nacional de salva-vidas", arrancando à morte milhares de victimas por meio dos seus life Boats e dos seus Rochets (foguetes salva-vidas). Não menos efficazes têm sido em tão dolorosos transes as life Rafts (jangadas salva-vidas), de invenção americana, das quaes uma das primeiras atravessou o oceano Atlantico, tripolada por tres homens apenas, e se apresentou, indo de New York, em uma das docas da Inglaterra em julho de 1867. Eu vi mais de uma vez essas jangadas a bordo dos paquetes americanos da linha Roach, em que viajava o norte. Ora, por que não tem feito o arsenal de marinha da corte acquisição de duas, ou de uma que fosse daquellas embarcações? e os foguetes de salvação, por que os não tem o arsenal de marinha? De preparal-os, e usar delles, poderia ter incumbido a qualquer dos nossos inteligentes officiaes, sem ir à Europa em comissão para estudal-os; bastando-lhe ter em mão o Officint Log Book (livro de derrotas) com os regulamentos mandados executar pelo almirante inglez e em que se acha claramente prescripto o modo de preparar e usar os Rochets, exhibindo até as respectivas estampas.

Não seria isso mais recional e proveitoso do que mandarmos construir encouraçados de quatro e cinco mil contos?

O Sr. DE LAMARE: – Entretanto a Inglaterra continua a contar com elles, como forte elemento naval.

O Sr. BARÃO DE MAMORÉ: – Poderá prestar para as grandes potencias maritimas na Europa, mas entre nós qual será o seu fim?

Temos dous encouraçados que em um conflicto que porventura possamos ter com as potencias da Europa, de nada nos servirão e para as nossas eternas questões com o Rio da Prata hão de ficar fóra, porque lá não podem entrar. Para que fim, pois, prestarão essas grandes machinas? Para fundar na enseada de S. Bento; e além dos milhares de contos gastos com a construcção de semelhantes machinas, ainda ha de haver uma constante despeza com o custeio

desses grandes navios que não é como a despeza do custeio de outro qualquer navio de guerra.

Por todas essas considerações tenho ousado levantar minha voz no senado contra a acquisição de semelhantes machinas de guerra, e não esperava que o nobre senador me julgasse tão leviano. . .

O Sr. MEIRA DE MAMORÉ: – . . . que viesse emittir a minha opinião sobre encouraçados; eu que a emitto é porque tenho boa base; e peço licença ao senado para mostrar a autoridade em que me baseio; não quero porém entrar agora nessa discussão.

O nobre senador disse que eu com uma leviandade. . .

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Não empreguei esse termo.

O Sr. BARÃO DE MAMORÉ: – Eu até escrevi isso aqui. O nobre senador disse: "O nobre senador pelo Amazonas foi facil em trazer ao Senado o sinistro do Purús". Não fui eu, foi o honrado senador pelo Paraná, mas eu as aceitei, o esposei e passo a justifical-o.

Senhores, si este sinistro do Purús fosse o unico que se houvesse dado em nossa Marinha, ou se reproduzisse em grandes distancias de tempo, era um sinistro que se dá em todas as esquadras, mas note o senado que não ha quasi navio nenhum nosso que saia em commissão em que não aconteça uma causa destas: é esta a questão.

Peço desculpa tambem de insistir nas informações officiaes, porque o nobre senador comprehende o alcance disso, porque quem tem de accusar como pretendo, precisa ter uma base official.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Está no seu direito.

O Sr. BARÃO DE MAMORÉ: – E bem póde acontecer que no intervallo das informações, possam chegar ao actual ministro informações que o nobre ex-ministro não chegaram, quando sahiu do ministério.

Deste modo ponho termo às minhas observações.

Não havendo mais quem pedisse a palavra, encerrou-se a discussão.

Posto a votos, foi approvado o requerimento.

EMPRESTIMO NA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL E OUTRAS DESPEZAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA

Seguiu em discussão o requerimento do Sr. Henrique d'Avila, pedindo informações sobre o saldo existente na verba – Obras públicas – attendidas as designações feitas pelo poder legislativo dentro do corrente exercício, sobre o saldo que se nota na mesma verba no orçamento de 1883 – 1884, depois de attendidas todas as designações do poder legislativo na verba do actual exercicio; si, com a organização dada ao serviço da illuminação publica ultimamente, foi excedida a verba respectiva; e finalmente si, por qualquer forma consta, na secretaria da agricultura, ter sido feito, por aquelle ministro por sua iniciativa, um emprestimo ao banco da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ou, pelo menos, que fosse projectado esse emprestimo.

O Sr. CORREIA: – O nobre autor do requerimento, fundamentando-o, mais uma vez pediu o seu exordio a observações referentes à minha pessoa. S. Ex. se tem occupado com a minha maneira de fallar, com os meus gestos, com a entonação de minha voz.

O nobre senador pelo Rio Grande do Sul é ainda jovem e de constituição athletica; promette ter, o que muito desejo que succeda, longa vida, e o tempo ha de convencel-o de que no Senado estas considerações não têm o mesmo alcance que em outras assembléias; aqui pesam-se razões, e o nobre senador nem sempre tem podido auxiliar-se de razões procedentes.

Fiz um requerimento inquerindo do ministerio da Fazenda si pela thesouraria da Provincia do Rio Grande do Sul havia sido feito um emprestimo de 100:000$ ao banco daquella provincia; no caso affirmativo, em virtude de que ordem e com que condições. Porque, ao apresental-o, fundei-me em artigos da imprensa da provincia, a qual, tratando do nobre senador, referia-se ao cargo que S. Ex. exercia na occasião, entendeu o nobre senador que eu pretendera com o meu requerimento affirmar que S. Ex. havia, como Ministro da Agricultura, autorizado semelhante emprestimo. D'ahi toda a sua contestação.

S. Ex. declarou que esse emprestimo era puramente de razão, que nunca cogitou, como Ministro da Agricultura, de fazer emprestimo nem de autorizal-o, não tendo meios para isso.

Observando eu que completasse as suas informações, declarando si quando presidente da provincia não havia autorizado esse emprestimo, S. Ex. disse que não estava em discussão a sua presidência no Rio Grande do Sul, e recordou-me que eu me havia occupado com muitos factos dessa presidência, alguns que elle praticara e outros que nunca cogitara praticar, ponderando que si eu quizesse renovar a discussão, estaria prompto para acompanhal-a.

O que eu disse acerca da administração do nobre senador na província do Rio Grande do Sul está nos annaes; si S. Ex. julga que algumas accusações são infundadas, cabe-lhe vir impugnal-as.

A um ponto o nobre senador fez referencia: disse que eu o havia accusado de sacrilego. Não me recordo de haver feito tal accusação; mas, si S. Ex. quiz fallar do acto que praticou, como presidente daquella provincia, dispensando o impedimento existente entre dous acatholicos, e que não era indispensavel, pois que o contrahente era neto do primeiro marido da senhora com que prentendia casar-se, digo eu agora, como disse então, que o nobre senador exorbitou, que não ha lei que o autorizasse para dar, como deu, dispensa desse impedimento, não tendo os presidentes de provincia a essa respeito atribuições maiores que as dos bispos catholicos.

Os contrahentes eram catholicos, recorreram ao bispo avô e neto por affinidade; o bispo recusou, por exorbitar das suas attribuições; e, abjurando os contrahentes a sua religião, entendeu o nobre senador, presidente da pro-

víncia, que estava autorizado para conceder aquillo que o bispo havia recusado.

Isto é contra a lei, disse eu naquelle tempo, e não tenho motivo para alterar a minha opinião.

Si de algum outro facto, de que argui o nobre senador, S. Ex. entender ainda conveniente tratar, pronunciar-me-hei de novo.

"Demonstrado, como se acha, que o vice-presidente da provincia carecia de attribuição para reintegrar o porteiro da Camara desta Capital, pergunta-se: – A Câmara commetteu crime resistindo à sua ordem illegal?

"Certo que não; e, ao contrario, criminosa seria ella prestando-lhes obediencia; art. 142 e 143 do mesmo codigo.

"Quando mesmo os respondentes houvessem commettido algum crime, oppondo resistência à ordem illegal do vice-presidente, ainda assim não eram criminosos; art. 14, § 5º do predito codigo.

"Os respondentes têm assim cumprido a ordem de V. S. contida no despacho que lhes foi tambem enviado por cópia.

JUSTIÇA

"Theresina, 16 de Maio de 1883. – Dr. Simplicio de Sousa Mendes. – Raymundo Antonio de Farias. – Manoel José Moreira Leão. – Francisco Antonio Freire. – Raymundo Nonnato da Cunha."

A retirada do meu requerimento em nada reduziu as censuras que fiz ao acto do vice-presidente da provincia, e tudo o que disse a este respeito confirmo ainda.

Agora o que tenho de perguntar ao nobre ministro, é si tendo começado o processo de responsabilidade dos vereadores suspensos, o governo recebeu cópia do acto do vice-presidente. . .

O Sr. SOARES BRANDÃO (Ministro de Estrangeiros): – Não me consta.

O Sr. CORREIA: – . . . e o que resolveu sobre esta communicação, pois me parece que o vice-presidente da provincia havia de ter trazido ao conhecimento do governo o acto que praticara. Si o não fez, é mais uma falta.

O nobre ministro de Estrangeiros assegurou ao Senado que em breve a provincia do Piauhy teria um presidente effectivo.

Espero que não seja o actual chefe de policia.

Não conheço esse magistrado; mas pelo que dizem folhas da provincia, parece que não era bem rebido tal nomeação, à vista da participação que elle tem tido nos actos praticados pelo vice-presidente. Até onde é possivel attender aos justos reclamos dos povos, não fica mal ao governo tel-os em consideração.

Pelas palavras do nobreo ministro de estrangeiros, devo supor que a nomeação está feita; tenho, pois, de ver brevemente si é ou não fundado o receio dos adversários da politica dominante no Piauhy.

O Sr. SOARES BRANDAO (Ministro de Estrangeiros): – Sr. presidente, o sentido em que entendeu o nobre senador pelo Paraná, ou em que tenha podido entender S. Ex. as palavras do meu honrado antecessor, o nobre ex-ministro de estrangeiros, com relação ao preenchimento dos claros do Exercito, obriga-me a dizer alguma cousa, para que o meu silencio não autorize de modo algum as conjecturas que fez e as apprehensões de que pareceu possuido o honrado senador.

Declaro a S. Ex. que as palavras do meu illustre antecessor não tem o sentido que S. Ex. julgou poderam ter; que nada actualmente temos a receiar de grave em nossas relações exteriores, nem existem complicações com as nações vizinhas. A questão das Missões segue pacificamente seu caminho, está sendo estudada, tratada convenientemente e accrescentarei que della, espero, não se originarão complicações da ordem daquellas a que pareceu alludir o nobre senador, sem prejuizo dos direitos do nosso paiz.

O nobre ex-ministro de Estrangeiros referiu-se aos claros existentes nas forças ordinarias, entendendo que o recrutamento forçado podia ser empregado, como é facultado por lei, para preencher esses claros.

Por consequencia já se vê que quando se referiu à necessidade de um exercito completo, não teve em vista senão os casos de qualquer necessidade de emprego de força para manutenção da ordem e segurança dentro do paiz. Nem é com essa força ordinária de 13.000 praças que se póde fazer frente à possibilidade de guerra. O senado não pode fazer reparo nestas palavras do ex-ministro, que revelavam apenas a necessidade, que todos reconhecemos, de estar sempre preenchida a força fixada em lei, assumpto para o qual se tem chamado a attenção dos ministros e feito reparos nesta e na outra camara. Todo o esforço manifestado para satisfazer à prescripção legal e acudir às necessidades do serviço não póde ser estranhado.

Os Srs. MEIRA DE VASCONCELOS E AFFONSO CELSO: – Apoiado.

O Sr. SOARES BRANDÃO (Ministro de Estrangeiros): – Não ha cousa de maior monta, e não podia referir-se o nobre ex-ministro de estrangeiros a outras necessidades senão às communs e ordinarias e da administração.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Sr. Presidente, reconheço a necessidade de votar-se, quanto antes, a lei de fixação de forças que se discute, e que deve ter execução em poucos dias.

Attendendo a essa necessidade, eu deixaria de tomar parte na discussão, si não fosse impellido por uma outra não menos imperiosa, e que me obriga a fazer algumas observações e produzir a defesa a que tenho direito contra as censuras, algumas vehementes, mas, garanto, todas improcedentes, que me têm sido dirigidas algumas nesta Casa, outras em maior escala, suscitadas e desenvolvidas na outra casa do parlamento.

Não me é licito, não obstante a estreitesa do tempo para discutir-se e votar-se a lei de fixação de forças, adiar ainda a defeza, que considero urgente, permanecendo no constrangimento e na pressão desagradavel em que me acho.

Esta explicação serve para que o Senado releve que eu occupe sua attenção por algum tempo. Procurarei ser mais resumido possivel. Espero provar que essas censuras não têm a menor procedencia, sendo pelo contrário baseadas informações falsas e vagas allegações.

O senado está lembrado, deve estar na memoria de todos, a maneira, por que se encarecia aqui, e na outra casa do parlamento, a necessidade de reconstruir o material da armada e reorganizar seu pessoal, reconhecendo-se a dificuldade, que parecia invencivel para se completar os dous corpos de Marinha, que se achavam muito desfalcados e diminuídos.

Qualquer ministro que tomasse ao sério, e se dedicasse com interesse aos negócios da pasta da Marinha, não podia deixar de prestar sua especial attenção a esse ramo de serviço publico.

Pois bem, empenhei-me com todo o esforço, que esteve ao meu alcance, para o desenvolvimento do material da armada, e para reorganização do seu pessoal; infelizmente os meus esforços foram coroados de feliz sucesso, em que peze a alguns a evidência dos factos se impõe.

Em outra ocasião já prestei algumas informações sobre o desenvolvimento do material; mas continuando-se a insistir e reproduzir novas arguições, porque condenei navios imprestáveis, e mandei construir novos, preciso dar outras explicações, e espero demonstrar, que meu procedimento foi correto e irrepreensível.

Depois da guerra do Paraguai, sabemos todos o abandono a que ficou reduzido o material da armada, abandono que qualificarei de criminoso; chegou-se a um estado de verdadeira decadência. Os navios que vieram daquela campanha, destroçados como já estavam, foram pouco a pouco arruinando-se e tornando-se incapazes para o serviço. Não se tratou a princípio da reconstituição de novos navios como era preciso e urgente; entretanto, os melhoramentos na construção naval apareciam todos os dias, esse progresso e movimento era acompanhado pelas nações civilizadas, que constantemente melhoravam e renovavam o material de suas marinhas de guerra; entre nós sucedia o contrário, ficamos estacionários e atrasados muitos anos, os nossos navios que não ficaram imprestáveis, eram absoletos, não possuiam mais a eficácia própria de navios de combate.

Dentro de poucos anos a decadência do material e a falta de navios eram manifestas e dolorosas; é fácil demonstrar; não exagero, e peço licença para trazer ao conhecimento do senado o juizo manifestado por um general distinto da armada, em uma exposição feita em 1879, ao ministro da marinha, acompanhada de mapas em que demonstrava o estado do material da armada, comparando com de algumas nações vizinhas.

Nessa exposição feita com precisão e clareza mostra o ajudante general o estado em que se achavam os navios de nossa marinha de guerra.

Não lerei toda a exposição, que é longa: preciso poupar o tempo; mas lerei dois trechos, que são suficientes para provar o que afirmo.

Dizia esse general em Dezembro de 1879 – era o Sr. Elisiário Barbosa,

então, como hoje, ajudante general da armada – dirigindo-se ao ministro da Marinha de então, o Sr. Conselheiro Moura (lê):

"... Basta lançar a vista sobre esses mapas para reconhecer-se que depois da guerra do Paraguai nada ou quase isso avançamos em Marinha, e si estamos estacionários, pode-se dizer retrogamos, porque estacionar – quando avançam os vizinhos, é retrogradar.

"O material, que recolhemos depois da campanha do Paraguai, além de absoleto está muito arruinado, não se prestando às transformações de que não podem hoje prescindir os navios de guerra..."

Contava-se, é certo, no quadro da força naval número crescido de navios, porém navios que não podiam ser considerados de combate, que não podiam ser aproveitados em qualquer emergência e que, mesmo em tempo de paz, muito pouco serviço podiam prestar.

Ao terminar o seu relatório, o ajudante general externa o seguinte juizo (lê):

"Conclue-se desta análise o seguinte: Possue o Brasil apenas dois vazos de guerra propriamente ditos, o Simões e o Javary, que infelizmente só em águas tranquillas podem desenvolver todo seu poder, o que vale dizer: em marinha estamos relativamente mais fracos do que o começo da campanha do Paraguai; em relação ao Chile e à Confederação Argentina estamos desarmados".

Posteriormente, em 1880 é que começaram algumas, mas poucas, construções.

O Riachuelo, que há pouco foi lançado ao mar na Europa, o Almirante Barroso, Primeiro de Março, Iniciadora, Imperial Marinheiro, a Trajano, etc, etc., alguns já acabados e outros ainda em construção.

Se não fossem as novas construções que então começaram a desenvolver-se, a nossa armada estaria aniquilada, nem ao menos possuiria navios para as viagens de instrucção, para o serviço urgente ordinário.

Ate 1882 a insufficência de navios de combate da armada era assim manifestada pelo mesmo general (lê):

"... Possuimos presentemente um encouraçado, Sete de Setembro, que por sua fraca couraça, e não ser dividido em compartimentos estanques, não pode ser considerado navio de combate; dois monitores, Solimões e Javary, boas machinas de guerra para operarem em águas tranquilas e cinco corvetas somente próprias para viagens de instrucção e cruzeiros..."

Entretanto, no quadro da força naval figuravam cerca de 40 navios destinados ao serviço da armada, destribuidos pelas provincias e estações navaes; a respeito delles, porém, declara o ajudante general na informação que tenho presente, que "... não podem ser classificados elementos de força naval, além de seu péssimo estado de conservação"!

Entretanto, é quando o material fluctuante se achava nesse estado deplorável, que se censura o ministro porque prestou especial attenção ao seu melhoramento, à sua renovação, conservando os navios imprestáveis que sòmente serviam para augmentar as despezas com um custeio inutil, e promo-

vendo a construcção de novos, inclusive dos encouraçados, únicos que vai possuir a marinha brazileira.

Preciso dar esses esclarecimentos ao senado e ao paiz, para, de uma vez por todas, poder ter direito a considerar-se bem justificado o procedimento que tive, dando com todo o esforço e com todo o empenho o desenvolvimento possível, nas forças do orçamento, ao material fluctuante da marinha brazileira.

Ao passo que o material da armada estava assim abandonado e em decadência, o seu pessoal ressentia-se também do mesmo mal. O mau estado do material reflectia como consequência necessaria sobre o pessoal.

Existiam então, como ainda hoje, officiaes mui distinctos, marinheiros briosos, cheios de ambições, de nobres e elevadas aspirações, mas que, a contra gosto, eram forçados a embarcar, quasi sempre em navios ancorados nos portos, somente para fazerem direito ao accesso legal.

Então, à excepção de uma ou outra commissão, e das viagens de instrucção forçadas para guardas-marinha, os navios se conservavam em completo estado de immobilidade; os cruzeiros, as evoluções, as viagens de instrucção no paiz e fora delle, tão necessarias para o preparo, ensino e educação militares, estavam esquecidos.

É certo, entretanto, todos o sabem, e eu fállo perante o senado onde sentam-se especialidades na marinha, o marinheiro não se faz em terra, no descanço e quietismo; elle prepara-se, instrue-se e habilita-se para novas glorias nas fainas de bordo, navegando no alto mar, afrontando as tempestades e os perigos do mar, aprendendo a evitar os rochedos e os baixios, a entrar nos canaes, nos estreitos etc., etc. É assim que se faz o marinheiro.

O tempo de paz também serve para com mais descanço dedicar-se a estudos apropriados à profissão; adquirir conhecimentos e instrucção, que são necessários para illustrar o pessoal. O tempo de paz também offerece ao official de marinha grandes horizontes para as glorias e grande espaço ao merecimento.

Existem importantes commissões ciencificas, assim como militares e administrativas, em cujo desempenho pode-se revelar conhecimentos variados e muito merecimento.

A paz, finalmente, faz o marinheiro o homem do mar: a guerra sómente faz o guerreiro, o homem de combate. É preciso que o marinheiro esteja preparado na paz para que na guerra possa prestar os serviços que lhe são exigidos, e fique apto para as conquistas e victorias.

Portanto, cuidando eu do material da armada não podia esquecer o seu pessoal, e, realmente, não me descuidei de sua reorganização, e educação militar.

Os navios que podiam ser aproveitados foram concertados, e, com os novos que sahiram das construcções, foram postos em movimento. Não tive navios parados nos portos, à excepção daquelles que por motivos especiaes era necessario conservar-se em certos e determinados pontos.

Então notei com satisfação que o desanimo, que antes se observava na officiálidade de marinha, foi substituida por uma reacção benefica, porque todos à porfia disputavam a occasião de embarcarem para essas viagens de evoluções e de instrucções, todos queriam, com razão, exhibir suas aptidões e merecimentos nas fainas de bordo, na vida do mar.

Não me esqueci da marinhagem.

O parlamento havia votado o crédito de 600:000$000 para se recompor os corpos da armada.

Fui solicito em corresponder às vistas do parlamento e não desmerecer de sua confiança; e, offectivamente, consegui que dous corpos, um dos quaes, o batalhão naval, estava quasi aniquilado, e o de imperiaes marinheiros muito desfalcado, estejam hoje completos e até com excesso de pessoal.

Entre as providências que adoptei para obter tal resultado, fiz collocar à frente deste movimento um official de grande merecimento, que prestou relevantes serviços, e muito concorreu para o bom êxito desse intento. Refiro-me ao general Manoel Carneiro da Rocha, que ainda hoje está nos portos do norte, no desempenho de sua importante commissão.

Auxiliado pelos seus esforços, secundados pelos capitães dos portos e pelos presidentes de província, consegui que os dous corpos da armada se completassem.

Mas, não podendo-se negar o facto, censura-se o ministro porque o pessoal do corpo de imperiaes marinheiros não é idoneo!

Assim manifestou-se, ha´pouco, em aparte, o illustre almirante, representante da província de Santa Catarina.

S. Ex. promtteu exhibir as provas, e só então...

O Sr. BARÃO DA LAGUNA dá um aparte.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – O pessoal do corpo de imperiaes marinheiros não é tão idoneo como seria para desejar...

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – Já V. Ex. vai chegando.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Não tenho necessidade de negar a verdade. Pessoal idoneo somente seria obtido, si tivessemos as companhias de aprendizes marinheiros bem organizadas, como deviam estar...

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – Não é como o elemento escravo que se deve completar o corpo.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Eu discutirei este ponto. V.Ex. é injusto.

Si tivessemos, dizia eu, as companhias de aprendizes marinheiros bem organizadas e constituidas, com a disciplina necessaria, o seu pessoal completo, poderiamos ter pessoal perfeitamente idoneo; mas eu não podia fabricar aprendizes em poucos mezes: recorri ao engajamento, e não é certamente alistando-se pelas cidades, quando nem ao menos temos marinha mercante; não é chamado para o corpo de imperiaes marinheiros individuos que não foram educados para a vida do mar, que se póde encontrar um pessoal verdadeiramente idoneo. O individuo nesseas condições póde ser muito apto pela sua

idade, pelo seu desenvolvimento physico, pela sua moralidade e por outros requisitos, mas falta-lhe a educação militar, a instrucção necessaria; esta, porém, eu não podia dar àquelles antes de engajal-os, e nem a lei que me autorizou a contratar marinhagem o exigia, nem podia exigir.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – Lançasse mão dos ingenuos e mandasse-os educar para não continuar a receber escravos.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Não recebi escravos, e bem servido estava eu, si fosse a esperar que os ingenuos se educassem e se habilitassem, para organizar os dous corpos da armada que estavam desfalcados, e que precisavam de praças com urgência. Si assim procedesse não teria cumprido o meu dever.

O illustre senador que me honra com seus apartes, repetiu uma das censuras que me têm sido feitas, e é que comprei escravos para o corpo de imperiaes marinheiros.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – Não digo que V. Ex. comprou escravos.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Não comprei, e nem foi com esse elemento que augmentou-se e cresceu o alistamento.

Vou tirar a limpo essa questão.

Em uma das sessões passadas, tratando dessa mesma questão, expliquei como se fez a acquisição para a armada de alguns libertados recentemente.

O nobre ministro da marinha fez na outra camara a mesma affirmativa, e deu explicações identicas.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – Póde ser que fosse illudida a boa fé de V. Ex.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Creio que não foi; acredito que as cousas se passaram como tem sido explicado.

Mas, como V. Ex. tem affirmado o contrario, eu aguardo as provas que promette apresentar.

Entretanto, depois que no senado affirmei que não havia comprado escravos para a armada, um illustre representante pela provincia do Maranhão, o Sr. Gomes de Castro, disse na outra camara o seguinte (lê):

"... Leu no Diario Official a affirmação categorica, feita no senado pelo nobre ex-ministro da marinha, de ser completamente inexacto ter S.Ex. dado ordens para comprarem-se escravos para o serviço da armada. Desejava saber si o actual Sr. ministro da marinha subscreve essa affirmação.

"Tem o maior respeito ao caracter do nobre ex-ministro da marinha, mas sabe de factos que lhe tornam impossivel admitir essa asseveração.

"Leu nos jornaes de sua provincia, dias antes do embarcar para esta capital, um requerimento nestes termos:

"F. requer o pagamento da quantia de setecentos e poucos mil réis, valor do escravo C., que foi em inspecção de daude julgado apto para o serviço da marinha.

Ora, si o governo não comprava escravos para convertel-os em marinheiros ou soldados navaes, como é que ia um particular pedir ao thesouro publico o

valor da indeminização de um escravo julgado apto em inspecção de saúde?"

Devo respeito e consideração ao illustrado Sr. Gomes de Castro, que aliás não devia pôr em duvida minha asseveração. O facto a que alludiu não destrôe o que affirmei.

Póde ser que exista esse requerimento, do qual não tive conhecimento. É me inteiramente alheio esse facto, e, por conseguinte, não posso, a respeito desse facto isolado, prestar com segurança qualquer explicação sobre minha responsabilidade, mas esse requerimento por si só, ou prova muito pouco, ou nada prova. Póde succeder que um escravo sentasse praça como cidadão livre, e depois seu senhor requeresse indemnização de seu valor. Isto se tem dado em todas as épocas, sem que se possa concluir daqui, que o governo comprasse escravos para a armada.

O Sr. SOARES BRANDÃO (ministro dos negocios estrangeiros): – No exercito tem succedido isso.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Na marinha mesmo.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Entretanto o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, o Sr. Andrade Figueira, cuja austeridade de caracter todos nós respeitamos, referindo-se a esse requerimento e a essa dúvida ou hesitação do illustre deputado pelo Maranhão, a respeito do que aqui affirmei, concluio, sem affirmar, apenas por inducção, que haviam sido comprados escravos para a armada, pronunciando-se nestes termos (lê):

"A camara é testemunha de que, em uma das últimas sessões, o nobre deputado pela provincia do Maranhão denunciou o facto, aliás já conhecido por alguns membros desta casa, de que o ministro, no afan de angariar voluntários para a armada, tomára a resolução de mandar adquirir escravos em algumas provincias do norte, nomeadamente a do Maranhão, da qual o nobre ministro da marinha foi representante.

"O facto é grave, já pela medida de adquirirem-se para a armada escravos, em vez de voluntários (apoiado), já porque o nobre ex-ministro da marinha, que consta adoptára essa medida, aliás não autorizada expressamente por lei, havia no senado contestado o facto, dizendo que semelhante procedimento não tivéra o governo.

"Achando-se, portanto, diante de uma affirmativa contrária à do governo, pergunta ao nobre ministro da marinha onde está a verdade..."

O facto a que allude o Sr. Andrade Figueira, é o mesmo de que fez menção o Sr. Gomes de Castro, e do qual já me ocupei. O Sr. Andrade Figueira porém, reconhecendo a difficuldade que o governo devia ter encontrado para attrahir voluntarios, concluiu que para se completar o pessoal do batalhão naval era de presumir que o governo houvesse comprado escravos, porque sómente desse modo podia completal-o. Eis suas palavras (lê):

"No facto de se ter augmentado o numero de voluntarios, completando-se o batalhão naval, e restando ainda praças que aliás poderiam ter accommodação, si a lei do orçamento consignasse fundos, segundo diz em seu relatorio

os corpos se completaram, já não digo com escravos, mas com individuos recentemente libertados, quando destes apenas assentaram praça 17.

A difficuldade, senão impossibilidade por todos reconhecida do recurso ao voluntariado, somente terá o merito de encarecer os serviços daquelles que conseguiram vencer as difficuldades e levantar o voluntáriado.

Tendo declarado que ha excesso de pessoal, cumpre-me informar que esse excesso não trouxe perturbação à respectiva verba do orçamento, porquanto o excesso de praças verificou-se nos ultimos mezes de exercicio, ao passo que nos primeiros mezes, até em mais de meio, havia grande diminuição, e, portanto, a economia feita no principio do exercicio compensa o excesso de despezas acrescidas no fim.

A informação que presta o quartel general está de accôrdo com a que pedi à contadoria da marinha, por onde corre esta despeza, a respeito dos libertos alistados.

Informa-me também o contador que apenas foram alistados 17 libertos.

Não foram, por consequência, comprados escravos para a armada, e o número de libertos é tão insignificante, que, independente desse contingente, os corpos estariam igualmente completos.

Uma outra accusação levantada aqui e na outra casa do parlamento, tem sido a respeito da viagem da corveta **Parnahyba** às Antilhas para a observação da passagem de Venus pelo disco do sol.

Censurou-se o ex-ministro da marinha, porque, não estando habilitado com credito sufficiente e contra a vontade do senado, indirectamente manifestada, a respeito do credito, de que não temos conhecimento, mandou, não obstante, um navio com a commissaõ encarregada dessa observação, fazendo para isso despezas illegaes.

Senhores, não é verdade; eu não fiz um ceitil de despeza com tal serviço

Desde que o senado não tomou conhecimento nem approvou a proposta de crédito vinda da outra camara, habilitando o ministro da marinha para fazer despezas com a observação da passagem de Venus, eu resolvi terminantemente não assumir a responsabilidade de applicar qualquer quantia para despezas relativas a esta commissão. E fui fiel e sincero neste proposito. Eis como o caso se passou.

O nobre ex-ministro do imperio, meu collega de gabinete, perguntou-me si eu tinha algum navio desoccupado que pudesse se encarregar de levar a Punta Arenas a commissão destinada àquelle serviço. Disse-lhe que podia ceder a corveta Parahyba, que não tinha serviço urgente a fazer; estava ancorada no porto.

O Sr. BARROS BARRETO: – Para poder ir a Parahyba, foi preciso retirar da commissão em que estava a Guanabara.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – De commissão sahiu a Guanabara? Ella não estava em commissão, tanto que se achava no porto em concertos; acabou de preparar-se para incorporar-se à divisão de evoluções. Tinha, pois, a Parahyba, que estava desoccupada, e a puz à disposição do nobre ex-minis-

o nobre ex-ministro da marinha, vê um indicio claro de que o governo lançou
o nobre ex-ministro da marinha, vê um indicio claro de que o governo lançou mão do recurso de que se trata.

"Não houve no paiz nenhuma manifestação belicosa que attrahisse para a armada os cidadãos em maior numero do que tem acontecido até hoje; não houve felizmente nenhum desses acontecimentos desgraçados que levam o desespero às familias, tirando o emprego aos braços occupados; pelo contrario, cada vez mais no paiz vai-se fazendo sentir a falta de braços: a taxa dos salarios, longe de diminuir, tendo a augmentar. Por consequencia, não houve motivo para que affluisse para a armada tão grande quantidade de voluntários como até então não se tinha conseguido alistar.

"Este augmento inesperado, repentino, do numero de voluntarios da armada, torna manifesto que com effeito o governo enveredou pelo caminho de adquirir escravos, libertando-se, para empregal-os na força publica..."

Sendo S. Ex. contestado pelo nobre ministro da marinha, e pelo ilustre ex-ministro do estrangeiros, o Sr. Lourenço de Albuquerque declarou que não afirmava, e estava argumentando sob supposição. Por mais procedente que pareça a S. Ex. a supposição, em que se fundava, não exprime a verdade.

É certo que sua presumpção deriva da crença geral, de que era impossível attrahir soldados para a armada por meio de voluntariado; a verdade é esta, que consta dos annaes. Todos duvidavam que se pudesse completar o pessoal da armada; na sessão do anno passado esta crença foi manifestada sem divergência: o illustre representante pela Bahia Sr. Junqueira, o illustre general Sr. Lamare, representante pelo Matto Grosso, o illustre representante por Minas, o Sr. Joaquim Delphino, o nobre ministro da marinha de então, o Sr. conselheiro Carneiro da Rocha, todos enfim diziam. "Não é possível que com o voluntariado se reconstitua o pessoal da armada; si o governo não cumprir a lei do recenseamento, ha de ser forçado a recorrer ao recrutamento; o voluntariado é insufficiente, será nullo."

Pois bem, o pessoal da armada está reconstituido até com excesso e muitas praças, e o único elemento para isso foi o voluntariado; a verdade é esta, que permanecerá apezar dos pezares. Vou explicar porque existe excesso de praças, tanto no corpo de imperiaes marinheiros, como principalmente no batalhão naval.

Quando reconheci que, com effeito, estava a completar-se o pessoal de ambos esses corpos, expedi ordem aos presidentes de província para que suspendessem o alistamento; mas, quando essa ordem chegou a seu destino, já existiam alguns alistados que excederam à lotação dos dous corpos.

Essas praças alistadas, enquanto a ordem chegava às provincias suspendendo o alistamento, fizeram com que afinal houvesse em ambos os corpos excesso, que não foi possível evitar.

Desejando esclarecer o parlamento e justificar-me plenamente, dirigi, em 23 do corrente, ao Sr. ajudante general a seguinte pergunta:

"Quantos libertos haviam assentado praça?" E a resposta foi: "Que tiveram praça 17 libertos apenas." Portanto não é possivel de boa fé affirmar-se, que

tro do imperio. O meu collega aceitou. Pediu mais que consentisse que alguns officiaes de marinha fizessem parte dessa commissão scientifica.

Não tive duvida em acceder, e não tinha motivo para recusar. Destinei os officiaes que deviam fazer parte da commissão, o navio sahiu, e o resultado desse importante trabalho foi brilhante, não so quanto à commissão scientifica, mas também quanto à commissão militar, como viagem de instrucção.

Os officiaes mostraram-se habilitados, manifestaram conhecimentos superiores, sahiram-se brilhantemente, e prestaram importante serviço ao paiz, illustrando a marinha brazileira, e adquiriram renome e reputação scientifica para a armada.

O Sr. BARROS BARRETO: – Ficou provado que o ministro pediu um credito, de que não tinha necessidade.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – **A viagem da Parnahyba effectuou-se** de uma maneira brilhante. Era seu commandante um official de reconhecido merecimento, o Sr. Saldanha da Gama.

Voltando o navio ao porto, dirigi ao nobre ex-ministro do imperio a conta das despezas accrescidas, inclusive as gratificações ao pessoal do navio em paiz estrangeiro, e pediu a indemnização, conforme tinhamos ajustado.

Onde está pois a violação da lei? onde o crime do ministro?

O ministro da marinha, sabe o senado, é competente para empregar os navios da armada naquellas commissões que julga proveitosas ao serviço publico. Constantemente o ministro está designando navios para diversas commissões, é elle o juiz da escolha das commissões e do destino dos navios, e nem é preciso que essas commissões estejam especificadas no orçamento, nem que estejam expressamente autorizadas em lei.

É assim que constantemente estão sendo mandados navios em comissão aos mares da Europa, da America, etc., etc., e dentro do Imperio.

E ninguém ainda se lembrou de censurar o ministro da marinha pelo exercicio dessa faculdade legal. É assim que mesmo a Parnahyba, antes de ir a Punta Arenas, tinha ido a Montevideo levar o pessoal e objectos para a exposição; é assim que eu, por mais de uma vez, destinei alguns navios para diversas commissões.

Pois bem, usando dessa attribuição, que não pode ser contestada ao ministro da marinha, eu podia também ter mandado, por conta do ministerio da marinha, uma corveta aos mares das Antilhas fazer uma viagem de instrucção, encarregando alguns de seus officiaes a tomar parte nos trabalhos scientificos da observação da passagem de Venus pelo disco solar. Não o fiz para não dar pretexto a essa censura, que tão injustamente me tem sido dirigida.

Espero que d'ora em diante me será feita a justiça, a que tenho direito.

Consentindo que a Parnahyba fizesse a viagem por conta do ministerio do imperio, prestei serviços ao paiz e à marinha, sem, entretanto, poder ser accusado de ter despendido dinheiros publicos, para que não estivesse habilitado.

O illustre senador pelo Paraná perguntou-me porque não havia recebido maior numero de praças para o batalhão naval. S. Ex. mesmo incumbiu-se de dar a resposta, dizendo que a lei do orçamento não o permitia.

O senado na sessão do anno passado negou fundos para 600 praças, fixadas na lei de forças, sob o fundamento de que o governo não conseguiria elevar até esse numero, e somente concedeu para 450.

Desde que eu reconheci que este numero ia completar-se, mandei suspender o alistamento, embora constrangido, porque facilmente podia completar as 600; tanto que não pude evitar que fosse excedidas as 450 praças, como já expliquei.

Quanto às accommodações na escola de marinha, informo ao nobre senador que a escola tem as accommodações necessarias para funccionar regularmente, e tem proporções para serem melhoradas.

Quanto ao negocio das madeiras, não pretendo resolver esta questão, que já é velha e acabada. O que existe actualmente já foi explicado pelo nobre ministro da marinha na camara dos deputados, e consta de informação official. Existe ainda grande quantidade de madeiras, que estão sendo arrumadas e classificadas. Este serviço já estava organizado pelo meu digno antecessor, o Sr. Lima Duarte. Estava encarregado desse serviço um empregado zeloso, o chefe do corpo de fazenda; era então uma dependencia da intendencia.

O que fiz foi tirar este serviço da intendencia e passal-o para o arsenal, fazendo algumas modificações reclamadas pela regularidade do serviço; sendo certo que é urgente a arrumação e accommodação dessas madeiras em logar apropriado, para não se estragarem.

Sr. presidente, passo agora a fazer algumas considerações a respeito do que disse na outra casa do parlamento o illustre representante da provincia de Santa Catharina, o Sr. Dr. Taunay.

Sinto que S. Ex. se manifestasse a meu respeito de maneira tão inconveniente, e com um desabrimento menos proprio de cavalheiros que se devem respeitar, e ao mesmo tempo com exaltação partidaria e uma paixão política por tal forma, que colloca-me em difficuldade para dar-lhe uma resposta conveniente.

A animosidade de S. Ex. foi a tal ponto, que não duvidou, como prometto provar ao senado, até à evidencia, aproveitar-se de informações completamente inexatas e falsas, para dar-lhes curso na tribuna da camara, somente para levantar censuras e arguições inteiramente improcedentes, contra o ex-ministro da marinha.

Assim é que S. Ex. referindo-se ao meu relatorio disse: "que não trazia informações uteis, mas pelo contrario estava cheio de inexactidões e invalidades que ai tornar patentes".

Não me proponho provar que meu relatorio tenha informações uteis, ou qualquer outro merecimento; mas devo com bom direito appellar do juizo suspeito daquelle illustre representante para o juizo dos que puderem apreciar com imparcialidade, com isenção de espírito ou de paixão partidaria;

não posso, porém, deixar sem prompta contestação a affirmação de que o meu relatorio contenha inverdades e inexactidões. É isso falso e o senado vai ver.

E o que mais prova a parcialidade do juizo do nobre deputado é que, tendo um illustre representante da provincia da Bahia, o Sr. Carneiro da Rocha, a quem sou profundamente grato, apresentado uma defeza brilhante a respeito de quais todas as censuras que me foram dirigidas, foi contestado pelo meu accusador, até mesmo em questões de facto e que se demonstravam com datas!!

Pois bem: uma vez que para o Sr. deputado Taunay somente merecem fé as informações, que colheu algures, tenho necessidade de exhibir prova authentica para demonstrar como foi infeliz em suas arguições. Tantas foram as inexactidões que me arguiu, quantas as inverdades que proferiu.

São três as inexactidões arguidas.

A 1ª refere-se à força naval.

Declara o relatorio, à página 20, que existem sete cruzadores e 11 canhoeiras.

Affirma o Sr. Taunay que não é exacto, quanto aos cruzadores, porque o Almirante Barroso somente estará concluido daqui a um anno; quanto às canhoeiras, porque a Iniciadora, que figura entre ellas, ha pouco é que foi lançada ao mar, e, portanto, não podia ser incluida no numero dos navios da força naval.

Essa apreciação, quanto ao Almirante Barroso, envolve erro ou engano; quanto à Iniciadora uma falsidade, porquanto as obras do Almirante Barroso estão se concluindo; e já podiam estar concluidas se houvesse urgencia. E é justamente por essa razão, que o ajudante-general o incluiu no quadro da força naval. Eis a informação que a respeito presta o general inspector do arsenal, é de 14 do corrente (lê):

"Todas as obras deste navio, Almirante Barroso, estão em seu ultimo periodo de acabamento. Entretanto, si tivesse havido urgencia em fazer esse navio sahir para o mar com a artilharia que primitivamente lhe havia sido designada, elle já poderia estar navegando."

À vista dessa informação ninguém contestará de boa fé que o Almirante Barroso está bem classificado entre os cruzadores que fazem parte da força naval.

A Iniciadora, porém, não está incluida no numero das 11 canhoeiras a que se refere o relatório; e admira, senhores, a facilidade com que isso affirma o Sr. Dr. Taunay, quando facil era verificar a vista do mappa organizado pelo quartel-general. Nesse mappa não figura a Iniciadora.

O nobre deputado foi tão precipitado, que chegou a affirmar que ha pouco assistira ao lançamento do Almirante Barroso! Entretanto esse navio foi lançado ao mar ha mais de um anno ainda eu não era ministro.

O illustre representante a que me refiro, preferiu informações, que foi buscar aliunde, para negar a verdade de factos constantes do relatorio; é por isso,

que não viu ou não quiz ver, que no quadro da força naval não estava concluida a Iniciadora, justamente porque suas obras ainda estão atrazadas. As canhoeiras, que figuram no quadro são estas. (Lendo).

Entre ellas, como vê o senado, não foi contemplada a Iniciadora!! ...

A segunda inexactidão arguida pelo illustre deputado é porque declara o relatorio que a Vital de Oliveira tinha de fazer parte de uma divisão de evoluções, que brevemente devia sahir, quando este navio já estava condemnado. E dahi concluiu o Sr. deputado Taunay que o ex-ministro da marinha ignorava os factos occorridos em sua administração.

Eis as palavras do nobre deputado (lê):

"Então S. Ex. não sabe quaes os navios a que ha pouco tempo deu baixa como inutilisados? Mas o que sabe, ou então sabia o nobre ex-ministro?"

O nobre deputado, senhores, é que, si não procedia de má fé, não sabia o que dizia, e levianamente censurava o ex-ministro, procurando expôl-o ao ridiculo, que sómente podia attingir a S. Ex.

A Vital de Oliveira não estava condemnada quando o relatorio foi escrito e impresso.

O relatorio da marinha foi escrito e impresso em Abril; traz a data de 1º de Maio, e nessa época a Vital de Oliveira ainda fazia parte da força naval, estava prompta para o serviço.

Este navio tinha acabado de desempenhar uma commissão importante nos mares da Europa; fez parte da 1ª divisão de evolução que percorreu as costas do Imperio, voltando dessa commissão em Março deste anno, sem avaria, sem indicar ruina; todos acreditavam que elle se achava em bom estado, precisando apenas de pequenos reparos; foi nessas condições que o destinei para fazer parte da 3ª divisão de evoluções.

Mas, entretanto este navio ultimamente foi para o dique, a fim de ser examinado, reconheceu-se que não estava em condições de continuar a servir. Foi uma sorpreza para todos que conheciam o navio...

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – Que tinha sido construido ha pouco tempo.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – ... que era de construcção moderna. Já estava publicado o relatorio, quando recebi a communicação do inspector do arsenal, informando que o navio estava imprestavel; essa informação tem a data de 2 de Maio e o relatorio, como disse, foi escripto em Abril; no 1º de Maio já estava impresso.

Eis aqui o que disse em sua informação o inspector do arsenal (lê):

"N. 447. – Rio de Janeiro. – Secretaria da inspecção do arsenal da marinha da côrte, em 2 de Maio de 1883.

"Illm. e Exm. Sr. – Tendo a corveta Vital de Oliveira entrado no dique para substituir o cobre, notou-se pelo aspecto de seu taboado exterior que o cavername devia estar em mau estado e, com effeito, descobrindo-se algumas taboas do fôrro; reconheceu-se que toda a ossada de pôpa a prôa achava-se inteiramente arruinada. À vista deste estado de deterioração das partes vi-

taes da corveta, não se pôde alimentar a idéa de concertal-a, por isso que o conserto a fazer importaria em uma reconstrucção completa com o duplo trabalho e despeza de desmanchal-a e reconstruil-a, sem que mesmo na reconstrucção se possa empregar o velho material que ao desmanchal-a será em sua quasi totalidade destruido. É minha opinião, portanto, com a qual estão de accôrdo os directores de construcção naval e de machinas, que o navio deve ser condenado, podendo-se delle aproveitar as divisões interiores, muitos accessorios e objectos do trem naval, como amarras, ancoras, abitas, bitaculas, etc.

"Assim, no cruzador Almirante Barroso alguns desses objectos terão applicação immediata e na canhoeira Iniciadora serão utilisadas as divisões e outros accessorios.

"A machina e as caldeiras estão em regular estado, mas, além de ser a primeira bastante uzada, é de typo obsoleto e só para pequena velocidade apropriada, pelo que não é muito de lastimar que segundo também proponho, ella, desmanchada e transferido, para as officinas de forja e fundição todos os metaes que possam ser della retirados.

"Si approvar V. Ex. esta minha indicação, convém que sem demora seja a corveta posta em desarmamento e saia do dique antes de se lhe repregar o cobre que póde ser na refundição aproveitado. Depois de se lhe retirar de bordo tudo quanto a bordo tem de utilizavel, póde ser vendido em hasta publica o casco por ser cavilhado de cobre, creio que renderá 10 ou 12 contos de réis, sendo comprado por alguns comerciantes dos que se dão a este genero de negocios.

"Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Exm. Sr. conselheiro Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha. – Arthur Silveira da Motta, inspector."

Por esse documento fica não só provado, que a Vital de Oliveira ainda não estava condenada quando foi escripto o relatorio, como também justificada a sua condemnação.

Preciso ler no senado essas informações, para que fique bem verificado que não fui precipitado e sofrego, como injustamente disse o nobre deputado, em condemnar navios da armada brazileira.

V. II. 37

A terceira inexactidão arguida é relativa aos concertos e reparos da Nitheroy, que declara o relatorio haverem sido concluidos no arsenal.

Fazendo menção no relatorio das reparações de diversos navios, fallei nestes termos, à página 35 (lê):

"... Conclusão das grandes reparações por que passou a coverta Nitheroy, e dos concertos dos seguintes navios: brigue-barca Itamaracá, corveta Guanabara..."

Attenda o senado que, a respeito da Nitheroy, uso da palavra – conclusão

casco reservado para servir ainda por algum tempo de pontão-quartel do pessoal de marinheiros da arrumação de madeiras.

"Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Exm. Sr. conselheiro Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha. – Arthur Silveira da Motta, inspector *interino*."

É esse, senhores, o estado do encouraçado Brazil, a que apenas faltavam caldeiras!!!

Quatrocentos contos seriam despendidos com seus concertos, e a armada não ficaria possuindo um bom navio de combate; sua artilharia lisa não tem valor offensivo de importancia e sua couraça de quatro pollegadas de espessura...

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – Não na machina.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – A couraça não tem resistencia.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA dá outro aparte.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – À vista disto, vou ler as palavras do inspector do arsenal. (Lê):

Foi em virtude desta informação que deliberei condemnar o Brazil.

E com effeito, parece intuitivo que gastar 400:000$ com um navio nas condições do Brazil, que obsoleto, que não reune as qualidades das construcções modernas, que não offerece apoio de resistência, porque sua couraça é fraquissima, apenas de quatro pollegadas, que não offerece também a força de aggressão sufficiente, porque está armado com artilharia mui fraca, e que, portanto, não pode aceitar combate com outros encouraçados modernos, seria um erro prejudicial às finanças e sem proveito para marinha.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – dá um aparte.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Mas V. Ex. sabe que para mudar a artilharia, seria necessario tambem uma grande despeza, e, talvez, nem se pudesse fazel-o com vantagem, porque a artilharia para os encouraçados está na proporção de sua força e solidez: um navio de construcção fraca não póde montar uma artilharia poderosa e apropriada para poder offerecer resistencia em occasiões de combate.

Quanto ao transporte Bonifacio que também foi condemnado, disse o illustre deputado (lê):

"O transporte Bonifacio, Sr. presidente, estava mais ou menos, nas mesmas condições: o nobre Sr. ex-ministro da marinha riscou-o do quadro irremediavelmente.

"Consta-me que o nobre Sr. ex-ministro da marinha rejeitou a quantia de 60:000$ a 80:000$, que uma importante casa commercial queria dar por esse transporte, e preferiu mandal-o apodrecer nas aguas mortas da nossa bahia."

É certo, que esse transporte estava nas mesmas condições do Brazil e dos outros navios condenados, mas por que estava imprestavel para o serviço da armada. Eis a prova (lê):

taes da corveta, não se pôde alimentar a idéa de concertal-a, por isso que o conserto a fazer importaria em uma reconstrucção completa com o duplo trabalho e despeza de desmanchal-a e reconstruil-a, sem que mesmo na reconstrucção se possa empregar o velho material que ao desmanchal-a será em sua quasi totalidade destruido. É minha opinião, portanto, com a qual estão de accôrdo os directores de construcção naval e de machinas, que o navio deve ser condenado, podendo-se delle aproveitar as divisões interiores, muitos accessorios e objectos do trem naval, como amarras, ancoras, abitas, bitaculas, etc.

"Assim, no cruzador Almirante Barroso alguns desses objectos terão applicação immediata e na canhoeira Iniciadora serão utilisadas as divisões e outros accessorios.

"A machina e as caldeiras estão em regular estado, mas, além de ser a primeira bastante uzada, é de typo obsoleto e só para pequena velocidade apropriada, pelo que não é muito de lastimar que segundo também proponho, ella, desmanchada e transferido, para as officinas de forja e fundição todos os metaes que possam ser della retirados.

"Si approvar V. Ex. esta minha indicação, convém que sem demora seja a corveta posta em desarmamento e saia do dique antes de se lhe repregar o cobre que póde ser na refundição aproveitado. Depois de se lhe retirar de bordo tudo quanto a bordo tem de utilizavel, póde ser vendido em hasta publica o casco por ser cavilhado de cobre, creio que renderá 10 ou 12 contos de réis, sendo comprado por alguns comerciantes dos que se dão a este genero de negocios.

"Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Exm. Sr. conselheiro Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha. – Arthur Silveira da Motta, inspector."

Por esse documento fica não só provado, que a Vital de Oliveira ainda não estava condenada quando foi escripto o relatorio, como também justificada a sua condemnação.

Preciso ler no senado essas informações, para que fique bem verificado que não fui precipitado e sofrego, como injustamente disse o nobre deputado, em condemnar navios da armada brazileira.

V. II. 37

A terceira inexactidão arguida é relativa aos concertos e reparos da Nitheroy, que declara o relatorio haverem sido concluidos no arsenal.

Fazendo menção no relatorio das reparações de diversos navios, fallei nestes termos, à página 35 (lê):

"... Conclusão das grandes reparações por que passou a coverta Nitheroy, e dos concertos dos seguintes navios: brigue-barca Itamaracá, corveta Guanabara..."

Attenda o senado que, a respeito da Nitheroy, uso da palavra – conclusão

– justamente porque seus reparos foram concluidos no arsenal. A parte de suas reparações relativa às obras mortas foi feita na industria particular; a outra parte relativa às obras vivas foi feita no arsenal; depois de terminadas as primeiras, na industria particular é que se concluiram as ultimas reparações. A esse respeito nem ao menos podia enganar-se, porque, por mais de uma vez, visitei a Nitheroy, fui testemunha da conclusão de seus concertos no arsenal.

Pois bem, ouça agora o senado com que criterio e boa vontade o Sr. Dr. Taunay apreciou esse trecho do relatorio!! (lê):

"Ainda outra inexactidão em que cahiu o Sr. ex-ministro da marinha, inexactidão que desculpo pela ignorancia em que S. Ex. está ainda hoje a respeito dos negócios da sua repartição, depois de quasi um anno inteiro de pretendida gerencia.

"S. Ex., entre os serviços do arsenal de marinha, inclue as reparações da Nitheroy, quando todos sabem que essa corveta não fez reparação nos estaleiros do Estado, mas, sim, em particulares. Como é que se vem apregoar como serviço do arsenal aquillo que foi pago, e por bom dinheiro, ao particular?"

Todos não sabem e não podem saber que essa Corveta não fez reparação nos estaleiros do arsenal; sabe-se somente S. Ex., porque sabe tudo menos a verdade do que diz.

Agora os navios condemnados e desarmados. Foi um segundo capitulo de accusação do illustre deputado, mas sempre infeliz, sempre infiel à verdade.

Foram condemnados: dous encouraçados, duas corvetas, tres canhoneiras, uma corveta à vela, e um transporte. Eis como S. Ex. se manifesta à respeito (lê):

"Afianço a V. Ex. que alguns desses navios, considerados inserviveis, mal foram vistoriados...

"... No caso a que alludo, acha-se o encouraçado Bahia."

Nada disso é exacto. Todos os navios condemnados foram préviamente vistoriados pelos peritos do arsenal, e sómente tiveram baixa em virtude de informação documentada e fundamentada do inspector do arsenal, e de accôrdo com o quartel general.

Passo a demonstrar com documentos officiaes.

O Bahia, porém, não foi condemnado, justamente porque não foi ainda vistoriado; e si S. Ex. se desse ao trabalho de ler o relatorio, veria que está declarado à página 21, que com effeito o Bahia ainda não foi vistoriado; assim também no mappa da força naval o Bahia faz parte dos navios que têm de ser vistoriados! !

Quanto à condemnação do Brazil, diz o nobre deputado (lê):

"Sr. presidente, a informação fidedigna que tenho, é que dos 11 navios declarados inserviveis, o Brazil estava em condições de prestar serviços. Só lhe faltavam caldeiras."

Não pode ser fidedigna a informação que teve S. Ex., e até admiro como

o nobre deputado pudesse acreditar que fosse condemando um navio, a que sómente faltassem caldeiras. Seria realmente um verdadeiro attentado condemnar um navio de guerra em bom estado precisando sómente da substituição de caldeiras.

O Brazil foi condemnado porque estava inteiramente arruinado, seus reparos foram avaliados em 400:000$, como prova o seguinte documento (lê):

"N. 124. – Rio de Janeiro, secretaria da inspecção do arsenal de marinha da côrte, em 6 de Fevereiro de 1883.

"Illm. e Exm. Sr. – Em cumprimento das ordens de V. Ex., foi posto em sêcco, no dique, o encouraçado Brazil, para ser vistoriado, e achou-se-lhe o fundo em pessimo estado. A julgar-se conveniente que este navio entre em concerto, será necessario embonar de madeira as suas obras vivas, para se lhe applicar em seguida um fôrro de cobre. Este concerto, porém, exige que sejam desmanchados todo o fôrro interior e divisões internas, o que torna demorado e dispendioso. Além disto, as caldeiras estando inserviveis, é mister substituil-as, e, do mesmo modo que as caldeiras, muitas chapas da couraça, o colxão de madeira em que estas assentam e varias outras peças da estructura interna.

"Em geral o Brazil está em mau estado, convindo reparar ou substituir quasi tudo: mastreação, borda falsa, escaleres e muitos objectos fixos no serviço de bordo; o custo, portanto, das reparações que se lhe haja de fazer, não póde ser menor de 400:000$; e sendo de 800:000$ o preço da sua acquisição pelo Estado, acho que será menos acertado cuidar em concertal-o. Isto pelo lado strictamente economico, porque, a considerar a qualidade e a efficiencia do encouraçado em questão, ainda menos conveniente parece-me submettel-o a reparações tão custosas.

"O Brazil, construido ha 18 annos, é hoje um navio obsoleto, com a sua artilharia lisa de 68 e com a sua couraça da espessura maxima de quatro pollegadas que um projectil de pequeno calibre da moderna artilharia raiada póde atravessar.

"Ora, um revestimento de couraça que não faculte ao navio uma protecção efficaz, é antes para elle um perigo no combate e durante a navegação: no combate, porque, não dispondo o encouraçado de compartimentos estanques numerosos e podendo as suas chapas serem, como disse, perfuradas pelo projectil da artilharia hoje montada a bordo dos navios de guerra corre incessantemente o risco de sossobrar; e durante a navegação, porque essa couraça insufficiente contra as balas inimigas é um peso demasiado para o perfeito equilíbrio das qualidades nauticas deste encouraçado, como elle o tem provado nas viagens que ha feito em diversas épocas e com differentes commandantes. Isto posto, quer pela grande despeza que o concerto do navio exige, quer porque depois delle concertado não lucra a armada um efficaz navio de guerra, sou de parecer que se o deve condemnar, e, retirando-se-lhe de bordo, logo que ser baixa, o que a bordo houver de aproveitavel, seja o seu

casco reservado para servir ainda por algum tempo de pontão-quartel do pessoal de marinheiros da arrumação de madeiras.

"Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Exm. Sr. conselheiro Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha. – Arthur Silveira da Motta, inspector interino."

É esse, senhores, o estado do encouraçado Brazil, a que apenas faltavam caldeiras!!!

Quatrocentos contos seriam despendidos com seus concertos, e a armada não ficaria possuindo um bom navio de combate; sua artilharia lisa não tem valor offensivo de importancia e sua couraça de quatro pollegadas de espessura...

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – Não na machina.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – A couraça não tem resistencia.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA dá outro aparte.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – À vista disto, vou ler as palavras do inspector do arsenal. (Lê):

Foi em virtude desta informação que deliberei condemnar o Brazil.

E com effeito, parece intuitivo que gastar 400:000$ com um navio nas condições do Brazil, que obsoleto, que não reune as qualidades das construcções modernas, que não offerece apoio de resistência, porque sua couraça é fraquissima, apenas de quatro pollegadas, que não offerece também a força de aggressão sufficiente, porque está armado com artilharia mui fraca, e que, portanto, não pode aceitar combate com outros encouraçados modernos, seria um erro prejudicial às finanças e sem proveito para marinha.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – dá um aparte.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Mas V. Ex. sabe que para mudar a artilharia, seria necessario tambem uma grande despeza, e, talvez, nem se pudesse fazel-o com vantagem, porque a artilharia para os encouraçados está na proporção de sua força e solidez: um navio de construcção fraca não póde montar uma artilharia poderosa e apropriada para poder offerecer resistencia em occasiões de combate.

Quanto ao transporte Bonifacio que também foi condemnado, disse o illustre deputado (lê):

"O transporte Bonifacio, Sr. presidente, estava mais ou menos, nas mesmas condições: o nobre Sr. ex-ministro da marinha riscou-o do quadro irremediavelmente.

"Consta-me que o nobre Sr. ex-ministro da marinha rejeitou a quantia de 60:000$ a 80:000$, que uma importante casa commercial queria dar por esse transporte, e preferiu mandal-o apodrecer nas aguas mortas da nossa bahia."

É certo, que esse transporte estava nas mesmas condições do Brazil e dos outros navios condenados, mas por que estava imprestavel para o serviço da armada. Eis a prova (lê):

“Cópia. – N. 856. – Secretaria da inspecção do arsenal de marinha da côrte. – Rio, 2 de Novembro de 1882.

“Illm. e Exm. Sr. – De accôrdo com o determinado em aviso de 24 do mez findo, vistoriei com os directores de machinas e de construcção naval, no dique Santa Cruz, o transporte Bonifacio; e do que verificámos de nosso exame, passo em seguida a dar conta a V. Ex.

“As chapas do costado ao lume d'agua estão completamente estragadas, exigindo immediata substituição; as do resto do casco poderiam ainda servir e durar, si pela necessidade de substituir as da linha de fluctuação não se fosse obrigado a inutilizar aquellas que lhes andam immediatamente ligadas. Para substituir umas e outras será além disso preciso arrancar os fôrros interiores, o que tudo elevará o custo do concerto geral a uma quantia superior à metade do valor actual do navio.

“As caldeiras poderão ser utilisadas durante seis mezes ainda, mas attendendo ao preço que ha de custar a reparação do casco, não penso que valha a pena proceder a essa reparação para aproveitar uma machina que em pouco tempo estará a pedir novos e dispendiosos concertos.

“A minha opinião é, pois, que o Bonifacio seja condemnado, retirando-se delle todas as peças da machina, trem naval e divisões internas que pódem ter em outra parte util applicação.

“O estado do casco permittirá, comtudo, que o navio se preste a pontão, e nesse intuito lembro a V. Ex. que se poderá aproprial-o a servir de deposito para o soccorro da capitania do porto, em logar do Itaparica que se acha em estado adiantado de ruina.

“Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Exm. Sr. conselheiro Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha. – Arthur Silveira da Motta, inspector interino.”

Esta é a informação do inspector do arsenal, de conformidade com a vistoria a que se procedeu.

O navio está em ruina...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA: – Ruina completa?

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Ruina completa, seus reparos excediam a metade de seu valor; portanto foi condemnado de accôrdo com o determinado do decreto de 1867.

Quanto a offerta de 80:000$, não passa de uma balela.

Uma casa commercial desta côrte propoz-se a comprar este navio depois de condemnado, mas não estipulou preço.

Eu, como devia, remetti esta proposta ao inspector do arsenal, dando-lhe autorização para entrar em ajustes com o proponente, dando conta do resultado, informando-me também sobre o valor do navio.

Quer saber o senado de quanto foi a offerta? De 4:000$000!

Aqui está a informação do inspector do arsenal (lê):

“N. 984. – Rio de Janeiro. – Secretaria da inspecção do arsenal de mari-

nha da côrte, em 7 de Dezembro de 1882.

"Illm. e Exm. Sr. – Tendo-me estendido com o signatario da proposta para a compra do transporte Bonifacio, dei-lhe conhecimento das avaliações feitas sobre o casco e todas as dependencias internas do referido transporte, depois do que pediu-me elle para proceder com peritos a uma vistoria no navio, o que de boa mente autorizei.

"Feita esta vistoria, offereceu-me o proponente 4:000$, quantia que nem de longe se approxima ao valor em que foi arbitrado o transporte; à vista do que pudemos absolutamente chegar a um accôrdo. Fica assim satisfeito o despacho exarado por V. Ex. em meu officio nº 836 de 25 do passado.

"Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Exm. Sr. conselheiro Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, ministro e secretário de estado dos negócios da Marinha – Arthur da Motta."

Neste offício foi exarado o despacho: – A vista desta informação não tem logar a venda do navio, que deve ter o destino que já lhe foi dado. – 12 de dezembro de 1882.

Com referencia a Magé ainda affirmou o illustre deputado que com a despeza de 20:000$ podia esse navio ser reparado, e ainda prestar serviço ao estado!!

Aqui tenho vistoria a que se procedeu no arsenal e a informação do inspector declarando que eram precisos 120:000$ para os reparos desse navio, cujo estado de ruína era tal como descreve esta informação, que passo a ler:

"Cópia. – N. 1065. – Rio de Janeiro. – Secretaria da inspecção do arsenal de marinha da corte em 28 de dezembro de 1882.

"Illm. e Exm. Sr. – Em execução do despacho de V. Ex., exarado no officio n. 107 do inspector do arsenal da Bahia, ordenei que fosse vistoriada a corveta Magé, actualmente neste porto, e foi o seguinte o resultado da vistoria:

"Precisa o navio substituir paus da ossada, principalmente na pôpa a EB dous taloes da quilha, o talhamar, taboado do costado, cadastes, leme, fôrro de cobre; fazer o calafeto geral e vários concertos nos arranjos internos; novas ferragens; mudar o apparelho real, à excepção da enxaria grande e dá mazena; tendo uma andaina de panno em mau estado e a outra carecendo de diversos concertos; as caldeiras, outr'ora pertencentes ao encouraçado Cabral, foram concertadas na Bahia".

"Todos estes concertos e substituições foram orçados em quantia não inferior a 120:000$; pelo que, segundo o caso previsto no artigo 8º do regulamento que baixou com o decreto n. 4045, de 19 de dezembro de 1867, deve ser condemnada a Magé."

"Desde que seja ordenado o desarmamento do navio, podem delle ser aproveitados os escaleres, alguns paus da mastreação, o apparelho de arame e os metaes da machina para forjas e fundições, além do armamento e de todos os objectos do trem naval e bellico".

"O casco presta-se para quartel do pessoal e deposito do material do patrão mór, em substituição da barcaça Vlamão, que está em mau estado e póde ser vendida em hasta publica".

"Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Ex. Sr. conselheiro Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, senador do imperio, ministro e secretário de estado dos negocios da marinha. – Arthur Silveira da Motta, inspector interino."

Agora peço attenção do senado para a força dessa conclusão, deduzida pelo nobre deputado (lê):

"Senhores, ou temos que estranhar a facilidade dos commandantes desses vasos, que arriscaram as suas tripolações a grandes perigos; ou então temos que condemnar esse açodamento do nobre ex-ministro em annular, para assim dizer, a nossa esquadra, para tentar recompol-a já e immediatamente."

De maneira que, segundo entende o nobre deputado em sua alta sabedoria, o commandante de um navio é obrigado a conhecer os estragos e ruinas deste, ainda mesmo as questões occultas abaixo d'agua ! !. E o ministro não póde regularmente condemnar um ou mais navios emquanto navegam, sem que os respectivos commandantes se apercebam de que estão arruinados!

Entretanto, todos sabemos que muitas vezes o navio navega e parece achar-se em bom estado, e sómente depois de posto em sêco e vistoriado é que se póde reconhecer que está imprestavel, como sucedeu com a Vital de Oliveira.

Disse também S. Ex. que nos navios condemnados existe embarcados officiaes em numero de 15 ! !

É ainda uma falsidade. Nesses navios não existe um só official embarcado: elles estão entregues ao arsenal, sob o commando de um official reformado; a bordo de cada um existem apenas praças de marinhagem, tão sómente o numero indispensavel para conservação e guarda dos objetos de bordo. Eis a verdade.

Assim tambem disse S. Ex: "Ha officiaes desembarcados com vencimentos inteirinhos, como se estivessem sulgando os mares e arrastando tempestades. Devo denuncial-os pelos nomes? Deus me livre." O Sr. Andrade Figueira declarou em aparte que o ilustre deputado a quem me refiro, devia apresentar a lista desses officiaes, para cohibir; senão lh'a desse que elle lia. De perfeito acordo com o ilustre Sr. Andrade Figueira, era dever do nobre deputado declarar, quaes e quantos eram esses officiaes, que illegalmente estavam empregados em terra; mas S. Ex. não o fez porque seu fim não era denunciar nem cohibir abusos, mas sómente molestar o ex-ministro da marinha. E a prova é que censurou a esmo e levianamente, como fica demonstrado.

O Sr. JUNQUEIRA: – Si não ha urgencia de passar a lei, vamos discutir todas essas questões.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Tenho necessidade de defender-me dessas accusações, que, embora improcedentes, não podem ficar sem explicação.

Entretanto, uma vez que ninguém mais está com a palavra, vou interromper o meu descurso, para que possa encerrar-se a discussão. De outra vez continuarei; desde já declaro, porém, que não tomarei em consideração a parte do discurso do Sr. Taunay, em que S. Ex. **joga** o ridículo, que considero improprio da seriedade da discussão e da respeitabilidade do parlamento brazileiro.

Não havendo mais quem pedisse a palavra nem número para votar-se ficou encerrada a discussão e adiada a votação.

Seguiram-se successivamente em 2ª discussão, a qual ficou encerrada por não haver quem pedisse a palavra e adiada a votação por falta de numero para votar-se, os arts 2º, 3º, 4º, e 5º da mesma proposta.

Esgotadas as materias da ordem do dia, o Sr. presidente deu para o dia 26:

Votação da materia cuja discussão ficou encerrada.

1ª discussão projecto do senado, lettra A, do corrente anno, obrigando todos os empregados públicos, civis ou militares, de qualquer categoria, a contribuir mensalmente com a importancia correspondente a 4% do seu vencimento em favor do monte pio geral dos servidores do Estado;

Lettra B; do dito anno, reorganizando as caixas economicas.

2ª ditas das preposições da camara dos deputados, do corrente ano:

N. 34, autorizando o governo a conceder licença ao desembargador da relação da côrte, Eduardo Pindahyba de Mattos;

N. 36, autorizando o governo a conceder licença ao bacharel João Ignacio Teixeira, juiz de direito da comarca de Santa Maria de Bocca do Monte, da província do Rio Grande do Sul.

Levantou-se a sessão às 3 horas da tarde.

ANNAES DO SENADO
DO
IMPERIO DO BRAZIL

3ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA
JUNHO DE 1883
VOLUME III
RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA NACIONAL
1883

A VIAGEM DO TRANSPORTE "PURÚS"

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Sr. presidente preciso justificar um requerimento, que vou submetter à consideração do senado.

Nas ligeiras observações que vou fazer para justificar este requerimento, tenho de dirigir-me principalmente ao nobre senador pela província do Pa-

raná, visto como foi S. Ex. quem me collocou na necessidade e na obrigação de apresental-o.

Em uma das sessões passadas, quando S. Ex. justificou um requerimento pedindo informação ao governo sobre o estado sanitario dos navios da divisão de evoluções estacionados no porto da Bahia, trouxe ao conhecimento do senado escandalos, abusos e até attentados que, segundo a publicação feita em um jornal, que leu, haviam sido praticados a bordo do transporte de guerra Purús, em sua viagem do Ceará para o Pará.

As observações que agora vou fazer para justificar meu requerimento, deveriam talvez ter sido feitas mais a proposito e mais opportunamente, quando se discutiu o requerimento do nobre senador. Mas, por motivos estranhos à minha vontade, succedeu que eu não estivesse presente à sessão no momento, em que foi aberta a discussão deste requerimento, e como o illustre senador pelo Ceará, que se havia inscripto, desistiu da palavra, foi, na forma do regimento, encerrada a discussão do requerimento, sem que eu pudesse ser ouvido, e dar as explicações necessárias, apresentando, como additamento, o requerimento que agora faço.

Os factos escandalosos que o illustre senador trouxe ao conhecimento do senado são vagamente denunciados no artigo, a que me refiro, e que S. Ex. leu, e são denunciados com tanta exageração, que pela simples leitura deve parecer a qualquer espírito desprevenido que realmente eram inverosimeis e incriveis.

E para provar ao senado tenho razão nesta apreciação que faço, vou ler um trecho desta publicação, que vem transcripta no discurso do nobre senador. (Lê):

"Sabe-se que, partindo do nosso porto o transporte de guerra Purús, conduzindo a seu bordo, quasi empilhadas, mil e tantas pessoas, que tinham de expiar, no exilio, peccados alheios, ou culpas vâs, 24 horas depois eram victimas da sêde, dando-se a bordo o terror e a confusão!

"O commandante Faustino justificava-se allegando que o Sr. Rayol mandara sahir antes de estar completa a provisão do navio.

"Forçoso foi arriba ao Maranhão, e concorrendo a circumstancia de estar desconcertada a machina do vapor não foi aquillo uma viagem, não mas um verdadeiro naufragio. Longos dias se passaram antes que aquelle navio verdadeira presiganga fluctuante, aportasse a Belém, desembarcando aquella gente quasi enferma dos maus tratos e pessimas acommodações . . . .

. . . .

"O Purús, infecto, immundo, desmantelado, tinha trasido bexigosos, que embarcaram na Parnahyba . . . .

. . . .

É uma denuncia vaga em um jornal partidario, da província, que se acha em manifesta opposição à administração, e pela maneira exagerada por que expõe os factos facilmente se comprehende, que não era possivel, que tivesse occorrido.

Não é possivel acreditar-se que o transporte Purús, tendo sahido do Ceará, em cujo porto se conservou-se por espaço de 8 dias, para se preparar e receber a força de linha que tinha de conduzir ao Pará, 24 horas depois não tives-se a bordo a agua precisa, ficando os tripulantes e os passageiros reduzidos à sêde e forçados a beberem agua do mar, quando aliás existia um distilador, que serviria para preparar agua para supprir qualquer falta.

Não é crivel que, tendo sido o vapor promptificado na côrte para fazer esta viagem, se achasse em poucos dias de viagem em estado immundo, infecto, de maneira que não se podia prestar ao serviço a que fôra destinado, e todo desmantelado, já com a sua machina desconcertada.

De tudo isso vê-se evidentemente que havia demasiada exageração nas censuras arguidas. Assim pois, entendi que emquanto o nobre senador limitava-se à leitura do artigo do jornal a que me refiro, nada tinha que oppor; deixei ao criterio do senado fazer a apreciação, e tomar na consideração que merecesse.

Pareceu-me que S. Ex., ao terminar a leitura, se limitasse a pedir ao governo que tomasse na consideração que lhe merecessem estes factos, estes escandalos denunciados na imprensa da província, ou, quando muito, perguntaria si o governo tinha conhecimento de que algum desses abusos tivesse occorrido, e que providencias tivera tomado a respeito.

Assim, porém, não succedeu, e, pelo contrario, com alguma sorpreza, vi que o nobre senador, ao terminar a leitura do jornal, abundou em algumas considerações, por ande se mostrava inclinado a acreditar ou antes convencido de que eram verdadeiros os factos arguidos, e ao terminar as suas observações, concluiu nestes termos (lê):

"Entretanto o Purús não é um transporte velho; o que se deve concluir é que elle não estava prompto para fazer a viagem."

Quando S. Ex. assim concluiu, emitindo juizo fundado nestas censuras, e affirmando ou pelo menos acreditando que o Purús nem ao menos estava preparado para a viagem, entendi que devia protestar, como fiz, e então disse em aparte que não era verdade, que o Purús havia sido preparado e promptificado antes de sahir para esta commissão, e quando dei este aparte persuadime que seria acolhido pelo illustre senador; acreditei que S. Ex. não preferisse prestar credito à declaração anonyma do jornal, do que à minha affirmativa. Mas fui illudido, porque S. Ex. contestou o meu aparte, não aceitou a minha affirmativa e pronunciou-se nestes termos (lê):

"O senado póde convencer-se que um navio perfeitamente preparado ficasse logo em mau estado? Não estava prompto para sahir; é a explicação."

S. Ex. avançou, permitta que lhe diga, estou certo que de muito boa fé, inspirado pelos sentimentos nobres que sempre o dominam quando trata dos negocios publicos, avançou uma proposição inteiramente inexata. O transporte Purús quando sahiu do porto do Rio de Janeiro estava perfeitamente preparado, e S. Ex. devia saber que, quando eu lhe affirmava isto, é porque tinha certeza, tratava-se de um facto recente que se verificou na administra-

ção da marinha durante o tempo em que eu occupava a respectiva pasta.

O Purús precisava de reparações importantes, e eu as mandei fazer na industria particular. Tenho disto conhecimento e perfeita lembrança, porque mais de uma vez estive a bordo; as reparações foram contratadas e os contratos por mim approvados. Foram feitos sob a fiscalização immediata do arsenal de marinha, e sómente depois das informações necessarias, de conformidade com o regulamento e com a lei, é que autorizei o seu pagamento.

Foram, pois, feitas todas as reparações de que necessitava o transporte, desde o seu casco até às caldeiras, que foram substituidas, e sómente depois de promptificado, sendo até pintado e regularmente municiado, é que partiu do Porto.

Já vê S. Ex. que, não tendo conhecimento dos factos, não devia contestar-me pondo em duvida o que eu affirmava de sciencia propria.

Eu poderia oppor tambem, contraditando à publicação do jornal Constituição, artigos anonymos de outros jornaes da província, que produzem a defesa contestando os factos, e talvez pudesse fazer com mais vantagem, porque nos jornaes que tenho presentes é feita a exposição dos factos como elles se passaram, é a razoavel explicação dessas arguições levantadas no jornal que o nobre senador leu; é finalmente a defesa e, como sabe S. Ex. a defesa tem a seu favor a presumpção da verdade, emquanto a accusação não é provada.

Prescindo, porém, dessa leitura; prefiro fazer uso de documentos e peças officiaes, que tenho presentes, e que explicam os factos, e completam a defesa.

Apenas a Constituição publicou essa accusação, o presidente da província do Ceará, que era então o Sr. Dr. Rayol, hoje Barão de Guajará, que sempre se distinguiu pelo seu espírito de justiça ao commandante do vapor, contendo diversos itens, ou quesitos, relativos aos factos que tinham sido denunciados, ordenando-lhe que prestasse a respeito informação e esclarecimentos.

Lerei ao senado a resposta do commandante (lê):

"N. 114 – Bordo do transporte Purús no Ceará, em 19 de Abril de 1883.

"Illm. e Exm. Sr. – Em obediencia à ordem de V. Ex. contida em o officio de 18 do corrente mez, mandando que eu responda aos quesitos exarados em o mesmo officio, cumpre-me responder:

QUESITOS

"1º O navio sob seu commando a precisa capacidade para accommodar devidamente força em numero da do 15º batalhão de infantaria, que conduzia para o Pará?"

" – Sim! "

Respondeu affirmativamente a este quesito, e nem podia responder de outro modo, porque o Purús transportava 900 e tantas pessoas, e a sua lotação é de 1.200.

Segundo quesito (lê):

“No transporte dessa força consumiu-se a provisão d'agua? No caso affirmativo, a quantos dias de viagem, e por que causa?

Houve necessidade de distillar-se agua a bordo e de beber-se a do proprio mar, dando-se accidentes gravissimos?”

“— Quando o transporte suspendeu tinha de aguada dez mil litros, o que era sufficiente para a tropa, guarnição do navio, familias dos officiaes e praças do batalhão até o porto do meu destino; porém conhecendo que, na altura do Maranhão, me faltava agua, devido ao abuso e desregramento dos soldados, fui forçado a tocar naquelle porto para atestar os tanques.

Embora tivesse um tanque quasi cheio e que o distillador funcionasse regularmente, tive receio de qualquer desarranjo nesse apparelho, e por isso não quiz prosseguir na viagem sem aquella precaução.

Não se deu o facto de beber-se agua distillada, si bem que, se isso se tivesse dado, nada haveria de admirar, porquanto todos os paquetes transatlanticos usam dessa agua e mesmo os navios de guerra quando ha falta nos tanques da que é tomada nos portos.

Emquanto ao uso d'agua pura do mar é um absurdo engendrado por espíritos maldizentes.”

Esta resposta ao 2º quesito explica os factos como se passaram, e nem se podia acreditar que com effeito tivesse o navio partido do porto do Ceará sem estar preparado com todos os aprestos, sem aguada sufficiente. O presidente da província não era capaz de consentir em semelhante facto; e com que interesse, para que fim?

Demais esteve à frente do movimento do embarque, no Ceará, o Sr. general Tiburcio, que se conservava perfeito accôrdo e harmonia, e entretinha relações cordiaes com o 15º batalhão, com seu commandante e officiaes. Esse general merecia plena confiança do presidente e portanto seria solicito em reclamar o que se fosse necessario para o serviço a bordo, não consentiria que seus camaradas ficassem expostos aos incommodos, transes e soffrimentos que refere o jornal.

Outro quesito (lê):

“3º Ainda, no caso affirmativo, semelhante occurrencia não foi prevista por Vm. antes de suspender neste porto?

E assim, que razão teve para não providenciar em ordem a evital-a?”

“— Está explicado na resposta do segundo quesito.”

“4º O navio sob seu commando suspendeu levando essa tropa, antes do momento fixado por Vm. como sufficiente para ter-se acommodado devidamente a mesma tropa?

Pela affirmativa, o que concorreu para isso?”

“— O transporte recebeu a tropa e suspendeu depois de estar prompto para a sua commissão, conforme dei parte a V. Ex.”

“5º O mesmo navio tinha nessa occasião a machina desarranjada, e foi is-

so motivo para que levasse mais tempo na viagem e concorresse para arribar ao Maranhão? A ser verdade; que razões teve Vm. para suspender com a machina em estado de desarranjo?"

"– Arribei ao Maranhão pelo motivo constante da resposta ao segundo quesito."

"6º Finalmente deu-se a bordo algum caso de aborto em consequencia de incommodos da viagem, ou alguém atirou-se ao mar pelo mesmo facto?"

"– Houve a bordo dous partos de tempo, e o facto de atirar-se ao mar uma mulher deu-se no porto Maranhão, já fundeado o transporte, e, segundo declaração da mesma mulher e de pessoas que a conhecem, ficou provado ter sido isso proveniente de accessos de sonambulismo de que ella continua a ser accommettida."

Além da obrigação inherente à minha posição de commandante em tratar bem a tropa, tenho a convicção de que esforcei-me o mais possivel para isso cedi a camara do navio às familias dos officiaes e o camarim ao commandante.

Os officiaes e cadetes foram alojados nos 36 beliches de que dispõe o transporte.

Julgo ser correspondido à confiança do governo e à dos proprios officiaes, pois que espontaneamente me offereceram um abaixo assignado que por cópia apresento a V. Ex., ficando em meu poder o original.

Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Exm. Sr. Barão do Guajará, M.D. presidente da provincia. – Faustino Martins Bastos, capitão-tenente commandante."

Ficam assim explicadas as accusações infundadas produzidas pelo jornal Constituição contra o presidente e o commandante do Purús; si a bordo do vapor se dessem os excessos e abusos denunciados, si os soldados tivessem passado pelos soffrimentos que descreve o jornal, o commandante e os officiaes protestariam contra semelhante atentado; mas bem ao contrario, em vez de reclamarem contra o procedimento do commandante e officiaes do Purús, assignaram uma manifestação em que agradecem o bem tratamento que receberam. Nesse abaixo assignado, são palavras textuaes – agradecem a maneira cordeal e camaradesca por que foram tratados (lê):

"Cópia. – Os officiaes do 15º batalhão de infantaria, abaixo assignados, agradecem à officialidade do transporte de guerra Purús a maneira cordeal e camaradesca com que os trataram na viagem do Ceará para a capital, que acabam de fazer. Pará (Belém), 13 de Março de 1883. – O tenente-coronel José Antonio Alves, major Bento L. da Gama, capitão Tertuliano da Costa, capitão Aristides Rodrigues Vaz, capitão Manoel Bezerra, capitão João Ferreira Panasco, capitão José Joaquim Soares Carne Viva, tenente Alfredo da Costa Weyne, tenente J.J Ayres do Nascimento, alferes Joaquim José de Andrade, alferes Manoel Joaquim Domingues Moreira, alferes Deodato Lopes de Almeida, alferes João Francisco da Silva Castro, alferes Amancio Carlos de Brito, alferes José Segundo Penna Junior, alferes Rodrigo de Paula Xavier

Felicissimo, tenente Duroteu Raymundo Maria de Oliveira, alferes-ajudante Candido Carlos Cavalcanti de Negreiros, alferes Antonio Paes de Barros, tenente Januário da Silva Assumpção, Firmo Corrêa Araujo Sapucaia, alferes J. Carlos Nepomuceno Silva.

"Confere. – Bordo do transporte Purús, no Ceará, 19 de Abril de 1883.

"Conforme. – José de Almeida, 2º tenente."

Está assignadc pelo commandante e por todos os 25 officiaes do batalhão.

Além deste documento, tenho ainda uma informação prestada pelo commandante do Purús, logo que na tribuna do senado o honrado senador pelo Paraná levantou estas censuras.

É dirigida ao quartel general nestes termos (lê):

Illm. e Exm. Sr. – Tendo lido hoje, no Diario Official, o discurso pronunciado na tribuna do senado pelo Exm. Sr. conselheiro Correia e no qual graves accusações me são feitas por aquelle distinto parlamentar, accusações aliás colhidas no jornal a Constituição, que se publica na capital da província do Ceará, julgo do meu dever restabelecer a verdade dos factos.

Guardarei a ordem em que foram formuladas as accusações.

1º Empilhamento de 1.000 e tantas pessoas a bordo do Purús, as quaes, 24 horas depois da sahida do navio do porto, eram victimas da sêde.

Entre homens, mulheres e crianças embarcaram nessa occasião 842, que com as praças da lotação do navio, de 76 elevaram o numero total a 918.

O Purús, como V. Ex. sabe, foi construido na Europa para accomodar 1.200 praças, e veio dotado de todos os commodos necessarios a alojar e a abrigar devidamente tal numero de individuos.

Tem oito tanques para aguada, cuja capacidade total é de 11.500 litros, que era bastante para abastecer todo o pessoal à razão de 2 litros por praça durante seis dias. Ora, a aguada estava atestada e era impossivel que 24 horas depois da partida houvesse sêde a bordo.

2º Arribada ao Maranhão para tomar agua e desarranjo na machina.

Si toquei no Maranhão apezar de ter a bordo 2.000 litros, foi por querer continuar a dar a toda gente agua sem medida, visto que pareceu-me mais acertado, não havendo tempo fatal de chegada ao Pará, não restringir o fornecimento do preciso liquido.

Nem o mais leve concerto soffreu a machina do navio no Maranhão, como prova não só o livro de quartos de bordo, como porque apenas 20 e tantas horas de demora teve nesse porto.

3º Retratação em officio, ao presidente Rayol, do que dissera abordo em presença dos officiaes e passageiros.

Julgo-me dispensado de contestar essa allegação visto como estou acostumado a dizer a verdade de um só modo. E o attestado dos officiaes do 15º attestado que não solicitei e de que não precisava, é sufficiente para contestar as inverdades articuladas pela Constituição.

4º Volta de Belém em tantos dias que bastariam para uma viagem em torno da terra.”

Essa travessia durou 17 dias, dos quaes seis passados no Maranhão e cinco no Piauhy, todos por ordem dos presidentes das respectivas provincias, cujas ordens me achava.

5º O Purús infecto, immundo, desmantelado, tinha trazido bexigosos que embarcaram na Parnahyba.

Nenhum só doente da guarnição havia a bordo nessa occasião, como poderá V. Ex. verificar pela parte mensal; immundo nunca existiu nem existe em navios da marinha imperial; desmantelamento... de que ordem... O que recebi na Parnahyba foram 25 aprendizes-marinheiros, que por terem attingido à idade da lei tinham de ser transferidos respectiva companhia para o quartel do corpo de imperiaes marinheiros nesta côrte. É verdade que dous delles achavam-se com cataporas e por isso mesmo não seguiram viagem, e regressaram à companhia.

6º O Purús largando da Fortaleza a 21 de Abril, a 9 de Maio ainda estava em Pernambuco apodrecendo pelos portos de escalas.

Quid inde? A missão do navio era tocar em todos os portos onde pudesse entrar, afim de receber nelles as praças engaiadas e o material de guerra que devia ser transportado para a côrte. E si a isso chama – apodrecer nos portos – forçoso é confessar que até improprio é o termo escolhido, pois que ferro, que tal é o material do casco do navio, não apodrece.

7º Desarranjo na machina na altura dos Ilheos.

Poderia julgar-me dispensado de explicar o facto depois do que no senado disse o Exm. Sr. conselheiro Meira, ex-ministro da marinha, mas acrescentarei sempre que o que occasionou o desarranjo em questão foi o ter-se partido um eixo motor da machina, eixo que, posteriormente verificou-se, tinha uma falha que já existia desde que foi montada a machina do navio na Inglaterra. E sendo elle o primittivo, comprehende-se bem que, depois, de ter a machina do Purús trabalhado durante muitos annos, não pudesse mais resistir.

Creio ter assim contestado as falsidades escriptas na Constituição, e reduzido às verdadeiras proporções as malevolas insinuações que alli me são feitas.

Deus guarde a V. Ex. – Illm. e Exm. Sr. Elisiario José Barbosa, ajudante-general da armada. – Faustino Martins Bastos, capitão-tenente commandante.”

Nesse officio o commandante explica satisfactoriamente todas as occurrencias, nada deixa a desejar; apenas póde-se notar que a viagem foi um pouco retardada; mas é certo também que o commandante tinha ordem do governo para receber força e material de guerra pelos portos onde passasse.

O Sr. VIRIATO DE MEDEIROS: – Não teve culpa alguma nesse negocio.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Em todo caso estava à disposição das presidencias, e naturalmente foi demorado por necessidade do serviço.

Não existia a bordo epidemia, nem foram recebidos variolosos na Pa-

rahyba; ahi embarcaram 25 aprendizes marinheiros, desses 25 marinheiros dous estavam affectados de catapóras, e por isso deixaram de embarcar; nenhum doente existia a bordo.

O vapor por consequencia fez toda a sua viagem sem desarranjo, *nem* avaria alguma; foi sómente, como disse o commandante, ao passar na altura dos Ilhéos, que quebrou o eixo por causa de uma falha que existia desde que a machina foi collocada, mas que na inspecção feita no arsenal não foi notada, e nem podia ser.

Essa avaria foi uma sorpreza para todos que navegavam satisfeitos, suppondo ter uma viagem feliz.

Entretanto o nobre senador, para carregar as cores da accusação, trouxe ao conhecimento do senado uma noticia do Jornal do Commercio sobre o incidente (lê):

"O Jornal do Commercio de 28 de Maio disse: – Sabe-se, por telegrama, que, tendo esse transporte soffrido desarranjo em sua machina na altura dos Ilhéos, foi em seu socorro o vapor Alice, para o qual se baldearam todos os passageiros que seguiam viagem naquelle navio. O Purús trazia a bordo cerca de 800 voluntários para exercito e armada."

A esse respeito já prestei a explicação necessaria na sessão de 3 de Junho, e na Folha Nova foi publicada a informação que a respeito deu um official de bordo, em 31 de Maio.

O Sr. PRESIDENTE: – Lembro ao nobre senador que já está concluida a hora.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Não falta mais nenhum minuto?

O Sr. PRESIDENTE: – Até já passam alguns.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Bem; vou ler apenas esse ultimo documento (lê):

«O desastre do Purús. – Narração de um official de bordo. – Victoria, 26 de Maio. – Hoje, às 3 1/2 horas da tarde, fundeámos neste porto.

Sahidos da Bahia no dia 23, às 4 horas da tarde, achando um mar calmo e uma pequena brisa do sul, o céo límpido e azul, deixava brilhar a luz pura e argentina da lua cheia.

A alegria, a esperança e a satisfação de vermos concluir a nossa commissão com felicidade, nos embalavam, e foi alegremente que adormecemos, para acordar às 4 horas e 30 minutos da manhã, com o formidavel estampido se ouviu na machina, que parou logo em seguida.

Dizer tudo o que nos passou pelo espírito, em um momento, é cousa que se concebe, mas não se descreve.

Felizmente a nossa ansiedade foi de curta duração, porque, graças à pericia de nossos machinistas – o segundo dos quaes, por sua habilidade, comprova que a sua promoção por merecimento, foi um acto de justiça; graças a elles, a machina foi em um instante preparada e às 9 horas e 30 minutos o conselho dos officiaes resolvia que se devia seguir a viagem, visto como o navio só com uma roda andava de cinco a seis milhas por hora.

A avaria que sentimos, foi ter-se partido o eixo das rodas intermediarias, junto à manivella a EB, porque uma enorme falha circular o enfraquecia e o eixo apenas resistia por menos de um terço de seu diametro. O mau estado do dito eixo era impossivel de ser inspeccionado, por causa da posição da falha.

Hontem, depois do meio dia, o vento que nos ajudava, rondou para o sul e nos fez diminuir o andamento.

Devo dizer que às 6 horas da manhã de hontem passámos pelos Abrolhos e lá vimos ancorados os navios da esquadrilha de evoluções. Hoje, às 7 horas da manhã, tendo-se afrouxado um parafuso da machina fomos obrigados a parar, peiando a roda, com uma espia; nesta occasião, como o navio do ponto de Santa Cruz, a saber si havia alguma novidade; no mesmo momento passava por nós o pequeno Alice e nos oferecia auxilio e reboque, que rejeitamos por ser inutil.

Às 8 horas começamos a andar e pouco depois vimos o mestre Alves e tambem o vapor Alice, que tambem manobrou de modo a passar-nos por EB, pela pôpa e por EB, perguntando si queriamos auxilio ou reboque. Elle navegou de conserva comnosco e, apezar do Purús ter uma roda só, deu bem que fazer ao Alice para acompanhal-o.

Entrámos os dous e fundeámos às 4 horas da tarde."

Terminando, pois que não posso fazer mais observação alguma, creio que dei às explicações precisas para justificar o requerimento que vou apresentar.

Ficou sobre a mesa para ser apoiado na sessão seguinte, visto já ter passado a hora designada para a apresentação do requerimento, o seguinte:

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Sr. presidente, antes de tomar em consideração o discurso hontem proferido pelo nobre senador por Santa Catharina, farei algumas observações a respeito da administração da marinha em geral.

Começarei felicitando o nobre ministro, por se achar collocado em posição de prestar bons e relevantes serviços à marinha brazileira, que tem direito a esperar de S. Ex. esforços e dedicação para collocal-a em condições de verdadeira prosperidade, desenvolvimento e progresso.

A respeito da pasta da marinha, existe um preconceito, que tenho ouvido manifestar-se; entendem alguns que é menos importante do que as outras pastas.

Considerada quanto à política a pasta da marinha é realmente menos importante, e assim deve ser, os negocios da marinha devem se conservar afastados dos interesses políticos, e das conveniencias partidarias, que muitas vezes se chocam, e se acham em collisão com a administração publica, em muitos de seus ramos mais importantes.

Considerada, porém, quanto aos variados serviços da marinha, seus melhoramentos, reformas e instituições não é menos importante do que as outras.

Na pasta da marinha agitam-se altos interesses sociaes, grandes melhoramentos e reformas urgentes, que não devem ser adiados; ella põe em contribuição os principaes elementos da defeza nacional, da honra e integridade do paiz.

O que vale a marinha brazileira, seu merecimento e serviços vantajosamente prestados ao paiz todos reconhecem e proclamam, e eu o faço com satisfação.

A marinha brazileira tem-se assignalado sempre por actos de heroismo e gloriosos feitos em todas as lutas externas em que o Brazil tem-se achado empenhado.

A ultima campanha do Paraguay o attesta com brilhantismo; dessa campanha tão gloriosa para a marinha brazileira destaca-se a immortal batalha do Riachuelo, batalha, que tanto teve de modesta considerada em si mesma, em seus recursos de combate, quanto de imponente, sublime e elevada, pelo heroismo e valor inexcediveis dos poucos bravos que nella pelejaram.

Em todos os commettimentos militares a marinha brazileira tem uma pagina de gloria, um feito importante.

Ha uma grande vantagem na administração da marinha: é que muitas reformas em sua legislação e administração podem-se effectuar independente de augmento de despezas para os cofres publicos, sem augmentar os encargos financeiros do paiz, o que não succede em outras pastas.

É assim que, para se realizar reformas importantes, como a da instrucção publica, as municipaes ou provinciaes é necessário um augmento de despeza, e despezas crescidas.

Como se poderá fazer as reformas das municipalidades e das provincias, sem augmento de despeza, quer para o pessoal, quer para os respectivos serviços?

Muitas províncias e quasi todos os municipios estão depauperados, não dispõem dos recursos precisos para occorrer a despezas urgentes. Qualquer reforma, pra bem consultar esses interesses, não poderá produzir resultado pratico e de vantagem para o paiz, sem augmentar as rendas do municipio e província.

Na pasta da marinha póde-se realizar algumas reformas e melhoramentos sem o augmento de despeza ou com pequena despeza, e nisso vai uma grande vantagem, porque facilita essas reformas, algumas urgentes e importantes.

Tudo depende principalmente do ministro, que é quem dá impulso, dá o exemplo de actividade e de energia no trabalho, e que promove e inicia, desenvolve e corrige; o ministro é o primeiro obreiro e iniciador a seu exemplo todos se interessam, a seu lado estão os auxiliares, e alguns encontrará o nobre ministro mui distinctos e prestimosos, como eu os encontrei, e com grande proveito.

Permitta V. Ex. que lhe chame a attenção para algumas dessas reformas de que tenho conhecimento, que estavam em andamento ou iniciadas, e que devem ser realizadas; farei menção em primeiro logar de um codigo penal para

a marinha brazileira. Não preciso encarecer a sua necessidade.

É com effeito digno de reparo e mesmo de censura, que ainda hoje o codigo penal da marinha brazileira sejam os celebres artigos de guerra mandados publicar com força de lei por alvará de 1900. Portugal, de onde herdámos essa legislação, já tem seu codigo penal e igualmente todas as nações; só o Brazil é que se rege por esses artigos de quasi um século de existencia!

Nesta parte o exercito tambem reclama providencia igual, e é para sentir que o importante projecto do codigo penal, que foi formulado para o exercito por capacidades militares até hoje não tenha sido aproveitado e posto em execução. Na marinha está mais atrasada essa reforma; não existe projecto de codigo penal, mas o conselho naval está encarregado desse trabalho, e o nobre ministro hade encontrar no conselho naval um bom auxiliar para essas e outras reformas.

Eu encontrei na pasta da marinha diversos trabalhos preparados pelo conselho naval, e com o parecer da secção de marinha e guerra do conselho de estado; alguns aproveitei, outros existem dignos de serem tomados em consideração. Convem realizar uma outra reforma que ainda está adiada, e é urgentemente reclamada; é a ordenança ou regimento para o serviço de bordo, para regular as relações entre os diversos commandos dos navios e forças navaes.

Esse serviço ainda é regulado em nossa marinha pelo regimento provisional de 1796, já substituido em Portugal por uma ordenança moderna; entretanto, sendo esse regimento inteiramente deficiente e cheio de lacunas, é de todo insufficiente; esse serviço faz-se a bordo quasi tumultuariamente, sem ordem nem systema, póde-se dizer que é o commandante de cada navio quem estabelece por sua conta as regras e preceitos no serviço de bordo.

Todos os officiaes reclamam um regulamento que uniformise esse serviço. A esse respeito existe um projecto de ordenança, que o conselho naval formulou em 1866; é um trabalho importante; foi submettido ao estudo da secção de marinha e guerra do conselho de estado, que julgou-o bom e opinou para que fosse posto em execução, sendo modificado em algumas disposições.

Ultimamente submetti esse trabalho à revisão do conselho naval que desempenhou-se dessa tarefa de maneira digna de louvor; trabalhou pra isso em sessões consecutivas extraordinarias, com a assistencia do ministro.

Essa revisão está concluida, considero o trabalho digno de ser adoptado; foi acabado quando tive de deixar a pasta. O nobre ministro tome esse trabalho em consideração; elle o merece.

Tratando do serviço de bordo, vem a proposito fazer algumas observações a respeito do serviço de criados e cozinheiros; está também desorganizado e, com o pequeno salario que é destinado para esse serviço, não há quem queira encarregar-se delle; dahi resulta que os commandantes, sem que a lei autorize, mas forçados pelas circumstancias têm consentido que marinheiros de bordo o prestem, sendo alguns commandantes obrigados a alugar criados ou cozinheiros à sua custa, o que é uma iniquidade, attenta a pequenhez do

soldo que recebem. Diversas propostas existem sobre essa reforma.

A ultima é um trabalho elaborado por uma commissão de generaes; julgo essa proposta digna de ser adoptada, mas não o quiz fazer sem que fosse verificada pela experiencia a conveniencia de sua adopção; por isso mandei provisoriamente pôr em execução nos navios que estavam em serviço de evoluções, para depois resolver, como fosse mais conveniente.

No meu relatorio faço menção dessas reformas, e apresentei algumas idéas a respeito da reorganização que pretendia dar à escola de marinha; não preciso reproduzir agora o que já disse sobre o plano dessa reforma; chamo a attenção do nobre ministro para importantes pareceres e propostas elaborados pelo conselho de instrucção da escola de marinha.

É occasião opportuna do nobre ministro solicitar autorização do parlamento para realizar essa reforma, reunindo o collegio naval à escola de marinha, e se pretender promover qualquer providencia a respeito, conte com o meu apoio e coadjuvação.

O corpo de saude precisa ser reorganizado, e para esse fim pende de decisão do senado um projecto; a esse respeito é preciso que o nobre ministro se entenda com a commissão do senado, para que seja tomado em consideração o projecto que está pendente de deliberação, e estou certo que ella se prestará a satisfazer os desejos do nobre ministro, prestando assim um serviço a essa classe de funcionarios. Mas Sr. presidente, de todas as reformas ha uma que, não sendo menos importante, é talvez a mais urgente, e deve ter a primazia: é a reforma das companhias de aprendizes marinheiros.

Esta instituição, incontestavelmente, sabia que podia prestar grandes serviços à marinha brazileira, não tem correspondido a essa desideratum, pelo estado de desorganização em que se acha; desde que ficaram privadas do pessoal necessário, e começaram a ser dirigidas exclusivamente pelos capitães dos portos, distrahidos com as funcções de seu cargo, elles começaram a declinar e a decahir de sua importancia.

A lei do orçamento vigente autorizou o governo a reorganizar essas companhias, mas com uma restricção, a de não poder exceder a verba do orçamento; essa restricção tornou impossivel essa autorização, porque não se podia fazer essa reorganização sem aumentar a despeza, salvo reduzindo seu numero, como disse ao senado, na sessão do anno passado.

É necessario um commandante especial, que seja um official distincto que possa encarregarse desse serviço com proveito, disciplina e instrucção.

Para dirigir a escola é preciso um professor de primeiras lettras; actualmente é o capellão que serve de professor; mas, à vista do ordenado marcado para o capellão, não tem sido possivel encontrar sacerdotes que queiram accumular as funcções de capellão e de professor; dahi resulta que quasi todas as companhias têm estado sem capellão e sem professor; entretanto, o ensino primario nas companhias é tão necessario como a instrucção militar, e até certo ponto mais necessário, porque a instrucção militar poderá ser dada no corpo

dos imperiaes marinheiros, a bordo dos navios, e na escola pratica; mas o analphabeto que sahir das companhias de aprendizes marinheiros continuará analphabeto, e o senado comprehende que um marinheiro analphabeto não póde ser bom; em todo o caso não poderá ser perfeito.

O ensino primário, quanto a mim, é ainda mais importante do que o ensino religioso; o professor de primeiras lettras é mais necessário nas companhias do que o próprio capellão. O ensino religioso, na parte relativa à explicação do cathecismo, póde ser dado pelo professor de primeiras lettras; e, quanto aos outros actos religiosos, podem ser administrados na capella, ou na igreja matriz da séde em que estiver collocada a companhia de aprendizes.

O Sr. BARÃO DA LAGUNA: – Tudo isso já tenho dito aqui, e no entanto nem V. Ex. nem ministro nenhum tomaram em consideração.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Não basta dizer, é necessário que o governo possa fazer, e elle não póde sem estar habilitado; fiz o que era possível nos limites legaes, e já tenho sido censurado porque destaquei officiaes para as companhias; não podia crear despezas para um commandante especial e para um professor de primeiras lettras.

Para augmentar a despeza com esses empregados e outros que seriam necessários para a boa organização das companhias de aprendizes, é preciso que o corpo legislativo autorize. Eu estou promto a prestar o meu voto para esse fim, e mesmo offerecer ao projecto que se discute uma emenda nesse sentido, porque esse serviço não póde continuar prejudicado.

Os corpos da armada estão actualmente completos, e urge nesse momento que sejam organizadas as companhias, de modo que daqui por diante possam fornecer pessoal para a armada, o que é difficil no estado em que ellas se acham.

ANNAES DO SENADO
DO
IMPERIO DO BRAZIL

3ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA
DE 1 DE AGOSTO A 18 DE SETEMBRO DE 1883
VOLUME IV
RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA NACIONAL
1883

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Sr. presidente, não venho discutir largamente o orçamento do ministério da marinha; preciso, porém, tomar em consideração alguns topicos do parecer da illustrada commissão do senado, que manifestou divergencia na apreciação de alguns actos que pratiquei como ministro dessa pasta, divergencias que estou certo não se teriam manifestado si a illustre commissão tivesse adquirido os esclarecimentos precisos para formar um juízo mais razoável.

Tomarei também em consideração algumas proposições do discurso do honrado senador pelo Paraná, que, contra a minha espectativa, mostrou-se por demais severo e parcial no juízo que manifestou em referencia aos mesmos actos.

O primeiro ponto de que tenho de occupar-me é relativo ao corpo de imperiaes marinheiros. A illustrada commissão pronunciou-se contra o augmento de despeza para gratificação aos officiaes destacados para servirem nas companhias de aprendizes marinheiros; e como motivo justificativo de seu voto, declarou que o aviso de 2 Outubro do anno passado arbitrara gratificações especiaes para esse serviço, que estas gratificações importavam em despeza accrescida ao orçamento da marinha, e por consequencia não podia concordar com esse augmento pedido, tanto mais quando tinha sido por essa fórma violada a disposição do art. 9º § 2º da lei do orçamento de 30 de Outubro do anno passado, que, autorizando o governo para reorganizar estas companhias, prohibiu entretanto que se fizesse com augmento de despeza.

A illustrada comissão labora em manifesto equívoco. O aviso de 2 de Outubro do anno passado não arbitrou absolutamente gratificação alguma especial para os officiaes destacados nas companhias de aprendizes. A illustrada comissão não encontrou esse aviso entre os annexos do relatório, onde não foi publicado por conter disposição puramente transitória, entretanto foi publicado no Diário Official, além de que facil era obter a respeito os esclarecimentos precisos, para que pudesse conhecer com exatidão os fundamentos desse aviso, tanto mais quanto eu já tive occasião de declarar desta tribuna, discutindo a lei de fixação de forças de mar, que os officiaes destacados para o serviço das companhias de aprendizes marinheiros percebiam simplesmente vencimentos de embarcados.

Então disse, e repito agora, que não tinha podido usar da autorização dada na lei do orçamento de 30 de Outubro do anno passado, para reorganizar as companhias, justamente porque essa lei estabelecia a restricção de não haver augmento de despeza, o que não era possível nessa organização porque era indispensável não só dar-lhes commandantes, como professores de primeiras lettras, aos quaes deviam ser abonados os vencimentos correspondentes; o ministro, porém, não podia determinar o pagamento desses vencimentos, que iriam augmentar a despeza, pelo que preferi deixar de fazer uso da autorização.

Mas, não deviam continuar as companhias no estado de abandono e de indisciplina em que se achavam, pelo que resolvi praticar o acto de 2 de Outubro, perfeitamente legal, determinando que fossem destacados para essas companhias officiaes percebendo simplesmente vencimentos de embarcados.

Estes officiaes perdem vantagens que teriam si estivessem prestando serviços a bordo, porque deixam de perceber a ração e a gratificação para criado, na importancia de mais de 20$ e percebem apenas a gratificação de pouco menos de 100$; essa despeza, porém, não era nova, nem accrescia ao orçamento, estava incluida na verba – Força naval –, por onde era paga, e seria

feita mesmo quando os officiaes não fossem destacados para as companhias.

Vou dar conhecimento do aviso de 2 de Outubro, a que se referiu a commissão, e, para que o senado fique bem informado da providencia, que adoptei, vou ler sua integra, para mostrar que não só não houve augmento de despeza, como pelo contrário houve economia.

O aviso é dirigido ao quartel general (lê):

"Cópia. – 2ª secção. – N. 1068. – Rio de Janeiro. – Ministério dos negocios da marinha, 2 de Outubro de 1882.

"Convindo promover o maior desenvolvimento possível nas companhias de aprendizes marinheiros e melhorar sua disciplina dando-lhes uma direcção mais efficaz, previno a V.S. de que para ellas devem ser destacados, como 2 os commandantes ou ajudantes das capitanias dos portos, officiaes que, às condições de moralidade e capacidade, reunam as de reconhecida aptidão para bem dirigir e disciplinar os menores, dando-lhes a educação e ensino proprios de sua profissão. A estes officiaes serão abonados os vencimentos de embarcados em navios de guerra, e o governo está disposto a ter em muita consideração os bons serviços que prestarem, para conseguir-se, como é de absoluta necessidade, a reorganização e melhoramento de tão importante instituição, viveiro de nossa marinhagem.

"Deus guarde a V. S. – João Florentino Meira de Vasconcelos. – Sr. ajudante general da armada."

Foi uma providencia proveitosa e necessária; proveitosa – porque com effeito concorreu vantajosamente para que essas companhias se levantassem do estado de abatimento em que se achavam, convinha que se lhe désse uma direcção, que fosse mais efficaz à disciplina; e foi além disso uma resolução tomada dentro das forças do orçamento, e, pois, em nada absolutamente contrariou o preceito da lei de 30 de Outubro do anno passado, que autorizou a reorganização das companhias, uma vez que não se excedesse a despeza para este serviço destinada.

Concorreu naturalmente para o equivoco da illustrada commissão, o facto de vir consignada na proposta de lei de orçamento para o exercicio de 1884 – 1885, a quantia correspondente a estas gratificações na rubrica – Corpo de imperiaes marinheiros – como despeza augmentada nessa verba.

Mas, Sr. presidente, trata-se na proposta de uma despeza, sem accrescimento de despeza para o orçamento geral, porque tem de diminuir de quantia igual na rubrica – Força naval. – Tendo de organizar as bases para o novo orçamento a contadoria entendeu e eu concordei, que essas gratificações, que eram pagas pela verba – Força naval – passassem a ser pagas pela verba – Corpo de imperiaes marinheiros – visto como é por essa verba que se fazem as despezas com as companhias de aprendizes marinheiros; portanto, votada a emenda da camara, haverá apenas uma desclassificação de verba, isto é, em vez de se fazer a despeza pela verba – Força naval – passa a ser feita pela verba – Corpo de imperiaes marinheiros – sem augmentar a despeza; pelo contrário, si porventura estes officiaes estivessem effectivamente servindo a bordo

de navios, a despeza seria maior, como já demonstrei.

Parece-me, pois que, si a illustrada commissão tivesse obtido esses esclarecimentos não se teria pronunciado de maneira tão divergente do acto que pratiquei, autorizado por lei, dentro das forças do orçamento, e quando o illustrado relator da commissão tivesse a respeito não tinha conhecimento do aviso de 2 de Outubro, facil era obter qualquer esclarecimento: estamos aqui todos os dias, e bastava uma pergunta de S. Ex. e uma resposta minha, para que desapparecesse qualquer duvida e tudo se fizesse sem equivoco nem engano.

Creio ter explicado sufficientemente que a gratificação que recebem os officiaes destacados na companhia de aprendizes marinheiros, é legal e está dentro do orçamento; não houve excesso de despeza, nem violação da lei: tudo foi correcto, e no interesse do serviço publico.

Noto que nesta verba – Corpo de imperiaes marinheiros – a commissão do senado consignou uma emenda que não tem applicação.

O Sr. AFFONSO CELSO: – É erro.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Bem, é erro de collocação, pertence à rubrica – Arsenaes.

Passarei agora a tratar de outra verba relativa a – Arsenaes. A illustrada comissão pronunciou-se contra a emenda da camara dos deputados, creando o logar de ajudante do arsenal da côrte. Não teria necessidade de apreciar nesta parte o parecer da commissão si não reconhecesse que há também engano a respeito dos fundamentos que presume a commissão terem concorrido, para que a camara votasse a creação do logar de ajudante, principalmente porque o nobre senador pelo Paraná, a proposito, entendeu dirigir-me uma censura, entendendo que o illustrado relator da commissão, tinha sido contradictorio, ou condescendente, quando reconhece que a despeza com a gratificação a um official encarregado do serviço de madeiras póde ser regularmente paga pela verba – Eventuaes; não há tal contradição nem condescendencia, trata-se de uma despeza extraordinária, não prevista no orçamento, e de caracter eventual.

Não é, porém, esse serviço que justifica a creação de um ajudante para o arsenal da côrte.

A illustrada commissão não está bem informada a este respeito; não é o serviço extraordinário e provisório do acondicionamento e arrumação de madeiras, que determinou a camara dos deputados a adoptar essa providência; o serviço com as madeiras é estranho ao arsenal, muito embora esteja sob a direção do respectivo inspector, como esteve sob a do chefe de fazenda.

Esse serviço é separado do arsenal, pertence propriamente à intendencia, e o official que está delle encarregado não presta serviço no arsenal: assim como os ajudantes também não se empregam no serviço de madeiras, sendo pois esses serviços distinctos e independentes, e sendo o das madeiras de caracter provisório, não póde nem deve justificar a creação de uma despeza permanente; não é pois esse serviço que reclama mais um logar de ajudante, segundo

foi informada a commissão: semelhante informação não é verdadeira.

A proposito notou o nobre senador pelo Paraná, que eu houvesse collocado um official nesse serviço mediante gratificação paga pela verba – Eventuaes. Já demonstrei que não há illegalidade; é serviço extraordinário e provisório, para o qual é destinada aquella verba.

Devo porém ponderar que o acto não é meu: a collocação de um official no serviço das madeiras data de 1876 e a gratificação que então lhe foi arbitrada (peço ao nobre senador que tome nota, para fazer seus reparos com mais imparcialidade) foi de 500$ por mez!

O Sr. JUNQUEIRA: – Por mez?

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Por mez; tenho aqui a nota e assim esteve percebendo até 1880; nessa data foi diminuído para 100$, e ainda hoje é esta a gratificação que recebe; mantive esse serviço, porque realmente é elle indispensável para que o estado não seja prejudicado, pois existe uma grande quantidade de madeiras espalhadas em diversos logares, que precisam ser acondicionadas e collocadas em segurança, para que não sejam extraviadas, nem se arruinem.

É pois um serviço necessário e o ministro não tinha outra verba para fazer esse serviço, senão a verba – Eventuaes.

Também há um engano da comissão, quando disse pronunciando-se contra a creação do 3º ajudante para o arsenal, que esse serviço acha-se alliviado, por estar supprimida a companhia de aprendizes artifices: é certo que foi suppressa essa companhia, mas existe a companhia de artificies militares e é justamente essa companhia de que está encarregado por lei um dos ajudantes do arsenal, que portanto não está alliviado desse trabalho.

Eu não tenho duvida em prestar o meu voto à creação desse ajudante; ella consulta a necessidade do serviço, attendendo-se a que o arsenal se acha dividido em muitas estações, cada qual muito importante, principalmente na ilha das Cobras, onde um grande material pertencente ao estado precisa ser constantemente vigiado, para não se extraviar, além das officinas e trabalho dos diques, tudo precisa ser fiscalisado, tanto mais porque a ilha é habitada por uma população que póde facilmente communicar-se com o estabelecimento, de modo que, senão houver muita vigilancia, póde-se dar facilmente extravios de objectos pertencentes ao estado.

Para a regularidade do serviço e garantia dos objetos que ali se acham, é preciso que um dos ajudantes de permanencia quasi sempre na ilha das Cobras; o outro está encarregado da companhia de artifices militares; e o tempo que sobra a esses dous ajudantes, unicos que possue o arsenal, é insufficiente para o desempenho de todas as attribuições que lhe competem.

Os ajudantes são os auxiliares do inspector do arsenal em todas as suas importantes attribuições; elles fiscalizam as construcções no arsenal e no mar, nos estaleiros do estado e da industria particular; e parece que com effeito dous ajudantes são insufficientes para occorrerem a todo esse serviço, tão variado e distribuido por diversos logares.

Apenas toquei nesta emenda para essa explicação, e justificar o meu voto. O senado, tendo em consideração o estado financeiro do paíz, resolverá como entender em sua sabedoria.

E de mais, o nobre ministro dará sua opinião a respeito, si é que já não deu, e eu não tenho duvida em votar de accordo com S. Ex., que saberá consultar as necessidades do serviço publico.

Agora, Sr. presidente, vou entrar na questão dos addidos do arsenal, ou por outra, na questão da organização do quadro dos operarios dos arsenaes em geral, e especialmente do arsenal da côrte.

A illustre commissão opinou contra o augmento da despeza de duzentos e tantos contos para pagamento dos salarios dos addidos.

Eu, antes de tudo, devo rectificar um facto e dar uma explicação.

Esse augmento de despeza não é pedido para o exercício vigente; é um augmento de despeza para o exercício de 1884 – 1885, e por consequencia ao governo actual, principalmente, incumbe explicar a necessidade que possa ter deste recurso.

Devo mais ponderar que essa quantia, segundo fui informado por pessoa habilitada, não é exclusivamente para os operários addidos; é também para despeza que tem de realizar-se para o futuro, à proporção que os operários que trabalham em construções de madeira se habilitem em construcções de aço e de ferro, e por isso tenham de ser incluidos nos quadros destas construcções, para as quaes estão marcados vencimentos superiores; isso está de accôrdo com a observação 6ª da respectiva tabella. Essa despeza porém não foi incluida na proposta do governo; foi apresentada em uma emenda na camara dos deputados, é finalmente uma despeza projectada para o exercício futuro de 1884 – 1885.

Vou demonstrar que a despeza feita com os operários do quadro do arsenal póde ser mantida na verba ordinária do orçamento, salvo pequeno excesso, que, como está autorizado, será pago pelo credito especial destinado para o melhoramento do material fluctuante da armada; excesso de despeza que resulta da necessidade de augmentar o numero de operários que possam executar com celeridade as novas construcções, acrescidas e desenvolvidas como se acham; despeza legal e regularmente feita, visto como o credito especial, que é destinado para melhoramento do material naval, não só tem applicação às despezas com o material para esse melhoramento, como também com a mão de obra.

A construcção feita no arsenal traz a economia de que nella devem ser empregados os operários do quadro ordinário, mas si porventura, por circunstancias extraordinarias, para occorrer ao accrescimento do trabalho, existe necessidade de chamar operários extranumerarios como a lei autoriza, e as necessidades de serviço público reclamam, o governo está no seu direito mandando pagar esse excesso de despeza, proveniente do melhoramento do material pelo respectivo credito, por onde estão sendo feitas as construcções: não se póde com effeito augmentar o pessoal dos operários para empregar em

serviço ordinário por conta do credito especial, mas quando se trata de trabalho extraordinário, que não póde ser feito pelo orçamento ordinário, póde ser legalmente pago pelo credito especial, destinado para as despezas com o trabalho accrescido.

Finalmente, desde que se trate de serviço extraordinário de construcções novas, feitas por credito especial, si para occorrer a essas construcções é necessário augmentar o número dos operários e o orçamento ordinário não supporta esse augmento, a despeza é regularmente feita pelo credito especial.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ: – Si V. Ex. precisava de operarios extranumerarios, para que reduziu o quadro?

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Reduzi pela mesma maneira porque V. Ex. reduziu em 1872.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ: – dá outro aparte.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – V. Ex. com o seu aparte manifesta-se contra a doutrina geralmente aceita e admitida.

O quadro ordinário deve ser o mais resumido possível, compondo-se sómente de operários bons e escolhidos, que produzam mais e em menos tempo. Si, porém, apparece serviço extraordinário, então a lei autoriza, e muito bem, o governo a chamar maior numero de operários. Não é de bom conselho conservar um quadro desenvolvido, abundante de operários, mantendo-se constantemente uma despeza ordinária excessiva e muito crescida.

Reduzindo eu portanto, como fiz, o quadro dos operários do arsenal, consultei os interesses do thosouro, consultei o serviço público, e ainda o melhor systema adoptado na organização dos arsenaes em todas as marinhas.

A illustrada commissão pronunciou-se nestes termos (lê):

"Quanto à soma destinada à gratificação de operários addidos, além de não estar devidamente justificada, e de não ter sido solicitada pelo poder executivo, sua concessão viria nullificar os intuitos do poder legislativo, expressos no art. 5º, § 12 da lei nº 3141, de 30 de Outubro do anno passado."

É certo que não solicitei, como já disse, o augmento que foi oferecido por emenda da camara dos deputados, para o exercício de 1884 – 1885. E não solicitei, porque, como vou demonstrar, não há precisão desse augmento no exercicio que corre.

Mas a comissão labora em equivoco manifesto e patente, que se prova à vista da disposição clara e terminante da lei aqui citada, quando affirmou que o § 12 do art. 5º da lei do orçamento vigente autorizou a reorganização de todos os arsenaes.

O art. 5º § 12 da lei de 30 de Outubro do anno passado não autorizou, como pareceu à honrada commissão, a reorganização de todos os arsenaes do Império; limitou-se simplesmente a autorizar a reorganização do quadro do arsenal de Pernambuco, consignando para isto o credito de 92.000$, devendo ser restabelecido o pessoal artistico e administrativo, anterior aos decretos de 1880.

Essa disposição não foi violada, pelo contrario foi fielmente executada; foi reorganizado o pessoal do arsenal de Pernambuco nas forças da verba votada, restando ainda um saldo não pequeno.

Eis a disposição; é o § 12 do art. 5º da lei do orçamento vigente, tratando de diversas verbas para despezas, continua deste modo (lendo):

"... e 92:000$ para, autorizado o governo, restaurar o pessoal artistico de operários e dos serventes, assim como o quadro e vencimentos do pessoal administrativo do arsenal de marinha de Pernambuco.".

O Sr. AFFONSO CELSO: – Mas antes há alguma cousa.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Garanto a V. Ex. que não há equivoco de minha parte.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Então o exemplar de que me servi está errado.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – O que V. Ex. leu no sabbado vou ler agora (lendo):

"Elevada de mais de 400$ a consignação para vencimentos dos dous actuaes continuos da secretaria da inspecção do arsenal de marinha da côrte."

O Sr. AFFONSO CELSO: – É o que a lei autorizou.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Mas não autorizou a reorganização de todos os arsenaes.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Não.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Mas o parecer diz que a lei autorizou essa reorganização.

O Sr. AFFONSO CELSO: – O parecer diz que o governo só estava autorizado a fazer no arsenal de marinha da côrte, Bahia e Pernambuco aquilo que a lei do orçamento permitte.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Então as palavras do parecer exprimem o contrário do pensamento que V. Ex. agora externa.

O Sr. AFFONSO CELSO: – O pensamento é esse.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Vou repetir a leitura do parecer (lendo):

"Quanto à somma destinada à gratificação de operários addidos, além de não estar devidamente justificada e de não ter sido solicitada pelo poder executivo, sua concessão viria nullificar os intuitos do poder legislativo, expressos no art. 5º, § 12 da lei nº 3141, de 30 de Outubro do anno passado."

"Mandando restaurar o pessoal artistico e dos serventes dos arsenaes de marinha, segundo a legislação anterior aos decretos nºs 7680 e 7681 de 6 de Março de 1880, ella manifestamente determinou que a despeza dahi proveniente não excedesse em caso algum à somma total votada para toda a rubrica – Arsenaes – de 2.552:009$575."

A commissão, pois, exprimiu-se em termos que manifestamente dá a entender que a disposição citada autorizou a reorganização do pessoal dos arsenaes; não tenho duvida em aceitar a explicação que o nobre relator acaba de dar, mas a maneira por que redigiu o parecer, deixar conhecer claramente

que a commissão entendia que a lei citada autorizava o governo a reorganizar o pessoal artistico e dos serventes de todos os arsenaes, segundo a legislação anterior aos decretos de 6 de Março de 1880, quando pelo contrário é evidente que a lei sómente comprehendeu em sua autorização o arsenal de Pernambuco.

O Sr. AFFONSO CELSO: – A commissão continua a expor seu pensamento; V. Ex. toma sómente um topico.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Li um periodo completo até o fim; o pensamento é o mesmo, e bem explicito; o pensamento é que a lei autorizava a reorganização dos quadros de todos os arsenaes, e a esse respeito é que digo que houve equivoco.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Si a commissão refere-se ao decreto que diz respeito ao arsenal de Pernambuco...

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – O illustrado senador pelo Paraná laborou no mesmo equivoco, tanto que, lendo S. Ex. o parecer em que se apoiava e dizendo-lhe eu que a lei se referia sómente a Pernambuco, S. Ex. insistiu na sua opinião, accrescentando: e a commissão assim entendeu.

O Sr AFFONSO CELSO: – A commissão o que disse é que na côrte o governo só podia crear dous continuos e um engenheiro hydraulico.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – V. Ex. quiz dizer isso, mas disse o contrário no parecer.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Sem excesso de despeza o governo póde alterar os quadros.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Mas não em virtude da lei citada, e sim em virtude do art. 215 do decreto de 1874, que está em vigor.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Esse decreto deve ser interpretado de accôrdo com a lei de 1873.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – A lei de 1873 não tem applicação a esse decreto.

O Sr. AFFONSO CELSO: – O governo póde alterar os quadros não excedendo a despeza.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Já consegui o principal; mas não é a lei de 30 de Outubro do anno passado que autorizou essa organização.

É evidente que a commissão manifesta o pensamento de que a lei do orçamento vigente autorizou a reorganização dos quadros de todos os arsenaes; é o que eu contesto, essa lei não comprehende senão o arsenal de marinha de Pernambuco.

O Sr. AFFONSO CELSO: – E os oito remeiros para o da Bahia?

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Isso não é reorganização do quadro de operários, não é reorganisar o pessoal artistico e administrativo dos arsenaes; é uma providencia isolada relativa a oito remeiros, que não é pessoal artistico.

A commissão propoz o alvitre de ficarem suspensos os novos quadros e

tabellas e continuarem os operários a ser pagos pelas tabellas antigas, até que pelo trato de tempo o número de operários ficasse reduzido ao strictamente necessário para compor os novos quadros.

Este alvitre lembrado pela illustrada commissão é antes de tudo desnecessário, visto como no exercicio vigente as despezas não excedem ao orçamento, é além disso inconveniente e prejudicial ao serviço público.

O illustrado relator da commissão comprehende facilmente os inconvenientes, que resultariam do facto da suspensão dos quadros novos, pelos quaes os operários actuaes percebem seus vencimentos; seria uma desorganização do serviço e grande perturbação nos importantes trabalhos, e construcções do arsenal em muito larga escala.

O serviço público há de soffrer necessariamente, e muito, porque os melhores operários, ficando reduzidos aos vencimentos exiguos das tabellas antigas, hão de abandonar as officinas do Estado para procurar trabalho na industria particular, onde perceberão melhor retribuição; seria além disso uma verdadeira iniquidade para esses pobres servidores do Estado. Demais em que época se poderia restabelecer os novos quadros?

Quantos annos será preciso que decorram para que pelo trato do tempo, fique o pessoal assim reduzido?

E durante esse tempo, que recurso tem o governo para poder conservar nos arsenaes os nucleos de operários?

O Sr. AFFONSO CELSO: – O mesmo que tem tido até hoje.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Para conserval-os foi preciso a nova organização. Até hoje o governo podia admittir extranumerarios e conservar addidos para serviços extraordinários; mas de hoje em diante, sendo adoptado o alvitre lembrado pela commissão, o governo não poderá admittir novos operários, emquanto não ficar o numero reduzido ao strictamente necessário para restabelecimento dos novos quadros; o governo ha de cruzar os braços e deixar que o tempo opere essa obra de verdadeiro descalabro na administração do mais importante estabelecimento da marinha! O serviço ficará interrompido, as construcções retardadas, até que o pessoal possa ficar reduzido ao strictamente necessario para restabelecer de novo os quadros actuaes! É uma desorganização, do serviço tão inconveniente e prejudicial, que não acredito seja adoptada pelo senado.

Eu, como governo, certamente não podia de boa vontade aceitar semelhante providencia: contra ella lavro o mais solemne protesto.

Mas para que esse alvitre, para que esse atropelo, para que essa suspensão de tabellas?

Já disse, que é desnecessário, porque no exercicio vigente as despezas tendem a diminuir, e podem ser feitas dentro do orçamento.

Não se perca de vista, que o augmento de verba votado pela camara é para o exercicio futuro.

Senhores, vou fazer o historico da organização do quadro do arsenal, e assim prestarei os devidos esclarecimentos ao senado e ao paíz.

Eu não fui iniciador desta reforma, já reclamada muito antes do ministério de 3 de Julho; adoptei-a, porque era necessário e conveniente ao serviço público.

A organização da tabella do arsenal é de 1872; já haviam decorrido 10 annos. Por consequencia, os salarios estavam muito reduzidos, eram insufficientes, e isto concorria para que os bons operários, mais habilitados e melhor preparados para as novas construcções e trabalhos das diversas officinas, aquelles finalmente, que podiam ser aproveitados para os novos quadros do arsenal, fossem fugindo do estaleiro do Estado para se empregarem na industria particular. Concorriam para o arsenal os menos habilitados, os menos capazes e alguns até invalidos.

O certo é que por esta fórma havia se accumulado no arsenal um immenso pessoal de operários pouco habilitados, e somente um nucleo muito restricto de operários peritos, capazes de trabalhar com proveito.

Dos mais habilitados, alguns se conservaram sómente, porque já tinham annos de serviço e não addicional, aposentadoria ou pensão.

Mas o governo encontrava difficuldade em regularisar o serviço, sobretudo tendo diante de si o grande desenvolvimento das novas construcções que iam começar.

Conhecendo, pois, a necessidade de se reorganizar o quadro, os meus antecessores já haviam mandado preparar os competentes trabalhos.

Quando entrei para a pasta da marinha, em 3 de Julho do anno passado, já estava preparado o quadro do arsenal de marinha da côrte; estavam se preparando os outros no conselho naval.

Reconheci, com effeito, que havia necessidade e era urgente a adopção dessas novas tabellas. Mas observei que, existindo no arsenal da côrte um pessoal immenso de operários, era preciso proceder de maneira que os operários, que ficavam fóra do quadro, não fossem despedidos em massa, para atiral-os às ruas da capital, sujeitos à fome, e à miséria; despedil-os em massa não era possível, e nem o governo podia carregar com a responsabilidade de semelhante acto. Então resolvi, que não se preenchessem mais as vagas que se dessem no quadro, e que fosse a pouco a pouco e com a regularidade possível procedendo-se a eliminações, em larga escala, mas de maneira que não provocassem reclamações que incommodassem o governo e que perturbassem mesmo, de qualquer fórma, a ordem pública. Assim, em logar de por em execução o quadro em Agosto de 1882, como estava preparado, adiei. Dahi por diante começaram as eliminações, que eram feitas com rigor, mas sem abalo nem agitação; as vagas deixaram de ser preenchidas, para que, por essa fórma, o pessoal fosse gradualmente diminuindo e facilitasse a reforma.

É assim que, de Agosto de 1882 até Janeiro de 1883, época em que foram postas em execução as novas tabellas, foram eliminados do arsenal 289 operários, além das vagas que por outros motivos se verificaram, e não foram preenchidas até a nova organização. De Janeiro a Junho deste anno, elliminaram-se 143 operários, ao todo, desde Agosto de 1882 até Junho de 1888,

432. Mas, não obstante, ainda havia excesso de operários, e não era possível despedil-os de chofre. Determinei que aquelles operários que, pelo seu trabalho e pela sua conducta não devessem ser despedidos, fossem conservados como addidos, percebendo a gratificação e os vencimentos da antiga tabella, e como podia succeder que o orçamento ordinario não pudesse supportar toda a despeza, sendo ao mesmo tempo necessário conservar maior numero de operários para as novas construcções, resolvi occorrer a qualquer excesso de despeza por conta do crédito especial para o melhoramento do material fluctuante da armada; determinei que por este credito se fizesse o pagamento dos addidos, emquanto estivessem empregados nas construcções, que se faziam virtude do credito especial.

Não obstante, continuou em execução a ordem para eliminações, e determinei mais ao inspector que as vagas, que se dessem depois da reorganização do quadro, não fossem preenchidas; desta fórma fazia-se economia necessária e, ao mesmo tempo, facilitava qualquer reducção no quadro em futuro próximo, reducção necessaria em algumas officinas, e que não póde ser feita desde principio pela grande affluencia de operários.

Com essas providencias, continuando a subsistir, como está sendo, a ordem para as eliminações, e não preenchimento das vagas, as despezas ficarão reduzidas dentro das forças do orçamento ordinário, sem que seja necessária a providencia extraordinária e inconvenientissima, de serem suspensas as novas tabellas.

Como vê o senado, o numero do pessoal que encontrei no arsenal de marinha tem diminuido consideravelmente e continua a diminuir, porque o nobre ministro da marinha, como disse ante-hontem, continuou ainda com muito criterio a mandar eliminar operários. Por consequencia, com este systema e providencias adoptadas, estou convencido que a despeza poderá ser feita, daqui por diante, pela verba ordinária.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Logo, a emenda da camara é desnecessária.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ: – Desde que não é necessário a emenda da camara, para que suspender as novas tabellas?

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Sem duvida, não ha razão para semelhante suspensão, mesmo porque o augmento da verba não aproveita o exercicio vigente.

Entretanto, não posso deixar de tomar em consideração algumas observações a esse respeito feitas pelo nobre senador pelo Paraná.

Perguntou S. Ex. ao nobre ministro da marinha, porque tabella pagava a esses addidos, e o nobre ministro respondeu, e é verdade, que pela tabella antiga; acrescentou então S. Ex. (lê):

"O Sr. Correia: – Ha, pois, duas tabellas em execussão no arsenal; uma nova, recente, para os operários do quadro, e outra antiga para os operários que ficaram addidos.

Donde veiu essa distincção que a nobre commissão tão formalmente condemnou?"

Não ha razão para o espanto e admiração do nobre senador, pela distincção que nota entre operários do quadro pagos pela tabella nova, e operários addidos pagos pela tabella antiga; S. Ex. que é homem de estado deve saber que não é a primeira vez se dá esse facto.

Não fiz innovação alguma; o que fiz foi o que tem sido feito por outros e se praticou em todos os tempos; assim procedeu o nobre senador por Minas, o Sr. conselheiro Joaquim Delfino em 1872, quando realizou reforma identica.

A permanencia de duas tabellas, emquanto existirem addidos, é uma medida, além de necessária, economica.

Assim succedeu em 1872; mandou-se considerar addidos os operários que excederam ao quadro ordinário, e determinou-se que fossem pagos pela antiga tabella; essas providencias constam dos motivos justificativos do respectivo decreto que traz a data de 4 de Dezembro daquelle anno (lê).

O nobre senador pois, deve reconhecer, que foi menos justo em sua apreciação, recorra a época, que não lhe é suspeita, e terá a explicação.

Pela leitura do seguinte trecho do discurso do nobre senador vai ver o senado como essa questão tem sido apreciada com parcialidade e em justiça (lê):

"O Sr. CORREIA: – Em todo o caso, qual o plano que o nobre ministro se propõe seguir.

Pretende manter o quadro novo, e ir esperando que as vagas que forem ocorrendo venham a tornal-o uma realidade?

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: – Ainda hontem ou ante-hontem assignei uma ordem mandando despedir trinta e tantos.

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR: – Cumpriu o seu dever.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: – E estou despedindo ainda.

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR: – Si o seu antecessor tivesse procedido do mesmo modo, outro seria o orçamento."

Como vê o senado, o nobre senador pelo Rio de Janeiro, que aliás sempre se revela com izenção de espirito, foi sobre modo injusto, por que ao passo que a applaudia o nobre ministro, e com muita razão, por que mandava eliminar, censurava o ex-ministro, que no entretanto, havia realizado eliminações em numero superior a 400 operários.

Si o nobre senador estivesse melhor informado, estou certo de que seria S. Ex. incapaz de commetter semelhante injustiça.

Tratarei agora, Sr. presidente, de demonstrar que não houve illegalidade na creação do novo quadro de operários do arsenal, como pareceu ao nobre senador pelo Paraná.

tem com os decretos ou actos do poder executivo; a disposição é expressa e clara, tanto que os dous annos são contados da data da promulgação da lei, que concedeu a autorização (lê)

Como pois, fazer extensiva essa disposição ao art. 215 do decreto de 1874?

se nas palavras do parecer e na disposição da lei do orçamento vigente, dizendo eu em aparte, que havia feito a reforma em virtude da disposição do citado decreto de 1874, S. Ex., bem como o illustre relator da commissão, opinaram que o art. ?15 desse decreto estava revogado pelo art. 19 da lei de 1873.

O Sr. AFFONSO CELSO: – dá um aparte.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: -- Ainda com esta rectificação, não está revogada a disposição. Vou discutir este ponto, procurarei demonstrar que o art. 19 da lei de 1873 não revogou a disposição do decreto de 1874.

O Sr. AFFONSO CELSO: – É a luz, por meio da qual se deve entender o decreto.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – A opinião manifestada pelo nobre senador pelo Paraná, e por V. Ex., foi que a disposição do decreto de 1874, estava revogada pela lei de Agosto de 1873. Ora o art. 19 dessa lei dispõe (lê):

"As autorizações para creação ou reforma de qualquer repartição ou serviço público não terão vigor por mais de dous annos à contar da data da promulgação da lei, que as decretar."

Como vê o senado, esta lei expressa e claramente refere-se sómente a autorização concedida por acto do poder legislativo ao governo para crear ou reformar qualquer serviço público, não se refere porém, aos actos do poder executivo, e portanto não comprehende, nem póde comprehender, a disposição do decreto de 1874.

Emquanto a autorização do poder legislativo não tiver execução está sujeita à caducidade da lei de 1873, uma vez porém expedido o decreto para a execução dessa autorização, não está sujeita à caducidade pelo lapso de tempo de 2 annos.

O art. 4º da lei nº 2.236 de 26 de Abril de 1873 autorizou o governo a reorganizar os arsenaes de marinha; usando dessa autorização expediu o governo o decreto de Maio de 1874 realizando essa reforma, tendo sido, portanto, cumprida autorização no praso de dous annos, escapou à pena de caducidade do art. 19 da lei de 1873, e o respectivo decreto não póde continuar sujeito à essa disposição; o decreto que realizou a reforma não ficou nem podia ficar sujeito a semelhante pena de caducidade, isso importaria manifesta inversão em todos os actos do poder executivo, o que é absurdo manifesto; a execução está cumprida, e o decreto tem força obrigatoria independente do preceito do art. 19 da lei de 1873; o decreto entra no regimen commum dos actos do poder executivo e só póde ser revogado ou por acto do poder executivo ou do legislativo.

Si com effeito o governo em 1874 não tivesse executado a autorização legislativa dentro do praso dos dous annos, e hoje eu lhe desse execução, então teria eu praticado um acto exorbitante, porque tratando-se de uma autorização legislativa, sómente podia ser cumprida dentro de dous annos. Emfim o art. 19 da lei de 1873 somente refere-se a autorização legislativa, nada

Não ha razão para o espanto e admiração do nobre senador, pela distincção que nota entre operários do quadro pagos pela tabella nova, e operários addidos pagos pela tabella antiga; S. Ex. que é homem de estado deve saber que não é a primeira vez se dá esse facto.

Não fiz innovação alguma; o que fiz foi o que tem sido feito por outros e se praticou em todos os tempos; assim procedeu o nobre senador por Minas, o Sr. conselheiro Joaquim Delfino em 1872, quando realizou reforma identica.

A permanencia de duas tabellas, emquanto existirem addidos, é uma medida, além de necessária, economica.

Assim succedeu em 1872; mandou-se considerar addidos os operários que excederam ao quadro ordinário, e determinou-se que fossem pagos pela antiga tabella; essas providencias constam dos motivos justificativos do respectivo decreto que traz a data de 4 de Dezembro daquelle anno (lê).

O nobre senador pois, deve reconhecer, que foi menos justo em sua apreciação, recorra a época, que não lhe é suspeita, e terá a explicação.

Pela leitura do seguinte trecho do discurso do nobre senador vai ver o senado como essa questão tem sido apreciada com parcialidade e em justiça (lê):

"O Sr. CORREIA: – Em todo o caso, qual o plano que o nobre ministro se propõe seguir.

Pretende manter o quadro novo, e ir esperando que as vagas que forem ocorrendo venham a tornal-o uma realidade?

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: – Ainda hontem ou ante-hontem assignei uma ordem mandando despedir trinta e tantos.

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR: – Cumpriu o seu dever.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: – E estou despedindo ainda.

O Sr. TEIXEIRA JUNIOR: – Si o seu antecessor tivesse procedido do mesmo modo, outro seria o orçamento."

Como vê o senado, o nobre senador pelo Rio de Janeiro, que aliás sempre se revela com izenção de espírito, foi sobre modo injusto, por que ao passo que a applaudia o nobre ministro, e com muita razão, por que mandava eliminar, censurava o ex-ministro, que no entretanto, havia realizado eliminações em numero superior a 400 operários.

Si o nobre senador estivesse melhor informado, estou certo de que seria S. Ex. incapaz de commetter semelhante injustiça.

Tratarei agora, Sr. presidente, de demonstrar que não houve illegalidade na creação do novo quadro de operários do arsenal, como pareceu ao nobre senador pelo Paraná.

Vou tomar em consideração a opinião aventada pelo nobre relator da commissão e pelo nobre senador pelo Paraná, quando sustentam que a disposição do art. 215 do decreto de 2 de Maio de 1874 está revogado pelo art. 19 da lei nº 2.348 de 25 de Agosto de 1873.

Quando o nobre senador pelo Paraná, referiu-se a esta questão, apoiando-

se nas palavras do parecer e na disposição da lei do orçamento vigente, dizendo eu em aparte, que havia feito a reforma em virtude da disposição do citado decreto de 1874, S. Ex., bem como o illustre relator da commissão, opinaram que o art. ^15 desse decreto estava revogado pelo art. 19 da lei de 1873.

O Sr. AFFONSO CELSO: – dá um aparte.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: -- Ainda com esta rectificação, não está revogada a disposição. Vou discutir este ponto, procurarei demonstrar que o art. 19 da lei de 1873 não revogou a disposição do decreto de 1874.

O Sr. AFFONSO CELSO: – É a luz, por meio da qual se deve entender o decreto.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – A opinião manifestada pelo nobre senador pelo Paraná, e por V. Ex., foi que a disposição do decreto de 1874, estava revogada pela lei de Agosto de 1873. Ora o art. 19 dessa lei dispõe (lê):

"As autorizações para creação ou reforma de qualquer repartição ou serviço público não terão vigor por mais de dous annos à contar da data da promulgação da lei, que as decretar."

Como vê o senado, esta lei expressa e claramente refere-se sómente a autorização concedida por acto do poder legislativo ao governo para crear ou reformar qualquer serviço público, não se refere porém, aos actos do poder executivo, e portanto não comprehende, nem póde comprehender, a disposição do decreto de 1874.

Emquanto a autorização do poder legislativo não tiver execução está sujeita à caducidade da lei de 1873, uma vez porém expedido o decreto para a execução dessa autorização, não está sujeita à caducidade pelo lapso de tempo de 2 annos.

O art. 4º da lei nº 2.236 de 26 de Abril de 1873 autorizou o governo a reorganizar os arsenaes de marinha; usando dessa autorização expediu o governo o decreto de Maio de 1874 realizando essa reforma, tendo sido, portanto, cumprida autorização no praso de dous annos, escapou à pena de caducidade do art. 19 da lei de 1873, e o respectivo decreto não póde continuar sujeito à essa disposição; o decreto que realizou a reforma não ficou nem podia ficar sujeito a semelhante pena de caducidade, isso importaria manifesta inversão em todos os actos do poder executivo, o que é absurdo manifesto; a execução está cumprida, e o decreto tem força obrigatoria independente do preceito do art. 19 da lei de 1873; o decreto entra no regimen commum dos actos do poder executivo e só póde ser revogado ou por acto do poder executivo ou do legislativo.

Si com effeito o governo em 1874 não tivesse executado a autorização legislativa dentro do praso dos dous annos, e hoje eu lhe desse execução, então teria eu praticado um acto exorbitante, porque tratando-se de uma autorização legislativa, sómente podia ser cumprida dentro de dous annos. Emfim o art. 19 da lei de 1873 somente refere-se a autorização legislativa, nada

tem com os decretos ou actos do poder executivo; a disposição é expressa e clara, tanto que os dous annos são contados da data da promulgação da lei, que concedeu a autorização (lê)

Como pois, fazer extensiva essa disposição ao art. 215 do decreto de 1874?

O decreto do governo que deu execução a autorização legislativa é permanente e obrigatorio, emquanto não for revogado pelos tramites competentes, e, portanto, não póde estar sujeito à caducidade de 2 annos.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Mas a autorização uma vez exercida desapparece.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Não tem duvida alguma, mas fica em vigor o decreto expedido em cumprimento da autorização.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Não ha questão sobre isso; mas o decreto não ha de autorizar o governo a nova reforma.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – O decreto autorizou, ou ontes...

O Sr. AFFONSO CELSO: – Mas não podia.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – ... determinou, que as tabellas de vencimentos fossem reformadas de três em três annos.

A disposição do decreto é imperativa para revisão das tabellas. A expressão do decreto é: – Serão fixadas de três em três annos. Assim de três em três annos, o governo está habilitado para fazer essas alterações.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Mas sem augmento de despeza.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Estamos de accôrdo; mas, quem prohibe a despeza é a lei de orçamento geral, mas não a disposição permanente e especial da lei de 1873, mesmo porque essa lei não fallou em despeza, refere-se a qualquer autorização, traga ou não agumento de despezas.

Finalmente, o decreto de 1874 emquanto não fôr regularmente revogado continua em vigor, a despeito do art. 19 da lei de 1873.

O illustre senador pela provincia do Paraná fez algum reparo sobre o estado completo do batalhão naval, notando que pelo meu relatório de 1 de Maio não estava completo o batalhão, e que as ordens que eu tinha expedido suspendendo o alistamento produziram effeito contrário, pois não tinham tido execução.

Isso não é exacto; em tempo expedi as ordens precisas, para que não continuassem os engajamentos além do numero fixado no orçamento de 450 praças; mas, sendo expedidas estas ordens, em Abril do anno passado, quando pude reconhecer que iam ser completas as 450 praças, quando as ordens chegaram às provincias, e sufficientes para completar o effectivo de 600.

Apressei-me em expedir circulares aos presidentes de provincia determinando que cessasse o engajamento. Depois, tendo noticia de que os engajamentos continuavam incessantemente no norte, antes que pudesse lá chegar a circular, expedi telegrammas em datas de 18 de Abril rectificando as ordens.

Estas ordens foram cumpridas, mas não era possível desligar aquelles que já tinham sido contratados.

O relatorio escripto em Abril e publicado a 1 de Maio, por isso consignou a verdade do facto de que eu havia providenciado para que não continuasse o alistamento, mas a affluencia de voluntários nos últimos tempos foi tal que elevou o corpo ao seu numero completo de 600 praças, a despeito das providencias tomadas.

Sr. presidente, ao terminar eu farei algumas observações sobre duas das emendas votadas na camara dos deputados e contra as quaes manifestou-se à illustrada commissão. Uma dellas é relativa à ordenança.

A camara dos deputados votou um additivo mandando executar provisoriamente o projecto de ordenança geral para armada; a commissão declara que não podia dar o seu assentimento.

Eu entendia que esta autorização da camara dos deputados não devia ser votada, não pelo motivo indicado no parecer da commissão, mas porque entendo que não ha necessidade dessa autorização para que o governo possa adoptar e por em execução um regulamento ou ordenança para serviço de bordo; é um acto administrativo, da competencia do poder executivo.

Não se trata de um codigo penal, não se trata de revogar ou reorganizar os artigos de guerra que infelizmente ainda vigora em nossa armada; trata-se simplesmente de expedir um regulamento por decreto para reorganizar o serviço de bordo, para o qual ainda está infelizmente em vigor o regimento provisional de 1796, do almirantado portuguez, decreto caduco, que não devia estar em execução; não se presta às necessidades do serviço, e é urgente, é indispensável que seja reformado, é indispensável que o governo expeça um regulamento para o serviço de bordo da nossa armada.

Eu creio que a camara dos deputados julgou necessaria essa autorização porque talvez se referisse ao projecto de ordenanças, que foi publicado em 1868, que realmente não póde ser executado tal qual está, e não deve ser autorizado pelo poder legislativo.

O Sr. AFFONSO CELSO: – É o que a camara dos deputados quiz.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Eu estou expondo o meu pensamento para que não se supponha que esta negativa de autorização pelo senado importa impossibilidade para que o governo amanhã regulamente esse serviço...

O Sr. AFFONSO CELSO: – Com tanto que não estabeleça penalidade.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Perfeitamente; e aquella ordenança não póde ser adoptada por que em algumas disposições cria penalidades.

O Sr. AFFONSO CELSO: – É um codigo de dous mil e tantos artigos.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Sobre elle foi ouvido o conselho de estado, e houve parecer luminoso, com voto escripto do nobre almirante senador por Matto Grosso, que opinou para que fosse adoptada a ordenança, mas com alterações elliminando as disposições puramente penaes, improprias para um regulamento do serviço de bordo.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Para o serviço de bordo o governo póde expedir quantos regulamentos quizer.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Justamente; estamos de accôrdo, não ha necessidade de autorização; o governo é perfeitamente competente para expedir regulamento ou ordenança, dêsse-lhe o nome que quizer, é isto reforma administrativa, e é urgente, por que, como sabe o nobre senador, o serviço de bordo é feito com muitos defeitos, irregularidades e lacunas.

O Sr. AFFONSO CELSO: – É também preciso reformar a penalidade; mas não aquelle meio.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Na ordenação não deve entrar penalidade.

A commissão também pronunciou-se contra a emenda da camara dos deputados que autorizou a reforma dos arsenaes. (lê)

Realmente nos termos em que está concebida a autorização, não ha necessidade, como bem diz a commissão, mas eu entendo que seria conveniente autorizar o governo a reformar o arsenal, harmonizando-se esse serviço com o da intendência, estender a reforma até à intendencia.

O Sr. AFFONSO CELSO: – Supprimil-a.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – De accôrdo, suprimindo-a; uma autorização neste sentido julgo necessária. A intendencia hoje constitue uma difficuldade na administração de marinha, traz embaraços...

O Sr. AFFONSO CELSO: – É uma roda de mais.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – É uma roda de mais, como diz o nobre senador, e que está sempre a imperrar. Um ou dous exemplos basta para convencer disto.

A intendencia é o deposito de todo o material para construcções. Vem, por exemplo, uma grande quantidade de ferro, milhares de toneladas para os navios que se estão construindo; em logar de ser esse material recebido no arsenal, onde vai ser empregado, é recolhido a intendencia, entra primeiro no almoxarifado, com isso ha despezas, perda de tempo e atropello de serviço, depois o arsenal vai fazendo os pedidos, e para ser esse material fornecido pela intendencia, novas despezas, tanto maiores quanto se trata de um material excessivamente pesado, é preciso simplificar esse serviço, e é por esse motivo que o serviço de arrumação das madeiras está actualmente a cargo do inspector do arsenal. Praticamente essa reforma já se manifesta .

Assim, entendo que a intendencia deve ser supprimida e dar-se nova organização ao serviço.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ: – Quem ha de fazer o fornecimento dos navios?

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Será um serviço especial.

O Sr. RIBEIRO DA LUZ: – Constituirá uma intendencia em ponto pequeno.

O Sr. MEIRA DE VASCONCELOS: – Póde se reunir esse serviço de fornecimento aos navios à repartição do corpo de fazenda.

Por esta fórma simplifica-se e faz-se com mais promptidão o serviço, com proveito do estado e grande economia, porque a intendencia é um grande sorvedouro dos dinheiros públicos e sem necessidade.

Eu colloquei sobre a mesa uma emenda modificando a nomenclatura das patentes dos officiaes da armada, harmonizando-as com a marinha estrangeira, mantendo a mesma harmonia com os postos do exercito; é uma medida simples, mas reclamada na armada, para evitar alguns conflitos entre officiaes da nossa armada e da marinha estrangeira, sem alteração de vencimentos nem de honras.

É uma alteração que julgo proveitosa e necessária, sobretudo quanto aos chefes de divisão, não exponho algumas considerações para justifical-as, porque, já em outra occasião justifiquei essa reforma, que, pela sua simplicidade, creio que não soffrerá opposição.

São estas as observações que tinha a fazer.

JOÃO PESSOA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

"Chefiou de fato a Revolução brasileira
antes de deflagrar".

(De Osias Gomes)

O normal, entre os paraibanos de relêvo, neste país, é o crescimento de sua personalidade ao emigrarem para outras plagas. Quase sempre, a Paraíba serve de palco à sua iniciação, passando depois a ser espectadora do sucesso e dele participando, não só através do prestigio e do respeito carreado pela presença de conterraneos nos altos comandos da República, como de beneficios necessariamente advindos da atuação deles nos mais diferentes setores da pública administração e também em empresas privadas.

Consequencias favoráveis, obviamente, recaíam sobre o Estado, sob o aspecto material, todas as vezes que filhos seus ocupavam postos nos escalões superiores. Há um sem número de realizações de vultos, graças à atuação desses paraibanos ilustres. Isto sem falar no clima político, administrativo, social e economico que envolvia a Paraíba, nestas oportunidades.

Com João Pessôa, o roteiro foi diferente. Apezar de ser a sua familia de larga e profundas tradições políticas, com bases sólidas no prestígio com que a envolveu Epitácio Pessôa, João Pessôa não mantinha nem cultivava ligações político-partidárias. Exercia suas funções de Ministro do Superior Tribunal Militar, na intangibilidade de uma judicatura a que não maculavam influências outras que não fôssem da verdade, do direito e da justiça.

Tanto é assim, que de sua passagem por aquela alta corte de justiça, não chegaram aos seus biógrafos fatos outros senão essencialmente ligados a decisões e julgamentos inflexíveis nos caminhos da lei. Paradoxalmente ao que iria lhe acontecer mais tarde, firmava-se na mais pura e irreversível crença na legalidade, em nome da qual não aceitava atenuantes aos que conspiravam con-

tra o Governo constituído. Era um fetichista da legalidade, sentimento este que viria a ser abalado, no exercício do cargo de Presidente do Estado, quando vendavais de paixões políticas o levaram até o sacrifício supremo.

Assim é que José Américo conta que quando falaram a João Pessôa — já no Governo da Paraíba — pela primeira vez, da articulação de um movimento armado revolucionário para depôr os detentores do Poder Central, a resposta foi:

"Prefiro mil vezes Júlio Prestes a uma revolução".

José Américo explica: "Era a consciência do juiz que julgava severamente revoltosos e, naquela hora, sofria de um lado todas as perseguições e de outro desgostava os seus, para não abdicar de sua personalidade de juiz".

E esta posição legalista de João Pessôa é tanto mais estoica quanto mais se considerar a sua luta à frente do Governo do Estado, ao ponto de Juarez Távora, em seu livro de memórias — "Uma Vida e Muitas Lutas", acentuar: "A pressão do Governo Federal sobre a Paraíba continuava cada vez mais insuportável. Só a têmpera inabalável do Presidente João Pessôa e o apoio caloroso que recebia do povo paraibano podiam explicar sua permanência no Governo do Estado".

E esta determinação legalista não se altera nem mesmo no curso de uma luta armada no Estado, quando João Neves da Fontoura, citado em artigo por Hélio Zenaide, da tribuna da Câmara dizia:

"Se o executivo federal se contivesse dentro dos preceitos da lei fundamental, o Sr. João Pessôa teria recebido material bélico às bateladas, com ele preparando os soldados da policia, de modo que já estariam destroçados os que se levantaram contra a autoridade legitima. Tal seria sido o epílogo dos acontecimentos reduzidos, mediocremente, a um banal incidente de polícia".

Limitado nos seus passos pelas próprias caracteristicas da magistratura militar, para a qual entrou em 1909, pòr concurso, como auditor auxiliar e logo mais, auditor geral da Marinha, em 1914, e por fim Ministro do então Supremo Tribunal Militar, em 1920, João Pessôa até 28 de Outubro de 1928, quando assumiu o Governo da Paraíba, era um juiz a mais no Brasil. Juiz íntegro, austéro, inflexível, vigilante. Entretanto, apenas juiz.

Foi, juntamente, com o seu retorno à terra, que se abriu a notoriedade. Os seus primeiros atos de Governo revelavam:

"O homem que não pertencia a seu tempo", como proclamaram os seus biógrafos e como o consideravam os seus contemporâneos.

Administrativamente marcou a sua ação por todo o Estado. Resolveu tudo. Quase meio século decorrido e ainda hoje administradores têm sempre presente as suas normas de Governo e o povo sabe que o que muito se tem feito, grande parte se assentou na continuidade de suas obras ou na execução dos seus planos.

Politicamente, com a projeção de seu nome, foi a Aliança Liberal buscar

no Presidente da Paraíba, o companheiro de chapa de Getúlio Vargas, para as pregações democráticas em 1930.

Lembro-me bem, estudante em Recife, no ano de 1930, do entusiasmo popular por sua figura e jamais tinha visto tanta gente na rua, como na passagem de João Pessôa para realizar comícios pelo interior, entre eles, um dos maiores, em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco.

Está bem presente aos meus olhos, a convulsão popular com a notícia de sua morte na Confeitaria Glória, na Rua Nova, quando compacta multidão enchia as ruas da capital pernambucana, revelando, àquela altura, insatisfação revolucionária e dor profunda da perda do líder nacional que já se formava.

E daquele acontecimento em diante, não houve mais sossego para as autoridades, constituidas. O seu cadáver exposto à visitação pública na Catedral da Capital paraibana, o seu transporte por mar para o Rio de Janeiro, com escala em várias capitais brasileiras, a repercussão pela imprensa, o seu sepultamento na Capital da República, toda esta seqüência de episódios que perderam o seu aspecto macabro para se transformarem num movimento de rebeldia cívica, imprimiu uma imagem nacional de João Pessôa.

O seu nome está hoje em ruas e praças de todas as cidades do Brasil, revelando não só o estado emocional mas o reconhecimento de uma Nação, ao ver derrubado quem já começara a ser seu líder e passava a ser um mártir nacional, na simbolização do espírito de luta que plantou, na perpetuação do seu exemplo de homem público e no fortalecimento de idéias renovadoras de uma fase de mutação profunda da vida brasileira.

Tão forte é a sua personalidade que, ainda recentemente, na eclosão inconseqüente mas de inteira peculiaridade histórica, de pruridos revanchistas dos que sofreram a adversidade por força de um processo irreversível tão comum à história dos povos, de retorno do nome da capital paraibana para o de suas origens, uma opinião pública de imediato se formou, e até com agressividade, para a manutenção da homenagem maior que a Paraíba prestara ao seu Presidente tombado numa grande luta que envolvia toda uma Nação.

Todos os anos, no dia de sua morte, 26 de Julho, reúnem-se, no seu monumento à Praça com o seu nome, na capital paraibana, Governo e Povo, em comemorações que falam por si de um culto que a ação do tempo não esmaeceu e ainda pronunciamentos surgem que evocam aquele que a Paraíba gravou comovidamente.

Compulsando as coleções de jornais da Paraíba, encontramos sempre os reflexos desta situação e há que assinalar que, das manifestações da época de sua morte, do impacto cruel da hora, às de hoje, não enfraquece o julgamento, ainda que 45 anos medeiem umas das outras.

Assim é que, uma inteligencia como Celso Mariz, cujos 90 anos mais enrijessem a sua figura de escritor e de historiador, dizia:

"Estamos fazendo apenas um elogio pálido de João Pessôa, como homem público de princípios, dinâmico e lutador.

A critica de sua personalidade há de vir, quando ela se distanciar no tempo do momento em que apareceu. Não creio que possa ser diminuida: Se erros forem encontrados nos seu acervo de atos públicos, terão sempre um fundo de intensão moralizadora e patriótica, e dos defeitos de João Pessôa, nem todo homem se poderia vangloriar: Só um forte como João Pessôa os poderia possuir.

Para o coração paraibano ele subirá sempre, até às asas da legenda, nesse culto que se creou e que se purifica sob o velário dos seus discipulos. Amanhã, quando o seu sonho de uma Paraíba rica fôr realizado e acrescido dos elementos novos que o futuro sempre traz; quando o Estado fôr um grande centro de população, de capacidade técnica, de transporte mecânico, de progresso industrial; quando as cidades do Piranhas, do Piancó e da Borborema rivalizarem em civilização e força com suas irmãs da várzea e do litoral; quando o porto de Cabedelo for o escoadoiro e entreposto desse vasto setor aparelhado de produção e consumo; quando os filhos da raça rija dos cangaceiros, então desaparecida do cenário, estiverem redimidos pela cultura; quando as secas estiveram neutralizadas no regime de fixação do sertanejo em explorações coletivistas dos grandes poços e barragens, o bronze de sua estátua se erguirá redivivo como síntese de todas essas energias transformadoras e das energias de um passado vibrante, as energias do pulso másculo e da alma destimida de paraibano."

Compare-se o escritor Osias Gomes, nas suas manifestações de ontem, ainda com o sangue quente de João Pessoa derramado na praça pública, com as palavras de Wellington Aguiar, o jornalista de hoje da melhor sensibilidade política.

Leia-se Osias Gomes:

"João Pessôa foi um fenômeno isolado na política brasileira. Estou ainda a senti-lo perto de mim, com a sua elegância máscula, seu enérgico olhar de comandante de almas, e, sobretudo, como que numa ilusão de saudade, ouço-lhe a sonoridade da voz metálica, de inesquecível timbre austero e convincente.

Evocar-lhe a figura fascinante, nesta hora em que reunidos comemoramos o 2º aniversário de sua morte, parece-me a mim tarefa superior às nossas forças emotivas, pois recordar é viver de novo na continguidade da dor de sua perda. Dor que, ao contrário dos outros sofrimentos, que se atenuam com a corrida dos tempos, perdura aguda no ânimo da nacionalidade, cada vez mais apercebida do quanto foi golpeada quando as balas assassinas abateram esse roble humano que tanto se erguera em meio à mediocre altura da vegetação política de sua época".

Veja-se agora, o Wellington Aguiar:

"João Pessôa Cavalcanti de Albuquerque era o que se pode chamar hoje de "homem fora de série". Chegando a Paraíba e tomando o já então escritor José Américo de Almeida como seu braço direito, passou a governá-la com métodos que começaram a escandalizar os mais conservadores e politi-

queiros. Detestava os medalhões e os cobria de ridiculo, nas conversas que mantinha com os mais achegados.

Combateu a sonegação de impostos, a malversação dos dinheiros públicos e lutou tenazmente visando pôr cobro ao **dificit** que encontrou no orçamento do Estado, tudo com a inestimável ajuda de José Américo, Secretário e confidente .

João Pessoa não perdoava os desonestos e irresponsáveis e via a política como "a arte de bem governar .

Por isso também desagradou e fez inimigos. Grandes proprietários e alguns chefes vorazes não o simpatizavam, posto que os métodos administrativos por ele adotados haviam caído no esquecimento. Mas o povo paraibano o idolatrava. Não vivi aquele tempo, porém li a história.

O Presidente do Estado parecia um Hercules, na luta titânica pelo engrandecimento da Paraíba e pela renovação dos costumes políticos de nossa terra. Teve sempre o povo ao seu lado, que estrugia em palmas e aclamações à sua simples passagem, principalmente após o dia do "Nego", quando a Paraíba altiva, pela palavra de João Pessôa, decidiu não se submeter às imposições do Palácio do Catete".

É José Américo quem diz melhor do que ninguém:

"Fui redigir os telegramas de comunicações do resultado, estremecendo de orgulho da minha terra insubmissa. Se tudo se perdesse, ficaria o gesto ousado para a história". E mais adiante: "Estavamos em 29 de Julho de 1929, que é chamado o dia do "Nego", possivelmente por analogia como o "Fico". Esse verbo não apareceu em nenhum documento do dia. Pode-se dizer, sem nenhum abuso de frase que o "Nego" foi uma atitude".

João Pessoa desconhecia o medo. Naquele momento ficava a Paraíba ao lado da Aliança Liberal, contra o primeiro mandatário da Nação e todos os Estados reunidos, exceção de Minas e o Rio Grande do Sul. Estava armado o cenário para o herói.

Coteje-se o verbo candente de Castro Pinto, ex-presidente da Paraíba, na aposição do retrato do Presidente João Pessoa, no Palácio do Catete, com o que escreveram os rapazes de **A União** em página comemorativa, a 26 de Julho de 1975:

"Enquanto do extremo sul não chegam as hostes gaúchas; enquanto dos sertões mineiros não descem as avalanches guerreiras, João Pessôa reúne em torno de si o pugilo das Termópilas. A Paraíba resiste. Que sublime lição de heroismo e clarividência não é essa resistência diante do número, não medindo as conseqüências em face da desproporção numérica. Não se conta o inimigo pelo número. O número foi vencido pela desproporção. Cada um está consciente da boa causa. Vencer não é mais uma questão de número: é uma questão de fé. Foi esta a grande lição do mestre, dias depois de sua morte; uma meia dúzia de abnegados dava o primeiro exército à Revolução no Norte, tornando-se logo uma legião e propagando-se para o sul indo acordar em Pernambuco o éco dos tempos idos.

Quando a arrancada dos pampas chegava triunfante a Itararé, os batedores da Legião Nortista chegavam à Bahia, sob o signo bendito do Négo".

Aqui estão palavras dos redatores de **A União**:

"Foram muitos os perfis que lhe foram traçados. Estadistas, autoridades, contemporâneos, todos, que de algum modo se ligaram aos episódios de 30, disseram sobre ele alguma coisa. E ainda que difiram nas palavras, concordam nos pensamentos. João Pessôa é a repercusão da imortalidade".

Getúlio Vargas, numa das visitas a Paraíba, disse:

"O nome de João Pessôa é hoje de culto cívico nacional – destino histórico compartilhado pelo povo paraibano, com ele solidário nas horas de amargura e de heroismo – culto que encerra o reconhecimento da mais pura glória, pois mostra que para a vitória de um ideal nem sempre é preciso matar; basta, às vezes, que se saiba morrer".

Um dos mais antigos jornalistas paraibanos e dos mais atuantes, José Leal, que por anos seguidos foi Presidente da Associação Paraibana de Imprensa, dizia ainda recentemente:

"O Governo de João Pessôa durou apenas seiscentos e quarenta dias, mas o saldo de suas realizações contribuiu para a revisão do julgamento dos contemporâneos, operando-se a transição do incondicialismo, quase hostil, dos primeiros meses, com atitudes de repulsa de alguns setores da opinião pública, na conversão do entusiasmo e a admiração da comunidade pelo grande concidadão, que com ela se identificou, logrando assim a consagração que lhe perpetua a lembrança dos seus atos e atitudes, estilo de governo e comportamento perante à política, alcançado por isso a consagração das massas, sentimento este com sinete de perpetuidade".

João Neves da Fontoura, em discurso citado por Hélio Zenaide, nas páginas da comemoração da **A União**, com João Pessoa vivo à frente do Governo da Paraíba, dizia da tribuna da Câmara dos Deputados.

"João Pessôa é um autêntico pastor de povos. É um lider, um orientador, um homem.

Êle levará os seus companheiros pelas estradas abertas aos nossos ideais, atravessando gargantas angustiosas, cruzando sobre abismos, até as laturas da vitória definitiva.

Segui-o de olhos fechados em todos os lances da perigosa jornada. A luz que daqui se derrama, por todos os que ainda crêem na renovação política do Brasil, é um símbolo e uma esperança. Símbolo da lâmpada sagrada que doura na claridade perene a santidade dos altares. Esperança que anima os combatentes do liberalismo brasileiro. A pedra da vitória está na funda de David".

Encheríamos páginas e páginas com pronunciamentos das figuras mais representativas da inteligência brasileira e dos seus homens públicos, quer sobre João Pessôa, o Presidente da Paraíba em armas, quer sobre a sua imagem por estes brasis afóra, como símbolo de lutador e de mártir .

Pinheiro Chagas fez chorar o Brasil todo, com o seu discurso à beira do túmulo, no Cemitério de São João Batista do Rio de Janeiro. Discurso de antologia. Páginas que envolveram a figura do grande paraibano na imortalidade que só a inteligência e a sensibilidade de um notável orador podem esteriotipar.

Sobre a figura de João Pessoa como administrador, ainda que a sua projeção política ultrapassasse as fronteiras paraibanas, o velho e atuante ex-parlamentar paraibano de saudosa memória, Otacílio de Albuquerque, em discurso aos liceanos, poucos meses depois de sua morte e após um mês da vitória da revolução de 1930, dizia:

"Por mais paradoxal que pareça a afirmativa, o preclaro paraibano que, por uma vida de perseverante dedicação à causa do direito, sempre se manifestara, por atos e palavras, intransigentemente infenso a revoluções, foi o mais incentivador do movimento revolucionário que entre nós explodiu na memorável madrugada de 4 de Outubro, para varrer do seio pátrio a servidão com que nos cruciavam algozes implacáveis e cruéis das nossas liberdades. E, fenômeno curioso, esse incentivo, esse estímulo encorajador da jornada gloriosa que agora nos acena com radiosos dias de felicidade para o Brasil redimido, não proveio de seus varonis revides às agressões e às investidas do detestável cacique a quem a fraude e o estado de sítio colocaram na Presidência da República. Tão pouco promanou da luta heroica e desigual que veio travando, sem um minuto de transigência na defesa da autonomia do nosso Estado, contra o assalto brutal e covarde a um Estado inerme, por uma conjura de políticos, esfaimados e medíocres associados ao enxurro do crime, no que ele possui de mais hediondo e repugnante. O maior serviço prestado à revolução foi a sua estupenda, a sua maravilhosa obra de administrador.

Vêde agora o contraste, vêde o nosso egrégio e querido homenageado. Sobreveio a crise partidária da qual nasceu a Aliança Liberal. Não há exemplo em nosso país, de um dissídio de tão vastas proporções. Pois, senhores, naquele tumultuar de paixões, na eclosão de tantas e tão intensas vibrações para a vitória da chapa aliancista de que fazia parte o nosso idolatrado governador, quando as caravanas da propaganda entravam triunfalmente em nossa terra, e, em discursos ardorosos e arrebatados, conclamavam os paraibanos a se arregimentarem para o extraordinário e decisivo plebiscito, João Pessoa, esquecido de si, de sua candidatura, visado pelos galopins comprados pelo ouro azinhavrado do Catete e de São Paulo, percorria pacientemente os serviços em andamento, examinava-os, sugeria modificações, cortava despesas menos necessárias e parava nas ruas, para ouvir com atenção as queixas dos humildes e deserdados da sorte. E constituia o seu maior orgulho mostrar aos caravaneiros da Aliança Liberal os surtos de progresso com que ele maravilhava os nossos ilustres visitantes.

Ele mesmo concebeu e detalhou o plano arquitetônico de remodelação desta casa de ensino. E não havia um só dia por maior que fossem as suas atribulações, já nas medidas urgentes para amparar a ordem pública contra os

adversários armados, que não estivesse sempre neste estabelecimento, fiscalizando pessoalmente as obras. E isto fazia com todas as obras. Queria estimular, orientar e animar os trabalhadores".

Esta linguagem candente de Otacílio Albuquerque bem exprime o estado de espírito paraibano de uma época, em que o embate político assumiu proporções inusitadas separando famílias, amigos, parentes, num fosso intransponível a qualquer tentativa conciliatória.

Os que viveram aquele período ainda hoje têm marcas profundas, não só os que sofreram na carne a adversidade que lhes bateu às portas com a vitória do movimento de 30, como os que dele participaram. José Américo, em conversa com o autor ainda recorda com tristeza e amargura aqueles dias. Conta que, entregue à chefia das forças que combatiam os contingentes de José Pereira, de Princeza, no longínquo Piancó daquela época, onde se achava instalado o seu quartel general, sentiu na madrugada de 26 de Julho, estranhos ímpetos para viajar imediatamente à Capital. A viagem além de longa e por estradas quase inviáveis, cercava-se de perigos, pois as incursões dos homens de José Pereira ocorriam além do município de Princeza, com emboscadas aqui e ali, atos de verdadeiras guerrilhas. Mesmo assim, rumou ao destino que forças interiores o indicavam. Apreensivo, durante todo o percurso até Campina Grande, através do amigo fiel, Lafayete Cavalcanti, o seu prefeito, tomou conhecimento da morte de João Pessoa, notícia ainda guardada em reserva para evitar o pior que aconteceu mais tarde. Ao aproximar-se da Capital, já vislumbrava a confusão e, de longe, podia ver focos de incêndio por toda a parte. Era uma loucura coletiva. A multidão desvairada, sem rumo certo, buscando vingança pelas próprias mãos perseguiram por toda parte os adversários de João Pessoa e tudo destruia à sua passagem, na explosão incontida do desespero.

A paz custou a voltar sobre a Paraíba enlouquecida. Pagaram justos por pecadores. Foi alto, muito alto, o preço da Vingança.

Juarez Távora, testemunha do episódio, escondido que se achava na Capital da Paraíba, em plena fase conspiratória, assim a descreve com a sua autoridade e a sua insenção como cearense:

"A notícia da trajédia foi comunicado ao Palácio do Governo da Paraíba, às 6 horas de 26 de Julho. E espalhou-se, logo, por toda capital paraibana. Ao cair da noite, pude pressentir, do porão onde me encontrava, a fúria ululante do povo, a agitar-se, enraivecido, pelas ruas. Dentro de poucas horas, a cidade se transformava num pandemônio de ódios e desesperos desaçaimados. Não demorou muito que o clarão dos incêndios imprimisse tons trágicos à iluminação da Capital.

Os partidários mais exaltados do Presidente morto vingavam-se de seus adversários políticos — os "perrepistas", a que apelidavam abreviadamente de "perrés", incendiando suas casas. Na Avenida Tambaú, e bem próximo de meu esconderijo, havia uma delas pagando o seu tributo à colera dos pelotões de incendiários. Não sei se houve tentativas da polícia para conter o tal exces-

so popular. Na verdade, não seria tarefa fácil de realizar, sem o massacre daquela população inteiramente desvairada.

Senti-me constrangido e desalentado,, à margem daquele tumulto. Debalde tentei dormir, para alhear-me dele. A agitação desesperada do exterior atravessava as portas e as janelas da casa e penetrava até no íntimo do meu ser. Somente madrugada alta consegui adormecer, ouvindo ainda, entre estrondos de explosões de dinamite o rugir das multidões enfurecidas, e entrevendo o clarão de incendio próximo.

Acordei cedo, atormentado por um pensamento quase obsecante: "Que vamos fazer agora, nós, os responsáveis pela conspiração revolucionária, para dar algum sentido e alívio à trajédia que enluta e desespera esse povo?" Ao tumulto de ódio, que agitara a cidade, durante toda a noite, sucedia, agora, a calmaria represada da dor que ensombrava todos os semblantes e se comunicava à ambiência urbana pelas tiras negras, que começavam a tarjar portas e janelas das casas da cidade.

Pedi calma aos meus amigos civis da Paraíba, informando-lhes que estava redigindo um comunicado aos nossos companheiros do Centro e do Sul, pondo-os a par da trajetória que vive o povo paraibano, e pedindo-lhes que nos enviassem uma palavra de esperança. Mas poucos se conformavam com a prudência dessa expectativa.

Lembro-me, a propósito, de que, três ou quatro dias depois do assassinio de João Pessôa, recebi, pela manhã, a visita de meu amigo, o Cônego Matias Freire, que apresentava um ar indefinível – misto de revolta e de tristeza. Após os cumprimentos, ficamos silenciosos, a olhar um para o outro, como se estivessemos receosos de decepcionar-nos com observações insatisfatórias, sobre a trajédia que enlutava a Paraíba. Resolvi romper o mutis, indagando do Cônego, em tom casual, se ele celebrara missa naquela manhã. O Cônego levantou-se, como impelido por uma mola; e me desnorteou com a seguinte resposta – pergunta: "E eu estou lá em condições de celebrar missa?"

"Repliquei-lhe, surpreendido: "E por que não Cônego Matias Freire?" E o Cônego treplicou-me, incisivo: "Porque só se celebra a santa missa em estado de graça; e eu, desde que soube do assassínio de João Pessoa, vivo em estado permanente de raiva." Nada lhe pude retrucar.

Era esse o estado de espírito em que vivia o povo paraibano, naqueles dias sombrios, com que se fechara o mês de julho."

Ainda são de Juarez Távora, estas palavras, retratando a fisionomia perturbada, do povo paraibano:

"Na Paraíba, a inquietação era incontrolável. A 31 de agosto, uma comissão de senhores da melhor sociedade convocou o povo, por meio de boletins, a comparecer à Assembléia Legislativa do Estado e exigir de seus representantes ali que decretassem a mudança de nome da Capital paraibana para "João Pessoa", em homenagem ao Presidente assassinado. Foi intérprete da multidão, junto à Assembléia, o Cônego Matias Freire, exaltado e veemente. A

lei foi votada e sancionada a 4 de setembro. Pouco depois, por iniciativa da própria Assembléia foi redigido e votado outro projeto de lei, criando a bandeira rubro-negra da Paraíba, em que se inscreve a palavra "Négo", com que João Pessôa, **recusara** o apoio pedido, pelo Presidente Washington Luiz, à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República".

Foi João Pessoa, sem dúvida, o **estopim** da Revolução de 1930. Se o seu nome, como Presidente da Paraíba, já era uma legenda no País, como administrador, homem de atitudes, lutador, a sua morte, ao convulsionar todo o Estado, propagou um **sentimento de dor** e de insatisfação por uma Nação inteira. Criara-se o respeito popular à conspiração que vinha dos idos de 22 e 24, não só inspirando mais confiança aos seus líderes, como formando uma situação em que perigavam até mesmo as velhas lideranças mineiras e gaúchas, **já comprometidos mas não ainda injetados por uma força propulsora po**pular que apresentava claros indícios de um estado de espírito pré-revolucionário.

João Pessoa ao morrer, entrava definitivamente, para a história, e a Paraíba assumia posição de combate à velha República que apresentava estruturas fendidas, ante a chama renovadora incensada pela trajetória da Confeitaria Glória, onde morreu um líder popular e nascera, incontrolável, um sentimento nacional de renovação.

Foi uma contribuição de sangue, não só de João Pessoa como das vítimas da inconseqüência da hora. De todos os paraibanos, este deu a vida para uma projeção nacional de profundas conseqüências ao **futuro** da Nação. Das conquistas da Revolução de 30, sem dúvida, nos campos políticos, social, econômico e administrativo, a Nação despertou, libertando-se da rotina que asfixiam e de processos que o tempo envelhece como tudo na vida.

É a dinâmica histórica que tem mais força do que a própria força do destino.

Já que aqui apresentamos até agora João Pessoa na sua trajetória mais esplendente até o supremo sacrifício; João Pessoa, Presidente da Paraíba, João Pessoa candidato a Vice-Presidente da República; João Pessoa, bandeira da revolução de 1930; falta a figura do homem comum e dos seus antecedentes.

Ninguém melhor do que Adhemar Vidal para completar este perfil. Escri**tor, político** de 1930, auxiliar do seu Governo, paraibano do melhor quilate, no seu livro O INCRÍVEL JOÃO PESSOA e depois em "1930 – História de João Pessoa e da Revolução na Paraíba", da Companhia Editora Nacional, apresenta um depoimento vivo.

Aqui está:

O RETRATO DE JOÃO PESSOA

"Physicamente, era João Pessoa pequenino – porte marcial num metro e sessenta e cinco de altura. Andando ou de pé conservava de ordinário as mãos para traz. Attrahia a attenção pela simplicidade e pela energia ríspida:

expressão de força e finura ao mesmo tempo. Olhos escuros e fiscalizadores, viam tudo. Bocca bem rasgada. Moreno carregado e sanguíneo. Bigodes aparados. Fronte alta. Cabellos grisalhos, repartidos à esquerda e com uma trunfa petulante. Qualquer coisa de rebelde. Orador de phrases breves, diretas, de uma lógica implacável, atacando ou defendendo contagiava um enthusiasmo e uma sinceridade toda descoberta. Loquaz, disposto sempre à discussão. Em meio das mais cruas refregas não se deixava abater na sua serena impavidez. Tolerante e impulsivo, pilhérico, gesto autoritário e índole boníssima. Duro, exigente. E de uma honestidade aggressiva. A sua maior sciencia era de conhecer os homens, no pareo quotidiano das ambições, medidas ou desmedidas, nunca se enganando nas considerações que sempre fazia. Corajoso e profundamente romântico, com um espírito de justiça admirável – talvez o traço predominante de sua personalidade."

Sobre as origens do homem, sua infância, sua vida de estudante, suas atribulações como jovem militar, suas vicissitudes como exilado pelo extremo norte do País, sua vivência universitária, sua iniciação na magistratura militar, sua convivência humana, tudo isto inda é Adhemar Vidal que nos aborda:

ANTECEDENTES DO HOMEM

"Crença nada commum, pela sua inquietação, gritando e chorando um pouco mais do que as outras – certamente deve ter sido João Pessôa Cavalcanti de Albuquerque.

Veiu à luz na Casa Grande, que fica dentro da villa de Umbuseiro, Estado da Parahyba, aos 24 de Janeiro de 1878. Passou a primeira infancia no municipio de seu nascimento. As letras primárias lhe foram ensinadas pelo professor Salustiano Cavalcanti, fallecido, em 1922, como administrador da Mesa de Rendas daquella localidade. Morou e brincou ainda muito creança na unica rua de Cabaceiras.

Esteve na capital quando era menino, demorando-se muito pouco. Depois seguiu para Guarabira, na companhia de uma tia casada com o capitão do exército Emilio Barreto, frequentando algum tempo a escola municipal. Viajou ao Rio de Janeiro na companhia do seu tio, sr. Epitacio Pessôa, chegando à metropole do paiz em 12 de novembro de 1889, vespera da proclamação da República. Passado algum tempo, regressou, iniciando, então, os seus estudos de humanidades no Lyceu Parahybano. Em 19 de dezembro de 1894 assentou praça no 27 Batalhão de Infantaria, aquartelado na Parahyba, seguindo com destino à capital do Brasil.

Pauperrimo, filho do funcionário público sr. Candido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e de d. Maria Pessôa Cavalcanti de Albuquerque, ingressou João Pessôa na Escola militar no Rio de Janeiro aos 15 anos de edade, seguindo a carreira das armas menos por vocação do que por necessidade. Tanto que não se cansava de repetir:

– Innumeras vezes não tinha 200 réis no bolso para ir à cidade em visita a um parente, que muito estimo, o qual mais tarde, quando teve o poder nas

mãos, grandemente me **auxiliou.**

Revelava então:

– Esse parente é Epitácio Pessôa, a quem devo tudo que sou.

E concluia:

– Dêm-me na cara, mas não digam que elle é feio.

Era o seu ídolo.

Tempos depois deixava a Escola Militar , sendo **desterrado** em companhia de outros camaradas, inclusive o sr. **João Pessoa de Queiroz,** devido a um movimento revolucionário, em que, aliás, não tomou parte. Nem por isso deixou de ser afastado. A caminho do Pará, dentro de um navio desconfortável, dormiram os ex-cadetes noites inteiras ao relento, insufficientemente alimentados, sujos, sem roupa, a não ser aquella que traziam sobre os corpos.

Nesses dias cinzentos de adversidade, João Pessôa, adolescente ainda, teve occasião de demonstrar a sua tempera admiravel. Vencidos, os rapazes deixaram-se abater pelo desanimo, emquanto elle, sempre forte e bem humorado, procurava animal-os, levando-os à razão.

Em Julho de 1897 foi incluido no Quarto Batalhão de Artilharia de Posição, aquartelado em Belém. De sua guia passada pela Escola Militar consta ser voluntário de 20 de novembro de 1895. Também consta que a 7 de abril de 1898 foi excluido daquelle Batalhão por incapacidade physica.

A Escola foi fechada. Todos os alunos expulsos a bem da moralidade administrativa. Esse facto, entretanto, não desalentou João Pessôa, que passados alguns mezes, voltou à casa paterna. Nesse entremente, recebe ordens para regressar à Escola, amnistiado. Aquella creatura que iria ter um curioso destino, percorreu as costas do Brasil, a bordo do Carlos Gomes, que levou 45 dias do Rio de Janeiro à Amazonia.

A travessia se fizera na estação de grandes chuvas. Quasi todas as noites levantava-se atormentado por inclementes tempestades. Não tinha siquér um logar acanhado para repousar. Não lhe tinha sido permitido conduzir bagagens. Era obrigado a fazer das botinas, emquanto existiram, o seu travesseiro, e do tombadilho o seu leito.

Na capital do Pará as dificuldades da vida se lhe tornaram maiores. Dormia nos jardins e, quando a fome era mais ardenta, tinha hospitalidade no coração de uma generosa preta, que lhe dava um pouco do que fazia para vender no taboleiro.

Essa mulher o acolheu com verdadeiro amor materno e, compreendendo que o rapaz sofria, que precisava comer, dividia carinhosamente com elle um pouco de seu alimento, adquirido com o produto de suas vendagens de milho assado e pé de moleque.

Amigo inseparável do sr. João Pessôa de Queiroz, com elle dividia tudo do que tinha, até as migalhas.

Lembrava sempre:

– Certa vez iamos os dois pelas ruas de Belém, sem rumo, com fome quando vi no chão uma cedula de mil réis. **Apanhei-a** cheio de alegria e corri

para troca-la.

E explicava:

– Com a parte que me coube comprei 4 pães e 2 latas de sardinhas para o almoço e o jantar daquelle dia, repartindo irmãmente com João Pessôa de Queiroz, que comigo atravessava também as maiores privações.

Assim, os dias se amontoaram. E dentro de algum tempo não era possível supportar mais tantos infortúnios. Forçado a abandonar a caserna, empregou-se então, no commercio, em uma casa de estivas. Logo no primeiro mez adoeceu, sendo recolhido a um hospital, onde ficou abandonado e à morte.

A familia, tendo sciencia do que lhe succedia, muito embora as necessidades que passava, resolveu telegraphar ao chefe do estabelecimento commercial, pedindo que pagasse as despesas do seu ex-empregado até o seu Estado. Regressou a bordo de um navio do Lloyd, trancado em um camarote. Como companheiro de viagem vinha um outro doente. Beribérico em estado adeantado. Ficaram os dois encerrados no camarote, completamente abandonados.

Chegando ao porto de Cabedello, mãos carinhosas arrancaram João Pessoa, sem forças, já desalentado, de dentro do beliche. Ainda soffreu durante mais de seis mezes. Restabelecido, pretendia voltar novamente para o extremo norte afim de cuidar de vida nova, com intuito de amparar os seus irmãos, sua mãe, seu pae, já cansado de luctar, quando a bôa sorte lhe bate à porta.

Levou deste modo, tempos de privações, de miseria mesmo, até que logrou ser contemplado a 1 de março de 1899 com o emprego de amanuense da Faculdade de Direito de Pernambuco, onde teve ingresso em 1898.

Veiu a fortuna. E quando esta, finalmente, lhe sorriu, não esqueceu a bahiana que o soccorreu na desgraça, mitigando-lhe a fome. Não mais a encontrou, guardando, no emtanto, da negra velha a mais viva lembrança de gratidão.

Chegou a escrever ao sr. João Pessôa de Queiroz, já bem installado no commercio do Pará, pedindo noticias de sua humilde protectora, no intuito de enviar-lhe alguns recursos. Não obtendo resposta, voltou a escrever ao seu amigo sobre o assumpto, sabendo, então, do desapparecimento da velhinha.

No começo deste século, a situação do Acre, com as luctas de Placido de Castro, despertou no paiz um largo movimento de patriotismo. Os rapazes da Faculdade de Direito do Recife promoveram, então, varias manifestações de solidariedade, o mesmo ocorreu em quasi todas as capitais do Brasil. Lá uma tarde os academicos acharam de fazer uma passeata com o fim de offerecerem os seus serviços ao Commandante do Distrito Militar, general Serra Martins. Instaram para que João Pessoa tomasse parte na festa. Recusou-se terminantemente, constituindo mesmo a unica excepção, sob a allegação de que todo aquillo não iria além das palavras. Mas foi tal a insistencia dos collegas que João Pessôa teve de acompanhal-os.

Fez-se tumulto nas ruas com os discursos ardorosos, muitos vivas e

musica, até que depois de algum tempo, chegaram os manifestantes, ao Quartel General do Exército, conduzindo um dos que se mostravam mais ardorosos o estandarte da Faculdade. A voz de um moço se fez ouvir no seu vibrante entusiasmo patriotico. Metteu o **páo na** Bolivia – disse o diabo. Elogiou Rio Branco e mostrou que o Acre, com Placido de Castro à frente, não poderia deixar de ser integrado na Federação. A refrega era necessária. Impunha-se. Por isso é que elles alli estavam, num gesto espontaneo, para pedír acceitassem os seus serviços à pátria, demonstrando, mais uma vez, a generosidade e bravura da mocidade.

O general Serra Martins agradeceu e acceitou os serviços da rapaziada.

Espanto geral.

Mandou um ajudante de ordens buscar um lápis e uma folha de papel, a fim de tomar os nomes dos novos voluntários de exército que, com tanto calor, se apresentavam para seguir para o extremo norte. Entra no seu gabinete e ao voltar poucos depois – que foi que viu? Apenas João Pessôa se encontrava na mesma posição, sosinho e firme, sem ninguem ao seu lado. E a um canto de parêde o estandarte da Escola.

Risonho o general Serra Martins approximou-se de João Pessôa, dizendo-lhe:

– Moço, deixo de aceitar os seus serviços porque senão o batalhão academico ficará sem porta-bandeira...

E paternal, carinho, apertando a mão:

– Muito obrigado. Vá, pode ir. Eu mandarei um soldado levar o estandarte da Escola.

Residiu em Recife, durante todo o tempo de acadêmico, com o seu tio, sr. Antonio da Silva Pessoa, posteriormente presidente da Parahyba, e, naquelle tempo conferente da Alfandega. Terminou o curso juridico em 30 de novembro de 1903 e collou grao a 19 de dezembro do mesmo anno. Foi professor da Escola Normal Pinto Junior. Mandava pontualmente metade **de seu vencimentos para sua mãe.**

Em 5 de abril de 1904 representou a Parahyba no Congresso Latino Americano ao lado do senador Gama e Mello.

Entrou a advogar, casando-se em 23 de fevereiro de 1905 com d. Maria Luiza de Souza Leão Gonçalves, filha do desembargador Segismundo Gonçalves, antigo governador de Pernambuco.

Recusou systematicamente todos os empregos e posições que lhe offereceu aquelle político: professor do Gymnasio Pernambucano, lente da Escola Normal Official, Curador de Residuos, deputado estadual, etc. Fel-o por escrupulo, não só pela posição do seu sogro, chefe do governo, como por ser director da política dominante no Estado o sr. Rosa e Silva, inimigo de seu tio e grande bemfeitor, sr. Epitácio Pessôa. Esses gestos preveniram de começo, de certo modo, o desembargador Segismundo Gonçalves, que chegou a taxar o seu genro de exaggeradamente escrupuloso, orgulhoso mesmo. Pouco depois, homem digno que era, converteu-se em um sincero amigo de João Pessoa, cujo caracter e nobres qualidades moraes não cessava de elogiar.

Em novembro de 1906 foi nomeado delegado de ensino do distrito da Graça, em Recife.

Homem feito, intelligente ainda verde, mas já descortinada, João Pessôa, em 1907, em Janeiro de cujo anno foi nomeado sub-bibliothecario da Faculdade de Direito, emprehendeu a bordo do Nile, com os lucros de sua profissão, uma demorada viagem à Europa, para estudo e observações, percorrendo a Inglaterra, Portugal, França, Allemanha, Hollanda, Dinamarca, Itália, Austria, Suissa, Espanha, regressando no Araguaya, alguns mezes depois.

O Norte, jornal que ainda hoje circula na Parahyba, em seu número de 23 de dezembro de 1908, se refere à apresentação da candidatura de João Pessôa a deputado federal pelo quinto. O jovem candidato enviou uma circular aos seus conterraneos, salientando já o seu empenho de bem servir à Parahyba, empregando a este proposito as melhores energias. Uma semana depois, retirava a sua candidatura por motivos intimos e superiores surgidos após à publicação da circular.

Já na capital do Paiz, para onde se transferiu definitivamente, em 1909, foi nomeado a 6 de setembro representante da Fazenda nos processos de desapropriação para execução de obras de melhoramentos dos portos. Dias depois, a bordo do Capo Vilano, embarcava, a passeio para Buenos Aires, em companhia do sr. Epitácio Pessôa. Passadas algumas semanas, regressou ao Rio de Janeiro, exonerando-se daquellas funcções em dezembro de 1909.

Foi quando ascendeu à auditoria da Marinha, em virtude da lei nº 2.356, de 29 de dezembro de 1910. A revolta da ilha das Cobras occorreu nesse mez e, em principios de 1911, João Pessôa foi escalado para funccionar no famoso processo sobre o assassinio do almirante Marques da Rocha, sustentando uma lucta extraordinaria até março de 1912.

A sua actuação foi tão energica, tanta foi a independencia e coragem demonstradas, que o seu nome ficou gravado como um juiz dos mais intrepidos, causando as suas attitudes de desassombro grande impressão no espirito público.

Ruy Barbosa, em memorável discurso proferido no Senado, chamou João Pessôa de magistrado exemplar na independência, nobreza e correcção dos seus actos.

Nomeado auditor geral interino em 4 de agosto de 1913, foi em 15 de abril de 1914 provido, effectivamente, no logar. Neste posto exerceu por um anno, interinamente, com a maior competência e distincção, o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar. Ao sahir uma moção unânime louvava-lhe os serviços e fazia votos pela sua volta. Em 1920, por occasião da reforma da Justiça Militar, estes votos se renovaram.

Havendo uma vaga de Ministro a preencher, o Supremo Tribunal collocou João Pessôa em 1o. logar, na lista triplice submettida à escolha do governo. Nomeado Ministro, notabilizou-se a sua acção no novo elevado posto. Integro, nunca se deixou conduzir por outros sentimentos que não os de justiça. E jamais deixou de basear todas as suas decesões nos termos escritos

das leis.

Falava aos seus intimos:

– Quantas vezes tive que resistir aos impulsos do meu coração, cobri-me com a mascar da indiferença ante as súplicas de uma mãe, para não fugir ao cumprimento das leis, para não me afastar do **cumprimento do dever!**

Em 27 de junho de 1918 foi nomeado ministro da Junta de Justiça Militar annexo à esquadra enviada para a Guerra Eupopéa. Teve, porém, de interromper a viagem que ia fazer ao Recife para tomar parte em conselhos de guerra na esquadra, então naquelle porto. Dalli voltou ao Rio por ordem do governo. Logo depois, declarado o Armistício, ficou dispensado em 27 de novembro de 1918. Em 7 de julho de 1919 assume interinamente o cargo de ministro do Supremo Tribunal Militar para ser effectivado em 7 de dezembro de 1920.

Nessa alta investidura foi serena e enérgica a sua acção de magistrado, principalmente contra os officiaes revoltosos de 1922, 1924 e 1926, batendo-se pela sua condemnação, uma vez que encarava os movimentos daquelles annos sob aspecto personalista e de mera indisciplina militar.

A intensidade da vida pública não suffocava as suas tendências de artista. Tomou o portuguez sr. Manoel Moreira como seu marceneiro. Aprendeu a arte. E quem quizer ver móveis lindos vá à rua Paulino Fernandes nº 83, em Botafogo. São verdadeiras obras de bom gosto, caprichosamente acabadas. Todas essas peças foram feitas à mão.

Embora atarefado com as suas obrigações de Juiz, não se fatigava João Pessôa de preoccupar-se com os destinos de sua adorada terra, procurando sempre servil-a por todos os meios ao seu alcance, influindo nas suas aspirações de progresso e visitando-a com ternura de filho amoroso.

A Parahyba vivia-lhe mergulhada em sonho. Devotava-lhe uma sincera paixão. E não admitia recompensas. Recusava-as terminantemente. Deixou que outros **conterraneos** a presidissem, até que, ante solicitações frequentes **e incansaveis,** acceitou o prazer e o sacrifício de governal-a, pondo ao seu serviço as invulgares qualidades de um espírito afeito ao trabalho, à honestidade e à religiosa dedicação às coisas públicas.

Foi por unanimidade escolhido para administrar seu Estado. Sua eleição realizou-se a 22 de junho de 1928, sob applausos geraes, tendo mesmo feição plebiscitária. Chegando à Parahyba, em 21 de outubro a fim de assumir o governo no dia seguinte, rumou directo para o cemitério em visita ao túmulo de sua mãe, que para si era culto de materialidade filial.

No instante festivo da posse, apertado pelos abraços e acclamado por todos, o Presidente sentiu a **ardencia** de um ligeiro talho num dos dedos da mão direita, por onde pingou sangue.

Este facto não passou despercebido à superstição popular. Não foi esquecido durante o sofrimento e o remate do assassinio daquelle que o Brasil consagrará como symbolo de combate aos oppressores.

O sentimento de João Pessôa mais cultuava era o da gratidão. Ficava para sempre credor do seu reconhecimento aquelle que lhe fizesse um favor.

Há uma série enorme de casos.

Adorava a sua mãe. Por ella era capaz de todos os sacrifícios. Distante, escrevia-lhe pontualmente. Remettia-lhe tudo com regularisada frequencia. Quando ia vel-a e beijal-a, o primeiro encontro de quem chega, bem como o da despedida, revestiam **caracter** de profunda emoção, abraçando-se ambos por entre lagrimas. Assistiu os seus **ultimos** momentos de vida e jamais deixou de demonstrar infinita ternura toda vez que se referia ao seu nome.

Havia em Umbuseiro, até pouco tempo, um casal de velhinhos, Raymundo e Maria Mulata, que lhe merecia tudo. Carregara-o ao collo em pequeno. Nunca esquecera essa gente, mandando-lhe sempre dinheiro e presentes. Tratava a Maria Mulata com carinho commovedor.

Três pessôas lhe mereciam especial e destacado reconhecimento: o sr. Epitácio Pessôa, que a **proposito** de tudo era por elle apontado como o seu maior bemfeitor e amigo, a quem devia tudo que era, elle e toda a sua família; o sr. Antonio Pessôa, seu tio também, com quem morara de 1898 a 1905, padrinho de seu casamento e do baptismo de uma sua filha, seu amigo intimo; e o almirante Alexandrino de Alencar, que o distinguira sempre com muita amizade, prestigiara-lhe a judicatura na Marinha e lhe dera as maiores provas de confiança.

No seu gabinete de trabalho conservava João Pessôa somente os retratos destes três homens. E não perdia ensejo de relatar, a quem quer que os visse alli, as razões por que rendia aquella homenagem de sua gratidão e do seu affecto.

Durante os mezes que esteve no Rio de Janeiro, depois de eleito, permaneceu em silencio, não concedendo entrevistas, não enviando telegramas a ninguém, fugindo a falar, enfim. Apenas trabalhava. E trabalhava sem cessar. Vivia de ministério em ministério, incansável, estudando providências, procurando meios de resolver os problemas que assoberbavam a sua terra — fraca e falha de recursos materiais.

Emprehendeu viagens a outros pontos de paiz, demorando-se em observações nos nossos melhores centros de cultura, disto resultando uma visão de trabalho guiado pela sciencia, aperfeiçoado pela technica, racionalisado pela organização. Seu intuito era levar como levou para a Parahyba os resultados dos estudos feitos naquelles logares onde se demorara em simples caracter particular. Seu feitio não admitia ficar devendo attenções senão pessoaes. Agiu unicamente com os seus próprios auxílios. Viajou com os seus próprios recursos.

Como consequência desses esforços idealisou para a dministração um largo plano constructivo. Começou não fazendo plataforma por achar este costume democrático completamente desmoralizado. Apenas frisou que os factos falariam depois, porque só um desejo o animava — era o de trabalhar para corresponder à confiança de sua gente, fazendo o maior bem possível à Parahyba. Sonhava realizar o pensamento de Goethe — collocando a acção antes das palavras.

Os actos posteriores mostraram o poder de uma vontade verdadeiramente espantosa.

E assim, em silêncio, sem alarde, João Pessôa traçou a conducta de sua administração, não dando a conhecer de público os sonhos que o embalavam. É bem verdade que os precedentes de homem zeloso, recto e sincero, nutrido de nobres intuitos, faziam descansar todo o povo confiante e seguro dos grandes dias que iria viver. Tentaram promover-lhe manifestações. Recusou-as, allegando que, nada tendo ainda produzido, não se sentiria satisfeito em recebel-as. Demais era uma prática que não justificava. Era um vício que não ficava bem à República.

Urgia modificar desde logo os máos hábitos. E foi enfrentando tudo que não achava decente, para revelar, com desassombro, propósitos de afastar do caminho as coisas ridículas que enfeiavam o regime. Porém, com aquella elegancia moral muito sua, não quiz, assim abruptamente, rejeitar as manifestações projectadas sem offerecer, entretanto, escusas compatíveis com a educação. E por isso chegou a confessar com simplicidade: – Sou um infenso às manifestações. Vivi sempre a vida humilde dos meus lembrados paes. Habituei-me com o seu viver modesto, sem encantos, sem festas, sem prazeres.

No mesmo tom de franqueza:

– Quando o destino me foi favorecendo e elevando vida afóra, não mudei. Procurei fazer o menor ruído possível em torno de mim, até quando a situação me obrigava a apparecer, a sobresahir.

– Perco o geito de andar, dizia, quando, ao passar nos centros movimentados, sinto varar-me o ouvido: é aquelle, lá vai elle. Detesto, abomino a evidência. A quietude em torno de mim é a suprema felicidade.

Não adivinhava, todavia, que sendo a quietude a suprema felicidade, era justamente a inteira ausência della que iria, num futuro tão próximo, marcar os últimos tempos de sua estranha existência, cortada prematuramente, mas em plena attitude, mascula, muito maior do que a que vae até à velhice sem um gesto de coragem ou de rebeldia.

O pensamento de Disraeli applica-se-lhe bem: a vida é curta de mais para ser pequena.

O velho Antonio Duarte, que é agente fiscal em Aguapaba, districto de Umbuseiro, gostava de estar junto de João Pessôa sempre que elle ia descansar uns dias no campo. Então ambos promoviam caçadas sem que jamais se houvesse ferido siquer um passarinho. Antonio Duarte nunca faltava. Era figura obrigatória.

– Amanhã vou caçar jurity. Se quizer acompanhar-me, venha cêdo dizia o Presidente.

Pouco mais da meia-noite, João Pessão já se achava de pé, aguardando o amigo, que vinha lá para as três horas.

– Dorminhôco. Estou exhausto de esperal-o...

– Cedinho de mais, doutor. Pra onde a gente vae assim na escuridão?

– Não vamos caçar?

Andavam mais de légua para alcançar certo logar preferido pelas juritys. Chegados que eram, escondiam-se, cuidadosos, por traz das moitas. Ahi permaneciam tempo esquecido, até que, de repente, Antonio Duarte inquieto, cochichando e apontado:

Olhe alli, doutor, alli, bem alli, tem uma.

Deitava a espingarda, procurando acertar o alvo, enquanto João Pessôa, fingindo não perceber os preparativos do companheiro attento, gritava alto:

– Estás sonhando? Coisa alguma...

O pássaro voava. E Antonio Duarte balançava a cabeça:

– Assim não, não caçamos doutor.

– O senhor viu coisa alguma...

E depois:

– É melhor voltarmos para tomar café, Antonio. Amanhã poderemos fazer outra tocaia...

Era um quadro invariável.

Tiro não se dava em vivente nenhum. De volta à casa jamais deixava João Pessôa de pegar na espingarda do amigo e pegar toda a carga do bornal. Uma vez chamou o antigo senador do Estado para lhe perguntar se por perto existia alguém que soubesse fazer vaquejada com bons cachorros. Queria caçar raposas.

– Arranja-se, doutor.

– Então, vamos ver isso logo. Quero gente que saiba vaquejar. Vejam bem...

Mais tarde Antonio Duarte informou-o que arrumara alguns conhecidos que eram peritos no offício. Havia de gostar do trabalho delles. E pela madrugada foi chegando sem que deixasse de ouvir a reclamação invariável:

– Estou enfadado de esperal-o...

Seguiam discutindo estrada em fóra. Attingido um alto, após muito caminhar, ficou designada uma posição como absolutamente segura para apanhar a caça bem de frente, sem perigo nenhum de perdel-a. E de facto. Acossada pelos cães e pelos vaquejadores, a raposa ia passar na encruzilhada, para onde se alongava o olho sereno de Antonio Duarte, dormindo na pontaria. Vendo João Pessoa que o animal corria em sua direcção e que não escaparia à morte não teve a menor dúvida – com aquella sua estridente voz de metal, alarmou:

– Cerca, rapaziada, cerca...

A raposa foi embora. E Antonio Duarte, sentando-se , a resmungar:

– Qual, doutor, assim é impossível se caçar. Desde que caçamos juntos ainda não matamos siquer uma lagartixa.

Regressando à casa como o sol de seis horas a brilhar no orvalho salpicado nas folhas do matto, inopinadamente depararam com dezenas de caboclas pinicando grãos de areia. Eram rolinhas mariscadeiras.

– Está ahi, doutor, bôa ocasião para matar cincoenta. A espingarda tem muito chumbo.

Todo ancho, dando pancadas na coronha, com a mão direita:

– Esta não mente fogo.

A pontaria já estava feita. João Pessôa, porém tomando a arma, cortou o enthusiasmo do amigo:

Não, não senhor quem vai matar sou eu...

Disparou a espingarda propositadamente uns dez metros acima do chão. O espaço encheu-se de um vôo barulhento e espantado. João Pessôa não gostava de matar, nem passarinho..."

JOÃO DE LOURENÇO

"À medida que se atenue a pressão dos interesses que o abuso das emissões de papel-moeda e a vertiginosa expansão do crédito facilitaram insensatamente, evidenciar-se-ão os efeitos das novas diretrizes seguidas só algum tempo depois de promulgada a Constituição de 18 de Setembro de 1946.

Perseverando nesse rumo, atingirá o poder público o objetivo, visado, de modo a assegurar à nação o reequilíbrio das atividades econômicas e o saneamento das finanças federais. Encerrar-se-á, assim, o período inflacionista, iniciado, ininterruptamente seguido sob a justificativa da necessidade de financiar os encargos de guerra".

(Do opúsculo de distribuição limitada aos membros da administração e do Congresso Nacional – "Situação Econômica e Financeira do Brasil", de João Lourenço, edição 1947).

Já perfilamos heróis, estadistas, juízes, escritores, políticos, e, agora, vamos perfilar um servidor público, só servidor, e que não foi outra coisa na vida senão servidor público. Competente, experimentado, de larga fé de ofício, especializado em economia e finanças, conselheiro e assessor, quase que permanente, dos principais órgãos do Ministério da Fazenda, ao longo de mais de 30 anos de atividades laboriosas.

João de Lourenço, nascido em Areia, Paraíba, em 8 de Fevereiro de 1893, de professor público na sua cidade natal a Ministro do Tribunal de Contas, em 1949, nunca se afastou do campo econômico-financeiro, pois até na imprensa, tanto paraibana como carioca, desempenhava funções especializadas

de redator. Grandes jornais da época como *O País, o Correio da Manhã, o Diário de Notícias, O Jornal, o Jornal do Comércio,* contaram com a sua colaboração permanente. Participou de conclaves internacionais, como a Sétima Conferência Internacional Americana em Montevidéu; o Fundo Monetário Internacional em Princeton, do qual foi delegado permanente; da comissão encarregada de levantar todos os artigos produzidos no país e na Argentina; integrou o Subcomitê de Estatística da Balança de Pagamentos da Liga das Nações, em Genéve, Suíça.

Nos mais sérios e complexos órgãos nacionais de alta repercussão para a política econômico-financeira do País sua presença era uma constante. Participou do Conselho Nacional do Trabalho, da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional, na chefia da Secção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministro da Fazenda, da Comissão de regularização das relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha, do Conselho Federal de Comércio Exterior, membro da Comissão Federal de Preços, membro da Comissão Mista Comercial para tratar do Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, Delegado do Ministério da Fazenda ao X Congresso Brasileiro de Geografia, Presidente da Comissão designada pelo Conselho do Comércio Exterior para a defesa da indústria nacional contra o "dumping" internacional, membro da Comissão constituída pelo Ministro da Fazenda para o projeto da lei bancária, membro do Conselho Nacional do Petróleo, membro da Comissão de Estudos das leis de seguro privado e de capitalização, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Não há notícia de João de Lourenço em qualquer cargo eletivo, nem tão pouco participação direta ou indireta de organizações, partidos ou agrupamentos partidários. Com uma vida de amplo raio de ação, não cortejava nem mesmo os dirigentes que se sucederam na Paraíba, onde não vai a 52 anos.

Servidor Público, cem por cento servidor público. Perguntei-lhe por que não ia à Paraíba e respondeu-me que as suas funções, que exercera *full-time* todas elas eram aqui, na antiga Capital Federal ou então no estrangeiro. Nunca entretanto, acrescentou, "deixei de tratar de assuntos que me eram solicitados, de interesse da Paraíba".

Afirmou, categoricamente, que, por nenhuma vez, a política o tentou, empolgando-se com os estudos especializados e acreditando que assim estava prestando serviços à Nação.

Tive em mãos, todo o dossiê de sua vida funcional, todas as nomeações, designações, convites, agradecimentos, numa seriação que bem indica o alto gabarito moral e cultural de João de Lourenço.

Em carta, o então Ministro Salgado Filho, dizia-lhe:

"...agradecer-lhe também os termos com que me distinguiu, que muito me confortaram por terem partido de um homem de sua independência e de inteligência invulgar, servida por sólida cultura. Estas qualidades que o enobrecem, bem sabe terem sido as determinantes de sua escolha por mim

para membro do Conselho Nacional do Trabalho, sem existir então laços de amizade que nos ligasse. No Ministério sempre procurei valores reais para levar de vencida a árdua missão que me fora confiada e do meu acerto diz bem o seu caso, excedendo a expectativa na função nobre e espinhosa que lhe foi confiada".

Em certidão para contagem de tempo de serviço, o Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, com apoio da Procuradoria e da Secretaria Geral, diz:

"Releva assinalar que é um funcionário modelo pela sua inteligência, capacidade, operosidade e, principalmente, pelo seu elevado espírito de justiça e moralidade. Quem conhece os elevados sentimentos do Doutor João de Lourenço e com ele prive, só terá que felicitar o Conselho Nacional do Trabalho".

Em carta de 16 de maio de 1934, o Sr. Harold Butler, Secretário Geral do Bureau International Du Travail, além de ressaltar que "a atitude da Delegação Brasileira foi extremamente lisongeira para a Organização Internacional do Trabalho, reunida em Genève, de cuja universalidade depende como, entre outros pontos, V. S. acentuou, a sistematização racional das correntes migratórias, para maior proveito dos países interessados", assevera ainda que João de Lourenço "foi intérprete dedicado e judicioso do pensamento do Governo brasileiro".

Já o General Anapio Gomes, Diretor Geral do Conselho Federal do Comércio Exterior, em ofício de 25 de fevereiro de 1949, diz a João de Lourenço:

"A passagem de Vossa Excelência por esta casa ficou fortemente assinalada, como não podia deixar de acontecer, pelos brilhantes estudos, judiciosos pareceres e acertadas conclusões, com que soube enriquecer os processos que relatou, e são hoje valiosos subsídios para os trabalhos econômicos a serem aqui examinados. Não fora a deliberação de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, de aproveitar a comprovada e fecunda capacidade de Vossa Excelência, em toda a sua totalidade, noutro setor da administração pública (Tribunal de Contas da União), não teria sido este Conselho privado da sua preciosa atuação nos seus trabalhos, fato que, se lamentamos, por ficarmos privados da sua útil colaboração e distinto convívio, não atendendo às vantagens que dele advirão para o nosso País".

M.A. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um dos maiores técnicos de estatística e de renome internacional, ao tomar conhecimento da investidura de João de Lourenço na Direção do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, assim se pronuncia:

"Depositamos confiança integral no vosso elevado espírito público e, bem assim, na vossa experiência técnica e na constante dedicação aos assuntos de estatística, de que já destes reiteradas demonstrações".

Por sua vez, o General João Carlos Barreto, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, refere-se à investidura de João de Lourenço, no Tribunal de Contas da União, assim:

"Consignada a ata a nossa alegria pela nomeação do nosso companheiro para aquele alto cargo, quero reforçá-la, dizendo que esta satisfação tem o maior cabimento em virtude dos méritos do novo Ministro do Tribunal de Contas da União, homem dotado de inteligência viva, de capacidade de trabalho, de larga experiência e, sobretudo, da maior austeridade e devotamento ao bem público".

Encerrados os trabalhos da Comissão Mista Brasileira Americana de Estudos Econômicos, Mr. John Abbink, Presidente da Delegação Americana, através de Corrêa e Castro, Ministro da Fazenda, manifesta, a João de Lourenço, a sua "impressão do mais alto grau de competência técnica colhida no decorrer dos trabalhos".

E, seguem-se pronunciamentos importantes sobre a atuação de João de Lourenço, por onde atuou e sempre voltado para problemas sérios e com a compostura de um servidor público inteiramente dedicado ao seu mister.

Em oportunidades outras, nos impedimentos do Titular da Pasta da Fazenda, respondeu pelo expediente do Ministério, com a mesma modéstia com que participou de comissões importantes, considerando, tudo, mera rotina de sua vida funcional.

Quem bem define João de Lourenço, é Isaltino Costa, comentarista do "Jornal de São Paulo", em 1947, quando escreveu:

"LIVROS DE ECONOMIA POLÍTICA
(Especial para o Jornal de São Paulo)

JOÃO DE LOURENÇO – Indicações sobre a Política Econômica e Financeira – Rio, 1946.

O Sr. JOÃO DE LOURENÇO é um devotado cultor de economia política. Ele serve à nação mas não aos governos; não se utiliza da ciência para fins egoístas e dela não tira proveitos individuais, como infelizmente fazem falsos economistas advogados – não por ignorância, mas por má fé – princípios errados ou sugerindo medidas tendenciosas para defender interesses de grupos e em prejuízo da comunhão social. Também não é um louvaminheiro dos governos, mas, pelo contrário, um severo censor, discreto no louvor, pouco louvando quando eles acertam, condenando com aspereza quando erram.

Entretanto, ele prefere aconselhar, sugerir e advertir. A sua independência analisando os atos do governo, através da imprensa, é de tal porte que, às vezes, pode até parecer irreverente, não por anomalidade do seu temperamento, mas, por nobres pruridos de ética e nobreza profissional. Não é um aventureiro da economia, mas, pelo contrário, dela faz um sacerdócio. O verda-

deiro economista só prega a verdade e só diz o que a consciência lhe sugere. Ele é assim. Na prédica das lições econômicas não se fatiga e não se exagera. É um obstinado nas advertências que faz aos homens do Estado para que não levem o país à ruína e aponta-lhe o caminho certo para o triunfo final.

Conhecendo profundamente a matéria e com tais virtudes, somos os primeiros a reconhecer sua sinceridade e também a sua autoridade para dedicar a sua obra, de que hoje nos ocupamos, aos estudantes das universidades "na esperança de orientá-los sobre as soluções exigidas pelos problemas ligados à gestão da economia nacional e das finanças públicas do Brasil".

É manifesta da parte do autor a aspiração patriótica de ver o país com a sua economia saneada e prósperas e fortalecidas as finanças nacionais. É esse o determinismo do livro, esse o objetivo principal que anima toda a sua obra e que transborda dos seus ensinamentos. Serenamente aborda a questão, mas deixa transparecer, com leve ponta de amargura, o pouco caso com que os responsáveis pela nossa situação financeira durante o Estado Novo ligaram os conselhos prudentes e autorizados que não lhes faltaram, as sábias sugestões que a imprensa apolítica não se cansou de propor-lhes, apontando os exemplos eloqüentes que foram invocados através da experiência de outros povos, graças à visão de estadistas cautelosos e previdentes.

A obstinada negação de nossos estadistas para usarem medicamentos preventivos contra o mal que se prenunciava no organismo débil do Estado, já em condições de vulnerabilidade mórbida ao declarar-se a guerra, deu lugar a que a enfermidade se manifestasse e se desenvolvesse em toda a sua plenitude, atingindo o paciente em seus centros vitais. Agora a tarefa é mais árdua e a recuperação da saúde é possível com medidas drásticas e reagentes enérgicos. E ele as prescreve: "orçamentos das despesas dentro dos níveis da arrecadação; política cambial colimando a estabilização das taxas, simultânea à seleção quantitativa do crédito; política fiscal tendente a reforçar a tributação dos lucros excessivos e absorver o máximo da pletora dos meios de pagamento; política de comércio exterior com articulação para a gradativa nacionalização da dívida pública".

Por um lado o livro vale uma condenação do Estado Novo, por não ter ele executado uma política financeira e econômica de guerra. É a essa omissão na política de guerra que o autor, com sobejas razões, atribui a gravidade da situação econômica e financeira do país. Por outro lado ele fornece um conjunto de medidas sem as quais não será possível a volta do país à vida normal e sã.

A gênese e o desenvolvimento das crises são metodicamente expostos pelo autor com grande segurança e acerto e, sendo assunto de atualidade, interessa de forma particular.

Tratando dos efeitos das crises na sociedade, ele se pôs ao lado dos grandes mestres, assinalando que "nas crises lucram apenas as classes afortunadas, embora algumas delas percam mais na baixa do que lucraram na alta. Na alta, caracterizada por preços elevados, sofrem as classes consumidoras, de-

vido os desníveis operados entre o salário em dinheiro e o salário real. Essas classes ainda sofrem na baixa porque a depressão econômica as afeta mais profundamente".

Estabelecendo a inflação como causa das crises cíclicas, ele argumenta esclarecendo que "o aumento do meio circulante e do volume dos depósitos bancários, sua natural conseqüência, provoca inicialmente a marcha ascensional dos preços. Semelhante fenômeno determina, por sua vez, a expansão das atividades econômicas, conduzindo a uma espécie de paroxismo dos investimentos e da especulação, prólogo de crise de crédito que pressagia o retrocesso sob forma grave".

Os lucros excessivos, o nível de preço, a produção e o salário, a política monetária e a bancária, o capital e os investimentos são temas que, merecendo, cada um deles, capítulo especial, foram profundamente analisados em suas variadas faces. O capítulo que trata do orçamento encerra conselhos salutares. Aí os homens de Estado têm bastante o que aprender.

Depois de evidenciar pormenorizadamente o perigo que para a coletividade constitui os lucros excessivos repercutindo na inflação do crédito e estimulando a especulação, mostra como eles freqüentemente conduzem a investimentos antieconômicos, visando a ampliação ou criação de atividades insadias.

Por essas mesmas razões a tributação dos lucros excessivos, durante a guerra, é aconselhável para frear a inflação, e terminada a guerra ainda continua necessária por motivos econômicos e financeiros, tendo-se em vista as necessidades orçamentárias agravadas com o aumento da dívida pública.

Os aspectos de uma prosperidade aparente não o impedem a uma pesquisa mais profunda, porque, às vezes, ela é apenas aparente e não real.

"Quando sábia" – diz ele – "ela assegura o crescimento real de maneira mais ou menos uniforme: isto é, desenvolve o consumo e a formação do capital.

Quando o capital, favorecido por lucros anormais, se expande com sacrifícios de consumo, devido à alta de preços, a economia marcha para uma crise séria. O acúmulo do capital leva a uma produção maior, para que seja possível obter um rendimento proporcional aos investimentos. Se falta à população poder aquisitivo, a produção aumentada deixa de encontrar consumo paralelo."

Essa linguagem já era muito nossa conhecida através da imprensa, onde o autor tem sido, com uma obstinação patriótica, o maior inimigo da inflação. A obra, para estudantes, deve ser considerada didática, mas também um catecismo para economistas e um livro de consulta e ensinamentos para os homens de Estado.

ISALTINO COSTA"

FÉ DO OFÍCIO DO MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DR. JOÃO DE LOURENÇO, aposentado

1913 – Professor público primário na cidade de Areia.
1914 – Redator do jornal oficial "A UNIÃO" do Estado da Paraíba.
– Redator de Debates da Assembléia Legislativa do mesmo Estado.
1920 – Escrivão da Inspetoria de Obras Contra as Secas.
1922/23 – Redator econômico-financeiro do "CORREIO DA MANHÃ".
1925 – Redator econômico-financeiro de "O JORNAL".
– Redator econômico-financeiro e depois redator-chefe do "O PAÍS".
1926 – Chefe de Seção da Estrada de Ferro Central do Brasil.
1929 – Fiscal das Caixas de Aposentadoria e Pensões.
1931 – Redator econômico-financeiro do "DIÁRIO DE NOTÍCIAS".
1933 – Assessor Técnico da Delegação do Brasil à Sétima Conferência Internacional Americana.
– Membro do Conselho Nacional do Trabalho.
1934 – Assistente Técnico da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional.
– Auxiliar Técnico da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Gabinete do Ministro da Fazenda.
– Membro da Comissão designada pelo Sr. Ministro da Fazenda para elaborar o anteprojeto da discriminação das rendas a que se refere o art. 8º das Disposições Transitórias da Constituição Federal.
1935 – Representante do Governo do Conselho Administrativo do Departamento Regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.
1936 – Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Gabinete do Sr. Ministro da Fazenda.
1937 – Representante do Ministério da Fazenda na Comissão incumbida de examinar as medidas a serem adotadas para regular as relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha.
– Redator Econômico-Financeiro do "JORNAL DO COMMÉRCIO".
– Consultor Técnico do Conselho Federal de Comércio Exterior.
1938 – Membro da Comissão Reservada do Ministério das Relações Exteriores, para exame da política do comércio do Brasil.
– Membro do Conselho Federal de Comércio Exterior.
– Promovido por merecimento ao cargo final da carreira de Estatística do Tesouro Nacional.
1939 – Secretário-Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda.
1940 – Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.
– Membro da Comissão Censitária Nacional
1941 – Membro e Presidente da Comissão constituída para proceder ao es-

tudo das condições do mercado interno.

1943 – Assessor Técnico, e, posteriormente, membro da Comissão Federal de Preços, como representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

– Designado pelo Sr. Presidente da República para exercer a função de Representante do Brasil na Comissão Mista Comercial do Rio de Janeiro, nos termos do artigo XVIII do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, firmado em Buenos Aires, a 23.1.40.

– Delegado do Ministério da Fazenda ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

– Representante do Ministério da Fazenda na Comissão encarregada de organizar a relação de todos os artigos produzidos no país e na República Argentina, em face do disposto no item IV do Tratado de Intercâmbio Livre e Indústrias Novas, firmado em 21 de Novembro de 1941, entre o Brasil e aquela nação.

1944 – Membro do Conselho Federal de Comércio Exterior.

– Membro e Presidente da Comissão especial incumbida, no Conselho Federal do Comércio Exterior, de elaborar o projeto de lei para a defesa da indústria nacional contra o "dumping" e outros processos de "concorrência desleal".

1947 – Secretário-Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda.

– Delegado permanente do Ministro da Fazenda perante o Fundo Monetário Internacional, em matéria estatística.

– Membro da Comissão designada pelo Sr. Ministro da Fazenda para examinar as sugestões oferecidas ao projeto de lei bancária.

1948 – Respondendo pelo expediente do Ministro da Fazenda, durante as ausências temporárias do titular da pasta.

– Representante do Ministério da Fazenda na Comissão Inter-Partidária, constituída com o objetivo de facilitar o bom encaminhamento das medidas de real interesse para o país.

– Membro da Comissão incumbida de estudar as necessidades e os recursos do Brasil.

1949 – Membro da Comissão incumbida de examinar os anteprojetos de leis relativos às operações de seguro privado e de capitalização.

– Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

– Membro da Associação Brasileira de Imprensa.

– Membro da Sociedade Brasileira de Estatística.

– Membro da Academia de Ciências Políticas dos Estados Unidos.

– Membro correspondente do Instituto de Economia Rural, da Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo.

– Membro do Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo.

- Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.
- Membro da Sociedade Brasileira de Escritores.

PUBLICAÇÕES:

Além de inúmeros trabalhos sobre assuntos econômicos e financeiros, muitos deles transcritos nos relatórios do Ministro da Fazenda e do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como nos anais das duas Câmaras do Congresso Nacional, publicou os seguintes estudos:

"Sistema Nacional de Economia"

"Indicações sobre a Política Econômica e Financeira"

"Situação Econômica e Financeira do Brasil – Pareceres"

JOÃO AGRIPINO

"Não é homem rico; é herdeiro apenas de nome tradicional; na realidade, mesmo integrando família numerosa na qual aparecem juízes, médicos, desembargadores, fazendeiros, advogados, o seu nome se sobressaiu entre todos, projetando-se com uma personalidade das mais vigorosas dos quadros políticos paraibanos e do país".

Convivendo com João Agripino, como colega da Faculdade de Direito do Recife, integrantes que fomos da turma de 1937, não me surpreendeu a sua ascensão política, da Promotoria Pública de Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte, a Ministro de Estado de Minas e Energia, passando pela Deputação Federal, pela Senatória, pela Governança do Estado da Paraíba, pelo Tribunal de Contas da União e, por fim, Empresário em São Paulo.

De família tradicional – Os Maia, de Catolé do Rocha e do Brejo do Cruz, com ramificações por Pombal e Souza, na Paraíba, estava evidente a sua participação na política paraibana, assim que se abrissem clareiras. Vivíamos o Estado Novo, sucedendo a Argemiro de Figueiredo, na Interventoria Federal da Paraíba, o atual Senador Ruy Carneiro. Conseqüentemente, já daí, praticamente, estavam formados os partidos que iriam tomar corpo mais tarde. Os que ficaram com Argemiro de Figueiredo fundaram a União Democrática Nacional (UDN) e os que serviam a Ruy Carneiro, no Governo, integraram o Partido Social Democrático (PSD). João Agripino era do primeiro grupo e foi eleito Deputado Federal.

Até a sua convocação a Ministro de Estado, no Governo Jânio Quadros, João Agripino não conhecera cargos executivos. Deputado, só Deputado. Deputado atuante, ocupando a vice-liderança da UDN quando Carlos Lacerda era o seu Líder, ao nível de integrantes da chamada "Banda de Música" da oposição, como Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Pedro Aleixo, Rondon

Pacheco, Mario Martins, Adauto Cardoso, Raimundo Padilha, Oscar Correia, Menezes Cortes, Paulo Sarazate, todos "cobras", na tribuna e fora dela, na imprensa, nas comissões e nos cochichos de gabinete.

Homem com respaldo de opinião pública, voz ouvida e acatada por uma boa imprensa, mergulhado por inteiro na política partidária, João Agripino foi alicerçando uma posição de liderança na Paraíba, na repercussão natural de sua atuação nos quadros nacionais. Quando, em 1950, Argemiro de Figueiredo quis levar a secção paraibana da UDN aos braços de Getúlio Vargas, da cisão que eclodiu, tomaram posição definida contra o então Chefe único do Partido, João Agripino e Ernani Satyro, que logo assumiram as responsabilidades de comando da agremiação udenista. Argemiro de Figueiredo passou a dirigir o PTB da Paraíba.

Em 1959 e 1960, a Paraíba praticamente comandava a Câmara dos Deputados, de vez que o autor deste livro era o Líder da Maioria, no Governo Juscelino Kubitschek, e João Agripino, o Líder da Oposição.

Se em 1961, no Governo Jânio Quadros, a Paraíba de novo voltava a aparecer nos escalões superiores da República, tendo João Agripino como Ministro de Minas e Energia, já em 1963, no Governo de João Goulart, tinha o autor deste no Ministério da Justiça. Mais tarde, no período revolucionário, a Paraíba voltava a emergir, com Ernani Satyro, na Liderança da Maioria na Câmara dos Deputados. E não era só, logo João Agripino ingressa no Tribunal de Contas da União, juntando-se ao conterrâneo Vergniaud Wanderley, tendo ambos ocupado a Presidência desse órgão fiscalizador. E ainda, no Superior Tribunal Militar, Alcides Carneiro ingressava em pleno estilo de uma oratória consagrada.

A Paraíba não interrompia a sua predestinação e estava sempre presente aos superiores Conselhos da República.

De sua passagem por todos estes cargos, uns de reconhecimento público à vista, como na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, outros de ação mais comedida como no Tribunal de Contas da União, e ainda outros campos controvertidos pela sua própria importância decisória como o de Chefe de Executivo, João Agripino deixou sempre traços pessoais muito definidos. A sua legenda é boa, na Paraíba e fora dela.

Evidentemente, os seus pronunciamentos, quer no Parlamento ou no exercício de funções executivas, não são de um humanista, mas na verdade, partem de quem conhece bem a realidade brasileira e se dá conta de sua responsabilidade de homem público frente aos encargos que lhe são conferidos.

De sua vida universitária, como de sua vida pública, não se conhecem incursões literárias, tendo se dedicado muito jovem ainda às funções do ministério público, dele passando à advocacia pelos sertões paraibano e norteriograndense, quando foi guindado à mandatos legislativos sucessivos.

Entretanto, ao longo dos anos, o improviso na tribuna lhe é fácil e a sua comunicação com as massas constitui fator de êxito dos seus pleitos na praça

pública. Deixa as imagens e os devaneios de efeito estético, para abordar temas com objetividade, inspirado mais diretamente na sua vivência funcional e política, do que nas fontes de saber das bibliotecas.

No seu Governo, na Paraíba, cercava-se mais de técnicos do que de políticos, e se a estes nunca deixou de lhes dar prestígio, àqueles, contudo, considerava como peças fundamentais da administração. Homem forte, enérgico, absorvente e até violento, às vezes, mantinha em torno de si uma auréola de intocabilidade que se exaltava de sua experiência e do seu espírito público, não sendo portanto nem um prêmio a bons serviços, nem tão pouco uma questão de sorte e de amizades. Convocaram-no como um homem capaz e à altura das funções. E não houve equívocos, pois o paraibano, como muitos outros que assim foram mobilizados, deu o que tinha de dar, como sempre o fez, à frente de todas as posições que teve a desempenhar.

JOSÉ PEREIRA LIRA

"Como a figura do grande místico hindu, Ramakrishna, que praticou o cristianismo como se cristão fosse e professou o islamismo como se fosse muçulmano, para extrair de todas as experiências a sua verdade do Deus ÚNICO, José Pereira Lira transmuda-se para se dar a si mesmo a realidade inalterável de sua própria individualidade".

(De Heráclio Salles)

Num sítio às margens do Gramame, bem perto da Capital do Estado, chamado Caxitu, nasceu José Pereira Lira. Ao redor, um povoado muito pobre, casinhas de beira e bica se alinhando pelas encostas, galinhas à solta, aqui e ali umas vaquinhas estabuladas, fruteiras carregadas, algumas casas de farinha e a vida terminando muito cedo para começar ainda mais cedo. Um arruado com pulsações de sol a sol.

Dali saiu o estudante para João Pessoa e desta saiu o jurista para o Rio de Janeiro. E do jurista ao homem público, ao político, não houve dificuldades, logo convocado pelas forças partidárias do Estado, para a Câmara dos Deputados.

Em tempo algum, entretanto, o advogado se perdeu na política. Grandes empresas o tinham a seu serviço, movimentando uma boa banca de advocacia.

Quando na Presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra, Pereira Lira foi o homem forte do Governo. Chefe de Polícia da Capital e em seguida Secretário da Presidência da República, o seu nome se impôs ao meio político nacional. Era figura de primeira grandeza e, por muito tempo, foi Conselheiro fiel do Presidente que, aliás, passou à história como o homem da Lei, da Constituição, da Ordem.

A um insucesso contundente na vida política, quando derrotado em 1950, nas eleições para Senador da Paraíba, pelo seu concunhado Ruy Carneiro – figura singular na Paraíba, mantendo-se Senador da República até os dias presentes – deve-se o seu recolhimento aos quadros do Tribunal de Contas da União. Foi seu Presidente, participou de congressos internacionais, atuou com profundidade e seriedade no sentido de uma fiscalização eficaz e racional das contas públicas, desempenhando em alto nível as funções de Ministro deste importante órgão da administração nacional.

No seu recolhimento à vida privada, voltou às letras, e, como Presidente da Academia Brasileira de Letras, considera-se convocado pela cultura, empenhando-se, a fundo, no sentido de dar à nova Capital do País vida intelectual inerente à projeção de um grande centro administrativo e político.

Ligado por tantos anos ao Rio de Janeiro, à Velha Cap, nem por isso pensou em abandonar Brasília, logo que ultrapassou os limites cronológicos de serviço público, deixando-se ficar enraizado numa cidade pela qual se apaixonou, com o mesmo entusiasmo que o conduziu de Caxitu ao Palácio do Catete.

O velho professor de Direito assumira outras cátedras e em outras plagas, passando a exercer intensa atividade em sociedades culturais que se vão fundando, aqui numa integração à vida brasiliense.

Um dia, o seu nome, incorporado aos pioneiros de Brasília, terá o seu justo relevo, alinhado entre os que a construíram, dando-lhe alma que não nasce das pedras e do cimento.

José Pereira Lira não sonha em vão. Num passado remoto, muito jovem, redigiu um memorial remetido ao Presidente da República, com as assinaturas de dois grandes varões paraibanos – o juiz Francisco de Gouveia Nóbrega e o vice-Presidente do Estado, Dr. Flávio Maroja – pedindo o saneamento do vale do Gramame.

Hoje, o vale é um dos principais celeiros da capital, saneado e cortado de boas estradas, abastecendo as feiras e mercados de João Pessoa, com as melhores frutas e leguminosas, além de ter sido a zona escolhida para a implantação do Distrito Industrial incentivado pela Sudene.

Nos anais do crime da capital paraibana, ainda os antigos se lembram daquele menino advogado, que, com a sua palavra e a sua inteligência, conseguiu a absolvição, num dos julgamentos de maior interesse popular, de Maria Augusta, que havia assassinado na vila de Cabedelo, o porto do Estado, Pedro Maul, figura da sociedade.

Passam-se os anos, mas na memória popular ficam os personagens que movimentaram cenas que tumultuaram e dividiram opiniões, num pequeno burgo. José Pereira Lira, que foi tudo neste mundo, ainda é, para muitos paraibanos, o jovem e vitorioso advogado de Maria Augusta...

Ninguém esquece, até hoje, as defesas de Antonio Boto de Menezes, nas sessões de júri de João Pessoa. A sua voz candente, as suas imagens, os seus

arroubos e oratórios, os seus gestos e as suas emoções, encantavam um grande público.

Quem passar por uma das quadras residenciais de Brasília, ao ver um jogador de golfe, cabelos brancos ao vento, taco na mão e bolinha deslizando pelos gramados bem cuidados, poderá imaginar tão pouco que ali está Pereira Lira, o advogado, o jurista, o ministro, o acadêmico!

Na vida simples de Brasília, adaptado ao seu clima e às suas alturas, este paraibano que tanto concorreu para o prestígio do Estado na Federação, ajusta-se de corpo e de alma, como parte integrante e ativa de uma comunidade que se metropoliza ano a ano pela ação de homens desta categoria.

RETRATO INSTANTÂNEO DE JOSÉ PEREIRA LIRA

E se a nossa missão é "fotografar" personagens com nitidez, para que possam eles ser reconhecidos no futuro, na busca da verdade histórica, é sempre aconselhável o melhor retrato, seja qual for o profissional que o tenha conseguido. E se o fotógrafo, apesar de amador, é tanto mais perfeito quanto se possa exigir, pela inteligência, pelo aprumo e por vocação mesmo de artista, aí então é que cabe recolher o material sem mais retoque.

É o que aconteceu. Na minha preocupação de "fotografar" José Pereira Lira, cujos traços ligeiros esbocei acima, verifico que ficam os mesmos como *passe-partout* deste "retrato instantâneo" que Heráclio Salles, com objetiva mais poderosa e maior luxo de detalhes, conseguiu deste paraibano de tão ricas nuanças.

Prá que outra foto? Esta é trabalho de verdadeiro artista e o fotografado não precisa nem de retoques, tal a expressão real de sua personalidade tão bem fixada por este conselheiro do Tribunal de Contas de Brasília, que, antes de sê-lo, era o comentarista ao nível de Castelo Branco, nas páginas da imprensa carioca.

Acostumado a retratar ambientes, a focalizar pessoas, em grupo ou individualmente, não foi difícil a Heráclio Salles esta fotografia de José Pereira Lira, pois com ele convivendo em Brasília, com missões idênticas, soube pôr-lhe um visor bem ajustado às luzes e às cores do ambiente, fazendo-a de corpo inteiro.

E as suas palavras transcrevemos, certamente com muita oportunidade, pois se não são bem contornadoras do meu personagem, entre muitos destes livros, pouco conhecidas são do grande público, uma vez que se circunscreveram a uma solenidade promovida pelo Centro de Estudos do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nas comemorações do centenário de nascimento de Prudente de Moraes Filho, a quem José Pereira Lira também fotografou.

Aqui estão elas:

"Incumbido por meus pares de dirigir uma saudação ao conferencista de hoje, confesso que intimamente resisti à missão, advertido da dificuldade que à primeira vista me pareceu oferecer-se: como poderia alguém antecipar-

se ao orador, senão para apresentá-lo ao auditório? E como fugir, no caso, à fatalidade das palavras previamente cunhadas no espírito dos presentes? O conferencista desta tarde dispensa apresentação.

Pensando mais diretamente no homem que vamos ouvir, dei de imediato com o avesso do lugar comum e cheguei à conclusão, atrevida mas verdadeira, de que José Pereira Lira, o Ministro Pereira Lira, ou Mestre Lira, como costumamos tratá-lo nesta Casa – a figura mais conhecida de Brasília, onde se tornou mais visível que o topo de nossa Torre de Televisão – precisa ser apresentado. É oportuno apresentá-lo a este auditório, onde creio estarem representadas três gerações que com ele falam, que o vêm transitar pela cidade, captando cada uma delas, entretanto, imagem diversa, unificada somente pelo respeito que a todos inspira seu vulto singular.

Singular? Eis o problema. Plural é que ele é, tanto mais difícil de apresentar quanto mais se multiplica e renova ao longo dos anos, deixando marcas, estas sim, singulares, cada uma das quais, pela nitidez com que se oferece a interessados específicos, como que subtrai as outras e tende a impôr-se como única. Se dessas marcas – em esforço de soma que ele mesmo dificulta, falarei apenas de algumas, não é porque sejam poucas a guardar, senão porque são muitas a lembrar.

Quem é José Pereira Lira, o Zé Lira de Dona Biá, sua devotada e suave companheira; o Mestre Lira de todos nós, o *Pau Pereira* do baião de Luiz Gonzaga, diretamente inspirado em sua rijeza de nordestino ultra-civilizado mas jamais despojado da seiva bebida nas raízes de sua "Paraíba masculina, muié macho, sim sinhô"? Em primeiro lugar, um homem que se construiu a si mesmo, a partir de um núcleo irredutível de consciência moral, sobre cuja solidez ergueu perseverantemente um monumento de materiais variados porém sujeitos a mais áspera disciplina da unidade. Talvez por aí se torne menos difícil conhecê-lo e apresentá-lo, como veremos. O famoso *Eu sou eu e minha circunstância,* de Ortega Y Gasset, não se lhe aplicaria utilmente desse ponto de vista, pois ele poderia replicar, não com palavras – que sua modéstia o impediria de proferir mas com sua vida mesma: "Minha circunstância sou eu". Por outro lado, o fato de se haver auto-construído tornaria inadequado o não menos famoso achado de Jean-Jacques Rousseau, que lhe valeu o título de *Pai da Antropologia Social,* conferido por Claude Lévy-Strauss: "Há um ele que pensa em mim, de tal forma e com tal intensidade, que dificilmente poderei saber, em dado momento, se o que penso é *meu* ou é *dele".*

Pelo menos, no Homem Pereira Lira, esse *ele* inevitável ficou tão difuso e condicionado que lhe permitirá sempre, tanto a ele próprio como a nós que temos o privilégio estimulante de seu convívio, saber exatamente que é *seu* e não *dele* e que pensa e o que diz. Esta é, possivelmente, a explicação psicológica da variedade de seu interesse pelos homens, pelas idéias e pelas coisas, assim como da facilidade com que transita entre tantas esferas do conhecer e do fazer, com pensamento a um tempo característico e renovado.

Verdadeiramente reveladora é a naturalidade com que, automaticamente, se adapta a situações existenciais, sem que, em nenhuma delas, deixe comprometida qualquer parcela de sua personalidade. Jogando golfe – com o fanático e imaginário Boggs, coronel britânico e súdito da Rainha Vitória – usa boné e veste-se a caráter, para melhor enfrentar, com invariável senso de humor, um dos *padrões* para aferição dos progressos de "um jogador médico e sem ambições"; praticando equitação, comporta-se no trajar e no cavalgar como se fosse esta sua única paixão; e em Tóquio, onde deu séria contribuição a um dos Congressos Internacionais dos Órgãos Superiores de Controle, vestiu-se no hotel com um quimono que lá, sintomaticamente, esqueceu, provocando na viagem de retorno, de um neto que o acompanhava, estas palavras ditadas pela acuidade infantil:

Você devia ter trazido aquele quimono, Vovô Com ele Você ficou igualzinho aos outros japoneses.

Como a figura do grande místico hindu, Ramakrishna, que praticou o cristianismo como se cristão fosse e professou o islamismo como se fosse muçulmano, para extrair de todos as experiências a sua verdade do Deus Único, José Pereira Lira transmuda-se para se dar a si mesmo a realidade inalterável de sua própria individualidade.

Quase adolescente, foi professor e jornalista, militando com empenho na "Imprensa" da Capital paraibana e no "Jornal Pequeno" do Recife, do qual se fez correspondente ativo no Rio, onde se fixaria como advogado. Atraído sempre pelo magistério, desde a juventude na Paraíba e em Pernambuco, essa atividade ajudou-o a disciplinar sua paixão pelo Direito, que ensinou na antiga Universidade do Distrito Federal (depois UEG) e continua a ensinar na Universidade de Brasília, aqui ajudando a fundar, nesse meio tempo, o Centro Universitário de Brasília, (do qual é professor licenciado), o Instituto dos Advogados e o recente Centro de Estudos Jurídicos, o CENJUR, cujos estatutos redigiu de próprio punho, quase de uma assentada, aos nossos olhos. Homem de pensamento e dotado de excepcional capacidade de ação, filia-se ao numeroso grupo dos que, por essa acumulação de qualidades, muito escreveram quando tinham o que dizer, mas nunca puderam fazer obra sistemática: da estirpe de Francisco Campos, San Tiago Dantas, Gustavo Capanema, Milton Campos, Prudente de Moraes, o filho e o neto (aqui presente, para nossa alegria), da qual pode ser tido como patrono e maior dos dissipadores de sabedoria e talento, que foi Ruy Barbosa. Talvez seja este um dos tributos pagos ao nosso estágio de desenvolvimento cultural, que impõe a espíritos como estes o sacrifício da atividade científica no mesmo passo que se serve o País de sua desambição e devotamento à causa pública, para sobrecarregá-los com os onus impostos aos homens de Estado, aos quais só não se chega a conferir a chefia do Estado.

Pois homem de Estado, com todas as responsabilidades diretas dessa condição, foi José Pereira Lira, ajudando o Governo Dutra de modo decisivo, e *derrière la façade* como prefere agir, a chegar a seus melhores atos e metas,

como a preparação da política energética pela construção de Paulo Afonso e a constituição previdente de nossa primeira frota de petroleiros; a implantação de uma política habitacional pioneiramente voltada para os cidadãos sem fortuna; e a conquista do objetivo maior, que era vencer os obstáculos opostos à determinação presidencial de preservar o jovem e débil sistema democrático inaugurado com a Constituição de 1946.

Transferindo-se para Brasília, aqui repousou dessa pesada experiência, renovando o espírito do Tribunal de Contas da União e preconizando vanguardeiramente métodos avançados de controle das finanças públicas; depois participando de todas as iniciativas necessárias a complementar a Capital administrativa e política do País com sua feição cultural; concorrendo para a concretização dos Encontros Nacionais de Escritores, ajudando a consolidar a presença da *Aliance Française* (cuja estrutura física ampliou) e de outras instituições similares, fundando a Academia Brasiliense de Letras e acionando, sem nada pleitear para si, os que a seu juízo, e descobertos pelo seu faro de homem de Estado, poderiam de algum modo contribuir para promover as artes e melhorar o ensino em diferentes graus.

Enquanto isso, vai acumulando títulos de trabalhos fortemente originais, impressos em tiragens tão limitadas que se esgotaram e de cuja reedição não parece cogitar, como se fossem para ele *res derelicta.* Bastaria citar, de uma relação de quase vinte, "Da Prescrição extintiva e do embaraço judicial", "Limites Estaduais", "Método preletivo e método do caso", "Aprendizagem do Direito Sumular" (designação por ele cunhada com o testemunho de Vitor Nunes Leal), "Temas do nosso tempo" e "O controle das finanças públicas"; quatro nítidos retratos de Tiradentes, Artur Bernardes, Pedro Lessa e Eurico Dutra, este último a imprimir, como a editar estão suas memórias, "Águas passadas", e os surpreendentes discursos de recepção de Cyro dos Anjos e Abgar Renault na Academia Brasiliense.

Mas vamos ouvi-lo sobre "Prudente de Moraes Filho e o Código Cívil", antes que ele, captando a impaciência do auditório, interrompa esta arenga, que afinal poderia ser reduzida, no que lhe toca, a um verso de Mário de Andrade:

"Eu sou trezentos, sou trezentos e cinquenta."

No *Diário de Brasília,* de 31 de Agosto de 1975, encontro material abundante da vida de José Pereira Lira, com seqüência biográfica. A jornalista Eliana Cotrim trás o seu entrevistado a confissões auto-biográficas, pelo que uma repetição ouví-lo para uma nova confissão.

Já falou José Pereira Lira e disse tudo de si. Não há necessidade de falar de novo. Aqui está ele, através de Eliana Cotrim:

JOSÉ PEREIRA LIRA; CULTURA, UM DESAFIO À INTELIGÊNCIA DOS JOVENS

(Texto de Eliana Cotrim)

Atrás de um par de óculos pequeninos, que ele mesmo denomina como "óculos antipáticos", José Pereira Lira, um homem de 76 anos, apesar de toda essa vida longa ainda pratica golfe três vezes por semana e gosta muito de montar a cavalo. E, por pequeninos detalhes como estes, percebi que na realidade não pesava sobre seus ombros o peso de tantos anos de vida. Muito jovem de espírito, trajava uma camisa tipo "Lee", enquanto deixava perfumar o ambiente de muitos livros e papéis – visível afinidade com a intelectualidade com a fumaça de seu cachimbo.

Uma das primeiras coisas que ouvi de seus lábios, foi o orgulho de dizer que era nascido na Paraíba, em 1899, "isso eu faço questão que seja dito". Depois, a conversa começou a se diversificar e então ele mostrava um livro – seu último trabalho – que sairá no próximo mês. "Limites Interestaduais", um trabalho de pesquisa, escrito em homenagem a Prudente de Moraes Filho, no centenário de seu nascimento. Comenta Pereira Lira:

"Não escrevo com intenções comerciais, por isso não farei noite de autógrafos. Quando tenho algo a dizer, sento-me, escrevo e depois distribuo a meus amigos. Nunca recebi direitos autorais nem mesmo vendi um exemplar sequer de uma obra minha. Por isso digo que não sou um escritor profissional, apesar de ter muitos livros e trabalhos publicados".

Continua ele explicando que talvez este livro seja o trabalho mais substancial já feito e elaborado por ele, "será a base de um a conferência que farei em setembro".

É formado pela antiga Faculdade de Recife, hoje Faculdade de Direito de Pernambuco, e além de ter exercido sempre a atividade de professor, conta que também já trabalhou muito em jornal, assumiu vários cargos públicos importantes, chegando a ser deputado federal de seu Estado por três mandatos.

INDEPENDÊNCIA

Hoje, faz parte do "Who's Who in Brasil", e defende a tese de que a literatura brasileira só começou a existir realmente, depois do movimento modernista de 22. "Até então éramos como uma irmã mais nova, recebendo uma série de cópias transplantadas das culturas européias. Apesar de o Brasil ter-se tornado independente no século passado, a nossa independência cultural só começou a existir a partir de 1922".

"Aconteceu com este movimento todo o pensamento que envolvia suas idéias, a emancipação dos nossos homens de letras e de cultura em geral" Lembra ele que, apesar de nunca ter participado ativamente de nenhum

movimento literário, sempre esteve cercado dos intelectuais ativos e chegou a presenciar o rompimento – fato tão importante para o nosso quase o literário – de Graça Aranha, numa sessão histórica, com a Academia Brasileira de Letras. "Me recordo até que numa certa hora de muita exaltação Graça Aranha chegou a dizer: "A Academia deve ser fechada!"

Logo adiante, perguntei a ele o que ele achava da Academia atualmente. Sorri Pereira Lira, e me diz: "Prefiro não responder a esta pergunta.

Qualquer resposta é criticável".

EVOLUÇÃO DA LITERATURA

Tendo além de vários livros e trabalhos publicados, já tem também em vias de publicação próxima mais uma série de outros trabalhos. Entretanto, quando perguntado como vê a evolução da literatura brasileira e os caminhos que ela tende a seguir, diz que é totalmente imprevisível detectar, visto que até nos dias atuais sofremos influências primeiramente francesas, depois inglesas na nossa literatura, e hoje não podemos deixar de reconhecer que a vida norte-americana influi demais em tudo o que fazemos e produzimos no Brasil. "Mas, acredito na criação puramente brasileira. Já existem coisas, muitas coisas, verdadeiros "achados" que são exclusivamente nossos. Acredito que no momento todos estão preocupados com as espécies de problemáticas, e há muitos escritores que, embora ainda muito trancados nas suas torres de marfim, dentro delas só procuram a maneira de caminhar correta e visando o melhor e mais autêntico para nós."

"Veja bem nossa poesia. Tem suas características. Nossa ficção está sendo festejada como uma coisa que começa a pensar. Brevemente, o Brasil vai mostrar ao mundo inteiro que aqui também se pensa. O Brasil deixou de ser, a meu ver, uma porção de ilhas, para assumir a atitude de um continente".

PUBLICAÇÃO

É sabido que Pereira Lira tem guardado nas gavetas uma quantidade de poemas – e de grande valor – mas que até hoje não se aventurou a publicá-los. Perguntei a ele o por quê de tal "segredo literário", e ele apenas diz: "será o presente que deixarei para os meus herdeiros...", e continuar repetindo o que já havia dito uma vez antes: "Não me julgo um escritor profissional, escrevo quando tenho vontade e alguma coisa a dizer. E, este meu mundo lírico não é publicável".

CONVIVÊNCIA

Embora José Pereira Lira, nunca tenha se dedicado estrita e ativamente à Literatura, sempre permaneceu ligado ao mundo literário, freqüentando os meios culturais com bastante assiduidade e relembra as grandes figuras com

quem ele se deteve várias vezes e que manteve um relacionamento aprazível. "Lembro-me Afranio Peixoto. Um homem que me empolgava pela sua cultura e talento de conservação. O velho Graça Aranha – a quem já me referi – era surpreendentemente moço durante toda a sua vida. Um espírito renovador e pioneiro em todas as ocasiões; figura realmente digna de ser chamada de o eterno jovem. Outro, de quem muito me lembro, e a quem fui muito apegado afetivamente, Hermes Fontes, que numa noite de Natal, saiu da vida pelas portas da espontaneidade: era muito infeliz, porém uma pessoa genial. E, entre outros, não posso me esquecer Carlos Dias Fernandes, creio eu, que o mestre de uma geração inteira. Incrível humanista, poeta e pensador admirável. No Brasil, para mim, o regionalista nordestino foi criado e aberto por ele no seu livro "Os Cangaceiros". E mais muitos outros, pena que não possa citar a todos".

MOVIMENTOS

"A palavra modernização vem de "moda"; e modas são passageiras. Penso nos movimentos literários como penso nas modas. Vêm e passam. De tudo o que fica, sempre são os clássicos. Quem pode substituir as tragédias gregas, ou pensá-las superadas? Estarão eternamente na perpetuidade da humanidade como uma forma concreta de arte. A sede do novo é um vício mental e natural, mas na realidade não há nada de novo. Tudo são como ângulos diferentes de fotografias tiradas de uma mesma cena".

CRISE EDITORIAL

O atual presidente da Academia Brasiliense de Letras comenta lastimando, a crise editorial no Brasil, que está acarretando uma crise de opressões aos escritores. E apresenta como solução, que o Estado enfrenta o problema com maior atenção, tentando promover concursos, cujos prêmios incluam, a publicação da obra vencedora. "Vejo muito escritor anônimo e frustrado que, por uma série de barreiras, terminarão por morrer no ostracismo. Um sistema de juris locais que desembocassem num juri Federal, para se medir realmente os valores que deveriam ser publicados, independentemente do nome já previamente construido, ou de um sistema montado de publicidade anterior". Pereira Lira continua sua explanação dizendo que o que acontece hoje nos meios literários e editoriais, é que existem uma série de "Capelinhas, verdadeiras Igrejinhas", onde muitos talentos não conseguem penetrar. Mostra ainda a necessidade de estímulos, prêmios em dinheiro, publicações em especial. "Existe atualmente, um certo aprisionamento de valores, principalmente dos valores novos, em favor de uma grande quantidade de nomes já feitos antes".

BRASÍLIA

É professor da Universidade de Brasília, e muito se orgulha disso, pois acredita muito nas novas gerações, e considera injustas as acusações que lhes são atribuídas; atualmente, está licenciado do CEUB, onde também é professor; e, analisando Brasília no plano cultural, considera que a capital ainda esteja em fase de formação. "Apenas sendo preparada, mas para mim, é um lugar para meditações; e também, uma espécie de caixa de repercussões. Não só pelo seu clima intelectual, mas como pelos novos pulmões que vêm de fora todos os dias, aumentando as possibilidades de um futuro em termos de Capital Cultural do País."

Diante de tal entusiasmo, lembrei-me de já ter ouvido alguém dizer que a estrutura da cidade agia como podadora da criatividade dos artistas e perguntei a ele, o que teria a dizer sobre isto. E Pereira Lira, que já estava entusiasmado, se anima um pouco mais e diz: "Bastam dois interlocutores, para que haja um auditório. Nem mesmo a solidão, que é a pior coisa que existe no mundo, tem o poder de podar a criatividade dos homens. Pelo contrário, muitas vezes, o estado de solidão leva o ser humano a criar as suas melhores obras. Mas, quanto a esta esterilização mental por causa da cidade em si, eu não acredito. Chego a pensar que aqui estão sendo feitas grandes meditações para o futuro".

FUTURO

Falando sobre si mesmo, Pereira Lira se mostra muito humilde quando diz que fez apenas uma coleção de retratos, alguns históricos e uma série de trabalhos de pesquisa e conferências. "Mas, atualmente estou preparando um ensaio **José Bonifácio, o Bacharel.** Com este ensaio quero e pretendo somente reivindicar para os homens da lei, a figura patriarcal de José Bonifácio, que além de grande mineralogista, foi também moralista, matemático, filósofo e sobretudo um admirável bacharel".

Segundo ele, foi José Bonifácio quem trouxe para o Brasil os princípios da harmonia dos poderes, o aparelho judicial para conter a cada um dos poderes políticos na sua área determinada. Lembra ainda ele a "Carta de Instituições" que por ele foi oferecida aos deputados brasileiros que foram à Lisboa representar o Brasil quando do Movimento Cartista, é um documento que não deveria ser esquecido, digno de ter maior divulgação nos dias de hoje".

UNIVERSIDADE/CULTURA

Na opinião de Pereira Lira, a vida febril e agitada dos dias de hoje perturba muito o conhecimento dos jovens. Antigamente, segundo ele, os homens tinham maiores oportunidades, pois podiam se deter por mais tempo em

favor da cultura; entretanto, "as universidades têm um ponto muito positivo: isolar do bulício das cidades e aconchegar os recintos das bibliotecas, as inteligências, picadas de curiosidades. Veja, por exemplo, a Biblioteca da UNB, que funciona de dia e de noite: está sempre repleta de jovens. Ela não fecha suas portas. Tem lugares de recesso. Oferece campo de trabalho e campo de lazer. A cultura hoje em dia apesar de muitas vezes tentar comprimir com as técnicas e com as especificações, oferece os currículos flexíveis, que talvez hajam com um desafio à inteligência dos jovens, que já começam a dar muito de si mesmos".

OBRAS DE JOSÉ PEREIRA LIRA:

"Da prescrição extintiva e do embaraço judicial"
"O artigo 178 da Constituição de 1934"
"As taxas de exportação"
"Limites interestaduais"
"Projetos de Constituição para o Estado da Paraíba"
"O controle das finanças públicas"
"As contas do Presidente da República"
"O Ministério Republicano de Serzedelo Correia"
"A Magna Carta Inglesa"
"Método preletivo em método de 'caso'"
"Aprendizagem do direito sumular"
"Retrato do Promártir Tiradentes"
"Retrato do Presidente Bernardes"
"Retrato de Pedro Lessa"
"Temas dos nossos dias"
(Do "Diário de Brasília", em 31.08.75)

CURRICULUM

Nasceu em 23 de Agosto de 1899, no Estado da Paraíba. Filho de Belmiro Pereira Lira e Maria Teófila de Sousa Lira.

Casado com Beatriz O. Pereira Lira.

Reside na SQS 105, Bloco H, apto. 506: Fone: 42-04-26.

Ingressou na UNB em agosto de 1965.

Carteira de Identidade no. 4.24245 (Instituto Félix O. Pacheco) 1.783.133. Brasileiro. Certificado de Serviço Militar no. 443.903 – 1a. Reg. Militar. Título de Eleitor no. 17132; Zona Eleitoral – 3a.; Estado da Guanabara. Registro da Ordem dos Advogados Brasileiros – Seção do Distrito Federal; Carteira no. 686, segunda inscrição no. 997.

CURSOS:

Formado pela Faculdade de Direito de Recife, Estado de Pernambuco: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Ano de Graduação: 1920.

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, sediada no Estado da Guanabara.

Catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, hoje integrada na Universidade do Estado da Guanabara.

Professor *Honoris Causa* das seguintes Faculdades de Direito:

Faculdade de Direito do Amazonas;

Faculdade de Direito de Goiás;

Faculdade de Direito do Espírito Santo;

Faculdade de Direito de Alagoas;

todas integradas no sistema das Universidades Federais do País.

ATUALMENTE:

É Bacharel em Direito, habilitado no exercício da advocacia, com registro na Ordem dos Advogados Brasileiros – Seção do Distrito Federal. (Inscrição no. 997);

É Doutor em Direito;

É Fundador e Primeiro Presidente reeleito do Instituto dos Advogados do Distrito Federal, com sede em Brasília;

É Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, com sede no Estado da Guanabara;

É Conselheiro da Fundação Cultural do Distrito Federal;

É condecorado com a Grã-Cruz do Mérito Nacional, pelo Governo Brasileiro;

É condecorado com o grande Oficialato, na Ordem Mérito Brasília, pelo Governo Federal;

É condecorado com o grande Oficialato Jurídico Militar, concedido pelo Tribunal Superior Militar;

É condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Nassau Orange-Gretius, concedida pelo Governo dos Países Baixos;

É condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito, da República do Chile;

É condecorado com o Grande Oficialato da Ordem do Mérito Naval, concedido pelo Governo Brasileiro;

É Presidente da Academia Brasiliense de Letras, sediada no Distrito Federal, Brasília;

É Membro Titular de avultado número de associações científicas e culturais, notadamente no campo jurídico.

NO TRANSCURSO DA SUA VIDA PÚBLICA, ENTRE OUTROS CARGOS, FUNÇÕES E ATIVIDADES, FOI:

Professor de Humanidades (Filologia, Literatura e Latim), nos Estados da Paraíba e Pernambuco (Olinda e Recife);

Professor de Direito Usual em Escola Superior de Ciências Contabilísticas, oficial, (Rio, era Guanabara);

Professor Catedrático de Direito Civil na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; era integrante da Universidade do Estado da Guanabara;

Professor em Cursos de Doutorado, na mesma Universidade do Estado da Guanabara, em Ciências jurídicas;

Examinador e Julgador de Concursos de Provas para provimento de Cátedras Universitárias, em estabelecimentos Oficiais e Oficializados;

Examinador de Concursos, no Itamarati, para a Carreira Diplomática;

Participante ativo de Congressos Jurídicos, nacionais e estrangeiros;

Presidente do III Congresso Internacional das Instituições de Controle das Finanças Públicas;

Participante ativo, e Membro de Comissões Técnicas de vários Congressos Internacionais, na Europa, na América e na Ásia (Tribunais de Contas e Contralorias);

Funcionário nos Quadros da Instrução Pública, no Estado da Paraíba;

Advogado na Paraíba, no Rio Grande do Norte e na antiga Capital Federal;

Promotor Público, inclusive, no Tribunal do Juri, na Organização Judiciária da antiga Capital Federal;

Deputado Federal, por três legislaturas, e, por três vezes, Deputado – 1o. Secretário, da Câmara dos Deputados;

Constituinte na discussão e votação da Constituição Federal de 1934, e, ali, Membro da Comissão dos 26, e, como Deputado, líder da bancada, e membro de Comissões Técnico-Jurídicas;

Membro da Comissão de Reforma do Ensino Jurídico, por nomeação de Ministro da Educação, do Governo Brasileiro;

Representante da UNB, no I Seminário de Ensino – Análise e Reforma, seminário promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, com o concurso e sob os auspícios da USAID – (Aliança para o Progresso);

E, finalmente, é, no momento, Professor de Direito Civil III, no Departamento de Direito, da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, na Universidade de Brasília-UNB.

Também exerce, efetivamente, o ensino da disciplina Jurisprudência Civil, no mesmo Departamento de Direito, onde proporciona à discência, através da prática de seminários, a aprendizagem do Direito Sumular, recente criação brasileira.

DA SUA BIBLIOGRAFIA, ORIUNDA DA ADVOCACIA, DA VIDA PARLAMENTAR, POLÍTICA, TEC. UNIVERSITÁRIA, – SÃO DE MENCIONAR OS TRABALHOS QUE SÃO ABAIXO RELACIONADOS:

Da prescrição extintiva e do embaraço judicial;
O artigo 178 da Constituição Federal de 1934;

Projeto de Constituição do Estado da Paraíba;
As Constituições Estaduais;
Limites Internacionais (1935);
As Taxas de Exportação;
O Controle das Finanças Públicas (Sistema Brasileiro e Congresso Internacionais);
As Contas do Presidente da República;
Mandato de Segurança contra o Tribunal de Contas da União;
A Gestão Pereira Lira no TCU (duas primeiras Presidências);
O TCU e o Ministério Republicano de Serzedelo Correia;
Retrato do Presidente Bernardes (Póstumo);
Retrato de Pedro Lessa (Póstumo);
Retrato do Proto-Mártir Tiradentes;
Saudação ao Supremo Tribunal Federal;
Temas dos nossos dias;
Humanismo e Máquina;
Ato de Fé na Democracia;
Seminário de Didática Jurídica;
Curriculum Pleno nas Ciências Jurídicas;
Método preletivo e Método do Caso;
Contra a Retina;
Aprendizagem de Direito Sumular;
Limites Interestaduais e outros assuntos, em comemoração do Centenário do nascimento de Prudente de Moraes Filho (1975).

NOTA:

Escrito, este *curriculum vitae*, por quem nunca teve preocupação de títulos, houve muitas lacunas.

Por exemplo:

Duas vezes, secretário da Presidência da República e Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República;

Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública por duas vezes;

Ministro do Tribunal de Contas da União, por mais de 20 anos;

Presidente, eleito por três vezes, do mesmo TCU.

LEONEL MIRANDA

> "Equivaleram-se em emoção, para mim, as oportunidades que tive de proporcionar a um grande número de pessoas os recursos de minha profissão".

Este ficou recolhido por algum tempo, sem querer fornecer elementos para o seu esboço biográfico, julgando-se sem o necessário gabarito para estar presente à Paraíba, na sua presença do Brasil.

Homem de empresa, homem de sociedade, homem de alto nível financeiro, não foi fácil o contacto. Entretanto, do primeiro contacto, ficou logo a imagem. Não é um político, não é uma peça de Governo, não é um postulante a posições. É o médico, é o pioneiro de serviços assistenciais, é o realizador no campo médico/social, sem preocupações outras senão o êxito.

Na primeira conversa, impôs-se à minha admiração. Nascido em Pitimbu, nas fronteiras da Paraíba com Pernambuco, praia ainda hoje rústica que acolhe paraibanos que fogem do asfalto, Leonel Miranda não fez vida paraibana. Toda a sua educação foi feita em Pernambuco, criado pelo avô, senhor de engenho e figura do comércio de açúcar pernambucano; as suas recordações de infância se circunscrevem à cidade de Goiana, aliás, ponto obrigatório de parada na rodovia João Pessoa-Recife.

Confessou-me que, quando Ministro da Saúde, deu-lhe na telha de visitar Goiana. Foi um estranho. De sua época não encontrou ninguém...

É o Leonel Miranda um desenraizado. Da Paraíba e de Pernambuco, só recordações de uma meninice sem maiores dificuldades. Tanto assim que, iniciando o seu curso médico na Faculdade da Bahia, após completação de humanidades no Instituto Carneiro Leão do Recife, não teve problemas maiores para se diplomar pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1927.

Não teve as folgas de estudante rico, mas não perdeu tempo no grande centro. Foi vacinador do Departamento Nacional de Saúde, interno-resi-

dente da Fundação Grafrée Guinle, da Casa de Saúde Dr. Eiras, do Hospital São Francisco (Serviço do professor Jorge Gouveia), médico-cirurgião da Assistência Pública do Rio de Janeiro e cirurgião do Sindicato dos Marítimos e do Sindicato dos Estivadores.

Uma vida de lutas, na profissão. Não lhe faltou nem disposição nem coragem para enfrentar as dificuldades normais de início de carreira. Sobraram-lhe idéias e logo cria e faz funcionar o Instituto Clínico de Madureira, instituição que, embora, privada, atuava com características de serviço de interesse público.

Na Casa de Saúde Dr. Eiras, empenhou-se na sua transformação de um hospital de 120 leitos, numa organização especializada em psiquiatria, com 3.000 leitos, além de grande capacidade ambulatorial e serviços de neurocirurgia, tudo em colaboração com o Dr. Paulo Niemeyer.

Era o médico empresário que brotava. As suas vistas iam mais longe do que as dos médicos comuns do hospital. Imaginou, pensou, aproveitou, criou e fez prosperar e desenvolver a organização hospitalar que passou também a ser sua.

Na iniciativa privada, foi como que um iniciador da previdência social. As suas organizações médico-sociais integravam um sistema ao alcance das classes sociais de pequenas rendas, e, por isso mesmo, desenvolviam-se.

E o seu êxito alcançou tal repercussão que, quando o General Costa e Silva assumiu a Presidência da República, convidou-o para Ministro da Saúde. Respondeu ao Presidente que não era político e não tinha qualquer ligação política, pelo que não podia aceitar uma Pasta de tanta responsabilidade. Era um médico, só um médico, e os únicos compromissos que tinha eram com as instituições que fundara e com as que ajudara a desenvolver-se.

O Presidente Costa e Silva apenas lhe disse que gostaria de ter um Ministro da Saúde que imprimisse ao Ministério o mesmo ritmo de trabalho e eficiência que ele, Leonel Miranda, havia submetido às suas empresas privadas.

Aliás, na Inglaterra, os homens que vencem, nas empresas privadas, são logo convocados para as empresas públicas. Quem é capaz de tratar bem o que é seu, tem condições e *Know-How* para conduzir, também, em boas condições, os negócios de terceiros e, de modo especial, a coisa pública.

A experiência de Leonel Miranda foi o seu maior título para a escolha de Ministro da Saúde.

E, realmente, no Ministério da Saúde, não foi outra coisa senão um médico vivido e experimentado, aplicando no serviço público toda aquela vivência de profissional da medicina que, conhecendo as condições da população, os seus problemas de saúde e de sobrevivência, ligou-se a uma realidade ambiente. O Plano Nacional de Saúde que formulou, pelas experiências feitas em pólos pilotos, demonstra ser solução para o exercício da medicina social brasileira.

A sua maior preocupação, como titular da Saúde, foi impor uma orientação que, recomendada por especialistas e autoridades, coordenasse a desordenada distribuição de recursos humanos, materiais e financeiros, articulando

atuação de profissionais e entidades, numa ação comum que somasse administradores, executores e usuários dos diversos e desentrosados programas de saúde em realização, numa ação comum e uniforme.

Foi, realmente, o Ministro da coordenação da assistência médica. Por isso, empenhou-se, de logo, na formulação de uma política nacional de saúde. Dedicou-se a normas e diretrizes básicas pertinentes à organização, custeio, recursos e implantação das atividades médico-sociais do Ministério. Voltou-se para a elaboração de planos locais correspondentes às áreas de saúde em que se divide o território nacional.

Com esta política de saúde, visava Leonel Miranda proporcionar às populações rurais e urbanas, serviços médicos eficientes e realmente à altura das necessidades coletivas, ao bem-estar físico, mental e social do homem e ao desenvolvimento sócio-econômico do país.

Vale transcrever um resumo dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Saúde, planejada por Leonel Miranda:

RESUMO DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE

A proteção e recuperação da saúde devem realizar-se mediante a completa articulação das diversas atividades médicas e sanitárias, visando ao bem-estar físico, mental e social do homem e ao desenvolvimento sócio-econômico do país.

Na distribuição de recursos, terá prioridade o combate às doenças transmissíveis.

A natureza e a qualidade da assistência decorrerão do estágio econômico de cada comunidade atenuados os desníveis pela adequada redistribuição de recursos, a cargo do governo.

As atividades de orientação normativa e de controle básico da assistência médica competem, principalmente, aos órgãos de jurisdição federal e estadual; as atividades de direção dos serviços, aos órgãos locais, e as de execução aos profissionais e entidades do sistema.

A assistência médica deve ser estruturada na medida dos recursos disponíveis e segundo as efetivas necessidades assistenciais da população, independentemente de categorias profissionais ou sociais e tendo-se em vista, basicamente, a densidade da população e o nível de riqueza de cada área.

Com o objetivo de reduzir custos operacionais e ampliar o campo de atuação dos profissionais de nível superior, poderá ser utilizado, sob a orientação destes, pessoal auxiliar na execução de tarefas que se caracterizam pela simplicidade da técnica exigida.

A proteção da saúde coletiva é cometida principalmente à responsabilidade governamental, sem exclusão da possibilidade de participação controlada da iniciativa privada. Na programação do setor, serão incluídas as campanhas de erradicação ou controle de doenças transmissíveis e as atividades locais per-

manentes de imunização, de proteção materno-infantil, de higiene da alimentação e de saneamento básico.

As atividades de assistência médica devem ser de natureza primordialmente privada, sem prejuízo do estímulo, coordenação e custeio parcial, a cargo do poder público.

Os métodos de funcionamento do sistema assistencial devem assegurar ao usuário o direito de escolher o médico e o hospital de sua preferência mas o montante do custeio oficial não deverá sofrer variação em função do médico ou do hospital escolhido.

Sem prejuízo dos aspectos científicos, sociais e econômicos pertinentes à indústria e comércio de medicamentos, a ação dos órgãos de saúde deve compreender a adoção de medidas que visem a assegurar relativamente aos remédios destinados a pessoas de reduzido poder aquisitivo:

a) quanto à produção e comercialização:

— a redução dos gastos exagerados com a propaganda dirigida a médicos, consumidores ou distribuidores;

— a simplificação dos processo de embalagem de medicamentos;

— a supressão da multiplicidade de fórmula com o mesmo valor terapêutico;

— a não incidência, em proporções excessivas sobre o custo dos medicamentos, de parcelas de lucro, de retribuição do capital ou de utilização de técnicas;

— o controle de qualidade dos medicamentos;

b) quanto à ajuda direta ao consumidor, as medidas a adotar devem orientar-se no sentido de assegurar a legítima destinação dos benefícios proporcionados.

Sem o objetivo de substituição da estrutura privada de produção e comercialização de remédios, as medidas relacionadas com a assistência farmacêutica devem ficar a cargo de associações locais de médicos e consumidores.

A pesquisa, sob a coordenação e com o apoio financeiro dos recursos do sistema de saúde, terá em vista, prioritariamente, o combate às endemias.

O setor-saúde avaliará as necessidades de pessoal de nível superior, médio e auxiliar, cabendo ao setor educacional — sem exclusão da ação supletiva do setor-saúde - as atividades referentes à formação profissional.

O aperfeiçoamento do pessoal deverá ser praticado através de medidas que visem a possibilitar, entre outros meios, o treinamento em geral, a freqüência a cursos e a concessão de bolsas de estudo.

O registro e informação de dados sobre proteção e recuperação da saúde constituem encargos do sistema de saúde. A apuração e análise devem ser feitas segundo as necessidades desse sistema, através da estrutura do órgão nacional de estatística.

A remuneração de profissionais e entidades do sistema de assistência médica deve manter-se em níveis compatíveis com a elevada importância de que se reveste a atividade, mas, assegurada a viabilidade desses níveis, impõe-se

a correspondência entre o serviço efetivamente executado e a remuneração recebida.

Os honorários correspondentes a serviço da competência dos médicos serão sempre pagos diretamente às pessoas físicas desses profissionais, não devendo, portanto, incluir-se entre os pagamentos devidos a entidades.

O custeio de serviços médicos a cargo dos poderes públicos deve condicionar-se a critério que o tornem insusceptível de majoração por força de variações individuais do comportamento técnico ou financeiro dos profissionais ou entidades.

Excetuados os indigentes, não se dispensará a participação dos usuários no pagamento dos preços, embora, para cerca de metade da população, a exigência deva limitar-se ao objetivo de regularizar a demanda dos serviços.

A participação direta do usuário no custeio deverá verificar-se em maior ou menor grau, conforme o nível econômico individual.

As iniciativas que visam ao pagamento, facultativo, do custo dos serviços a cargo dos usuários, sob o regime de mutualidade, capitalização, beneficência ou ajuda patronal, desde que respeitados o direito de escolha do médico pelo paciente e demais princípios da política nacional de saúde, devem ser coordenadas e apoiadas pelos órgãos do sistema de saúde.

FALA LEONEL MIRANDA

Colhi de Leonel Tavares Miranda de Albuquerque, depoimento dos mais simples e que dá bem uma amostra de sua personalidade.

Aqui estão as suas palavras:

TRANSFERÊNCIAS PARA PERNAMBUCO

"Com a morte de meu pai, meu avô, – coronel, dono de engenho e comerciante de açúcar –, incumbiu-se da minha educação, transferindo-me para Pernambuco, onde tinha ele seus negócios principais".

PIONEIRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

"Equivaleram-se em emoção, para mim, as oportunidades que tive de proporcionar a um grande número de pessoas os recursos de minha profissão. Isso ocorreu primeiro, quando criei e fiz funcionar o Instituto Clínico de Madureira, o qual, embora instituição privada, atuava com todas as características de um serviço de interesse público.

Posteriormente, foi-me dado transformar um hospital de 120 leitos (Casa de Saúde Dr. Eiras), em uma organização especializada em psiquiatria, com cerca de 3.000 leitos, grande capacidade ambulatorial e serviços de neurocirurgia em colaboração com o Dr. Paulo Niemeyer, tudo proporcionado, graças ao sistema instituído, preços acessíveis às classes de pequena renda.

Finalmente quando Ministro da Saúde, formulei o Plano Nacional de Saúde, colocado em experimentação em três pólos representativos de uma amostragem brasileira.

Os princípios adotados pelo Plano e os resultados efetivamente obtidos na sua execução experimental demonstraram constituir-se, o Plano, creio, na solução para o exercício da medicina social brasileira".

RODRIGUES ALVES, O MAIOR PRESIDENTE

"Considero o cargo de Presidente da República de tal maneira árduo e exigente de dedicação que, visualizando um retrospecto de vida republicana, sou possuído de real admiração por todos aqueles que se devotaram através da Presidência da Nação, à luta pelo desenvolvimento de nossa terra.

Acredito que quase todos os detentores daquele mais alto poder são figuras exemplares de devotados cidadãos a serviço deste País. Contudo, se obrigado a definir-me, suponho que identificaria Rodrigues Alves, cujo governo transformou a imagem sanitária do nosso País pela sua extraordinária ação na área da saúde coletiva, como o mais admirável de todos os nossos Presidentes".

A MORTE DE COSTA E SILVA, SEU MAIOR GOLPE

"Considero os dias de doença e morte do Presidente Costa e Silva como os mais dolorosos e de conseqüências funcionais mais inesperados que me coube enfrentar nas atividades que tenho desempenhado.

Na administração do Ministério da Saúde, onde pugnava por significativas modificações no sistema médico, em conjunto com o pesar pela morte do amigo e sem o seu indispensável apoio hierárquico, defrontei-me com situações extremamente antagônicas, produzidas por diversos interesses prejudicados. E, sobretudo nesse momento, convocado pelo Poder Supremo, coube-me o desempenho de penosa missão junto à família do amigo falecido".

O MAIOR PARAIBANO, SEUS AUTORES PREDILETOS, SUA MAIOR REALIZAÇÃO

"Epitácio Pessoa.

Machado de Assis, Eça de Queiroz e Anatole France.

A formulação e execução experimental do Plano Nacional de Saúde".

LUGAR DE NASCIMENTO

"Distrito de Pitimbú, no Município de Pedra de Fogo, no ano de 1903".

PERSPECTIVAS GERAIS

"Relativamente à situação internacional, domina-me certa apreensão ante as dificuldades que se oferecem à conciliação entre as diversas nações, nos

planos políticos, econômico e social. Opostamente, sou um grande otimista com o Brasil de hoje. Vejo a nossa nação projetar-se, dentro da ordem, para um futuro de grandeza"

RETRATO SEM RETOQUE

Retrato sem retoque, sem outras preocupações senão as de focalizar mais um paraibano que alcançou os primeiros quadros de direção do País, juntando-se a um auto-retrato de igual forma desprentensioso com a força da autenticidade de um homem que se fez público através de uma atividade privada de característica eminentemente pública, Leonel Miranda tomou o seu lugar nesta galeria com a humildade dos que servem por desejar servir.

Ao deixar o Ministério da Saúde, fê-lo com a mesma discrição com que o assumiu. Aceitara uma convocação. Cumpriu-a. Acrescentou mais umas páginas à sua biografia. Voltou ao que era antes, médico e empresário.

Agiu como dissera antes ao Presidente da República. Não era político e continuou a não sê-lo. A posição não o deslumbrou nem o levou a aventuras da improvisação de uma personalidade política. A Paraíba, acompanhando-o como Ministro, quase que não tomou conhecimento de sua naturalidade, nascido que tinha sido em Pitimbu. E, creio, Pitimbu não fez diferente. Se não o ignorou como um dos mais ilustres filhos da praia sul-paraibana, não foi mobilizada para exaltá-lo ou engrandecê-lo, com aqueles objetivos eleitoreiros. Não pipocaram os foguetes saudando o novo paraibano a destacar-se na alta Administração Federal. E quando se encerra o quadro, sai do proscênio com a consciência tranqüila de quem cumpriu bem o papel, sem buscar aplausos, mas só a determinação de cumprir a missão que lhe foi confiada.

Leonel Miranda me deu, pessoalmente, a impressão que já formara dele, como leitor de jornais e como paraibano que sempre acompanhou a ascensão dos seus conterrâneos com satisfação e até mesmo orgulho: homem seguro, equilibrado, pés na terra, cabeça para o alto.

Leonel Miranda ajusta-se bem às palavras do escritor italiano Alberto Moravia:

"Havia entendido, afinal que minha força não consistia em desejar ser aquilo que não era, mas em aceitar o que era".

Nas suas atividades privadas, continua a ser o que era: Médico e Empresário.

A pompa passou, mas o homem ficou inteiro, e mesmo sem frustrações e sem mágoas e, o que é melhor, sem muitas saudades do Poder.

CURRICULUM

CURSOS:

Licenciado pelo Instituto Carneiro Leão – Recife – Pernambuco
Curso Médico iniciado na Faculdade de Medicina da Bahia.

Diplomado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (1927).

CARGOS:

Vacinador do Departamento Nacional de Saúde (1926).
Interno da Fundação Grafrée-Guinle (Campanha de Doenças Venéreas).
Interno-residente da Casa de Saúde Dr. Eiras S.A.
Interno do Serviço do Professor Jorge Gouveia (Hospital São Francisco de Assis).
Médico da Fundação Gafrée-Guinle.
Médico da Casa de Saúde Dr. Eiras S.A. (Neuro-Psiquiatria).
Médico do Serviço de Cirurgia do Hospital São Francisco de Assis.
Médico-Assistente do Dr. Paulo César de Andrade nos seus diversos serviços.
Cirurgião de Assistência Pública do Rio de Janeiro.
Cirurgião do Serviço de Assistência Social do Sindicato dos Marítimos.
Cirurgião do Sindicato dos Estivadores.

COMISSÕES, ATIVIDADES MÉDICO-SOCIAIS E TÍTULOS:

Assistente-Técnico do Asilo São Luiz (velhice desamparada).
Diretor-Técnico da Casa de Saúde Dr. Crissiuma.
Fundador e Diretor-Técnico do Instituto Clínico de Madureira (Instituição pioneira na Medicina Social).
Fundador do Hospital do Instituto Clínico de Madureira.
Diretor-Técnico da Casa de Saúde Dr. Eiras (Serviços Cirúrgicos e Neuro-Cirúrgicos – com a colaboração do Dr. Paulo Niemeyer).
Diretor-Presidente da Casa de Saúde Dr. Eiras S.A.
Membro do Conselho Técnico da Casa de Repouso do Alto da Boa Vista.
Membro do Conselho do Centro de Estudos Paulo César de Andrade da Santa Casa da Misericórdia.
Membro da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.
Fundador da Comunidade Terapêutica de Paracambi – Rio de Janeiro (Psiquiatria).
Comendador da Ordem do Mérito Médico.
Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval.
Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico.
Medalha do Mérito de Santos Dumont.
Medalha da Inconfidência.

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

Ex-Presidente do Banco Mercantil do Brasil e do Complexo Financeiro filiado ao mesmo.
Diretor-Presidente da Usina São José (Campos – RJ).
Diretor-Presidente da Farmisa S.A.

JAYME PORTELA

"Foi o verdadeiro artífice da candidatura do General Costa e Silva à Presidência da República".

(De Tancredo Neves)

Minha infância foi vendo revoluções. Menino ainda, acompanhei de perto a caminhada para o sacrifício, de Recife a Gravatá, do tenente Cleto Campelo. Coragem e heroísmo. Bravura e idealismo. 1922, 1924, 1926, 1928, 1930, são datas muito marcantes na minha formação de ginásio e de faculdade. Quando menino, minhas brincadeiras mais empolgantes com amigos da mesma idade era a de choque de armas, com soldadinhos de chumbo. E os nomes deles eram Siqueira Campos, Nelson de Melo, Djalma Dutra, João Cabanas, Cordeiro de Farias, João Alberto, Juarez Tavora, Isidóro Lopes, Miguel Costa, Ribeiro Junior, etc. Vi as ruas de Recife pegando fogo, em 1930, 1931, e 1935. Vi o Muniz de Farias fazendo milagres nas ruas da capital pernambucana, tomando quartéis a muque, transformando quartelada em revolução popular, com a solidariedade da "linha azul" (operários da Tramways(Cia. de luz, força e bondes), dos estudantes e de toda uma população que deu respaldo aos seus movimentos da madrugada, com os soldados do Tiro de Guerra 333, sob o comando do sargento Hélio Coutinho. Os papocos de metralhadoras pesadas e leves, eram de muita familiaridade aos meus ouvidos de estudante do Ginásio Oswaldo Cruz, do prof. Aluizio Araújo, e da Faculdade de Direito do Recife, no Parque Treze de Maio. Em 1932, Cezar Ladeira me empolgava, falando de São Paulo, em armas pela Constituição.

Já homem de responsabilidade pública, vivi os momentos dramáticos da política brasileira, em 1945, 1954, 1955 e 1964. Toda a minha formação foi bem marcada pela ação corajosa desses homens que abandonavam lares, posições, situações definidas, carreira e tudo, nas aventuras patrióticas que podiam ser, às vezes, mal orientadas e inspiradas em equívocos históricos, mas nem por isso desvalorizavam gestos de bravura até estóica.

Acompanhei toda a marcha da coluna Prestes com o mesmo interesse e emoção, como mais tarde, diretor e comentarista da Rádio Tabajara da Paraíba, captava noticiário da BBC e o transformava em comentários do "Teatro da Guerra", quando a Inglaterra, por muito tempo, "expiava sozinha as dores do mundo", como disse, magistralmente, Otavio Mangabeira, saudando Eisnhower, na Câmara dos Deputados.

Por isso o livro de Juarez Távora – *Minha Vida e Muitas Lutas* – enchendo-me de evocações, ainda mais despertou a minha admiração constante por todos esses brasileiros que saíram às ruas para lutar por bandeiras que ergueram como símbolo para a conquista do ideal.

CONTAMINAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Acostumei-me assim, ao longo dos meus sessenta anos, a respeitar conspiradores e a admirar revolucionário, sem que implicasse em aceitar as suas idéias ou símbolos. Sabia que algo de novo, algo de positivo, algo de substancioso encerram-se nestas aspirações que transformam pacatos pais de família, jovens românticos e enamorados da vida e até velhos às vésperas de uma aposentadoria, em lutadores intemeratos e indormidos, na busca eterna do Estado ideal.

Com este pensamento e estas convicções foi que escrevi **Sexta-Feira, 13,** ainda, na Embaixada do Peru, como asilado político, com isenção, narrando tudo como repórter e focalizando todos sem mágoas e sem rancores. Via-me no passado, acompanhando das arquibancadas nacionais, por exemplo, um Isidoro Lopes comandando uma São Paulo cercada pelas forças governistas.

Respeitando as suas fontes de inspiração, a autenticidade dos gestos de rebeldia e a coragem dos que quebram a rotina da vida por um ideal, não me deixei subordinar à paixão política e nem mesmo à dureza de uma adversidade que não tem prazo.

E tenho razões para isto, pois em 1930, premido por compromissos velhos com o desembargador Heráclito Cavalcanti – grande figura da política paraibana de antes 1930 – meu pai embarcou no perrepismo. Passara a vida toda na oposição e já passando dos quarentões, pela primeira vez, governista. Veio a apoiar Júlio Prestes para Presidente da República contra Getúlio Vargas, da Aliança Liberal.

A luta de Princeza – José Pereira contra o Presidente João Pessoa – comovia a Nação e, apesar da posição do meu pai, enfileirava-me, como todos os estudantes do meu tempo, entre os que torciam por João Pessoa, como anteriormente acompanhara, pela imprensa, a marcha da coluna Prestes e os chamados "tenentes", no entusiasmo de uma juventude que se espraiava pelos colégios de Recife, toda ela pré-revolucionária.

Vitoriosa a revolução de 30, nas ruas de Recife, a minha casa à rua Conde da Boa Vista foi violentamente depredada e assaltada por civis em fúria, re-

bentando portas a tiros de metralhadora. Confundidos, porém, ficaram, quando, iniciando o saque, depararam-se os populares, com o meu quarto do primeiro andar, cheio de retratos pelas paredes de Prestes e outros revolucionários. Pararam com a depredação, mas já era tarde, pouco tinha escapado no velho casarão.

E esta mentalidade me levou a prestar concurso para a Escola de Aviação Militar, cuja diretoria era subordinada ao Exército, tendo à sua frente o General Aranha da Silva. E a especialidade que abraçara, falava por si do meu espírito de então: piloto-metralhador.

A impossibilidade de correção visual, com uma miopia e um astigmatismo que não sabia até então possuir, alterou o meu caminho para as armas, interrompido com o meu desligamento da Escola de Aviação. Insisti em concurso na mesma época, 1932, para a Escola Militar do Realengo. Insucesso de novo, pois sem preparo em desenho nao consegui passar no "carro de fogo", apesar de ter vencido todas as outras matérias e ter levado até trote, julgado já como vitorioso.

Regressando a Recife, fui prestar concurso para a Faculdade de Direito, tornando-me assim mais um bacharel no Brasil...

Eis porque ao levantar o roteiro deste livro, fui encontrar o General Jayme Portela, que tinha sido, sem dúvida, um dos poderosos da Revolução de 64, no Governo do Presidente Arthur da Costa e Silva, com a mesma curiosidade histórica, o mesmo interesse de pesquisa, a mesma admiração por todos os paraibanos que se destacaram nos primeiros escalões da República. Já antes, com o mesmo estado de espírito e a mesma disposição biográfica, estivera como General de Exército Aurélio de Lyra Tavares.

Foram homens que não se deixaram ficar no remanso doméstico ou na conformação de uma vida assegurada por uma carreira definida, arriscando-se aos percalços naturais em todas as lutas, sem a segurança do êxito, mas animados por aquela chama que movimentou todos os personagens deste livro, em setores diferentes, com objetivos comuns: a grandeza da Pátria.

Sair à rua para lutar, sempre foi trajectória de homens fortes e caminho dos que fazem e escrevem a própria história.

REVISÃO DE JULGAMENTOS

Quando pela primeira vez — em toda a minha vida — telefonei para o General Jayme Portela, na busca de dados para o levantamento de sua biografia, em função de **Presença da Paraíba no Brasil**, ouvi do outro lado da linha voz modesta que me perguntava se eu o achava mesmo à altura de figurar entre tantos conterrâneos ilustres. Dizendo-lhe que buscava um soldado que foi só soldado, e que partira do Colégio Diocesano Pio X, de João Pessoa, para General de Divisão e Chefe da Casa Militar da Presidência da República, estava nas pegadas certas de mais um paraibano que não só o destino

ajudara e por isso mesmo queria conhecer os outros fatores que ajudaram a obra do próprio destino.

E de posse do seu *curriculum*, com as suas respostas ao meu questionário e em contacto, por várias vezes, com este soldado, mais uma vez me convenci de que a distância, a falta de vivência e os entre-choques da própria vida social, administrativa e política, separando homens e até classe, levam-nos a julgamentos e conceitos que o tempo se encarrega de revisionar.

É evidente que quanto mais poder se tem às mãos, mais inimigos e contestadores se apresentam, ainda que a corte dos endeusadores seja permanente e sempre em crescendo.

Já o Marechal de Campo Visconde Montgomery de Alamein, K.G., em sua autobiografia, dizia:

"O caminho da fama é áspero e semeado de pedras e é difícil a rota para o cume. Aquele que o alcança será, muitas vezes, mal compreendido e alvo de muita crítica; isso às vezes leva a um sentimento de solidão que se acentua pelo fato de que, aqueles com quem gostaria de conversar freqüentemente, procuram evitá-lo por causa de sua posição".

Evidente que entre as louvações muitas e a crítica de poucos, de ontem, restam a crítica de muitos e as louvações de poucos, hoje, quando o poder passa, ficando as ações e os exemplos que, mais tarde serão julgados na fria análise do historiador distante dos episódios e muito perto dos documentos.

Cabe-me falar, dizer do que vi, do que li, do que pesquisei, para um esboço biográfico que, junto a outros, alinhados em ordem alfabética, comporá a galeria de paraibanos, maiores ou menores, que realmente projetaram no tempo, pela ação e pela posição, a Paraíba, de Vidal de Negreiros a José Américo.

AFINIDADES DE POBREZA

Ao bater a porta do General Jayme Portela — um modesto apartamento na Vila Montevidéo, à rua Real Grandeza, em Botafogo, Rio, sem elevador e de instalações cômodas mas sem luxo — a vista de homem de cabelos brancos, voz branda, gestos educados, imagem de um homem comum, lembrando-me de sua força e do seu poder em passado não muito distante, fui logo descrevendo o que se me acontecera em Lima.

Exilado, na capital peruana, li nos jornais que o ex-presidente Janio Quadros se achava de passagem por ali. Senti-me no dever, apesar de tê-lo combatido como deputado de oposição, ao tempo do seu Governo, de visitá-lo, oferecendo os meus préstimos. O exílio une pessoas e nivela gregos e troianos. Não o encontrando no Hotel Bolívar, deixei o meu cartão. Noite adentro, batiam à minha porta. Era Janio Quadros. Bem vestido, bem penteado e com uma apresentação de estadista. Foi logo me dizendo e me cativando, com o seu linguajar inconfundível:

"Vim visitar um Ministro do meu País que, para viver no estrangeiro, vende charutos..." Era eu comerciante estabelecido na Jiron Ica, em Lima, importando charutos da Bahia para os vender no Peru, e até com relativo êxito.

Estava na presença de um homem que tivera força, que merecia a confiança absoluta do Presidente da República, que mandara de fato e de direito por longo tempo. Continuava morando na mesma residência onde sempre viveu durante mais de 18 anos, na simplicidade, sem automóveis de luxo à sua espera, sem bateria de telefones, sem guardas de segurança, sem roupagens de mandarim. Tomei seu café preparado pela própria esposa. D. Cyrene, como se estivesse à mesa de um conterrâneo dos mais modestos, lá pela nossa Paraíba. E a conversa, de logo, foi se tornando franca e cordial. Havia afinidade de pobreza entre nós...

DEFINIÇÕES E SUBSÍDIOS À HISTÓRIA

Fui sabendo que os líderes paraibanos, tanto da Arena como do MDB, Ernani Sátyro, João Agripino e Ruy Carneiro, haviam insistido pela sua candidatura ao Governo da Paraíba. A resposta era uma só: não se afastaria da vida militar.

Certa feita, o Presidente Costa e Silva, sem atender para o plano de afastamento do seu auxiliar imediato – era chefe de gabinete do então Ministro da Guerra, ofereceu-lhe o lugar de Chefe da Comissão de Compras de Armamentos para Exército , em Washington. Recusou, dizendo ao seu Chefe, na ocasião titular da Pasta da Guerra, que não fizera uma revolução para se locupletar.

Acrescentava que não tinha pretensões políticas, e não as tem, não por repudiar a política, mas porque como soldado nunca fez política na Paraíba e sabe que é difícil nos quadros vigentes dos Partidos, uma vez que deputados e senadores além da luta, ainda dispendem grandes recursos para se elegerem e se reelegerem. Homem pobre, disto não pode se esquecer.

Confessou que está escrevendo suas memórias, devagar, pretendendo fazer mais uma história dos episódios políticos e históricos dos quais é testemunha e participa. Não esconderá nada à história.

Seu ingresso entre os que prepararam a revolução de 1964 era uma destinação. Servira a Janio Quadros havia servido antes a Café Filho e viajado com Carlos Luz no roteiro histórico, do "Tamandaré", Rio-Santos-Rio, no 11 de novembro de 1955, manifestara-se contra a posse do então Vice-Presidente João Goulart na Presidência da República, em face de renúncia de Janio Quadros, em Agosto de 1961.

Desligado como coronel, de comandos no Rio Grande do Sul, no Governo João Goulart, foi surpreendido pelo interesse de amigos comuns de tropa, que logo o botaram no Estado Maior do General Arthur da Costa e Silva, na época, Chefe do Departamento de Pessoal do Exército. Estreitou amizade

e logo se entrosou na conspiração, partindo depois para a própria execução revolucionária, sempre ao lado do General Costa e Silva.

Conta que o General Arthur da Costa e Silva foi o primeiro general revolucionário a entrar no Ministério da Guerra, quando a situação ainda estava oscilante e sem definições claras. Ocupou-o, deu ordens. Foi obedecido. Assumiu de fato o comando do Exército. Era o Ministro da Guerra ainda sem nomeação e ainda sem um Presidente da República. Esclarece que o General Costa e Silva muito antes do desfecho da revolução dirigiu as articulações e no seu gabinete e na sua residência, oficiais eram recebidos e despachados para todo o Brasil, com missões importantes.

Revela que o General Costa e Silva não queria um militar na Presidência da República, porque achava que com dois militares fortes na direção do País – na Presidência e no Ministério do Exército – poderia terminar em conflitos, como foi o caso entre Deodoro e Floriano. Preferia um Ministro da Guerra forte e o ex-deputado Ranieri Mazzilli na Presidência da República, para melhor estruturar-se a Revolução.

Achava o General Costa e Silva que o ex-deputado Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, seria um Chefe de Executivo ideal para a hora, pois não só dava respeitabilidade ao cargo e não possuia maiores veleidades a uma presidência definitiva, como para as relações externas, menor trabalho se teria para a consolidação e reconhecimento da nova situação.

Fazendo um verdadeiro depoimento para a história, vai dizendo que o General Costa e Silva, na noite de 1o. de abril, instalado no Ministério da Guerra, logo aos primeiros momentos, constituiu todos os comandos de confiança do País. Na hora, estava sendo sempre visitado por generais, almirantes e brigadeiros, entre eles políticos da antiga UDN. Entre os militares dos primeiros minutos, lembra-se de Jurandir Bizarria Mamede, Panasco Alvim, Otacilio Ururahy, Francisco Correia de Melo, Radmaker, Melo Batista.

Acrescenta Jayme Portela, nesta altura, que alguém lembrara o General Castelo Branco para Ministro da Guerra, quando o General Costa e Silva, de dedo em riste e até ríspido, respondia que o Ministério do Exército já se achava ocupado e que já o assumira de fato e expedira ordens, acrescentando – "assumo por ser o mais antigo".

Entretanto, prossegue o General Portela, quando a situação pareceu clareada, e os governadores lembraram o nome de Castelo Branco para Presidente a ser eleito pelo Congresso, o General Costa e Silva exclama: – "Ele aceita? Trata-se do mais ilustre de todos nós".

Continua o general Jayme Portela que as primeiras providências, como o Ato I, cassações, nomeações de novos comandantes de tropa, foram atos de inteira responsabilidade de Costa e Silva que dizia sempre querer entregar a Castelo Branco, a Presidência da República, de barra limpa.

Aqui e ali, cuidadosamente, no decorrer da conversa, deixava escapulir coisas como esta: na lista do Presidente Castelo Branco para seu sucessor, achavam-se Marechal Cordeiro de Farias, General Bizarria Mamede, Deputa-

do Bilac Pinto, General Adhemar de Queiroz.

O Ato II, por exemplo, foi conseqüência das eleições de Negrão de Lima e Israel Pinheiro, para Guanabara e Minas, que abalaram realmente todo o sistema. Houve reuniões movimentadas na Vila Militar. O General Castelo Branco enfrentava séria crise que foi neutralizada totalmente pela ação forte e decisiva do General Costa e Silva que desceu à Vila.

Sobre a candidatura Costa e Silva, esclarece Jayme Portela que a mesma foi, inicialmente lembrada e movimentada pelo Senador, já falecido, Alfredo Nasser, que primeiro sugeriu este nome com o apoio do ex-deputado Adroaldo Mesquita, Consultor Geral da República, que se encarregou das confabulações preliminares.

Costa e Silva, aliás, segundo o General Jayme Portela, era mais chegado ao PDS e aos líderes pessedistas, enquanto o Presidente Castelo Branco se inclinava pela UDN e udenistas.

FIDELIDADE A UM MORTO

No seu discurso de posse no comando da X Região Militar, sede em Fortaleza, o General Jayme Portela confirma a posição de chefia do General Costa e Silva, não só na fase conspiratória mas na eclosão do movimento de 1964 e diz:

"Os dois grandes líderes, amigos fraternais desde a juventude, passaram a desenvolver uma atividade intensa: Castelo Branco estruturando a vida do País, a sua ordem econômica e financeira e atacando a inflação que ultrapassava os 100% e que entregaria ao seu sucessor na casa dos 40%; Costa e Silva dando-lhe o suporte indispensável, realizando uma campanha de consolidação revolucionária e demonstrando em todas as oportunidades, como às vésperas do Ato Institucional no. 2, uma lealdade extraordinária ao Presidente e ao amigo".

Guardando fidelidade ao amigo morto – Presidente Costa e Silva, no discurso citado acima, após referir-se à caminhada para o poder presidencial, percorrendo todo o Brasil, participando de seminários, debates e pronunciando conferências, provocando sugestões e alimentando diálogos em toda parte do território nacional, diz:

"Como grandes metas de ordem geral, Costa e Silva elegeu a restauração do regime democrático, a reformulação da Constituição em face da realidade brasileira e dos anseios da Revolução, o primado da Ordem Jurídica e a purificação dos nossos costumes Político-Administrativos. E jamais se descurou desses objectivos; inegavelmente, a ele se deve a arrancada rumo ao desenvolvimento. Muitas foram as suas realizações, muitas as obras que pôde inaugurar, outras inauguradas durante sua doença e, outras ainda, como autêntico éco do seu trabalho, foram inauguradas após a sua morte."

Definindo-se na inflexibilidade de uma linha de conduta, conclui as suas palavras na X Região Militar:

"Minha linha de conduta é por demais conhecida e não tenho porque modificá-la. Quando auxiliar do Presidente Costa e Silva, algumas vezes desgostei, de outras feitas contrariei interesses, mas o fiz pelo Exército e pelo País.

Chego para comandar nordestinos – eu que também o sou. Eu que nasci na mesma área geográfica, nas encostas da Chapada da Borborema, na pequenina Paraíba. Venho de um lugar onde o sol castiga com o mesmo calor e as chuvas caem com a mesma irregularidade, onde também se ouvem os cânticos da Acauã e da Juriti; onde os costumes são os mesmos; onde se fala a linha materna com os mesmos senões; onde a gente apresenta o mesmo sintoma de uma raça forjada nos mesmos sacrifícios e sofrimentos. Estarei em casa!"

SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

Da profundidade dos seus conhecimentos técnicos-profissionais, não só alicerçados pela vivência constante que teve com os problemas brasileiros ao longo de sua vida militar, mas também por estudos especializados, falam melhor seus pronunciamentos em órgãos da classe militar, quando expressa:

"O resguardo do patrimônio social, territorial, econômico, cultural, político e psicológico de uma Nação recai com o seu maior peso no Poder Executivo por ser este o "Poder ativo do Estado, o Poder que solicita e propõe."

"Cabe ao Poder Executivo responder, à altura, ao grande desafio que representa o Governo de um Estado em desenvolvimento tendo em vista que, "manter um Governo responsável e eficiente no mundo do século vinte, exige um tremendo esforço, tanto da máquina e do pessoal do Governo como da vigilância e atividade de seus órgãos de informações" e que "ninguém pode afirmar com segurança se os Estados em desenvolvimento serão capazes de construir a armação da estabilidade dentro da qual as manutenções flexíveis possam ocorrer com fecundidade; se poderão estabelecer as diretrizes de ação que sustentam a autoridade dos administradores e se poderão transformar as sociedades tradicionais mais pela persuação do que pela coação"."

E as suas conclusões nestes estudos melhor indicam a sua posição de militar e de democrata:

"O futuro exigirá do Conselho de Segurança, do EMFA, do SNI, da ESG e do Ministério do Planejamento, uma união ainda mais íntima e estreita, uma colaboração sem limites, de modo a que, de fato, se estabeleça uma perfeita identidade entre a doutrina, base do raciocínio, e a realidade, com suas limitações e suas condicionantes.

Só assim seremos capazes de preservar nossa forma de vida, independente e democrática, já que "entre os muitos objectivos em que um povo ilustrado

e livre deve necessariamente fixar sua atenção, parece que ocupa o primeiro lugar o se prover a sua própria segurança"."

Aqui foram traçadas breves linhas da vida do General Jayme Portela, partindo de uma fazenda em Alagoa Nova, Paraíba, pelos quartéis afóra, até o maior QG – Chefia da Casa Militar da Presidência da República.

Agora fala ele, num depoimento que colhi através questionário já conhecido:

PEDAÇOS DE UMA VIDA

1 – "Como desejasse seguir a carreira militar, após a conclusão do curso secundário realizado no Colégio Diocesano Pio X, em João Pessoa, dirigi-me à antiga Capital Federal, onde fui matriculado, em 21 de março de 1928, na Escola Militar do Realengo, no curso anexo.

Concluído o curso daquela Academia Militar em 1933, fui declarado aspirante a oficial da arma de Artilharia. A minha turma tomou o nome do eminente e saudoso paraibano Marechal José Pessoa, homenagem que lhe foi tributada pelo excelente comando que realizou naquela Escola.

A contingência da vida militar levou-se ao afastamento físico da querida terra, obrigando-me a prestar serviços nos vários Estados da União."

RESPONSABILIDADES

2 – "Embora a ascenção ao generalato tenha me proporcionado cargos que, de um modo geral, ajustaram-se à minha personalidade, todavia, o que mais me apaixonou e, no qual me senti integrado, foi o de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Foi naquele alto posto que considero ter realizado tudo que me fora possível em benefício de meu País, pela soma de atribuições que detinha em minhas mãos.

No cargo, não fui apenas um general chefe de Casa Militar, mas um homem que gozava da integral confiança do Presidente da República, cumprindo tarefas adicionais e participando das decisões da maior importância para a vida política e administrativa do País. Acumulava, também, os cargos de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, de Secretário do Alto Comando das Forças Armadas e de Presidente da Comissão de Fronteiras, que me proporcionavam uma considerável apreciação dos problemas nacionais".

COSTA E SILVA

3 – "O Presidente da República que mais me impressionou foi, justamente, aquele a quem tive a honra de servir como seu auxiliar imediato, o Marechal Arthur da Costa e Silva, homem de coração aberto, profundamente humano e religioso, mas forte quando necessário.

Possuidor de excelente cultura geral, tendo na literatura como autores referidos o Padre Vieira e o Padre Manoel Bernardes, dos quais sempre fazia citações.

Desde o Colégio Militar de Porto Alegre teve despertado o pendor pelas letras, sendo um dos fundadores do Grêmio Literário. Neste educandário, por ter sido o aluno mais distinto de sua turma, teve o título de Comandante-Aluno.

Na Escola Militar, participou do corpo redacional da Revista Acadêmica e, também, foi aluno distinto, como o foi na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e de Estado-Maior, sempre classificado nos primeiros lugares.

Tendo participado da revolução de 1922, ficou preso vários meses a bordo de um navio da Esquadra e enchia o tempo escrevendo. Quando foi posto em liberdade, colaborou na imprensa do Rio, escrevendo no "O Imparcial" que circulava àquela época.

Inteligência brilhante, austero, líder nato, era homem de decisões rápidas e seguras.

Tinha uma memória excelente, raramente lia um documento mais de uma vez e a sua capacidade de percepção dos assuntos era impressionante. Os problemas levados à sua consideração debatia-os com os seus auxiliares com objetividade, decidindo sempre pela solução mais acertada.

Nas recepções e nos atos oficiais, era um fidalgo. Foi o chefe inconteste da Revolução de 31 de março de 1964, cuja liderança foi aceita por todos os generais que participaram do movimento, quando assumiu a chefia do Comando Revolucionário.

Homologou a escolha feita pelos governadores que apoiaram a Revolução do Marechal Humberto Castelo Branco para suceder ao Presidente da República afastado. Eleito, garantiu a sua posse e submeteu-se a autoridade do novo chefe da Nação, na qualidade de Ministro da Guerra.

Indicado pela grande maioria das Forças Armadas para suceder ao Presidente Castelo Branco, teve o apoio expressivo dos parlamentares da ARENA, que fez o seu candidato, sendo homologado em convenção do partido. Nessa oportunidade afastou-se do cargo de Ministro para desencompatibilizar-se e, também, do serviço ativo, pois, dizia ser preciso comprovar, de fato, a sua liderança, do contrário não poderia chegar à Presidência da República.

Era um democrata sincero, entretanto as contingências da época levaram-no a editar os Atos Institucionais 1 e 5 e sugerir a promulgação do Ato nº 2.

A sua maior preocupação era retomar o Estado de Direito, tanto que, tomou medidas para o preparo de emenda à Constituição, organizando uma comissão de grandes juristas sob a sua presidência. Esse sentimento democrata, adicionava-se à obtenção de altas taxas que o País alcançava no seu desenvolvimento, a partir de 1968. O que bem demonstra a sua capacidade de estadista".

SITUAÇÕES SÉRIAS

4 – "A carreira militar é árdua e penosa. Leva o militar a enfrentar com freqüência, situações difíceis. No início da carreira, tive de atuar contra a rebelião comunista de 1935, em Recife e Natal. No curso da segunda grande guerra, servia em Recife, passando quase todo o tempo acampado, guardando o litoral do Nordeste contra possível invasão do nosso Território.

Foi, todavia, no campo político, onde me defrontei com situações mais sérias. Em 11 de novembro de 1955, estive do lado do Presidente Carlos Luz, quando embarquei no Cruzador Tamandaré, por não concordar com o golpe de Estado desfechado pelo General Teixeira Lott. Tomei uma atitude, correndo os riscos e as conseqüências que adviriam. Sofri, por essa razão, uma transferência para a longínqua fronteira de Mato Grosso com o Paraguai, indo comandar um Grupo de Artilharia, na Vila de Nioaque, tão referida pelo Visconde Taunais em "A Retirada da Laguna".

Em 1961, servia na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional a convite do Presidente da República. Com o advento da renúncia e por não merecer a confiança do novo governo, fui mandado para o Rio Grande do Sul para comandar a guarnição de Cachoeira do Sul. Em 1962 insurgi-me contra a atitude do Comandante do III Exército, General Jair Dantas Ribeiro, que endereçara um telegrama ao Ministro da Guerra declarando que não podia manter a ordem nos Estados de sua jurisdição de comando. Esse fato, ensejou a minha exoneração do cargo, ficando sem comissão. Mas, amigos comuns foram ao então General Costa e Silva, relataram-lhe o ocorrido e pediram que me propusesse para o seu Estado Maior, no Departamento de Pessoal do Exército. Ele atendeu elogiando a minha atitude.

Foi ali, que nos conhecemos e identificamos os nossos sentimentos revolucionários, passando a trabalhar sob a sua orientação para o movimento vitorioso em 31 de março de 1964. Naquele dia, tivemos instantes de dificuldades e de apreensões, até que a Revolução atingisse as guarnições comprometidas nos Estados. Há quem pense que o movimento partiu de Minas Gerais e propagou-se por todo o País. como um verdadeiro milagre. Não, ele foi preparado cuidadosamente; as ligações todas estabelecidas, sendo aprestado no decorrer de 1963, ultimando-se preparativos no início de 1964. Estava tudo pronto para o irrompimento nos primeiros dias de abril, quando o General Mourão Filho fê-lo anteceder para o dia 31 de março, por insistência do seu Estado-Maior, aproveitando o clima propiciado pelo comício de que participou o Presidente da República, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, entre marinheiros, soldados e operários, num ambiente de verdadeira indisciplina.

O General Mourão Filho, telefonou-me para dar ciência ao General Costa e Silva da deflagração do movimento e este me determinou que expedisse as mensagens cifradas às guarnições comprometidas para se levantarem.

O movimento eclodiu em todos os Estados e, na noite do dia seguinte, era vitorioso".

MOMENTOS DIFÍCEIS

"Foi, porém, na chefia da Casa Militar, onde tive os momentos mais difíceis. No decorrer de 1968, uma onda de subversão inundou o País e medidas severas foram tomadas para a manutenção da ordem. Algumas vezes, dada a urgência, tive de encetar providências imediatas, dando conhecimento posteriormente ao Presidente. Às vésperas da edição do Ato nº 5, também, vivi momentos difíceis, acompanhando passo a passo as demarches da Câmara dos Deputados para manter o Presidente informado e não ser surpreendido, como não o foi. O partido que apoiava o governo cindiu-se e este foi derrotado. Mas a Revolução tinha que prosseguir e o governo não tinha outra saída, a não ser, baixar o Ato nº 5. À noite de 12 de dezembro de 1968 foi terrível, pelo clima de insatisfação que reinava nas Forças Armadas. O Presidente havia informado aos Ministros Militares que somente daria a sua decisão no dia seguinte e não lhes disse qual seria. Eu sabia que a sua decisão seria a edição do Ato, mas ele havia recomendado que não revelasse a sua intenção nem mesmo aos Ministros, pois não queria decidir sob pressão

Os companheiros militares ansiavam por uma solução e a toda hora recebia telefonemas; tive que contê-los, usando dos recursos de habilidade que me eram permissíveis, sempre esboçando uma palavra de esperança.

Outra situação difícil, foi por ocasião da doença do Presidente tendo de trazê-lo para o Rio, sem despertar as atenções para o seu estado. Simulei que ele se encontrava gripado, bastante febril e afônico de sorte que, no embarque em Brasília e no desembarque no Rio, as autoridades que comparecessem nada percebesse de grave. Ele ainda caminhava com desembaraço, embora, já não pronunciasse qualquer palavra.

Fui obrigado a guardar sigilo da doença até mesmo para os Ministros Militares, para o chefe do SNI e para o meu companheiro chefe do gabinete civil, até que a junta médica providenciada pelo Ministro Leonel Miranda, desse o seu parecer. Queria evitar que se verificasse um impacto nacional, sem ter em mãos um diagnóstico real que permitisse equacionar as medidas a serem tomadas. Após o exame do paciente, a junta médica transmitiu-me o resultado, tendo constatado tratar-se de uma trombose cerebral, que ele ficaria, no decorrer da noite, hemiplégico, precisando de absoluto repouso. Dizia também, que não tinha condições de praticar qualquer ato de governo, num prazo de 6 semanas. Recebi a comunicação dos médicos procurando demonstrar serenidade, mas, na realidade, sofria pela amizade que sempre dediquei ao chefe. Senti, ali, a grande responsabilidade que me caberia na busca de solução para o governo, pois sabia que as Forças Armadas não desejariam ver o Vice-Presidente Pedro Aleixo na condução dos destinos do País.

Ele havia votado, na reunião do Conselho de Segurança Nacional, contra a *edição do Ato nº 5*, gesto que desagradou a área militar.

Convidei os Ministros Militares para um encontro no Palácio Laranjeiras, quando lhes dei conhecimento do estado de saúde do Presidente e da recomendação dos médicos. Assentou-se, ali, umas primeiras medidas e combinou-se uma reunião do Alto Comando das Forças Armadas, no dia seguinte, em caráter sigiloso para se deliberar a situação do governo. A reunião teve lugar na residência do Ministro Lyra Tavares, quando foi assentado o impedimento do Vice-Presidente e deliberou-se que os Ministros Militares responderiam pelo Presidente, uma espécie de regência.

No dia seguinte, convocou-se uma reunião do Ministério, quando foi baixado o Ato Institucional nº 12, homologando a decisão do Alto Comando das Forças Armadas.

Outra situação pouco agradável foi quando ocorreu o seqüestro do Embaixador dos Estados Unidos, há uma semana que o governo era exercido pelos Ministros Militares. Os seqüestradores exigiam a liberdade de 15 presos subversivos e um avião para levá-los ao Exterior.

A exigência foi aceita pela Junta Governativa, após reunião realizada com as presenças dos Ministros Militares, do Exterior e da Justiça e do Chefe da Casa Militar. Essa decisão motivou o protesto de um grupo de oficiais da guarnição da Vila Militar, fato que trouxe dificuldades para o cumprimento da decisão governamental.

Outro momento difícil, ainda vivido naquele cargo, foi quando o Ministro Lyra Tavares levou ao conhecimento de outros dois companheiros da Junta Governativa, que o Alto Comando do Exército, em reunião realizada, decidira propor o impedimento definitivo do Presidente enfermo e a sua substituição por um General de Exército a ser escolhido pelos oficiais generais das Três Forças Armadas. Os três Ministros resolveram aceitar aquela proposta, embora, tentasse evitar que se consumasse tamanha ingratidão e arbitraridade contra o homem que sacrificara a sua saúde no serviço ao País"

EPITÁCIO, O GRANDE

5 – "A figura de homem público da Paraíba, que considero como tendo mais se destacado no cenário da República, foi o Presidente Epitácio Pessoa, homem oriundo de família simples, nascido em Umbuzeiro, lá num recanto do Estado, tornou-se um dos mais eminentes brasileiros do começo do século. Parlamentar, ministro de Estado, embaixador, membro da Corte de Justiça Internacional da Haya e Presidente da República. Tribuno dos mais brilhantes de sua geração, marcou a sua passagem no Congresso Nacional e na diplomacia. Na Corte de Haya, a sua figura ganhou dimensão pela sua cultura jurídica, destacando-se, como mais um brasileiro ao lado de Ruy Barbosa.

O Brasil àquela época atravessava quadra difícil para a escolha de um Presidente, pois que a política inclinava-se era para S. Paulo e era para Minas Gerais e veio a constituir o denominador comum, pois encontrava-se fora do País e poucos homens, na ocasião, apresentavam uma soma de serviços tão relevantes e com tanto destaque para o Mundo.

Nas Forças Armadas, depois do governo Hermes da Fonseca, fora naquela quadra da República, o Presidente que mais benefícios lhes trouxe. Deu-lhes novos equipamentos, aumentou os seus quadros e melhorou o seu nível profissional, trazendo missão estrangeira para instruí-las, como a do Exército Francês, que adestrou o nosso Exército até a segunda grande guerra.

Muito fez pela Paraíba, procurando dar-lhe grandes melhoramentos, inclusive, um porto na Capital, embora os seus delegados não lhe tenham correspondido.

Enfrentou dificuldades no governo, notando-se a Revolução de 1922, quando a situação política-militar acirrada, levou um número elevado de oficiais a se rebelar. Manteve a sua autoridade, sem qualquer abdicação, conseguindo dominar o movimento e restabelecer a ordem no País.

Visitando os oficiais rebelados que se encontravam feridos no Hospital Central do Exército, chegando-se ao leito do Tenente Newton Prado, exclamou:

Tanta bravura por uma causa inglória".

LAZER LITERÁRIO

6 – "Minha preferência literária tem se orientado para o campo da história e da sociologia. Entre os historiadores que mais admiro, situam-se Pedro Calmon, Tasso Fragoso e Pandiá Calogeras, sendo que este, considero como escritor que mais realismo deu à formação da nacionalidade brasileira.

Entre os sociólogos destaco Gilberto Freire e Viana Moog. Na mocidade, gostei de ler romance, como os jovens de minha geração, e guardo, bem vivas, as obras de José de Alencar. Mas admiro os conterrâneos José Américo e José Lins do Rego, bem assim o mineiro Guimarães Rosas, que tanto vieram enriquecer a literatura brasileira. Na poesia, admiro Castro Alves, Gonçalves Dias, Casemiro de Abreu, Olavo Bilac, Padre Antonio Thomaz e o paraibano de **O Eu,** Augusto dos Anjos".

SEU PRIMEIRO COMANDANTE: GEISEL

7 – "Concluído o curso da Escola Militar, tive a minha primeira comissão, em princípio de 1934, em João Pessoa. Fui servir sob o comando do atual Presidente da República, o então 1º Tenente Ernesto Geisel, que comandava uma Bateria de Artilharia, ali sediada.

Permaneci em João Pessoa, até janeiro de 1936, quando fui transferido para a histórica cidade de Itú, em São Paulo. Voltei a servir, em 1938, na mesma

Unidade, retornando, pouco depois, para o Rio de Janeiro.

Embora residindo fora da Paraíba, na realidade, dela não me tenho afastado, pois sempre visito os familiares que lá ainda moram. Além disso, há outro aspecto muito particular, porquanto eu e a mulher temos os nossos pais sepultados em João Pessoa".

RECORDAÇÕES AFETIVAS

8 – "Da infância e da juventude guardo grandes recordações, não apenas da escola primária, mas do Colégio Pio X, onde fiz sadias amizades que permaneceram pela vida a fora. Recordo, com muito afeto a amizade do governador Ernani Sátyro, do Deputado Clóvis Bezerra, do Industrial Renato Ribeiro e do seu saudoso irmão João Úrsulo Coutinho, do Dr. Clodoaldo Trigueiro, do Dr. Ubirajara Mindelo, do Dr. José Borges de Sales, todos companheiros de colégio.

De curso superior, guardo a amizade dos generais Reynaldo Mello de Almeida, Paulo Ramos, Antonio Leal de Albuquerque, Roberto de Pessoa, Tasso Vilar de Aquino e recordo a memória do Coronel José Estácio Benevides, e do General Ivo Borges da Fonseca Netto, pois fizemos o curso da Escola Militar na mesma turma.

Da infância, guardo a amizade do Senador Antonio Pereira Diniz, do Desembargador Manoel Barbosa de Souza, do Dr. Zacarias Colaço e do Dr. Elias Maracajá".

CARINHO PARA AS UNIVERSIDADES

9 – "Como Oficial do Exército prestei serviços em quase todos os Estados da União.

No posto de Coronel, participei da Revolução de 31 de março de 1964, desde o seu preparo até a vitória. Chefiei o gabinete avançado do Ministro do Exército, em Brasília onde acompanhei os dias difíceis para a consolidação da Revolução. Era o homem da confiança do Ministro Costa e Silva e ligava-me permanentemente com a Presidência da República.

Como chefe da Casa Militar do Presidente Costa e Silva, acumulando os cargos de Secretário do Conselho de Segurança Nacional, de Secretário do Alto Comando das Forças Armadas e de Presidente da Comissão da Faixa de Fronteiras, participei de grandes decisões de relevo para a vida nacional. Elaborei trabalhos de larga envergadura, muitos dos quais transformados em lei, ainda vigentes.

Atendi, com presteza, as solicitações dos governadores dos Estados, no tocante aos assuntos do interesse das suas comunidades, em tramitação na Presidência da República e nos próprios Ministérios. Tive, porém, um carinho especial para com as solicitações das Universidades, ajudando os Reitores, na liberação de verbas e nas nomeações para os cargos de direção.

Ajudei muito a Paraíba, não deixando de atender as solicitações do governador João Agripino, do ex-líder da bancada federal Ernani Sátyro, do Senador Ruy Carneiro, e outros deputados. E com especial carinho à Universidade da Paraíba, propiciei todo o apoio possível, que tinha na pessoa do Reitor Guilhardo Martins, o maior entusiasta e batalhador pelos seus interesses. Por duas vezes, empenhei-me para levar à Paraíba a visita do Presidente da República e obtive. A primeira, governava ele do Nordeste, com sede em Recife, foi a João Pessoa e a Campina Grande, onde em companhia de Ministros de Estado e governador João Agripino, inaugurou várias obras. A segunda vez, ele foi agraciado com o título de cidadão paraibano pela Assembléia Legislativa e paraninfou toda uma turma de diplomandos da Universidade Federal da Paraíba, numa das solenidades mais empolgantes que assisti".

9 – "No município da pequenina Vila de Alagoa Nova, hoje cidade, nasci numa fazenda de meu avô materno.

Ali, fiz as primeiras letras no grupo Escolar e completei o curso primário na escola do saudoso Professor Clodomiro Leal, por onde também passaram o Senador Antonio Pereira Diniz e o ex-governador Pedro Gondim."

CURRICULUM VITAE

Data do Nascimento: 11 de julho de 1911 – Na Paraíba.
Praça – 2 de janeiro de 1928.
Declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia em 25 de janeiro de 1934.

PROMOÇÕES:

2º. Tenente: 30 de agosto de 1934.
1º. Tenente: 7 de setembro de 1936.
Capitão: 25 de dezembro de 1941.
Major: 25 de setembro de 1948.
Tenente-Coronel: 25 de abril de 1953.
Coronel: 25 de agosto de 1961.
General-de-Brigada: 25 de novembro de 1965.
General-de-Divisão: 25 de julho de 1969.

CURSOS:

Escola Militar do Realengo
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

PRINCIPAIS COMISSÕES EXERCIDAS NO EXÉRCITO:
Como Oficial Superior exerceu os cargos:

Adjunto do Estado-Maior da 7a. Região Militar – Recife,
Assistente do Comando da Artilharia Divisionária da 2ª. Divisão de Infantaria – São Paulo.
Adjunto e Chefe de Seção do Estado-Maior do Comando da Artilharia de Costa da 1a. Região Militar – Rio de Janeiro.
Adjunto do Estado-Maior do Exército – Rio de Janeiro.
Chefe da Divisão do Departamento Geral do Pessoal do Exército.
Comandante do 9º. Grupo de Artilharia a Cavalo – Nioaque
Comandante do 3º. Grupo de Obuzes 155 – Cachoeira do Sul.
Chefe de Divisão do Departamento de Produção e Obras – Rio de Janeiro.
Chefe do Gabinete avançado do Ministro da Guerra – Brasília.

Como Oficial General exerceu os cargos:

Comandante de Artilharia de Costa da 1a. Região Militar – Rio de Janeiro.
Comandante da 10a. Região Militar – Fortaleza.
Subchefe do Departamento Geral dos Serviços – Rio de Janeiro.
Diretor de Comunicações do Exército – Brasília.
Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército – Brasília.

FORA DO EXÉRCITO:

Assessor para Assuntos de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública – São Paulo.
Adjunto, Chefe de Seção e Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional - Rio de Janeiro.
Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República no governo do Presidente Arthur da Costa e Silva – Brasília.
Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional – Brasília.
Secretário do Alto Comando das Forças Armadas – Brasília.
Presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteira – Brasília.
Membro do Conselho da Ordem Nacional do Mérito – Brasília.
Membro do Conselho da Ordem de Rio Branco do Ministério do Exterior – Brasília.
Conferencista da Escola Superior de Guerra.

CONDECORAÇÕES NACIONAIS:

Ordem Nacional do Mérito – grau de Grã-Cruz.
Ordem do Rio Branco – grau de Grã-Cruz

Ordem do Mérito Naval - grau de Grande Oficial
Ordem do Mérito Militar – grau de Grande Oficial
Ordem do Mérito Aeronáutico – Grande Oficial
Medalha militar de Ouro com Passador de Platina
Medalha de Honra da Inconfidência Mineira
Medalha de Guerra
Medalha do Pacificador
Medalha do Mérito Tamandaré
Medalha do Mérito Santos Dumont
Medalha Taumaturgo de Azevedo
Medalha da Confederação Nacional da Indústria.

ESTRANGEIRAS:

Ordem de São Gregório Magno – Classe Militar – do Vaticano – grau de Grã-Cruz
Ordem do Tesouro Sagrado do Império do Japão – grau Grã-Cruz
Ordem de Santo Olavo do Reino da Noruega – grau Grã-Cruz
Ordem de Mayo Al Mérito da República Argentina – grau Grã-Cruz
Ordem del Mérito do Chile da República do Chile – grau Grã-Cruz
Royal Order Victorian da Inglaterra – Medalha Knight Grand Cross
Ordem de Aviz de Portugal – grau Grã-Cruz

Filiação:
Higino Portella de Mello e Regina Sampaio de Mello, já falecidos.
Casado com D. Cyrene Carvalho Portella, natural de João Pessoa.
Filhos do Casal:
Bertholdo Carvalho Portella – Economista funcionário do Banco Central, casado com Irene Portella.
Alcio Carvalho Portella – Economista, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, casado com Cleis Maria Pitella Portella.
Netos:
Alcio Carvalho Junior, Eduardo Henriques Pitella Portella, Claudio José Pitella Portella, Frederico Alexandre Pitella Portella, Jayme Portella de Mello Neto, Luiz Rinaldo Portella e Beatriz Regina Portella.

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

"José Américo de Almeida, escritor moderno do Brasil, endireitou o Ministério da Viação, esclareceu aquilo tudo, abriu rumos por entre as barreiras caídas as árvores mortas, as pedras que entupiam as estradas. Deram-lhe liberdade. Acreditaram nele. Está aí o que ele fez."

(De Álvaro Moreira)

Confesso que conhecia muito pouco José Américo. Conhecia-o, autor de **A Bagaceira,** leitura do tempo de estudante. Conhecia-o, como político de 30, pelas páginas da imprensa pernambucana. Conhecia-o, na Praça Pública, na campanha de 50, na Paraíba, quando se elegeu Governador em memorável luta. Conhecia-o, Ministro da Viação em 1954, quando, como seu assessor, acompanhei de perto o administrador.

Na verdade, entretanto, conhecia-o muito pouco. Quando comecei a pesquisa para a feitura deste livro, José Américo foi crescendo para mim como André Vidal de Negreiros. Cada dia, uma surpresa. Cada livro, uma novidade. Cada registro, um acontecimento. José Américo, realmente não cabe em poucas palavras, nem num esboço biográfico, nem tão pouco num simples registro. José Américo é grande realmente, ainda que, quem o analise, não seja paraibano. É grande mesmo de verdade, e Nereu Ramos, certa vez no Congresso Nacional, disse tratar-se de um homem com H maiúsculo. E o que espanta, no homem, é a sua policromia humana, e o que mais ainda surpreende é o talento que aflora em todas as atividades que formam e informam essa personalidade _ que tanto é grande na literatura, como na política, tanto na administração como na oratória, tanto no improviso da tribuna como na reflexão de uma escrivania, tanto nos epigramas como nos verbetes, tanto na crítica como na exaltação, tanto no amor como... no ódio que os seus cabelos brancos conseguiram apagar! José Américo é grande mesmo. Em todas as formas, em todos os ângulos, em todos os aspectos, em todas as faces que se apresente.

E, agora, poeta. Aí está o seu último livro. Um livro de poemas. E, na abertura, já está o homem a dizer:

"Tem nada não. Vai-se o juízo
E assim de novo eu amanheço
O que era triste causa riso
O que era fim volta ao começo"

Por isso, é que Austragésilo de Athayde diz: "Grande e maravilhoso exemplo é a vida desse nordestino rijo em sua energia espiritual, como na vitalidade física. Aprendam os moços com ele, que não há idade que justifique o desencanto e a estagnação. Enquanto houver um sopro, ele será aproveitado para alimentar o sonho. O poeta José Américo será tão grande como o romancista José Américo, unidos ao homem público de incomparável patriotismo. Todos nós na Academia e na sociedade intelectual do Brasil sentimonos felizes e revigorados, vendo agora um poeta ao Nordeste como há cinqüenta anos foi anunciada a presença do grande romancista da **Bagaceira**".

E, desta figura imensa, teria que surgir o poeta. Na decantação dos anos, na madura concentração de mais de 80 anos de vida agitada, polimorfa, nos altos e baixos de posições políticas que se não lhe causassem mossas materiais, desgastar-lhe-iam, sem dúvida, o espírito ficando mossas na alma, José Américo não cortaria o seu vôo e, da beleza das frases, das sentenças, dos pensamentos e da prosa que atingia o mais íntimo das cordas sensitivas, teria que atingir os planos poéticos. E foi o que aconteceu. Estava escrito.

O homem estava no caminho da poesia. Já era o poeta que falava. Dentro da alma só beleza, pureza, formas, idéias, imagens, colorido e amor.

HOMEM DIFERENTE

E este homem é diferente de todos. Há os literatos que a política traga. Há os políticos que a indústria ou o comércio absorvem. Há o romancista que o novelista consome. Há o ensaísta que o articulista liquida. Há o tribuno que o administrador pulveriza. E o jornalista, nem se fala, no curso das atividades quotidianas, ou se perde nas atividades do dia-a-dia, entre outras mais rendosas, ou a vida pública o tritura, sem dar-lhe tempo para mais nada.

E é diferente mesmo. Como político, não abandona a literatura. Como administrador, não larga as letras. Como romancista, não se afasta do meio político. Como orador, não se marginaliza nos chavões do bom efeito. E como figura apostolar, lá na praia de Tambaú, tanto recebe jovens como velhos, tanto imprime como exprime, tanto aconselha como orienta e não se perde no lazer da beira mar, inspirando-se na própria vida – longa vida que Deus lhe deu – para voltar-se a poesia, num reencontro do tempo e da idade, parecendo um jovem com os cabelos brancos à fronte e um velho com a impetuosidade sentimental e lírica da juventude, É um mago, das idéias, do pensamento e da inteligência.

Poucos, nesta vida, com o seu fadário!

Cada vez que mergulho na sua vida, na sua obra, nos seus exemplos, mais me perco na conceituação, e dificilmente encontro paralelos, nem mesmo para o cotejo do igual ou do melhor, do grande ou do maior.

Não há demérito para ninguém. Não há escolha arbitrária. Realmente, entre tantos paraibanos de casca e nó, de forma e de conteúdo, de pensamento e de ação, do alto a baixo, José Américo é uma figura ímpar.

Quanto mais se lê, mais se o admira. Quanto mais se veste, mais há a vestir. Quanto mais se conhece, mais há a conhecer. Quanto mais se aplaude, mais nos sentimos a dever-lhe palmas. Evidentemente, trata-se de figura ciclópica.

Não há aí exagero de paraibanismo. Estou eu nas galerias dos paraibanos vivos e mortos, olhando para todos os lados, vendo vultos de porte de gigante, mas não posso fugir à atração de quem, na força de sua personalidade, faz gravitar em torno de si as vozes da admiração e do aplauso.

Para fixar o vulto, numa linha horizontal, fui lendo a sua obra e anotando os seus pontos altos. E o lápis começou a correr, porque em todas as linhas, em todos os capítulos, em todas as páginas, lá vinham sentenças, pensamentos e conceitos que sintetizavam uma filosofia, num poder de concisão que é privilégio da cultura e do talento.

Aqui estão elas, para que os leitores possam de um mergulho só, andar por toda uma vasta literatura que há sobre José Américo e de José Américo:

"Pedir só humilha a quem não dá".

"Conheço cidades mortas, sem esperança, por onde os anos passaram com seus desgastes. É a mais triste das ruínas, com portas fechadas, como um resto de vida humana que se esconde, envergonhada. Não é museu essa história em relevo, nem a simples natureza que se desfigurou".

"Sou uma vocação falhada. Nasci para o ambiente campestre, cujo ar sempre me encantou. Saint-Exupéry já exclamava: "A gente se sente livre quando trabalha a terra." Quem me dera ter um canto e fazê-lo frutificar. Deus não me concedeu posses para construir meu castelo e povoá-lo de árvores e rebanhos. Para ser senhor das paisagens e criar outras vidas. Até na areia da praia, na faixa branca e estéril me cerquei de um mundo vegetal. Mergulho no meu pomar embriagado pelo seu perfume e sensibilizado por sua prodigalidade."

"A questão é que me considero escritor. Se não tivesse sido interrompida a minha primeira experiência, depois da publicação de **A BAGACEIRA**, teria feito uma carreira literária. A política, porém, arrebatou-me, ficando apenas o estilo como instrumento de minhas campanhas. E não vivo da pena. Não passo de um beletrista. Só escrevo quando estou com veia, quando sinto necessidade de esvaziar uma fonte de emoção ou de modelar uma idéia.

Deixei a glória para os novos e os veteranos, para aqueles que precisam de um estímulo ou merecem um prêmio".

"A música tem estranhas consonâncias de melodias clássicas e vozes selvagens. É uma fonética que espoca em multissílabos, ora como uma cavalhada em pedregulhos, ora moendo cristais, ora como ventos roucos atravessando vidros quebrados."

"Um discurso escrito é como uma folha seca, perde a cor e os flagrantes do improviso. Mas serve de documento. Grava as palavras para só uma versão inconfundível."

"Sei que abusei da imagem. É um meio de comunicação mais sensível e direto para os espíritos pouco perceptíveis, como desenho animado. Pinta-se o que se pensa. Estampada a idéia, a transmissão é mais rápida."

"Repetir é interpretar."

"Pior que furtar é deixar furtar; são dois crimes em vez de um."

"Vamos fazer a política dos pobres que a dos ricos já está feita."

"Começa que só se conhece a vida conhecendo todas as vidas. Não tenho medo de subir, nem medo de descer. De cima, saberei o que se passa embaixo; de baixo, aprenderei a viver em cima."

"A melhor forma de abafar os gritos de revolta é encher a boca dos famintos. Ninguém grita de boca cheia."

"A mais triste das ruínas é a esperança morta, o aborto da felicidade."

"A inteligência é luz nas tormentas, como o relâmpago que, não podendo afugentar as sombras, descobre os horizontes."

"Cruel é a nostalgia de quem, despedido do país natal, conta os minutos como se contasse anos de vida, menos pela tristeza de não poder vir revê-lo do que pela angústia de não poder vir salvá-lo."

"O lutador só ama, verdadeiramente, a sua vitória, a que custou também a sua luta."

"Uma democracia que realiza o milagre de tornar os velhos moços para poderem vivê-la e os moços velhos para poderem compreendê-la."

"Já era hora da debandada, do fluxo humano a derramar-se na odisséia das retiradas. A terra desventurada esvaziava-se, nesse transe, vaga após vaga.

Via a raça que se desgarrava, fugindo, sem culpa de um castigo do céu, do mais terrível dos céus."

"Foram onze anos de ausência, onze anos de saudade, de presença espiritual em que nos despojamos da alma que se projeta além de nós, de lembranças, de cuidados e, sobretudo da tristeza de ver o berço amigo subalterno e decaído, satélite de um mundo espúrio enxertado no seu clima, a deprimi-lo e a conspurcá-lo. Tudo mudou. As gerações que renovam a vida sobem todos os degraus. Ocupam todas as escalas. Trago os cabelos grisalhos, a face marcada pela idade, o traço de outras lutas, os vincos da meditação de silêncios forçados. Só a alma não se contrafez. A alma verdadeira e inesgotável vem comigo. Não se extinguiu a fé que é a última a nos abandonar."

"Meu grito de luta foi para todo o Brasil e meu grito de vitória é somente para vós."

"Lutara para vencer e não para oprimir os vencidos. Olhava de mais longe, do alto, sentindo a dignidade do triunfo. Minha primeira obrigação era salvar a Paraíba da febre que a devorava. Por uma nota humana nesse lance."

"É o pernambucano a que dei cinco anos de minha vida e que me deu a formação de toda a vida, numa idade em que nos educamos nos livros e, mais ainda, no ar que respiramos, como uma inspiração que circula por fora e por dentro da alma. Que me deu as lições da liberdade e do direito, o sentimento democrático e o ensino da lei, para aprender a ser homem e poder ter a semelhança de Deus: ser livre e ser justo. Que traçou minha carreira de disciplina e reações. O impulso que, já no outono, me lançou nesta campanha ainda é a força desse passado que me joga para a frente."

"Amo os pobres, e amo, muito mais ainda, os oprimidos. Tenho menos piedade das dores físicas do que das dores morais.

Sem os bens materiais, o homem não deixa de ser homem. Mas a perda da liberdade é a perda do corpo e da alma."

"O mais tremendo dos gritos de guerra é o grito da fome."

"Envelheço. É doce envelhecer de alma honesta, cantava Plutarco. Digo honesta e desprendida para que seja leve como uma pluma que o vento arrasta pela terra e conduz até o céu."

"E há pavores pueris que vêem todos os lados infestados de fantasmas; medo do mal e medo dos remédios; medo da ordem e medo da anarquia; medo da lei e medo do crime. Dentro do nevoeiro não há salvação possível. Poderão as nuvens negras dessa perturbação dos espíritos do abismo. As doenças da Nação contaminam todos os espíritos. E os que têm medo poderão tornar-se mais perigosos do que os que fazem medo."

"Em vez de antestar as pessoas, preferimos caçar mistérios."

"As democracias mais evoluídas organizam sua defesa contra os inimigos interno. Sem consagrarem uma conceituação do delito político que constranja a índole do regime, tutelam, cautelosamente, a ordem pública. Munem-se de meios de salvaguarda do Estado e da Sociedade. Temos que habilitar a democracia a uma ação segura e sábia, em vez da cegueira dos impulsos e das reações imoderadas."

"Queremos um governo forte pela capacidade de defesa e não de agressão. Queremos enfrentar a violência sem a reação, para que a ordem interna não se torne um círculo de fogo, mas a clareira tranqüila, num mundo de desassossego e mal estar. Daremos leis para o império da lei."

"Investindo, em 1930, numa herança de lutas, de que saia a Paraíba, depois de meses de agonia, combalida e dilacerada, só tive um pensamento: o benefício da paz."

"A beleza do combate era as suas paixões. E, no fim, sem maldade, sem ira, sem a volúpia desapiedada e feroz de destruir almas já destroçadas pela derrota, estendi-lhes a mão, pus uma nota humana na história, curei cicatri-

zes, desci o pano da tragédia. Arriei a bandeira da guerra para que baixasse do céu o manto de misericórdia. Menos os malfeitores e os corrutos."

"Não haverá ordem política, nem ordem social sem modelar a ordem econômica e a ordem administrativa. Nada se constrói no caos."

"O que importa, muito mais do que a proliferação das iniciativas fáceis, são as qualidades morais da ação. É o caráter que constrói a coragem, das resoluções, o entusiasmo fecundo, o método, a tenacidade estóica, a resistência aos interesses contrários e, acima de tudo, o espírito público."

"Não são as leis, nem as armas que fortalecem os governos. Só é forte o governo que prevê e provê, que revela iniciativa e eficiência. Que serve ao seu povo."

"A paz depende da nutrição dos espíritos, mas depende, sobretudo, da solução das necessidades materiais que abalam os espíritos."

"O povo desiludido perde a confiança nos partidos, perde a confiança no Parlamento, perde a confiança no governo e poderá perder a confiança na própria democracia."

"Depois de cada guerra morre um mundo. E há uma ânsia de renovação. Ou atendemos a essa inquietude ou o novo mundo explodirá. Ninguém mandou na terra sem alimentar sua autoridade de outra coisa que não fosse a opinião pública, dizia Ortega Y Gasset. A autoridade funda-se na opinião pública. Para salvar a democracia importa, antes de tudo, imprimir-lhe dignidade. Uma organização moral, uma autoridade moral que deve ser o mais nobre apanágio da vida pública, na hora trágica dos povos, pelo refugo das influências ilícitas, de todos os sintomas de cupidez e corrução."

"A hora difícil é a hora própria das atitudes gloriosas."

"Pior que uma obra inacabada ou imperfeita é uma obra que se mutila; passa a ser o aleijão que só merece piedade."

"Infeliz da força que, em vez de atemorizar, se atemoriza."

"A forma mais honesta de defender a liberdade de expressão é defendê-la em favor do inimigo, para não parecermos, além de insinceros, covardes."

"Dominar não é vencer: só se vence convencendo."

"A única paz é a paz da consciência, dizia Amiel."

"Todo mal vem dos homens. No Brasil, onde não há opinião organizada; o homem ocupa, pela ausência de idéias e programas, todo o panorama. Tudo é ação pessoal."

"Sou velho colecionador das pedras que me atingem, do alto das montanhas ou venham das enxurradas."

"Dizia um pensador antigo que o ódio tem memória e a gratidão não tem. Não. A gratidão é guardada pela memória que, nos cochilos da natureza humana, morde o coração esquecido, sob a forma simbólica do remorso."

"Esgotou-se a paixão da luta e esgotaram-se os meus motivos. Para que lutar? Somos vencidos e ele também o é (Getúlio). E a planície não é agressiva e excitante como o orgulho das alturas que não perdoa, sequer, aos que auxiliaram a escalada."

"Chego a agradecer a Deus esta minha carreira acidentada e desigual. Subo e desço, desço e subo para, nessas alternativas, conhecer melhor todos os lados da vida, o que ela tem de beleza e hediondez, de puro e repugnante."

"Rejubila-se a alma repatriada. A memória pode falhar, mas no coração não há nada esquecido. Volto. Voltar é uma forma de renascer. Ninguém se perde na volta."

"Governar não é assinar papéis, mas saber, sentir e compreender."

"Ao povo paraibano não preciso prometer. Fiz todas as minhas campanhas nacionais voltado para a sua sorte. Não preciso trazer-lhe programas, trago o coração que ele conhece."

"Ninguém se iluda. Só o povo tem o segredo da vitória. Era número, agora é consciência. Uma consciência nova, certa dos seus direitos e aflita pelas suas necessidades."

"Pode-se esmagar um homem, mas não se esmaga um povo. Não se sufocam idéias. Não se apertam na garganta as ansiosas exortações de uma nova era".

Saudando Areia, a sua cidade natal:

"Aqui abri os olhos para o mundo. Minha primeira visão foi este cenário; esta natureza, estes céus, esta moldura. Minha primeira sensação foi esta serra saudável que inventou um clima europeu em pleno verão tropical. O espírito que se impregnou desses eflúvios agarra-se ao tempo que foge. A voz que ecoou por toda a parte guardou seu acento agreste. Tudo se desfaz, menos os elos nativos que prendem o homem à terra. O homem que será sempre pioneiro de sua origem.

Aqui sou mais humilde a afogar na garganta os gritos de triunfo. Reverto ao meu passado, num derrame de ternura, numa comoção ingênua, quase infantil, como o menino de engenho criado à lei da natureza."

"Minha terra natal é cheia de evocações. Experimento novas emoções e as emoções que despertam. Desfilam-me na memória e visitam-me o coração minhas figuras imperecíveis, as sombras familiares que emergem da morte, como um milagre de ressurreição, obra de minha saudade que se alvoroça e reavive nesta hora emocional. Tenho nos olhos panoramas adormecidos, ouço passos extintos e sinto os joelhos dobrarem".

"Andei por longe mas o coração nunca deixou de residir onde nasceu."

"Ninguém é obrigado a crer. A fé é um tesouro de almas eleitas, uma flama que não se acende nos antros. Mas basta a visão do alto. O sol é um só e ilumina o universo."

PAÍS DE BACHARÉIS

"Só no estudo do Direito se oferecem múltiplas oportunidades para a vida. Algumas carreiras poderão variar, conforme as especializações, mas dentro dos seus limites, sem outros horizontes. Só o Direito assegura a pluraridade das profissões, dominadas pelo mesmo espírito, ainda que situadas

em campos opostos. Qualquer que seja o lugar que ocupa, na vida pública ou na vida privada, essa preparação específica atuará como o influxo de uma doutrina primacial, como a marca originária. Formará uma consciência que dirige, no melhor sentido, toda a conduta humana."

"A lei, o poder mágico que se interpreta mas não se repudia, servirá de arma na penumbra das dúvidas ou no exaspero das paixões, contra o arbítrio."

"Podem ser construídos grandes monumentos com pequenas pedras, mas não se pode construir uma Nação com pequenos homens."

"Todos os povos requestam suas expressões mais altas para os seus momentos decisivos. E nada mais alto do que a cátedra. É como os faróis que se alteiam e iluminam."

"A inteligência e a vontade que encontram uma disciplina encontram sua condição de êxito."

"Amando a República, como diria um personagem de Anatole France, com um amor inquieto e feroz, vereis brotarem todos os ideais que pareciam fanados."

"A justiça e a liberdade emergem da mesma fonte, das instituições livres que, em vez de governos fortes, fazem a raça forte. As crises derivam da deformação democrática, do sacrifício de regras que são as bases invioláveis de nossa civilização."

Rebatendo o ceticismo quanto à multiplicação de Escolas Superiores no País, disse José Américo:

"Se os alunos não estudarem, estudarão os professores."

"A Universidade não deve ser fábrica de doutores, mas semeadora de idéias."

"As Universidades não devem ser um museu de teorias caducas, senão a ressonância de nossas realidades mais ativas."

"Não se pode ser um grande orador apenas com esse dom, sem a substância que se adquire no estudo e na meditação."

"Não se pode ser um grande democrata sem a concepção das teorias e dos problemas do Estado, sob pena de não passar de um demagogo ou de um mercador eleitoral."

"Têm os poentes uma coloração mais rica, um mergulho afogado em cores, com o adeus do Sol. O que ressurge é mais belo, é a aurora, dourando o mundo com a festa do nascimento do dia."

SOBRE A UNIVERSIDADE DA PARAÍBA, QUE ELE CRIOU:

"Auxiliei o ensino. O dinheiro não era meu, era do Estado. A questão é saber dar e a quem dar. A forma mais sábia foi convertê-lo em ouro, criar uma idéia áurea da inteligência e da cultura. Com esses recursos poderia ter erguido monumentos e assinalado meu programa com maiores realizações, mas o valor humano precipita-se além da temporariedade dos Governos, mol-

dando civilizações, em lugar da pedra bruta. Bem podeis avaliar minha alegria vendo a inteligência paraibana florescer e sendo parte nessa floração. Tenho os meus *canteiros*, e minhas mãos se perfumam colhendo flores, quanto mais esses campos semeados pelo mais alto dos ideais, desabrochando em raios de sol."

"De minha passagem pelo Governo levarei algum título. Não sei o que mais me apraz: se o de amigo dos pobres ou de amigo da inteligência. De encher mãos vazias, despejar o coração nos abismos da fome ou alimentar os espíritos com a substância que sublima o homem."

"Quando, já curvado pelos anos, com o olhar pousado no chão, levantando a cabeça, vislumbrar alguns de vós, alçados pelo talento, na ascensão dos seus méritos, terei o orgulho da planície que divisar essa altitude. Mentalmente, voltarei sobre meus passos, contemplando este ponto de partida, como o mais alto de minha carreira, quando em vez de me enraizar no passado, me embeveciam essas perspectivas."

"Andarão as rondas e eu ficarei imóvel, até os olhos da vida se apagarem. Então, a figura inerte, reanimando-se, passará a viver da memória desta noite, com outra imagem, retocada pelo tempo que ou esquece ou exalta, ou é a cova rasa ou o pedestal."

"Nutrir o espírito é, mais do que matar a fome, renovar a vida."

"Há o sentimento nascido do berço que leva a ser bom e a técnica que ensina a ser bom e a ser útil."

"A única forma de nos julgarmos felizes é medir a infelicidade alheia, as grandes e pequenas tragédias que emboscam a vida, tornando o destino humano tão incerto. E é o meio de compreendermos que a felicidade de cada um tem de ser um bem comum, fazendo todos menos infelizes."

AOS CEGOS

"Nas nossas horas de insônia procuramos o sono como quem busca um pedaço da noite para agasalhar a alma desperta e não se agarra à sombra fugidia. Torna-se a noite infinita. Não nos cerra os olhos insones e não nos apaga os sentidos. Só há uma esperança: o amanhecer. Continua uma vida que não existe, o nada das horas mortas, a imobilidade, a inutilidade, o completo abandono, até que a aurora, a esperada, nos oferece, através das frinchas abertas, seu sorriso luminoso. É a poesia do amanhecer que os cegos nunca viram."

"Posso sentir toda a desdita daqueles que ainda não descobriram o mundo; daqueles que não conhecem seus caminhos, que se perderam dentro da própria vida, daqueles que ignoram os espetáculos da natureza e da beleza humana. O que não puderam dar-lhes a esmola de uma réstia de luz darão um quinhão de alegria que também ilumina as almas."

"No meu já longo percurso pela vida, encontrei autênticos valores – sábios, santos, heróis, homens de Estado – cada qual com a marca de uma

personalidade, talhada para os grandes vôos ou para os grandes feitos."

À memória de dom Adauto — o grande bispo paraibano:

"Fez da fé a iluminação da alma para as miradas do invisível; foi na ação o obreiro de Deus num mundo que ainda não se acabou de criar; nutriu os espíritos do ideal, da eternidade, das ânsias da vida eterna; tornou sua vida a salvação de todas as vidas que se acolheram à sua sombra, como as árvores pródigas que agasalham os transviados e matam a fome dos peregrinos sem alforjes."

"É inútil inventar sistemas sem elevar os espíritos. Se o homem não se aperfeiçoar, a máquina falhará."

"O homem de fé, um dom de Deus, não poderá dizer que não há solução. A busca do bem é seu itinerário."

"Depois do nada, só as almas eleitas têm o condão de subir, escalando os seus pedestais. E eu — pobre de mim — fico maior nestas horas patéticas, no acaso que me sorri, como um dia que vem nascendo."

"A maternidade é um poema de esperanças que vê em cada filho o portador de um futuro. Dissolvem-se todas as paixões nesse único pensamento, para que a mãe sinta menos o peso do sacrifício."

"Sofre a mulher a sentença de Deus contra o pecado original. Para que não morra de felicidade com a aparição do que já se chamou o amor visível, o criador fere-lhe o corpo."

"A árvore que dá fruto liberta-se da carga e irá embelezar-se outra vez carregada só de flores. E ela terá de nutri-lo com sua própria substância."

"Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã."

"Tudo espera, até o sono, até a própria esperança, menos a fome e a sede; seus prazos são muito curtos: meio dia já é jejum."

"Só a inteligência, como uma tocha, atravessa o escuro, porque ilumina os caminhos."

"O corpo e a alma passaram a doer, e exasperavam-se mágoas secretas. O sofredor sem esperança casou-se com a dor. A musa negra seria sua companheira e inspiradora. E fez contrato com a morte, sempre lembrada, sempre temida, sempre presente, para professora do mais sombrio dos cantos.

Não era a melancolia romântica toda epidérmica. Era mais protesto do que queixa."

O POETA

Eis aqui o poema de Odylo Costa Filho, dedicado a José Américo de Almeida e publicado no seu último livro — Quarto Minguante — edição que causou a maior surpresa não só à Academia Brasileira de Letras, como aos políticos e brasileiros em geral que não sabiam esconder-se nele também alma de poeta:

"Profeta dos sertões! O mago do Nordeste!
Voz do seu povo humilde, espelho da sua alma,
que une ao gesto viril as doçuras do agreste,
de rifle na revolta e de violão na calma.

Mas a viola e o fuzil, o romance e o punhal,
o rumor do baião, a ânsia da liberdade,
a reza do romeiro a pedir contra o mal,
o grito de justiça a invadir a cidade,

fomes a suplicar, leite grosso do inverno,
as cacimbas do brejo e as grandes secas pobres,
calmarias de céu, desespero de inferno,

não são faces, senão, desse mundo que encobres
e reflete, na dor desfeita em água da fonte,
praias de Tambaú, jangadas no horizonte..."

Na sua "adesão provisória sem nenhum compromisso que me leve à certeza de ainda poder ser poeta", José Américo, "livre dos artifícios da métrica que se tumultua, como a musa matuta criada por impressões imediatas", cheio de amor à vida e com mais humor ainda, vai cantando:

"Dez de janeiro tantas vezes!
Oitenta? Mais, oitenta e tantos.
Os dias vão, passam-se os meses,
Somando os anos. Quantos! Quantos!"

E prossegue o Ministro no seu canto:

"Deus não me falte com a memória.
Para ter sempre uma saudade,
Para lembrar a minha história,
Embora esqueça minha idade."

Sem assombração pelos oitentões que tanto têm abatido até gigantes, o areiense de fôlego, grita:

"Bela palavra é oitentão!
Quero viver, quero viver,
Porém daí não passo não,
Fazendo anos com prazer..."

Numa advertência aos que não sabem envelhecer, José Américo é conselheiro:

"Não me iludir. Velhice pura,
Cheia de vida e verdadeira
Dispensa drogas e pintura,
Trair o tempo é que é asneira."

Como nunca se perdeu na volta, também não se perde na austeridade que sempre o conduziu na vida pública, sem aqui e acolá jogar seu chiste:

"Remédio pra cabelo branco,
O que não suja nem sapeca
Só vejo, um para ser franco,
Só vejo um que é a careca..."

Como nunca mentiu, nos seus versos também não:

"Negar idade engana alguém?
Engana a vista? Engana a morte?
Ser muito velho é um grande bem,
Uma vitória, muita sorte."

E lá vem a confissão que muita gente não a faz:

"Bem. Eu não vou fazer mistério
Arranjo ruga, o rosto vinco,
A falar mole, a falar sério:
Já passei de... oitenta e cinco."

E a sua coragem só se esconde ante o biológico que ameaça a todos, testada que foi em duras lutas:

"E homem de lutas do passado,
Sem temer faca nem trabuco,
Tenho hoje um medo desgraçado:
Viver demais, ficar caduco."

Vem o José Américo lírico, com força poética que muito jovem não tem e que muito velho perdeu:

"Olá, querida lua,
O céu é todo teu,
A terra é toda tua,
Depois que o sol morreu.

Reparem, meus senhores,
Até o próprio mar,
Já tem duas cores,
Pintou-se de luar.

Ah, mostra-me as estrelas
Que a luz do sol esconde,
Vamos, eu quero vê-las,
A noite é que sabe onde.

Lua, onde o sonho habita,
Só tenho um ideal:
Fazer-te uma visita
Em nau especial.

Para quem nau não tem
Só partindo já morto
Passando para o Além
Tocarei no teu porto.

Minha pálida jia,
Esse conhecimento
Para a acolhida fria
Não será no momento..."

Aqui está o Ministro em outras musas, num canto à Felicidade:

"Felicidade: querida
Não maldigo a minha sorte
A aura que abençoou a minha vida
Abençoará minha morte
Bons fados... Como se diz?

Meu Deus:

Sem me fazer infeliz,
Dai-me felicidade para os meus,
Fazei-me esta caridade.
Felicidade todo o mundo anseia,
Mas, muita fez a alheia
É a nossa maior felicidade."

AVISO AOS NAVEGANTES

O verdadeiro aviso aos navegantes, encontra-se no poema "Mar Generoso", pois ali, na praia de Tambaú, José Américo se rejuvenesce todos os dias,

de corpo e de alma, cabelos da cor do seu tempo mesmo, o mesmo espírito jovem e lúcido que o levou à Promotoria de Sousa, no alto sertão paraibano, em 1908, o homem integral em todos os campos da cultura, tudo "made in Tambaú":

"Sentei-me. A Areia que este mar levou
É meu leito mais limpo e mais macio.
Penso nos broncos pescadores ou
O céu azul, meu cortinado, espio.
Uma onda subiu. Estou molhado.
Subiu e me cobriu todo de espuma.
O céu me viu aí quase afogado,
Porque foi mais; não foi somente uma.
Meu mar extraordinário, mas sem fim,
Quem foi que disse que eu não sei nadar?
Não fui eu que chamei; vieste a mim.
Tudo que pulsa é coração, meu mar.
Deixei o mundo e vim morar contigo,
Deixei o campo e, afinal, a praça,
Para viver neste teu seio amigo,
Onde tudo que há se dá de graça."

Quem tiver talento e quiser viver como José Américo, que vá correndo para a Praia de Tambaú! ... São as águas lustrais!

A FALA DE JOSÉ AMÉRICO À REVISTA VEJA

Melhor interpretação de José Américo como poeta, ele próprio a dá na sua entrevista muito recente à revista Veja, pronunciamento que alcançou repercussão e que, por isso mesmo, é de toda oportunidade para completar este esboço biográfico.

Auto-interpreta-se José Américo, como poeta:

"POESIA NORDESTINA

Aos 88 anos de idade, o orador, ensaísta e romancista paraibano José Américo de Almeida lançou, dias atrás, em João Pessoa, seu primeiro livro de poesias. Intitulado "Quarto Minguante", é uma modesta brochura de noventa páginas, contendo quarenta poemas de nunca mais de 38 versos, sem métrica, mas conservando a rima, "por sua popularidade." Escrito na casa-claustro da praia de Tambaú. João Pessoa (onde José Américo cultiva flores e recebe amigos), a plaqueta constitui, segundo o autor, "um divertimento, uma recreação". Mais que isso, contudo, marca seu retorno à literatura,

exatamente quarenta anos após o terceiro e último de seus romances (O Boqueirão", de 1935).

Neste intervalo, o escritor foi sobretudo um político – ministro, senador, governador da Paraíba, candidato à presidência da República em 1937, surpreendido em plena campanha pelo Estado Novo. De qualquer forma, a tardia reentrée do autor de "A Bagaceira" (1928, primeiro romance do chamado ciclo regionalista) confirma, em suas próprias palavras, uma inquestionável "versatilidade", confessada a José Maria Andrade, de VEJA.

VEJA – O que teria levado o senhor a experimentar a poesia agora, quarenta anos depois de seu último romance?

JOSÉ AMÉRICO – É simples. Primeiro, porque fiz poesia na mocidade. Segundo, porque quis revogar aquela poesia, que era parnasiana, e quis uma poesia popular. Terceiro, porque a poesia já está na minha prosa. Muita gente chegou a aproveitar trechos de **A Bagaceira** dando-lhe estrutura de verso, sem alterar as palavras. Finalmente, tentou-me uma nova experiência. Depois, quero que se esqueçam de que sou político, pois estou retirado da política, embora acompanhe atentamente todos os acontecimentos, me alegre e sofra com eles.

VEJA – Com "A Bagaceira", diz-se que o senhor iniciou o romance moderno brasileiro. O que espera então conseguir com sua poesia?

JOSÉ AMÉRICO – Nada. Não espero nada, porque este livro é para mim uma recreação, um divertimento, um derivativo. Em lugar de me emparelhar aos grandes poetas, principalmente os modernos, dominados por uma influência nova, me aproximo mais da poesia popular, por sua espontaneidade. A poesia moderna é hermética, e a popular não é em nada exigente. Brota da inteligência com a naturalidade do diálogo com as coisas. Quero me comunicar com o povo – e por isso utilizo a quadra, um recurso do trovador, que, mais que o poeta popular, se comunicava com o povo.

VEJA – Este novo livro faria com que o ensaísta político e econômico revisasse seu conceito de não se considerar um escritor?

JOSÉ AMÉRICO – Assim como eu disse que "não me considero um escritor" (bem entendido, no sentido profissional), não sou um poeta. Faço ver na introdução de "Quarto Minguante" que se trata de uma adesão provisória sem nenhum compromisso com a certeza de ainda poder ser poeta. Foi obra de oito dias, salvo dois poemas do passado.

VEJA – "A Bagaceira" foi saudado pela crítica como romance "estreitamente nordestino e largamente humano". Como o senhor definiria sua poesia?

JOSÉ AMÉRICO – Com o mesmo pensamento e o mesmo sentimento. Aliás, é nordestino pelos seus motivos, pelos temas, pelos motivos que estão à minha vista, que estou vendo e sentindo. Como em "A Bagaceira", minha primeira tentativa romanesca, procurei me livrar de qualquer pressão de fora, minha poesia é toda local. Até na vida. Atualmente minha vida é entre o mar

e o sertão. Os motivos são abolidos nesses ambientes. São impressões instantâneas ou de um passado que ainda está na minha carne.

VEJA – Seus romances são profundamente marcados pelo social. O poeta conservaria ainda hoje as mesmas preocupações do romancista?

JOSÉ AMÉRICO – Antes de ser romancista, era ensaísta e estudioso dos problemas do meio, de minha região, de sua economia, de sua sociologia – preocupações que conservo ainda hoje. Há em "Quarto Minguante" poemas que refletem essas preocupações. Que só quem sente mesmo é o sertanejo que vive aquele fato e o conhece. Mas, no fim, humanizo a situação, tiro uma conclusão minha, sempre de ordem psicológica.

VEJA – Mesmo reproduzindo diálogos matutos, o senhor nunca fez concessões às licenças gramaticais. Como situaria o poeta em relação à forma?

JOSÉ AMÉRICO – Tive toda uma formação clássica, mas fui evoluindo. Hoje procuro me libertar. Com este livro, quis matar a poesia parnasiana. Mas a preocupação gramatical venho matando há muito tempo. Não para escrever errado mas para não ficar preso a regrinhas.

VEJA – Como o senhor vê a literatura brasileira hoje?

JOSÉ AMÉRICO – É toda individual, pessoal. Antes havia escritores românticos, simbolistas, parnasianos. Hoje não há escolas. Quando aparece um grande livro é porque um grande escritor criou sua obra."

O GOVERNANTE

O administrador provado por duas vezes, no Ministério da Viação, em 1930/34 e 1953/54, teve entretanto, o seu carro de fogo no Governo da Paraíba, em 1950. Administrador com grandes recursos, não constitui novidade. Administrador com pequenos recursos, aí é que está o segredo, a arte, o engenho.

E justamente no seu Governo, a seca de 1932 se repete com violência em 1952, num desafio a quem já a combatera, disseminando, no Governo Vargas, gigantescos açudes por todo o Nordeste, chegando até a quase se afogar nas águas da Bahia, quando voava a serviço e a chamado dos seus conterrâneos gritando por ajuda.

A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

E melhor falam de sua administração, os números; e melhor os levanta Luís Pinto; e melhor documentam a administração José Américo, à frente do Governo da Paraíba, estas páginas que já se incorporaram à própria história paraibana:

Do livro Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba, de Luis Pinto, Editora Leitura S/A:

"*O que é fato é* que, mesmo com a seca, a fome e o desespero do povo, o Ministro José Américo de Almeida, nos anos de 1952 a 1953, este até junho, realizou tudo que traçara em 1951, quando teve início sua administração, e tudo se documenta sem receio de contestação.

A Assistência aos pobres — Serviços de Emergência — é uma demonstração da visão administrativa do autor de **A Bagaceira**. O ficcionista tornou-se objetivista e vai ao encontro dos que sofrem, inventando serviço. Não costuma dar esmola, prefere dar trabalho e foi o que fez em 1952 e 1953, enquanto esteve no poder, antes de ser novamente convocado por Vargas para a pasta que superintendeu no começo da Revolução de 1930. Das páginas 47 até a 50 da Mensagem aludida constam os municípios acudidos pela emergência, representando os gastos a soma de Cr$ 10.540.438,00.

Conhecedor da vida sertaneja, o Doutor José Américo pensou e agiu no sentido de evitar a fome, e nas páginas 52, 53 e 54 vamos encontrar a distribuição de gêneros alimentícios, obra humana, que se completa com o que se expressa nas páginas 56, 57 até 60, onde vai o fio da sua ação, sem medir sacrifícios, para defender a Paraíba pobre.

As estradas foram uma constante na sua administração, e na página 161 vê-se de Cajazeiras a Cuité, sem faltar um município, o Governador abrindo ou conservando estradas, fenômeno de raro alcance, primeiro porque levava a facilidade de comunicação, e, segundo, tarefas de trabalho em que ocupava o homem perseguido pelo sol.

O ensino e a cultura serviam de cúpula à administração do Ministro José Américo de Almeida. Levando professores estrangeiros, de línguas francesa e inglesa ao Estado, construindo Grupos Escolares, conservando e limpando outros já existentes, não se preocupou apenas com o ensino superior, ao qual amparou, mas deu seu cuidado ao primário, ao secundário e ao ensino rural dentro da técnica do que existe de mais moderno nos países desenvolvidos. É o que se nota nas páginas 171 até a 196, não escapando célula municipal onde seu dedo de administrador não tivesse chegado.

Convém dizer que embora tivesse vencido uma luta cívica de extensividade, como aliás, têm sido desde o Império as lutas políticas da Paraíba, a Ordem Pública no seu Governo não sofreu abalo algum. Homem querido, mas temido, não era nem podia ser uma experiência, pois a sua bravura pessoal e cívica, por muitas vezes tinha sido posta em prática.

Matando-se Getúlio Vargas em 1954, volta-se o Doutor José Américo de Almeida ao seu cargo de Governador, para terminar o período que ia de 26 de setembro de 1954 a 31 de janeiro de 1956.

A Natureza tinha esgotado sua ânsia de maltratar o nordestino. O ano parecia bom de inverno e o sertão e a caatinga iam se reconstituir, melhorando a renda do Estado e permitindo a fixação de uma administração menos aflitiva.

Em **Ocasos de Sangue** o Ministro José Américo de Almeida esclarece com seu poder de lógica estilística o fim da tragédia Vargas. Decerto, católico

como é, voltado angustiado ao seu Estado, ao seio da gente que tanto ama.

Mas logo o trabalho o empolga.

João Fernandes de Lima entrega-lhe as rédeas do poder e o Doutor José Américo marcha para a fase final da sua administração, tentando marcá-la como o fez pela concretização de uma obra das mais úteis e dignificadoras da Paraíba".

Como em todos os casos nos limitamos neste livro ao fato escrito, ao documento oficial, as conclusões tiradas, sem endeusamento, ou segundo sentido, advêm do que se fixou nas Mensagens e outros documentos que vieram ao nosso exame. Assim temos feito com todos que nos atenderam fazendo chegar até nós seus documentos, sem que nenhum nos tivesse dado uma página sequer já escrita. O que se contém neste registro é o que encontramos em documentos de arquivos.

RETOMANDO INICIATIVAS 1954 - 1956:

É a etapa final.

Na introdução à Mensagem de 1954 – 1955, o Doutor José Américo de Almeida acentua: "Tendo reassumido o Governo a 26 de setembro do ano passado, procurei seguir o ritmo da administração do meu substituto, que ocupou este posto de 16 de junho de 1953 a 26 de setembro de 1954, reativando alguns setores que se vinculavam mais diretamente aos seus planos anteriores. Assim, tenho, de onde em onde, de projetar os informes além do âmbito do exercício, como continuidade lógica dessa ação. Procedo dessa forma, sobretudo, por ser este o último documento desta natureza que dirijo ao Poder Legislativo, embora tenha o propósito de, ao deixar o Poder, apresentar um relatório do conjunto do que me coube realizar, durante o quadriênio, com interrupção do período em que estive licenciado, exercendo o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas".

"Só então se logrará obter uma noção exata do sentido de certas iniciativas, cuja compreensão ficará, de certo modo, dependendo do seu desenvolvimento e da sua etapa final".

Mais adiante, na mesma introdução, continua o Doutor José Américo de Almeida: "Aproximando-se o fim do mandato, cumpre-me desdobrar as atenções por todos os ângulos, numa completa revisão do estado das obras e dos serviços públicos, para não legar ao meu sucessor esse ônus, facilitando-lhe, ao contrário, um novo campo de ação que lhe permita servir à Paraíba, com as possibilidades com que não contei, porque mais de dois anos de seca e de penúria restringiram e dificultaram, naquele espaço de tempo, todas as minhas responsabilidades acudindo aos deveres de governante e simultaneamente, às solicitações da assistência que constituiu a tarefa mais absorvente e mais penosa."

O Orçamento de 1954 consignava um "deficit" de Cr$ 8.552.382,00 e fixava a Despesa em Cr$ 265.888.382,00 estimando a Receita em Cr$ 257.336.000,00.

Tais foram, todavia, as providências da administração que, no fim do exercício verificava-se um "superavit" de Cr$ 2.162.946,70.

A vida do Estado estava estabilizada. O inverno chegou e com ele a esperança, a promessa de fartura. As chuvas acabam as pragas e a felicidade recai sobre o homem do campo, o verdadeiro fazedor da riqueza do País.

Na Mensagem que examinamos, de 1954 - 1955, à página 9, encontra-se este registro, que se estende até à página 15:

A ELOQÜÊNCIA DOS SALDOS

Situação Financeira

"Ao encerrar-se o exercício, as disponibilidades do Tesouro elevavam-se a Cr$ 24.819.272,70, segundo demonstração abaixo:

Disponibilidade do Tesouro

"Ao encerrar-se o exercício, as disponibilidades do Tesouro elevavam-se a Cr$ 24.819.272,70, segundo demonstração abaixo:

Disponibilidades do Tesouro

	Cr$
Em moeda corrente	1.076,90
Em depósitos bancários	12.022.454,10
Em depósitos especiais vinculados............	12.795.741,70

Na Caixa Econômica Federal

	Cr$
Conta "Auxiliar para Desenvolvimento Econômico"	2.271,20
Conta "Crédito para Importação"............	10.907,90
Conta Especial de Auxílio para Equipamento de Hospitais	10.944,90
Total........	772.562,40

No Banco do Estado da Paraíba S/A

	Cr$
Conta especial para sua encampação	2.013.895,20
Conta especial Aquisição de Ações	53.680,00
Depósito de Integração de Ações	1.000.000,00
Outras Contas..........................	7.326.528,60
Total	10.394.103,80
Em outros estabelecimentos de crédito	13.651.529,60
Total geral das disponibilidades	24.819.272,70

FIM DA JORNADA GLORIOSA

Nas páginas 10, 11 até a 15 seguem-se as discriminações de aplicação de renda, com a mais farta documentação e comprovação.

Estava o Doutor José Américo no fim da sua jornada, como gostaria de ter estado ao iniciá-la: com meios de trabalhar e ser útil à Paraíba.

Rearticulou-se com todos os itens da sua programação transcrita e dispondo de recursos, deu a maior expansão possível ao fim do seu quadriênio como se se quisesse despedir da vida pública, deixando-a bem marcada na terra dos seus sofrimentos, das suas lutas e das suas glórias.

Deu grande ênfase à agricultura, como se se lembrasse do Engenho Olho D'água, onde nasceu em Areia. Da página 29 da sua Mensagem até a 45 o assunto é agricultura.

O exercício de 1955 foi por assim dizer, deixando de lado as outras atividades, pois de todas cuidou, o ano das vias de comunicação, vendo-se que, só para aquele ano ele reservara Cr$ 41.500.000,00.

O movimento de importação e exportação, se fixa nas páginas 54 até 79, incluindo a movimentação do Porto de Cabedelo, sua receita e sua despesa.

Mas era preciso não esquecer a sede do governo, a cidade onde sempre vivera o Doutor José Américo de Almeida. Daí a sua ação em 1955 se haver detido na bela Tabajara gastando elevada soma no seu Saneamento, com enorme discriminação, das obras que abarcam muitas páginas da Mensagem sob nossas vistas.

Da página 115 a 140 o problema focalizado é o ensino em todas as suas modalidades, compreendendo instrução, assuntos correlatos, como uma sistemática preocupação do Governo.

Dentro de normas modernas, que só agora vão se desenvolvendo no Brasil, o Ministro José Américo de Almeida já punha em prática na Paraíba, naquele ano de 1955, o Cooperativismo e o necessário crédito.

Homem que tem por norma conhecida e proclamada melhorar o indivíduo dentro da coletividade, não esqueceu o Governador José Américo de Almeida a sorte do funcionalismo, e selecionou-o, melhorou a sua vida e deu-lhe um rumo mais seguro nas suas carreiras, distinguindo a técnica como norma universalmente vitoriosa na ciência de administração.

A Assistência Social e o Serviço Social eram traços que vinham desde o seu primeiro ano de administração. No exercício de 1955, com mais recursos, desenvolveu de tal maneira objetivamente esses setores, que abrangem muitas páginas da sua Mensagem ao Legislativo.

Nome do nível altamente nacional, durante sua administração o Doutor José Américo de Almeida recebeu as mais honrosas visitas de Ministros de Estado, governadores, parlamentares, diplomatas e escritores de renome, que iam acompanhar de perto a sua ação naquela célula nordestina.

Alegre por poder fazer alguma coisa além de amparar os flagelados, nesse último ano do seu Governo, construiu o prédio para a exposição de animais

em Bayeux, inaugurou vários Grupos Escolares, na Capital: o "José Américo", o "Raul Machado", o "Odilon Coutinho", o "Otacilio de Albuquerque", o "Varejão", o "Miramar" e muitos na hinterlândia. Sem esquecer um minuto os problemas da instrução, o Governador José Américo de Almeida inaugurou a sede da Faculdade de Filosofia, a da Faculdade de Farmácia e a do Banco do Estado.

CRIADOR DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA

Sua grande e imortal obra estava na criação da Universidade, a qual bastaria para imortalizar a sua história na Paraíba. Vivíamos há séculos às expensas da instrução superior de Pernambuco; não podíamos formar a nossa própria mentalidade integrada com nós mesmos, o que obtivemos com a nossa Universidade que é hoje um padrão não apenas nos quadrantes da vida brasileira mas projetada nos meios universais pela ação dos seus dirigentes. O pedestal, a base, tudo se deve ao Doutor José Américo de Almeida.

A vida intelectual do Ministro José Américo de Almeida paralisou-se por certo período enquanto a política o absorveu, sendo em tudo uma negação à política partidária de arranjos e acordos, conchavos e compadrismo que se praticava no Brasil. Mas, foi um mal necessário, porque mesmo sofrendo os dissabores que a politicalha acarreta, pôde dar ao País a sua colaboração de administrador e firmar seu nome nas altas esferas do País e no mundo. **A Palavra e o Tempo** e **Discursos do seu Tempo** marcam-no eternamente, porque impregnam a sua personalidade e apresentam o homem público tal qual foi e tal qual agiu nas esferas administrativas e políticas atingidas.

Comendas, títulos, distinções ele as tem às quantidades, mas não as usa. É o seminarista encabulado, cuja singeleza é uma expressão na sua existência.

Dentro dos dados que nos foram apresentados, sem uma palavra nem uma insinuação, traçamos nesta página o seu período governamental, fugindo a louvaminhas ou panegíricos, mas sempre, como em todos os casos, apontando a fonte insuspeita onde fomos colher o informe para nosso trabalho.

A administração José Américo de Almeida na Paraíba, dentro das circunstâncias por que se realizou, foi das maiores e mais benignas no que tange ao desenvolvimento e progresso do Estado."

O HOMEM E A OBRA

Evidente que todo o Brasil conhece José Américo e que todos os seus intelectuais dele já falaram. Entretanto, com uma publicação recente – **Discursos de seu Tempo** (Edição Interplan) – veio o pronunciamento de uma das melhores vozes da Paraíba, Virginius da Gama e Melo, escritor para qualquer público, da província ou da metrópole. Com a sua morte, recentemente, o pronunciamento de Virginius da Gama e Melo integra-se a este livro e a

estes traços biográficos. Ninguém falou melhor, ninguém disse melhor, ninguém focalizou melhor José Américo – o paraibano, o escritor, o tribuno, o lutador, o nordestino.

Virginius da Gama e Melo disse que todas as páginas de José Américo eram de antologia, e o seu artigo, talvez dos últimos, é antológico. Ei-lo:

"Há um sentido comovente neste livro – é a dedicação que ele reflete do orador José Américo de Almeida para com o seu povo. Aqui está uma série de discursos, discursos do seu tempo, discursos de circunstância, em grande parte provenientes duma ação de governo. Um pedaço da história da Paraíba o período de governo de José Américo, época em que a administração tinha uma magnífica expressão literária. Está aqui a história da Universidade, escola por escola, através da palavra do governador. São discursos quase sempre na Paraíba e sobre a Paraíba.

Acrescentam-se também a conferência na Academia Brasileira de Letras sobre Santos Dumont. Hoje um trabalho clássico pela agudeza da análise e pelo que revelou de matéria nova.

Também dos discursos do Ceará e do Rio Grande do Norte, agradecendo a cidadania que lhe fora outorgada. Discursos de vários tempos e de várias oportunidades enfeixados com uma unidade surpreendente – a marca do estilo, inconfundível, hoje, no Brasil. O orador José Américo de Almeida pertence a mais nobre estirpe dos oradores luso-brasileiros. Daqueles em que a língua portuguesa é instrumento do mais alto nível. Podem não lhe atribuir o gênio mas ninguém lhe negará páginas geniais.

É na tradição de Antonio Vieira, o fabuloso padre, que se insere a oratória de José Américo. Aquele estilo sintético, econômico de adjetivações mas conseguindo, de maneira inusitada, e formidável, nobilar, infundir grandeza extraordinária às coisas mais simples, imagens buscadas na terra à terra.

Da matéria-prima do povo, da linguagem popular, depurada do gênio da língua, José Américo parte para os grandes vôos. Sendo terra e céu, ao mesmo tempo.

Às vezes, um demônio apaixonado; outras, um santo iluminado; ali, um mártir no caminho da ascensão.

Nada disso. Sempre um só José Américo de Almeida, um dos maiores oradores da língua portuguesa. Com uma "característica fulminante" (uso uma expressão sua em discurso no Ceará) no estilo – a de ser o primeiro, e o maior eminentemente brasileiro. Veja-se Ruy Barbosa – tão opulento nos clássicos portugueses e tão escassos de Brasil. José Américo, até no estilo despojado de artifícios de virtuosismos, adjetivações ou adverbiação, reflete a natureza do Nordeste. Há nele uma predominância dos termos ásperos, rascantes. Não chega a escrever com o cipó que Joaquim Nabuco descobriu em Euclides da Cunha mas não lhe seduz o perfeccionismo verbal de Ruy Barbosa.

Onde, então o encantatório da arte de orador em José Américo? É ouvir ou ler o seu discurso.

Cada período, cada frase, é uma cacetada. A gente vai indo, vai indo, confiante, que se supõe conhecer o terreno, e, de súbito, com a pancada na cabeça. E assim vai indo, até o fim, isto é, quando se conclui o grande momento.

Como Antonio Vieira, também muitas vezes um orador de extrema simplicidade, mas duma simplicidade que nobilita e exalta as coisas simples levando-as a imagens extraordinárias, José Américo faz um jogo de pensamento e de idéias, oposições e contrastes, quase magia, em cada período, cada frase. Agradecendo a homenagem do Ceará, diz – "Não concebo mais a esperança de rever a terra que me chamou para seu seio. Que me deu o beijo materno e pôs nos meus cabelos brancos a ilusão de ter renascido. Ficará convosco o espírito, que não morre e é maior depois da morte".

Não é preciso faiscar. Tudo tem o mesmo nível, a mesma altitude, a mesma grandeza. Mas há alguns em que há frêmito intenso de ternura. E o grande orador, o homem experimentado e vivido, que conheceu montanhas e abismos, encanta-se de lirismo, como neste Discurso de paraninfo para uma turma de apenas 16 concluintes. E concluintes, de quê? Do Curso de datilografia da Escola Remington. E uma página de antologia (perdão, tudo aqui é de antologia), página para uma antologia de encantamento e também uma antologia moral."

INTERPRETAÇÕES

Em conferência pronunciada no I Festival Universitário, promovida pelo Departamento Cultural da Universidade Federal da Paraíba, o professor José Ferreira Ramos, jornalista e advogado, na Paraíba, com formação universitária em Direito, Filosofia e Administração Pública, disse:

"José Américo é grande demais para se deixar entender, é exaustão, em algumas páginas dos seus comentadores. O que lhe sai da inteligência tem o estigma do universal. E por isso é sempre possível flagrar em sua obra dimensões despercebidas e aspectos inexplorados. Aliás, a crítica até hoje só encontrou em José Américo aquilo que procurou: aquelas características de renovação literária apontadas por Alceu Amoroso Lima no primeiro trabalho da autoridade que escreveu sobre A Bagaceira.

Assim, fui recorrer a pronunciamento de quem conhece José Américo desde suas origens paraibanas, e, além do mais, memorialista que alia a biografia e a crítica literária política e cultural da Paraíba: Nelson Lustosa.

Temos dele:

"Traços de um perfil: do escritor e homem público que segui de perto na minha atuação jornalística, descortinando hoje, destes alturas da vida, as trilhas que palmilhamos juntos na distância do tempo. Para revê-lo na redação da A União cuidando da impressão de A Bagaceira. Levava provas e trazia provas e originais. Originais que desembaulava, passando-os de novo pelo crivo da revisão autocrítica. A movimentação alegrava-lhe o ânimo. Remo-

çava o jovem que se impregnara até a alma da severa circunspecção dos membros da Corte de Justiça da Paraíba, fingindo-se de velho: na aparência, nos hábitos e contatos de rua, para se sentir à vontade ao lado dos antigos. Procurava esconder a juventude no bigode, apuradamente vistoso. Era a idéia da velhice controlando os passos da vida. No relevo da paisagem citadina – desfilando nas idas e vindas para o Colendo Tribunal, de jaquetão escuro e chapéu de feltro que lhe davam certo ranço, e seu indefectível guarda-sol – era de ver o perfil do Procurador Geral do Estado apoiando-se na grossura das lunetas que a crônica política e a caricatura da imprensa diária eternizariam mais tarde no gosto estético do homem da rua. Essa a figura humana do Dr. José Américo de Almeida que as Ordenações e os Códigos fantasiaram de velho aos 24 anos de idade".

Prossegue, Nelson Lustosa, com riqueza de detalhes de quem conhece a obra e o homem, não de notas nem de informações, mas de vivo contacto:

"É outro o moço reencontrando-se com a vida nas páginas que escrevera e guardara, e passa a rever o encanto e a sofreguidão da criatura que se redescobre ao apanhar o achado que enterrara na mente, regressando, do chão da seca, para ser Procurador Geral do Estado, depois de Promotor Público em Souza. E tem nas mãos para a caminhada que imaginara: o roteiro da vida sertaneja descendo para o mundo do Engenho Olho D'água da sua meninice, nas terras do Brejo de Areia, e no pensamento: a força novelística de **Reflexão de uma Cabra,** e o denso manancial de riqueza telúrica que andou recolhendo, a mãos-cheias, para as páginas monográficas de "A Paraíba e Seus Problemas", e depois condensar tudo nessa bela e extraordinária epopéia dos estropiados da canícula, que é A Bagaceira.

Sobre a posição de José Américo frente ao modernismo, Nelson Lustosa explica:

"Atente-se, agora, para o registro histórico: com José Américo de Almeida, em 1922, no comando da vanguarda do movimento modernista, largando na Paraíba o seu grito de rebeldia: o primeiro no gênero, neste país, contra o romantismo chorão. Grita de estarrecer e escandalizar pela vibração do golpe, de uma virulência e afoiteza inusitadas. Trata-se de trabalho que se destaca por sua originalidade e se impõe pelo "humor" de sua novelística, como processo de demolição ou de transição cultural. Obra indiscutivelmente pioneira e no entanto, não analisada, ainda sob esse aspecto de renovação da literatura de ficção, porque o deboche com a "Cabra", no título e no contexto, desviou o sentido polêmico da crítica para o ângulo político da ira partidária, de então, com o líder paraibano surgindo, no grande centro, na crista de uma Revolução vitoriosa: a de 1930. Justamente em 1922, surge na Paraíba, com repousante sucesso, sob a direção intelectual de Ademar Vidal e Antenor Navarro – gente do meu coração e do meu tempo – A Novela, publicação semanal de moderno e atraente aspecto gráfico, com a colaboração dos escritores da época. Lança as estórias de Carlos Dias Fernandes ("O Algoz de Branca Dias"), de Ademar Vidal ("A Fome") e de

Alcides Bezerra ("Maria da Glória"). Convidado para fazer parte dessa equipe, José Américo de Almeida, que até então não se iniciara na ficção, resolve elaborar uma caricatura de novela, em vez do trabalho que lhe era pedido, por não levá-lo ainda a sério. Contém essa tentativa de literatura uma análise de psicologia do nordestino que, por força das circunstâncias, se desloca do seu habitat. Os mais velhos oferecem uma resistência granítica, ao passo que os jovens, na ânsia do êxito, se adaptam, facilmente, a outras condições de vida. Os diálogos são fiéis, inclusive os de Pinheiro Machado, espécie de Primeiro Ministro, e dos mais poderosos da política brasileira republicana. É certo que **Reflexões de uma Cabra** é mais crítica do que sátira. Ou, melhor, uma paródia das mais caricatas e gostosas. Conquanto grande admirador de escritores consagrados, como Machado de Assis, Coelho Neto e Humberto de Campos, José Américo mete-se a bulha, tentando assim, desmerecer certos ídolos, para que pudesse vingar uma nova concepção do romance brasileiro. Fora desse campo, outros padrões do jornal e do livro são também marcados, ou, melhor, ironicamente massacrados. Nem a literatura médica com seus arrevesamentos escapou."

Este artigo que é mais um ensaio, de Nelson Lustosa sobre José Américo, enfaixado em **Reflexões de uma Cabra**, Editora Leitura S.A., é um dos melhores estudos já publicados sobre o homem e a obra. Sua análise, suas observações, sua interpretação, suas intenções mesmo, tudo é dissecado com propriedade e grande senso crítico, num poster literário de absoluta nitidez.

Entra Nelson Lustosa sobre **A Paraíba e seus Problemas**, afirmando:

"Depois de **Reflexões de uma Cabra**, entrega-se o novelista a um trabalho de envergadura científica, assentado em marcante estrutura sócio-cultural. Trabalho igualmente pioneiro. Hoje gostaria de anotar no apanhado destes comentários biobibliográficos que a produção literária de José Américo de Almeida está carecendo de um estudo interpretativo sobre sua linguagem e do seu estilo de sociólogo. Para se ter a certeza de que grande não é **A Bagaceira**: grande, indiscutivelmente, é **A Paraíba e seus Problemas**, que entesta com os **Sertões**, de Euclides da Cunha, por seu conteúdo científico e sua lúcida e envolvente dialética. De quase 700 páginas o volume dessa 1a. edição de "A União Editora", que me volta às mãos, e eu releio de um jato, com saudade da vida publicitária provinciana, a fala de abertura, do Autor, pela natureza das idéias. Em treze páginas, condensa José Américo seus pontos-de-vista num ensaio polêmico e movimentado sobre esse trabalho, destinado a perpetuar num livro a história do empenho redentor, da Presidência de Epitácio, e, conseqüentemente, do reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução do problema das secas".

Aliás, sobre **A Paraíba e seus Problemas**, preocupei-me em indagar do próprio autor:

1 – Como conseguira escrevê-lo, numa época em que não havia órgãos estatísticos atualizados, nem economistas, nem geólogos e muito menos ecologistas.

2 – Os elementos em que se alicerçara para estudar o Estado e formular soluções que ainda hoje são atualizadas.

3 – Se tudo tinha sido obra de observação pessoal, de pesquisa própria, de conhecimento direto, de estudos de penetrações e de reações do homem ao meio.

4 – Se sentira que os Governos da Paraíba tomaram conhecimento do livro como ponto de partida ou de orientação.

Obtive respostas muito simples. Valera-se do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, de onde colhera muito elemento, principalmente, muito livro e me afirma que "o trabalho é, sobretudo, de observação, o que explica sua atualidade"'

Confessou-me, José Américo, ser um estudioso da geografia humana, da sociologia e ciências correlatas. Fazendo um livro sem maiores pretensões, José Américo não se preocupou se este serviria de roteiro a governadores da Paraíba, mas me salientou que "o Ernani Sátyro sempre se referiu a ele com muito entusiasmo".

Nas minhas entrevistas com o ex-governador paraibano, dele, realmente, tenho recebido demonstrações de maior entusiasmo, como homem de Governo e como escritor, de toda obra de José Américo, mas, muito especialmente sobre **A Paraíba e seus Problemas"**, que é obra definitiva de toda uma região.

Na 2ª. edição de **A Paraíba e seus Problemas** lançado pela Livraria do Globo, de Porto Alegre, na coleção "Biblioteca de Investigação e Cultura", em 1937, o professor Josué de Castro situa a obra como "amplamente documentada, elaborada com amor por um homem que observa e que pensa, e, por isso, conhece admiravelmente a sua terra e a sua gente, constituindo **A Paraíba e seus Problemas** primeiro estudo sólido, de conjunto, sobre a estrutura física e cultural desta região do Brasil, ainda tão mal conhecida cientificamente".

Ainda é de Josué de Castro: – "Ademais, por suas diretrizes científicas, pelos processos de indagação utilizados e pelas tentativas de interpretação de certos fenômenos nitidamente regionais, este livro veio abrir horizontes novos à Geografia Humana entre nós, inaugurando o método profícuo dos estudos monográficos, tão de gosto de geógrafos da envergadura de Jean Brunhes, de um Pierre Deffontaines".

De sua importância, contou-me o jornalista e estudioso de obras de alto nível, regionais e nacionais, que do convênio da Editora Vozes com o Instituto Nacional do Livro para a edição de uma Coleção "Dimensões do Brasil, foi constituído um Conselho Consultivo integrado por Artur Cezar Ferreira Reis, (Presidente), Barbosa Lima Sobrinho, Gilberto Freire, José Honório Rodrigues, Luis Vianna Filho, Manoel Diégues Junior, Paulo Mercadante, Raimundo Faoro e Viana Moog.

Disse-me, Hildon Rocha, que para a programação editorial da "Vozes", foram consultados aqueles conselheiros que concluíram sobre **A Paraíba e seus**

Problemas, de *José Américo*, e **Santa Catharina,** de Virgílio Várzea, que mereciam prioridade para reedição.

A editora havia traçado a reedição de obras importantes de estudos brasileiros em geral, como **História do Brasil,** de João Armitage, **O Abolicionismo,** de Joaquim Nabuco, **Crítica Política-Social,** de Tobias Barreto, **Teoria de Prática no Brasil,** Ruy Barbosa, passando a incluir **A Paraíba e seus Problemas,** de José Américo.

Roger Batista, lecionando na Universidade da Paraíba, salientava sempre a atualidade e importância deste livro que considerava fundamental ao conhecimento de toda a região nordestina, e não apenas da Paraíba.

Difícil hoje é encontrar, mesmo nos sebos, a 2ª edição da "Globo" e, quando se encontra, não há preço para ele, tendo chegado aos níveis de Cr$ 300/400,00.

O escritor Celso Mariz é um dos que, na Paraíba, recebeu valiosa oferta para vender o seu **A Paraíba e seus Problemas,** negando-se porque o considera de consulta permanente.

O HOMEM INTEGRAL

Como as revistas vivem uma semana ou um mês, é de toda a oportunidade, a transcrição aqui, da reportagem de Hildon Rocha, em "O Cruzeiro", com o título "José Américo de Almeida – Quem é Você?" – pois aí estão coisas que não tinham sido ditas até agora e porque o seu articulista é daqueles de absoluta fidelidade às suas idéias e ao entrevistado.

Quem é Você? é a própria imagem de José Américo de Almeida, integral. Aqui está:

"Na sua saudável nacionalidade, José Américo de Almeida vem gozando, há muitos anos, a sua merecida trégua de guerreiro. Desde que se aposentou no seu cargo de carreira burocrática – foi ministro do Tribunal de Contas da União –, o escritor passou a viver entre o céu azul e o verde, verde mar de Tambaú, João Pessoa. Ali, em sua boa casa de praia, na rede e à brisa que não morre nunca, o romancista de **A Bagaceira** e líder político nordestino vai alongando tardes e manhãs de aposentado. Mas, nessas tardes e manhãs que ele aguardou tanto tempo, em seus dias de luta, apenas o político e o ministro confere as contas dos seus ócios. O outro José Américo – o que escreveu **A Bagaceira** e fundiu em lâminas cortantes o seu estilo de escritor – se reencontrou nas férias conquistadas pelo homem público. E ali vem escrevendo as suas memórias, das quais já publicou a primeira parte, numa edição de que muito se arrependeu. Artesão de forma refundida e elaborada, o memorialista tem sofrido muito. Decerto, proporcionará a seus leitores uma edição mais de acordo com a significação da obra, inclusive publicando a parte inédita da história de sua vida. Nesse lento labor de memorialista, José Américo tem vivido, desde que deixou o governo da Paraíba e se aposentou no Tribunal de Contas. No entanto, seu nome está sempre presente, como autor

de livro que marcou a história do romance nordestino e iniciou um novo ciclo no romance brasileiro. Por outro lado, a glória literária se completa com o seu exemplo de homem de princípios políticos liberais e democráticos, que nele se confundiram e se elevaram ainda mais com os não menos altos princípios de moralidade que nortearam sua vida pública. Esse ângulo de sua personalidade política e humana o situou na vida brasileira como o próprio exemplo de intransigência em favor do respeito, por assim dizer místico, aos dinheiros públicos. Tudo isso se aliou à sua vocação de servir à coletividade, numa linha entre rooseveltina e lincolniana de juntar à defesa da liberdade do homem o direito de usufruir dignamente os frutos plantados com o suor do seu trabalho. A posição de José Américo em favor do homem comum, das classes que necessitam de proteção do Estado, atraiu contra ele mil resistências. Por isso, José Américo, sofrendo em sua carne o exemplo de Rui, ficará na história política do nosso país como o candidato das aspirações que ainda não tiveram vez. O seu fracasso político é também o dos princípios que quis conciliar, para que, somados, abrissem ao seu país os caminhos ainda não abertos. Apesar da aposentadoria política, seu exemplo merece ser lembrado. Através de sua própria palavra, aqui reproduzida fielmente, teremos oportunidade de conhecê-lo como foi menino, e como é, em sua vida e em sua natureza de homem. O seu depoimento, aqui apresentado, é o resultado de uma inquirição nem sempre piedosa a que o submetemos. A sinceridade do seu temperamento contribuiu demais para que a história de sua vida através dele próprio, se contasse por si mesma.

MENINO DE ENGENHO

– Nasci e fui criado num engenho bangüê, no Município da Paraíba, nos contrafortes da Borborema. Fui, assim, como José Lins do Rego, menino de engenho. Nossos ambientes eram diferentes: o dele era o Vale do Paraíba, a Várzea, como se diz lá, privilegiado por sua fertilidade. O rio, sujeito a inundações, extravasa e cobre a área marginal de húmus – há, inclusive, detritos minerais, desprendidos das rochas, que sofrem alternativas da erosão dos ventos e das chuvas. Ali se instalou uma pequena aristocracia rural. O meu meio era pobre, de terras esgotadas e produção reduzida. Esse quadro inspirou-me **A Bagaceira,** que é, de certa forma, um livro de evocações. Esse ambiente não deixou de ser uma das fontes de minha sensibilidade, voltada sempre para os sofredores e os pobres. Era, portanto, filho de um pequeno proprietário, que, num tempo de decadência geral, dos senhores rurais, vivia de certa mediania econômica, por suas faculdades de iniciativa e seu labor. Sendo a organização do engenho pouco produtiva, sem maiores rendimentos para retribuir o trabalho, os moradores levavam uma vida de relativa provação, apesar da assistência proporcionada por meu pai, que era, ao mesmo tempo, dentro dos seus limites, o médico, a polícia, o "sacerdote" oficiando na sua

capela. Esse estado de necessidade deixou-me as impressões que gravei em todos os meus livros.

O PRIMEIRO EXEMPLO

– Meu pai me deu os primeiros exemplos de justiça social e de vocação humanitária. Minha vida era alternada entre o engenho e a fazenda de criação. Vou dizer como viajávamos até esse Sertão mais próximo, que ficava a 10 léguas de distância. Minha mãe ia na liteira de tração animal, levando consigo as crianças. Éramos onze. Eu e mais três irmãos íamos em caçambas, dois de cada lado, em costas de animais. Lembro-me bem, eu devia ter uns cinco anos. O mais novo era carregado num panacum (cesto africano, à cabeça de um preto) e meu pai, a cavalo, ia e vinha, pastoriando o cortejo.

O MENINO CURIOSO

– Fora disso, eu já me preocupava com o mundo. A estrada, que ligava a cidade do interior, atravessava o sítio. Havia uma bodega à beira desse caminho, de onde eu não saía aos sábados, observando o pessoal que voltava da feira. Em fila indiana, o homem sempre a cavalo e a mulher atrás, a pé. Os bêbados bordejando, ou parando na venda para tomar novo trago e outras curiosidades do tempo. O que mais me admirava era que, por mais encachaçado que estivesse o sujeito andando a cavalo, oscilava entre a cauda e a cabeça do animal, mas não caía. Já sentia certa curiosidade pelas coisas. Para que eu não me escandalizasse com os palavrões dos feirantes, inventaram que transitava por ali uma velha feiticeira que pegava menino. Deixei de freqüentar o lugar e fiquei vendo de longe com a minha miopia, que deformava as coisas. Tinha medo do invisível, mas, uma vez, apontaram-me uma preta, como sendo a bruxa que eu temia. O perigo já não era um mistério, estava presente. Armei-me de um varapau e fui a ela. Foi ela que correu, apavorada, e nunca mais tive medo.

IMPULSO E DECISÃO VÊM DA INFÂNCIA

– Eu seria sempre um lutador e não teria vencido tantas etapas se fosse um tímido. Esse incidente não influiu nessa minha disposição de luta, mas revelou um temperamento. Ninguém me agarraria naquela hora, para me deter. Seria sempre assim a minha ação – que nunca é impulso, mas resultado de muitas reflexões, para o desfecho final. Só me lançava nos combates depois de examinar todas as conseqüências. Não eram reações impulsivas, mas forças de decisão refletidas, que davam a ilusão do ímpeto, por sua energia.

O SEMINARISTA

— Minha infância foi sujeita, até à adolescência, a muitas transposições de vida. No engenho, era um pequeno selvagem, com a liberdade de mover-me por toda a parte, e, de repente, aos sete anos, fui atirado na casa do tio-padre, vigário da freguesia, para continuar meus estudos. Ele era, por assim dizer um santo, mas uma natureza austera, que via o pecado em toda a parte. Conheci aí a solidão. Só punha os pés fora de casa para ir à escola, parede-e-meia, ou à igreja, a alguns passos. Não se abriam portas nem janelas para mim. Meu tio era no entanto, cheio de ternura, uma espécie de São Francisco de Assis, que enchia a casa de pássaros em gaiolas. E cortou também as minhas asas.

PODER DE ADAPTAÇÃO

— Parece inacreditável, mas sempre tive um estranho poder de adaptação. Nesse meio, nessa casa, como no Seminário — para onde fui posteriormente despachado — não posso dizer que tenha sido um conformado, mas meu comportamento não era agressivo, submetendo-me apenas à disciplina que, no última ambiente, era uma regra da comunidade. Eu seria sempre um espírito de renovação, avesso a todo o oportunismo. Mas, apesar de me julgar limitado e inibido, depositava toda a esperança de voltar ao que era, sem apelar para o escândalo da fuga, na expectativa da liberação. Não podia dizer que não tivesse fé. Mas nunca me resignei com a idéia de ser padre. No Seminário, conheci uma solidão diferente, que era sentir-me só dentro da comunidade. Era maliciosamente proibido o que se chamava amizade particular, de maneira que não havia comunicação nem oportunidade de criar afinidade. Depois de várias tentativas, passados os três anos, tomei uma decisão. Nessa hora eu fui o bruto, o rebelado, o dono de uma vontade insubmissa. No fim do primeiro ano, tencionava fugir do Seminário, mas adoeci de malária, sem capacidade de reagir. No segundo ano, não tive direito a férias. Fui mandado para o Seminário Ferial, de Serra das Raízes, que era o campo de concentração das vocações duvidosas. No terceiro ano, fui passar as férias em casa e, então, tive a oportunidade para a atitude que tomei. Já disse que tinha certa facilidade de adaptação e tinha também de aceitação, para, repetindo uma frase que já usei, "não dar marradas no impossível". Tendo naufragado na Bahia, num desastre de aviação, vi-me no fundo do mar, sem óculos e sem saber nadar. Considerei-me perdido e aceitei a fatalidade, pedindo a Deus que a morte não se retardasse, para não sofrer a agonia dos afogados. Salvei-me por milagre. Mas passemos ao outro plano de vida.

INICIAÇÃO POLÍTICA

— Minha estrela sempre me ajudou. Deixei a batina às vésperas de se encerrarem as inscrições para exames no Ginásio Estadual da Paraíba e consegui

inscrever-me e fazer todos eles, duma vez. Faria, pois, os estudos num curso que duraria muitos anos. Terminei os exames pouco antes de se encerrar a matrícula na Faculdade de Direito do Recife. Era um tímido, como todo o ex-seminarista, mas fiz parte de uma Comissão, que percorreu algumas cidades pernambucanas, arrecadando auxílio para as vítimas de um terremoto em Valparaíso. Descobri que podia ser orador, e de improviso. (Quando, mais tarde, eu lia um discurso, Assis Chateaubriand me disse que tinha ímpeto de avançar para tomá-lo, para que eu falasse de improviso). A primeira manifestação política de que participei foi o movimento de rua, no Recife, de apoio à revolta chefiada por Lauro Sodré. Nessa ocasião eu não falei em público. Ainda como estudante, tive outra atividade política, fazendo oposição ao Governo de meu tio Monsenhor Valfredo Leal, na Paraíba. Tomei o partido do então deputado federal Simeão Leal, que foi o primeiro secretário da Câmara. Essa divergência foi motivada pelas minhas ligações com esse outro parente que abriria a cisão no Partido, e movida também pelo meu espírito combativo. Nossa ala perdeu, mas houve depois uma recomposição entre os dois campos. Afastei-me da política nessa primeira experiência e fui nomeado promotor de uma Comarca sertaneja. Para chegar até lá, fiz uma viagem, a cavalo, de sete dias, percurso que hoje é vencido de automóvel em menos de sete horas.

ACUSADOR E JUIZ

– Já me chamaram, num estudo sobre a oratória no Brasil, de acusador público. Não dou, porém, para acusar. Se quanto difícil é a prova e quanto é falha a justiça. No romance **A Bagaceira** faço a caricatura de um júri, considerando a inocência dos juradores, da maioria deles, principalmente no interior, composto de homens iletrados, sem consciência da responsabilidade de julgar, e todos de ocasião, ouvindo apenas a leitura de um processo, quase sempre confuso. Deixei logo a promotoria para ser advogado, mas o acaso era mais poderoso do que a minha vontade: acabei sendo Procurador-Geral do Estado, isto é, Chefe dos Procuradores. Mas, nessa qualidade, cheguei a requerer "Hábeas corpus" em favor da vítima de um erro judiciário, um tal João Vermelho, que já cumpria muitos anos de prisão, em Campina Grande. Levei onze anos como Chefe do Ministério Público, marcando passo. Sabia-se, porém, como eu me comportava nesse mister, e um Presidente do Estado, Camilo de Holanda, tio de Órris Soares, nas nossas diferenças, fazia uma ressalva: "mas é um bom juiz". Coisa que eu não era. Ele me atribuía uma imparcialidade de magistrado.

O ESPÍRITO POLÊMICO

– Nesse período, abstive-me da política até 1915, tendo tomado parte ativa na campanha que se feriu entre meu tio Valfredo Leal e Epitácio Pes-

soa. Era militante da imprensa e, nessa condição, escrevi artigos e atuava com espírito polêmico. Esse espírito se revelou até em notas do Gabinete do Ministério da Viação, todas redigidas por mim. Deixando a Procuradoria, fui nomeado Consultor-Geral do Estado, podendo advogar, e essa foi a situação mais vantajosa que tive na minha vida, além do ensejo que encontrava de defender causas com que me afeiçoava e que rendiam mais satisfação que dinheiro, porque nunca fiz contrato de honorários. Só aceitava, porém, as causas moralmente defensáveis. Foi João Pessoa, eleito Presidente da Paraíba, quem me tirou dessa posição. Mal me conhecendo, ele convidou-me para ser seu Secretário-Geral. O advogado não pode fazer toda discriminação: uma causa que pode lhe parecer injusta terá para ele um interesse humano ou social, digo, juridicamente injusta. Deve ser esse o critério não só dos advogados, mas do próprio juiz em julgamento que não deve desprezar o lado humano. Muitas vezes, eu achava os Códigos estúpidos, mas não tinha condições para legislar conforme o meu conceito, porque esses Códigos de Lei têm uma vida estável, que não é suscetível de pequenas reformas.

O CAMINHO DAS REFORMAS

– No Brasil, as grandes reformas só poderão ser executadas de cima para baixo, mas dentro da normalidade democrática. Por isso, é que chego a aceitar a atual tendência do Direito Público, referindo-se à autoridade, que, por isso, deve ficar sujeita a maior responsabilidade, no exercício dos poderes delegados. O Legislativo diluiu-se, por falta de Partidos que sustentem, na prática, os seus programas, deixando de ter diretrizes objetivas. Os Partidos, nas suas omissões, têm sido responsáveis, também pela falta de educação cívica do povo. Daí os constantes apelos à força, pela ausência de barreiras, moral e politicamente atuantes. Esse meu pensamento vem amadurecendo, desde que tive o primeiro contato com a vida pública brasileira. E não tenho razões para modificá-lo. Liberalismo tem uma acepção romântica. Não tem como se defender.

HISTÓRIA DE UMA CANDIDATURA

– Fiz a revolução de 1930, contra a intervenção do Catete na escolha do sucessor. Minha candidatura nasceu duma revolução de Benedito Valadares, que, destacado para coordenar uma candidatura, passou a consultar generais sobre a viabilidade do golpe de Estado. Assim, essa técnica foi usada para desautorar Juracy Magalhães e outros, que davam os primeiros passos na apresentação de um nome de sua preferência. Como a resposta dos militares era negativa, porque ainda desconheciam o que se passava nos bastidores, a resposta dele era que haveria eleições. Então, Benedito Valadares, entre dois fogos, fugiu para as montanhas de Minas, seguido por alguns representantes de minha corrente e da corrente de Armando Sales, que disputava o

seu apoio. Como Costa Rego e outros amigos meus foram mais convincentes, Benedito Valadares, lá, optou pelo meu nome e fez a proclamação pelo rádio. No momento, Getúlio Vargas – que nunca admitiu minha indicação e nem outra qualquer, porque pretendia permanecer no poder, a ponto de ter chamado Carlos de Lima Cavalcanti para reprovar a sua adesão a meu nome, alegando que Pernambuco era o único elemento de que dispunha contra o movimento em meu favor – desesperou-se. Foi João Alberto quem levantou o seu verbo, ponderando que o tempo iria alterar os acontecimentos. A minha escolha se deu à revelia de Getúlio. Benedito não tinha autoridade nenhuma: foi, como Getúlio disse então, "a marrada do boi manso". Getúlio não o puniu a princípio, porque estava inteiramente perdido. Não dispunha mais de base parlamentar e tinha contra si todos os grandes Estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco. Depois, deixou de puni-lo como ditador, porque ele, esquecendo o seu compromisso, foi dos primeiros a aderir ao golpe.

PREVIU O GOLPE DE 37

– Desde o primeiro instante previ o golpe. Não só interpelei pessoalmente Vargas e Juracy Magalhaes sobre a marcha da conspiração, como sempre adverti os companheiros, notadamente Juracy, quanto a essa eventualidade. E, em discurso na Bahia, denunciei a "mazorca", nos termos mais claros. Esse discurso causou grande indignação nos meios oficiais que permitiram o o golpe. E deu-se uma farsa. Como eu tivesse interpelado Benedito Valadares, que não me deu resposta, e estivesse disposto a renunciar, determinando a corrida dos meus elementos para reforço da candidatura de Armando Sales, deu-se uma farsa. Reuniu-se o Comitê de Propaganda de minha candidatura já registrada, para reafirmar o seu apoio. Uns me apoiavam com a lealdade de sempre e outros, em termos que deixavam transparecer sua mistificação. E houve alguns casos mais significativos. Convencido de que tudo tinha malogrado, depois que o Ministério da Guerra tomara posição contra as candidaturas, procurei o então general Eurico Dutra, em sua casa, para confessar-lhe que estava ciente de tudo e combinar com ele uma fórmula, que poupasse ao Brasil a perda da democracia. Pegado de surpresa, ele chegou a confessar o que se tramava, mas aduzindo que naquela altura tudo dependia de Getúlio Vargas, com quem já se comprometera. Foi aí que procurei Otávio Mangabeira, chefe da corrente de Armando Sales, para uma reação conjunta. Indignado, ele me declarou que no dia seguinte iria protestar da tribuna da Câmara. Foi o que se deu. Ao mesmo tempo, circulou pela cidade um automóvel distribuindo boletins dos armandistas, com a mesma denúncia e os mesmos protestos. Tudo isso se sucedeu contra a minha opinião, dizendo eu que "o caçador não grita, dá o tiro". Foi essa minha revelação de que se preparava o golpe de Estado, que o antecipou de 15 para 11 de novembro. Eu já tinha mandado emissário a Juracy Magalhães, para resistir na Bahia, e estava dispos-

to a correr para São Paulo, de onde lançaria o meu protesto para todos os Estados. Mas o interventor de São Paulo também aderiu a Getúlio, fechando-se todas as portas. Não tenho mais o que fazer, redigi um telegrama endereçado a Getúlio, protestando contra a monstruosidade que se consumava. Não sendo aceito pela repartição, foi confiado a João Neves da Fontoura, que o entregou, mas foi devolvido com recomendação ao portador de que me desse as razões daquela medida extrema. E, daí, por diante, só nos encontramos no Senado, ambos eleitos, em 1945.

RELAÇÕES COM VARGAS

– Só em 1950, faríamos as pazes, pois já estávamos no mesmo campo contra o governo Dutra. Estive com Getúlio algumas vezes. A última, fazendo-lhe ver que estava acompanhando os acontecimentos e que já não tinha nenhuma dúvida sobre o que se tramava. Ele negou tudo e levou-me à porta, pedindo-me que confiasse na sua amizade. Nunca me considerou candidato. Não há dele uma só palavra de apoio à minha candidatura, salvo as que proferiu no nosso último encontro.

O DISCURSO MAIS IMPORTANTE

– O discurso de minha campanha que poderia ser considerado o mais importante não foi feito. Era o que estava preparado para o lançamento do programa global do meu governo, em São Paulo. Repito o que disse em vários discursos. Novamente reafirmo a questão da Casa Popular, que deveria ser construída com os fundos da Previdência, em vez de arranha-céus, como vinha acontecendo. Dizia eu: "Ao invés de um arranha-céu, serão 200 casas". E, em seguida: "Eu sei onde está o dinheiro". Seria a aplicação dessas verbas desviadas por favoritismo. Uma vez falando na Paraíba, numa das minhas campanhas, deixei escapar essa frase: "Vamos fazer a política dos pobres, porque a dos ricos já está feita". No governo da República, meu programa abrangeria todas as formas de progresso, mediante as reformas que fosssem necessárias, porque o desenvolvimento favorece a todos, ricos e pobres. O primeiro programa da UDN, em 1946, foi elaborado por mim. Os problemas da terra foram previstos com a visão e a sensibilidade com que têm sido estudados. Infelizmente, no Brasil, essa reforma ainda não se tornou efetiva, apesar dos esforços feitos. O que mais me preocupa são as necessidades gerais, porque governar é proporcionar o bem-estar de todos. O povo julga pelo que sente. "Ninguém grita de boca cheia", já disse eu. Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto. "É não ter do que comer na terra de Canaã".

O ESCRITOR E O HOMEM DE AÇÃO

– A minha missão de escritor não se cumpriu. Eu fui, depois da publicação de **A Bagaceira,** arrebatado pela política. Mas todos os livros publicados são marcados por um sentimento nacional. Encerrei a minha vida pública antes de ser despejada. Entretanto, Jânio Quadros e João Goulart me ofereceram, sem que eu os procurasse, missões no estrangeiro. Não aceitei. Já não me seduzem as posições políticas. Mas não perco de vista a sorte deste meu grande país. Acompanho, às vezes angustiado, às vezes esperançado, todos os movimentos que regulam os nossos destinos. E nas horas mais difíceis, não tem faltado minha palavra de advertência contra os erros e as omissões. O que eu não faço é lançar-me na ação. Minha idéia fixa, hoje, é escrever os meus livros, e publicá-los, com o pouco apoio econômico de que disponho, que é a minha aposentadoria como Ministro do Tribunal de Contas, cujos proventos me mantêm, sem quaisquer outras rendas adicionais. Mas meu título de escritor é que me confere toda a projeção, inclusive no estrangeiro, que me conforta neste fim de vida. Disse Alceu Amoroso Lima, num discurso proferido, há alguns anos, na Paraíba: "A política me roubou toda a glória que eu poderia merecer como escritor". Não sei se continuando a obra iniciada, **A Bagaceira,** na minha maturidade, teria outra fama, mas não garanto que pudesse estar vivo ou se teria morrido de fome. Foi tudo obra do acaso, ou, para dizer melhor, do destino. Uma vez, no ano passado, Luis da Câmara Cascudo me perguntou se eu acreditava em destino, e eu respondi: "Sim, porque é mais fácil do que acreditar em milagre". Realmente, foi o destino que me valeu, com a minha independência, sem nunca estender a mão. Minha vida não teria condições materiais para chegar a esta aparência com que me vê. Se tivesse sido escritor profissional, estaria cego, porque minha vista não suporta este trabalho diuturno, principalmente à noite, pois não escrevo com luz artificial. Nem teria tempo para escrever obras mais sólidas. Tanto na Câmara como no Senado, lutei pelos escritores, e num dos meus discursos em favor deles fui contra o parecer da Comissão de Justiça, que negava a verba para a Sociedade de Escritores".

INTIMIDADE DE JOSÉ AMÉRICO

Sobre José Américo, seus hábitos, sua vida caseira, passatempo diário, seus contactos sociais e sua maneira de ser para os íntimos, ninguém melhor poderia falar do que a sua secretária particular. Maria de Lourdes Lemos de Luna desde 1963 lhe presta serviços, numa dedicação de filha e das mais abnegadas. Dedica *full-time* a José Américo, e, numa convivência diária de 12 anos, revela:

"Às 5 da manhã, o Ministro se levanta e permanece em seu quarto até às 7 horas, lendo, anotando, escrevendo e programando o seu dia, enquanto eu passeio à beira mar, faço exercício ou dou uma olhada no jardim e tomo

alguma providência com relação à administração da casa. Após o café da manhã, ele vai ao pomar e ao jardim e, na época da colheita, ele pessoalmente colhe as frutas, na maioria das vezes na intenção de distribuí-las aos amigos. Em seguida, procedo à leitura dos jornais da terra e do sul, em seu gabinete. Depois, cuidamos da correspondência, lendo para ele as cartas e telegramas chegados e expedindo outros. Uma média de 200 cartas e telegramas por mês. As respostas são ditadas por ele e datilografadas por mim. Em época de Natal ou na passagem de aniversário, a correspondência aumenta extraordinariamente.

Nas leituras dos livros, faço questão de participar, lendo-os em voz alta e a leitura passa a ser dinâmica e comentada.

Certos livros, ele faz questão de ler só, por se julgar mais visual do que auditivo. À tardinha, ele se balança numa rede, no terraço, enquanto eu me sento numa cadeira para conversar, quando não há visitas. Cedo da noite, recolhe-se aos seus aposentos".

"Como pessoa humana," diz Maria de Lourdes – para todos os paraibanos e amigos e admiradores do Ministro, Lourdinha – "preocupa-se com a sorte dos amigos e fica muito feliz quando estão felizes. Não visita, mas gosta de ser visitado e não há ocupação que o impeça de receber os jovens inteligentes. Se bem que tenha muita confiança na vida e seja otimista por índole, anda preocupado com a situação do mundo. O segredo de sua longevidade é, segundo ele próprio, a dieta moral aliada ao regime alimentar, o que segue mais preventivamente do que por problemas de saúde. Embora não se preocupe com sua elegância, tem senso estético na escolha de seu vestuário. Entre seus mais íntimos amigos, estão: Dumerval Trigueiro, José Rafael Menezes, Ivan Bichara, Nominando Diniz, Vanildo Cabral, Fernando Milanez, Juarez Batista, Ozias Gomes, Joaquim Ferreira e alguns outros que vivem fora da Paraíba."

Sobre seu estado de espírito, como um homem de luta que nunca refugou uma refrega, diz Lourdinha: – "Hoje, ele é um homem pacificado. Tem uma capacidade de reconciliação. A Paraíba inteira o venera, colocando-o acima de todas as divergências. É como disse o Governador Ivan Bichara: "Ele é o maior de todos nós". Tem muita assistência da família, filhos, irmãos, sobrinhos e netos. Seus amigos vêem nele um pai e um conselheiro e aqueles que foram seus auxiliares, ainda hoje o procuram."

E é a Lourdinha que encerra a declaração dizendo com emoção: – "Minha vida hoje é dedicada inteiramente à construção literária do Doutor José Américo.

Isso basta para realização de uma vida."

Segundo notícias recentes, as memórias de José Américo já contam com o primeiro volume pronto. Esse volume abrange a infância, começando no engenho, passando pela casa do tio padre e terminando no seminário. Convencido de que as suas memórias eram mais um trabalho de sociologia e psicologia aplicadas, revisiona tudo, com uma visão mais pessoal e íntima.

Apura-se cada dia que escreve. Expulsa de sua prosa tudo o que pareça retórica. A imagem para ele, como a comparação, é um desenho, uma forma de facilitar a compreensão. Hoje busca simplicidade. Tudo enxuto. Estilo que não se perca, aliando a síntese à precisão.

Sublimá-se o Ministro José Américo.

SOBRIEDADE DE JOSÉ AMÉRICO

Aqui estão as respostas ao meu questionário:

"Respondo ao seu questionário. Estou ditando as respostas, sem nenhuma consulta a anotações que deixei de fazer por falta de tempo".

COMO SAIU MINISTRO

1 – "Ausentei-me da Paraíba para ir ocupar um posto noutro plano político, arrastado pelas circunstâncias. Vitoriosa a revolução de 1930, foi premiada minha atuação durante a luta, com a aclamação do meu nome feita pelo Chefe Militar do movimento, Capitão Juarez Távora, já no posto de General Provisório, para interventor da Paraíba e governador geral do Norte. Premiado por seus camaradas, Juarez teve de deixar o cargo de Ministro da Viação para que fora nomeado por Getúlio Vargas para substituí-lo o engenheiro Assis Ribeiro, mas a cúpula revolucionária entendeu que esse lugar me cabia. Iniciei, assim, minha carreira no centro, como Ministro de Estado".

MISSÃO APAIXONANTE

2 – "O Ministério da Viação que ocupei por duas vezes, atendia a meu temperamento de ação e deu-me oportunidade para enfrentar alguns problemas que vinha versando em livros e me empolgaram. Essa missão apaixonou-me por sentir que estava realizando alguma coisa".

O GRANDE PRESIDENTE

3 – "Rodrigues Alves. Outros empreenderam grandes obras, mas Rodrigues Alves, além do tato para escolha dos auxiliares, foi o iniciador do lançamento de nossa infra-estrutura, em vários setores. Além disso, saneou, o que era instante."

INSTANTES CRUCIAIS

4 – "Os 70 dias que medearam entre a morte de João Pessoa e a vitória da revolução de 1930. Conspirava e, ao mesmo,tempo respondia pela manutenção da ordem, como Secretário da Segurança Pública, num momento de loucura coletiva provocada pelo fanatismo político."

EPITÁCIO, O MAIOR DOS PARAIBANOS

5 – "A maior figura do cenário político da Paraíba foi, indiscutivelmente, Epitácio Pessoa, pelos seus talentos e por sua projeção. A mais impressionante, porém, foi João Pessoa, uma índole ardente que talvez tivesse sido excessiva, mais um extraordinário servidor da causa pública. Seu espírito de reforma imprimiu ao governo um sentido, por assim dizer, pré-revolucionário, mais avançado do que a própria revolução de 1930."

AUTOR PREFERIDO

6 – "Não tenho opções literárias; minhas preferências são por livros, mesmo tratando-se de escritores como Machado de Assis."

DESTINO LIGADO À PARAÍBA

7 – "Afastei-me da Paraíba de 1930 a 1950. Voltei a ocupar o governo do Estado em 1951. Ainda tornei ao Rio em 1953 para ocupar, novamente, o Ministério da Viação, até a morte de Getúlio Vargas. Regressei para terminar o meu mandato. Desde então fixei-me aqui, onde resido, com um pouco de mobilidade, nas minhas passagens por Brasília e pelo Rio. Espero ter o meu fim na Paraíba".

O MELHOR AMIGO

8 – "Da infância restam poucos; talvez nenhum. Da minha turma de bacharel em Direito, uma das mais numerosas, sobrevivemos 3: eu, Paulo Martins e Domingos Vieira. Tive muitos amigos no tempo de estudante. Entre os paraibanos contam-se Leonardo Smith de Lima e Severino Montenegro, dos maiores, ambos mortos como desembargadores, o primeiro no Rio, o segundo na Paraíba. Na vida pública fiz grandes amizades. A mais fraternal na Paraíba foi a de Virgínio Veloso Borges."

O QUE DEIXOU À PARAÍBA E AO BRASIL

9 – "Ao Brasil, o saneamento da baixada fluminense, a eletrificação da Central do Brasil, as obras contra as secas, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, uma parte já estruturada e outra em conclusão. O projeto do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem foi elaborado no meu tempo, só passando a vigorar no governo Linhares, em virtude da oposição que lhe fora feita pelo Ministério da Fazenda.

Na Paraíba, o Porto de Cabedelo. Consegui que fosse revigorada a taxa que se destinava à sua construção. Fiz a concessão ao Estado fornecendo-lhe

o produto dessa taxa, mandei elaborar o projeto, fiscalizei a obra.

Fundei a Universidade que depois se federalizou. Concluí os açudes do plano Epitácio Pessoa, que tinham ficado apenas nas fundações já deteriorados pelas enchentes em anos normais. Iniciei o asfaltamento da BR-230, quando as rodovias da Paraíba eram todas de terra. Fundei o Banco do Estado."

10 – "Nasci em Areia."

A PRIMEIRA QUEDA DE VARGAS

José Américo, 30 anos depois: "o mal de Vargas foi o amor ao Poder", José Américo de Almeida está numa casa branca, entre colinas, nos arredores de Areias, sua terra natal é novo retiro do autor de **A Bagaceira.** Aí, ele conclui o primeiro volume de suas memórias.

Ex-Governador da Paraíba, em seguida à Revolução de 1930, Ex-Ministro da Viação e Obras Públicas – ambos os cargos ocupados por duas vezes – José Américo, aos 88 anos, fala agora de um período da história política brasileira de que foi personagem central (candidato à Presidência da República, em 1937, seria atingido pela decretação do Estado Novo, para cuja queda contribuiria decisivamente, mais tarde, com a famosa entrevista de 22 de fevereiro de 1945) e as relações desse período com o momento atual. "Não será propriamente uma entrevista. Poderei, quando muito, emitir uma opinião particular, sem a responsabilidade a que jamais me subtraí quando não podia ficar mudo."

De Jório Machado no Jornal do Brasil, de 29.10.1975.

– Trinta anos depois da queda do Estado Novo, como o Sr. Julga o episódio de 29 de Outubro?

– Já tive mais de uma vez ocasião de explicar qual foi minha atitude perante o Estado Novo. Em plena campanha política, como candidato à Presidência da República, em 1937, fui surpreendido pelo golpe que suprimiu nossa tradição política, sacrificando a democracia. Aceitei o lançamento do meu nome, como um filho de um Estado pequeno, sem base eleitoral nem liderança, como meio de interromper a conspiração, que já se processava para a implantação do autoritarismo no Brasil. Benedito Valadares me convocou para livrar-se da dificuldade em que se via, ao verificar, como porta-voz de Getúlio Vargas, para simular que estava articulando uma candidatura, que o Catete não tinha o apoio militar para manter o Governo. E era isso, afinal, o que se pretendia. Cuidei que a fórmula adotada, inclusive com anuência do elemento oficial, tivesse o efeito de por fim a esse plano. Temendo ficar comprimido entre duas frentes, o político mineiro correu para suas montanhas e seguiram atrás dele figuras do meu lado e do lado de Armando Sales, pleiteando sua opção. O movimento clandestino arrefeceu. Mas, com a chegada de Goes Monteiro, que estava ausente do país, voltou a tomar corpo.

O que me levou, no entanto, a dar a entrevista de 22 de fevereiro de 1945, contra o Estado Novo foi a certeza de que os partidários de Getúlio Vargas, já não contando mais com maioria parlamentar para uma reforma Constitucional que permitisse sua permanência, cogitavam de um novo modelo, que perpetuasse a mesma situação, com aparência democrática, como vinha sendo tentado em outros países. Era a hora mais crítica. Alguns militares, que já não viam com bons olhos a continuidade da Ditadura, chegavam a aceitar essa sugestão que redundaria numa concessão de liberdade. Aí gritei. Conclamei o Brasil a fazer frente a uma caricatura política que conservasse a feição originária e os mesmos homens, com aparência liberal. Manifestei as razões por que o Brasil não podia continuar a tolerar um regime autoritário, que contrastava com a plenitude democrática, conquistada no mundo. Apontava, ao mesmo tempo, a imprestabilidade desse sistema para a solução de novos problemas que a transformação universal exigia. Desejo deixar sem olvido o nome de Carlos Lacerda, o repórter de então, que me ouviu e modelou as minhas palavras, assim como o do jornal *Correio da Manhã*, que teve a temeridade de divulgá-las. O fato é que Getúlio Vargas tonteou, supondo que eu tinha atrás de mim uma força organizada. Por isso, pôs termos à censura e reabriu o debate, o que foi o seu fim.

– O que mudou entre 45 e 75?

– Muita coisa. Houve altos e baixos, mas, em suma, o Brasil começou a realizar-se. A tecnologia, sem a proscrição dos políticos, que continuaram a cooperar, cada qual no seu setor, responsabilizou-se pelo planejamento e, conseqüentemente, pela eficiência. Uns mais, outros menos, uns positivos e outros quase negativos, contribuíram para que se levantassem novas estruturas e para que se elaborasse uma administração mais construtiva. Pode-se admitir que tenha havido injustiças no expurgo que se segue a todos os movimentos de força ou que algumas iniciativas tenham perdido o senso de proporção. Mas ninguém irá dizer que o Brasil não alcançou outro perfil, uma situação de maior equilíbrio nas atividades úteis e que a ética política na vida pública não se tenha de algum modo aprimorado. A representação, que é o verdadeiro sintoma de toda a democracia, perdeu de certa maneira seu prestígio, menos pelas restrições impostas do que por uma composição heterogênea, com egressos de Partidos antagônicos.

A Revolução não teve tempo de formar seus novos quadros, que possam encarnar o que se chama de espírito revolucionário. A nova concepção política, entretanto, adquirindo maior extensão, poderá reunir todas as forças e todas as virtudes necessárias para a remodelação prevista.

Não se pode também perder de vista que o mundo todo se agita e desagrega.

Atua um apelo à mudança, que poderá despojar-se dos próprios instrumentos de defesa da democracia e lançar-se na anarquia. Concessões de parte a parte poderão permitir que se encontre um sistema comum, que utilize os valores e se mantenha numa posição que não seja um salto no escuro.

– Que julgamento o senhor faz de Getúlio Vargas, hoje?

– Getúlio Vargas teve o seu papel. No Governo Provisório, manteve as massas no meio do caminho, detendo sua corrida para os extremos. Fez uma política proletária, que pecou por falta de objetividade – não chegou a formar um espírito de classe, nem tornou efetivo o benefício social, como seria de esperar. A concentração dos trabalhadores nos sindicatos teve a vantagem de conter a classe política, que deixou de explorar as massas para fins eleitorais, sem um ideal superior, (quando digo classe política, refiro-me aos profissionais da política). O mal de Getúlio Vargas, com a sua mansidão, que contrastava com a fibra forte, sua simplicidade, sua honestidade pessoal, foi o amor ao Poder, que o levou às contradições de sua carreira.

– O senhor considerava a imprevisão, e não a guerra, o maior pecado, a causa principal da depressão econômica que sofreu o Brasil na época. Nesses 30 anos, conseguimos vencer a imprevisão?

– Previsão, hoje, significa planejamento. Não se trata de futurismo, mas, diante de tanta velocidade, de um mundo que reduziu as distâncias e tanto se comunica, é preciso pensar nos rumos. Vivemos de imprevistos. Os povos que confiavam na sua estabilidade estão perdendo o futuro. Quando eu disse, na minha entrevista, que a guerra era menos responsável pelas nossas crises do que a imprevisão, dizia uma verdade. Getúlio Vargas tinha grandes qualidades, mas era o homem que cozinhava na água fria. Quando fizemos uma excursão ao Norte, em 1934, fomos surpreendidos com a notícia da morte de Olegário Maciel e passaram a chover telegramas de interessados na sua sucessão. Eu pedi a Getúlio que desse ao caso mineiro uma solução imediata, pois sentia a complexidade da situação. Até coronéis da política opinavam, manifestando o momento delicado. Getúlio Vargas deixou a decisão para a volta. E que aconteceu? A maior crise do Governo Provisório. Perdeu ele um Ministro – Afrânio de Melo Franco – e ia perdendo outro – Oswaldo Aranha – inconformados com a preterição de Virgílio de Melo Franco, candidato ao Governo do Estado. A previsão impõe-se em face dos acontecimentos que se precipitam no plano político. No plano administrativo, sem o exame da viabilidade, tudo poderá frustrar-se. É indispensável a visão do conjunto, que abrange todos os aspectos do problema. Getúlio Vargas perdeu o Poder também por não ter dado um balanço na situação mundial para determinar as nossas diretrizes. Se não fosse sua volubilidade, passando de um extremo a outro, não sei qual teria sido o desfecho, com o Brasil isolado, num tempo em que o *status* nacional dependia de relações consideradas tradicionais.

– Há 30 anos o senhor falava num "país do futuro", com a valorização do homem, menor mortalidade infantil, acesso à habitação, melhor padrão alimentar e educação ampla. Em que medida essas expectativas foram atendidas?

– Eu queria a valorização do homem para que ele pudesse atingir o nível de uma grande civilização. Sem esse agente, produto da educação, base de tudo, nada se constrói. O nosso atraso, durante tanto tempo, deriva da au-

sência de equipamento humano. A ciência e a tecnica são os instrumentos que poderemos utilizar para nossas grandes metas. Muito já se tem feito. Multiplica-se o ensino superior, mas o que importa não é a quantidade, e sim a qualidade, que se aperfeiçoa, mas não encontrou ainda a estrutura desejada. Os problemas que se colocam na minha entrevista eram os mais urgentes naquele momento. Quanto à habitação, tem se desenvolvido, sem, todavia, basear-se nas condições econômicas dos beneficiados. Quantos conjuntos foram feitos e deixaram de funcionar por não terem sido atendidas essas condições? A mortalidade infantil não é mais o que chamei "uma safra de anjos". há, porém, regiões onde, por assim dizer, se nasce para morrer, tamanha é a ceifa da primeira infância. Relativamente ao padrão alimentar, estamos piorando com a carestia, de certo modo, uma conseqüência do custo da administração e da majoração de vencimentos e salários. Não é só falta de produtividade. A proteína já rareia na mesa do pobre. Não sei o que será de certas camadas, que sentem falta de leite e de carne, tornando-se indefesas contra as manifestações mortais.

— O senhor derrubou a censura e o Departamento de Imprensa e Propaganda. Continua com a opinião de que o aperfeiçoamento progressivo da democracia só é possível com ampla liberdade de crítica?

— Sou pela liberdade de expressão, sujeita a responsabilidades. Essa liberdade tornou-se, muitas vezes, necessária para o próprio administrador, que precisa ter sempre presente o que se passa nos setores dependentes. Uma coisa é a liberdade de imprensa, como orientação ou simples advertência, e outra é a demagogia na forma escrita, no meio ainda carente de uma opinião formada.

— Como o senhor ver hoje o Nordeste?
— O que me interessa, sobretudo, é a minha região, a mais sacrificada pela incidência das crises mais graves que pesam e sacrificam o Brasil.

Ninguém pode negar que o Nordeste esteja sendo favorecido pela União. Posso falar assim porque fui Governador de Estado, numa época em que nenhuma verba federal, a não ser a destinada à escola rural, vinha desafogar seu orçamento. Ai do Estado, do maior ou menor, que deixar de receber agora os fluxos de dinheiro que estão sendo aplicados para seu progresso. Em muitos, a arrecadação mal chega para atender ao pagamento do funcionalismo. Ainda falta muito para se criar a unidade, evitando os desníveis ainda vigentes, entre o Centro, o Sul e o Nordeste. Além dos setores criados para a cooperação — o Banco do Nordeste e outros tantos — há uma participação que alivia a escassez geral. Quem examinar o mapa da região verá que muito se tem feito — a rede rodoviária, a telecomunicação, a habitação e a industrialização, o crédito rural, a eletrificação, o saneamento, etc. Faltam os portos, a estrada de ferro, previdência social, saúde e outros melhoramentos. Há pobreza, mas a infra-estrutura melhorou.

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA AO "CORREIO DA MANHÃ, 22.2.1945:"

"É preciso que alguém fale, e fale alto, e diga tudo, custe o que custar."

A entrevista que o DIP não cortou. (E cortou as amarras da censura do DIP)

(Do Jornal do Brasil, de 29.10.1975) :

Fevereiro de 1945. O nazismo está em agonia. No mundo inteiro o clima favorece o ressurgimento democrático. No Brasil, as diversas correntes políticas que haviam encontrado a unidade na luta pela participação do país na guerra contra o Eixo, pressionavam o Governo a fim de que este acabasse com a censura à imprensa, reabrisse os Partidos e convocasse eleições livres. Vargas, entretanto, ainda tentava uma fórmula para institucionalizar a ditadura. Foi nessa situação de incerteza que pareceu, no Correio da Manhã, edição de 22 de fevereiro de 1945, a entrevista de José Américo a Carlos Lacerda. A sua publicação foi o marco que assinalou o começo do fim do Estado Novo. Eis a íntegra do histórico documento:

"NESTA HORA NÃO ME NEGO A FALAR. Ao contrário, julgo chegado o momento de todos os brasileiros opinarem. Esta é uma hora decisiva que exige a participação de todos no rumo dos acontecimentos."

Com estas palavras, o Sr . José Américo de Almeida, chefe civil da revolução de 30, do Norte, Ministro da Viação e depois candidato à Presidência da República, volta à participação ativa na vida pública. Baseado precisamente nessas credenciais e na sua condição de escritor, o que, no seu modo de ver, importa em compromisso perante a opinião nacional, o Sr. José Américo, atualmente Ministro do Tribunal de Contas, invoca as decisões do Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros, reunido em São Paulo,. em janeiro deste ano, para acentuar a obrigação de os homens de pensamento tomarem atitude ante "os problemas de sua época e do seu povo."

"Todos devem intervir na vida pública, segundo sublinhou muito bem a Declaração de Princípios dos Escritores. Por isso mesmo saio do retraimento em que me tenho mantido para manifestar uma opinião sincera em relação ao problema fundamental do meu país."

Na varanda de sua casa da Rua Getúlio das Neves, com raras interrupções – a netinha que vem pedir um enveloe, a empregada que traz o café, a chegada de um amigo – na paz das samambaias umbrosas, junto à massa do Corcovado ao fundo da pequena rua, o Sr. José Américo faz as suas declarações. Em plena maturidade, sem os óculos que os caricaturistas celebrizaram em duas espirais representando as lentes grossas, baixando um pouco a cabeça para falar, num jeito modesto e tímido, mas inexorável de dizer as suas verdades, é indisfarçável a emoção com a qual ele se dirige à opinião brasileira.

"O povo me entende porque eu sempre procurei ser sincero, simples e direto. Falo de consciência tranqüila e coração aberto."

Para ele o problema nacional é menos político do que moral. "Acredito na existência da sensibilidade moral do nosso povo. Não sou um desencantado. Sei quanto vale o homem brasileiro."

Romancista da gente nordestina, ele acredita profundamente no vigor essencial do brasileiro. Sendo o primeiro a proclamar a crise moral que lavra fundo na consciência nacional, considera possível curá-la com os próprios recursos da democracia, já que foi o regime autoritário que a agravou. A autoridade das suas palavras provém menos da experiência dos homens e das coisas do Brasil do que da maneira pela qual parece encarar essa própria realidade.

O Sr. José Américo é uma força telúrica. Parece, realmente, um homem profundamente enraizado na terra. A sua emoção, hoje fortalecida pelo ostracismo e pela dignidade com que soube esperar, ressurge agora como força concentrada da longa meditação sobre os homens e os fatos do país. Não existe amargura, antes alegria, ainda que discreta, nas suas palavras. E ele se prepara, com um indisfarçável orgulho, para enfrentar as conseqüências de suas atitudes, considerando necessário falar agora, nunca depois deste momento.

"No momento em que se pretende transferir a responsabilidade da situação dominante no Brasil da força que apoia para a chancela do povo, é a própria ditadura expirante que nos dá a palavra.

É preciso que alguém fale, e fale alto, e diga tudo, custe o que custar."

"Já todos sabem o que se está processando clandestinamente. Forja-se um método destinado a legalizar poderes vigentes, a manter interventores e demais autoridades políticas, pela consagração de processos eleitorais capazes de coonestar essa transformação aparente."

"Mas", acentua, "uma Constituição outorgada não será democrática, porque lhe falta a legitimidade originária. O projeto que se anuncia, mas que não foi ainda divulgado devia ser submetido a uma comissão de notáveis e à consideração de órgãos autorizados, como a Ordem dos Advogados, sempre atenta na defesa de nossas tradições jurídicas e ideais democráticos, que nunca deixou de associar como criações do mesmo espírito, para receber finalmente a aprovação ou modificação de uma Assembléia Constituinte, assegurados debates livres capazes de permitir que todos acompanhassem a elaboração da Carta fundamental da Nação. Assim o documento seria legítimo."

O Sr. José Américo prossegue: "Nunca mais me avistei com o Sr. Getúlio Vargas. Mas não somos inimigos. A habilidade que eu reconheço nele é a de não irritar os adversários – pelo menos até uma certa época. Se eu pudesse ter um contato com o Sr. Getúlio Vargas, nesta hora, eu que sempre lhe falei com franqueza e não raro com o proveito pela fidelidade com que lhe transmitia a impressão de certos atos de Governo fora do âmbito palaciano,

segundo reconheceu na carta que me dirigiu por ocasião da minha saída do Ministério, eu lhe diria:

– Faça de conta que sou aquele Ministro que nunca lhe faltou com a verdade."

E a seguir enumera o Sr. José Américo os argumentos que iria apresentar ao seu antigo amigo e Chefe de Governo para demovê-lo da idéia de se apresentar candidato à Presidência da República, caso esse desejo esteja em suas cogitações.

Segundo o Sr. José Américo, seriam estes os argumentos:

1 – Falta de apoio do mundo político. Amigos do Sr. Getúlio Vargas que lhe merecem a maior confiança já consultaram setores dos mais ponderáveis da opinião e chegaram à evidência de que lhe faltaria esse apoio imprescindível, não só para assegurar o êxito de uma eleição livre, como para autenticar a nova feição do seu Poder.

2 – Em conseqüência, ficaria o candidato reduzido ao quadro atual do Governo, restrito e fatigado.

Passa o Sr. José Américo a fundamentar essas afirmações:

"O Brasil vai ingressar no seu momento mais difícil. E precisa, sobretudo, da união nacional para encontrar os meios necessários a uma estruturação democrática apta a lhe dar substância que fundamente a obra de reconstrução de pós-guerra. Faz-se necessário, para tamanha empresa, além do concurso das massas, a utilização de todos os elementos de cooperação capazes, de todos os valores mobilizáveis da nacionalidade."

"Precisamente isto – acentua – seria impossível se o atual Chefe do Governo se fizesse candidato. É certo que alguns Chefes de Estado têm pensamento no Poder, em face da exigência de problemas graves. Mas renovando seu equipamento administrativo e seu corpo de auxiliares. E quanto maior a crise mais profunda essa mudança de valores."

"Ora, essa substituição não se poderá realizar em conseqüência da crise de confiança declarada no país. Para atender aos reclamos da pacificação nacional, numa obra comum – direi – de salvação pública, seria necessário que o Governo, como um todo, merecesse a confiança dos democratas. Mas a longa prática do Poder, sobretudo de um Poder discricionário, vicia os seus elementos políticos e administrativos, incapacitando-os, perante a opinião, para uma obra de renovação cívica e material. Esse material humano já não dispõe de crédito para empreender uma nova aventura. E não se pode cogitar de aventurar quando estão em jogo os destinos supremos do Brasil. Já não se pode tentar nova experiência com esse elemento, incapaz de eliminar voluntariamente todos os vestígios do Governo autoritário, porque:

1 – Ele se tornou suspeito perante a opinião democrática.

2 – Devido ao seu insucesso na obra administrativa."

Conseqüentemente, para o Sr. José Américo, intimamente ligada à crise de confiança política existe uma crise, talvez ainda mais profunda, de confiança na capacidade administrativa da equipe política que compõe o Governo.

"Vamos examinar um setor, para exemplo. E há de ser precisamente o exemplo da região nacional que, sendo a mais organizada e eficiente, é a que mais produz riqueza: São Paulo. Que é São Paulo, atualmente?"

E o Sr. José Américo sintetiza:

"De 20 milhões cai para 2 milhões de sacas de produção do café, enquanto, pela proibição de novas culturas, o cafezal existente, envelhecido, apresenta rendimento mínimo para o custeio elevadíssimo. Comprometidos o presente e o futuro da produção algodoeira. Um parque industrial não renovado, inclusive por imposições oficiais, e que, portanto, não poderá suportar a concorrência da indústria estrangeira mesmo sob a proteção alfandegária, quando ressurgirem os produtores mundiais dotados de equipamento moderno, ainda mais remunerador. Além do mais, há, como em todo o Brasil, o flagelo da inflação agravando todos os problemas e interesses. E – o que pareceria inconcebível ver-se em terras de São Paulo – esse grande celeiro chegando a sofrer necessidade e a apelar para a produção dos Estados do Sul porque tendo sido vedadas as novas plantações do café cessou a cultura alternada de cereais que era feita pelos colonos."

"Basta esse quadro", continua, "para mostrar que o Sr. Getúlio Vargas iria iniciar, sem solução de continuidade, uma nova fase de Governo, precisamente quando se está a encerrar uma outra e longa fase sem resultados compensadores."

"Com sua renúncia expressa à hipótese de sua candidatura, poderia ele reconquistar a sua popularidade. Reconciliado, assim, com a opinião pública, deixaria um saldo para futuramente ressurgir com maior e mais justa projeção."

Eis, nas suas últimas palavras, o que o Sr. José Américo diria ao seu antigo amigo, o Presidente Getúlio Vargas, para evitar que por falta de uma advertência leal ele fosse levado a aceitar o lançamento do seu nome à sua própria sucessão.

Passa depois a analisar a guerra e a faz nas suas relações com o momento nacional:

"Embora não queiramos sofrer influências estranhas, evidentemente o Brasil tem de receber os reflexos da guerra, do caráter ideológico da guerra, que é uma luta pela sobrevivência e purificação da democracia. A guerra, com todos os seus males é uma oportunidade para nos organizarmos e ocuparmos o espaço territorial do nosso país, desenvolvendo a exploração de nossas riquezas. A vitória que os nossos compatriotas na Força Expedicionária Brasileira foram buscar na Europa é uma vitória atual para a nossa geração, sim, mas sobretudo uma vitória para o futuro do Brasil. Já estava premeditada a partilha do nosso território, mesmo antes do litígio, com os países do Eixo, conforme documentos da maior gravidade que foram há tempos apreendidos, de maneira que, triunfantes esses países, constituiríamos um dos seus mais ricos despojos. Foi a resistência vital das democracias que salvou a nossa independência."

"Para atender às solicitações da guerra à consciência dos brasileiros, precisa o país de um Governo de concentração nacional. Ora, um Governo não se compõe de um homem providencial e de um povo anestesiado. Já há dias lembrava o meu amigo Adolpho Konder que qualquer cidadão é capaz de ser Presidente da República – verdade elementar que íamos esquecendo. Um homem de bom senso e espírito amplo que convoque a cooperação de todos os patriotas e se cerque de auxiliares que, pelo seu valor e idoneidade, mereçam a confiança nacional, esse homem sim, poderá realizar o grande Governo de que o Brasil, mais do que nunca, necessita. Assim, pois, reintegrado na ordem jurídica, fiadora dos interesses nacionais e estrangeiros que se disponham a colaborar na nossa riqueza, em ambiente de liberdade e justiça e conduzido por essa poderosa consciência de sua própria predestinação, atravessará os dias difíceis de reajustamento das novas condições do mundo. Só organizada nesses moldes poderá valorizar a sua existência como nação e atender aos seus compromissos na reconstrução do mundo devastado. Um Governo de equilíbrio, de ordem, de trabalho."

"Costuma-se responsabilizar a guerra pela depressão econômica do Brasil. Não me parece que seja exato esse conceito. Nem se diga que a mobilização de um continente mínimo em relação à nossa massa demográfica desviou atividades a ponto de prejudicar a normalidade produtiva que, ao contrário, deviam ter sido beligerantes exatamente para atender às novas necessidades criadas pela luta. Ao revés, o Brasil tem vivido, em parte, do estancamento e da paralisação de fontes produtoras, cansados pela guerra em outros países. A guerra trouxe capitais, técnicos, cooperação na solução dos nossos problemas, descoberta de riqueza e valorização de seus minérios e produtos estratégicos.

De fato a cultura prejudicou um pouco o abastecimento, mas unicamente porque foi permitido exportar mais do que o possível, com prejuízo do consumo interno. Só a escassez do petróleo poderá ser atribuída à guerra, mas isso levada à conta da ausência de estoques que deveriam ter sido feitos logo que se manifestaram os primeiros sinais da tormenta a avizinhar-se."

O Sr. José Américo fixa então o seu interlocutor e declara: "O que houve realmente foi o maior pecado: a imprevisão."

"De fato, por imprevisão, a guerra nos surpreendeu já sem aparelhamento de transporte, com déficit de material nas estradas de ferro, empresas de navegação desorganizadas, carência de produção: só assim se explica que as nossas cidades tenham chegado à crise de abastecimento que resulta:

1 – De falta de produção.

2 – Da falta de transportes terrestres e marítimos.

3 – E, mais prejudicial, da especulação que o Governo não teve forças para controlar.

E deve-se considerar também a desorganização cujo sintoma mais penoso são as filas em que as populações urbanas perdem o tempo e se esgotam os

nervos criando o ambiente de irritabilidade que já se pode observar com certa inquietação.

Há uma pausa na inumeração, visivelmente destinada a assinalar o aspecto seguinte:

4 – "Outro fator é a intervenção de um Estado desaparelhado e incapaz. Essa intervenção perturbou uns tantos problemas que a iniciativa particular ia produzindo com relativa facilidade. O Estado incapaz, ao intervir, criou casos de perturbação, determinados ora pelo retraimento da iniciativa particular, ora pelo seu iniludível efeito sobre o nível dos preços das utilidades."

E assim, com a sua característica franqueza, o Sr. José Américo feriu de frente a origem do problema do abastecimento, definindo a causa da crise da carne, do peixe, de ovos, do leite, da manteiga, do sal, etc.

"E – acrescentou ele – por que não dizer do açúcar, em que se transformou aberrantemente o fenômeno da superprodução em severo racionamento? Finalmente, da carência de tudo o que aflige a população e que se procura em vão subtrair à responsabilidade do Governo, transferindo injustamente essa responsabilidade à emergência da guerra."

E muito simplesmente conclui: "Esta é que é a verdade e todos sabem o que eu digo. Todos sentem e comentam essas deficiências e esses erros. Basta comparar o aumento do custo de vida em países muito mais duramente atingidos pela guerra com o das astronômicas proporções do que se registrou no Brasil para ver que a guerra não é a causa principal da nossa crise econômica. Por certo, mesmo com a previsão, que faltou, seria difícil improvisar muita coisa. Mas, mesmo com a imprevisão, que evidentemente predominou, seria possível improvisar muito no terreno da produção agrícola. Com a diversidade dos nossos gêneros de primeira necessidade."

O Sr. José Américo não nega que, "no decorrer de tantos anos, e a partir de 1937, com uma soma de poderes que nenhum governante enfeixou no Brasil, ainda mais, sem abalos da ordem pública, o Governo tenha procurado encaminhar alguns problemas. Por exemplo o da siderurgia."

Mas acrescenta:

"Houve, no entanto, o abandono de iniciativas primárias, principalmente aquelas relacionadas com a produção e o transporte. É possível que tenha prevalecido a preocupação de impressionar com empreendimentos de maior vulto, de modo a justificar a fisionomia do regime. Mas, se tais empreendimentos absorvessem atenções mais acessíveis e imediatas, destinadas inclusive a lastrear e garantir o êxito daquelas de mais exausto e impotente, apesar dos apelos imoderados à emissão de papel-moeda e da sangria fiscal."

Exaltada por muitos e desconhecida, por outros, em menor número, a legislação trabalhista atual, que tem sido tabu, passa a ser examinada pelo Sr. José Américo do ponto-de-vista da sua aplicação efetiva:

"Ela é avançada no papel – afirma o Ministro – mas não produz os benefícios apregoados. Está atrofiada pela burocracia. Desvirtuou-se pelo desvio na aplicação dos recursos acumulados pela contribuição compulsória de em-

pregados e *patrões*. Falta-lhe um cunho mais prático de assistência social, pois as pensões mesquinhas que não dão para viver são ainda retardadas por um processo moroso e dispendioso. Recolhi, neste particular, os depoimentos mais imparciais de chefes de indústrias e médicos de fábricas que em contato com esta realidade, reconhecem a precariedade da assistência oficial que se tornou, assim, inoperante. Essa política do trabalho infelizmente serviu menos aos interesses a que devia do que às paradas do regime com rigorosas sanções para os faltosos."

A conclusão surge, inapelável:

"Efetivamente, portanto, a legislação trabalhista não está amparando, como devia, o operário brasileiro. Mesmo que tivesse outra orientação, estaria anulada com seus efeitos pela falência de sua função essencial, que é garantir o bem-estar do povo. Basta verificar a situação de pobreza e miséria a que chegaram a classe média e a classe trabalhadora, no conceito do próprio General Gois Monteiro, em sua recente entrevista. Desde que falta o que comer, falta tudo. A fome é a suprema necessidade."

"Só três brasileiros, na minha opinião, não podem ser candidatos à Presidência da República nesta quadra. Os dois primeiros somos eu e o meu antigo competidor na malograda sucessão presidencial de 1937, o Sr. Armando de Sales Oliveira. Na campanha da sucessão nós dividimos a opinião, como era natural em momento de normalidade eleitoral. Mas, hoje, precisamos estar juntos, unidos e contribuindo para unificação das forças políticas do Brasil em benefício da restauração democrática."

E o terceiro inelegível?

"O terceiro incompatível – afirma o Sr. José Américo – é o Sr. Getúlio Vargas, porque se compatibilizou com as forças políticas do país. Malsinou tanto os políticos e as organizações partidárias, em seus recentes discursos, que os mais sensíveis, isto é, os mais briosos, já se arregimentaram contra ele. E o que convém à Nação é um homem capaz de fazer convergirem para o seu nome e o seu programa todas as correntes de colaboração."

"As forças políticas nacionais já têm um candidato. É um homem cheio de serviços à pátria, representa uma garantia de retidão e de respeito à dignidade do país. As preferências já foram fixadas. Os campos estão definidos. Já quase não há neutros. As posições estão ocupadas para a batalha política."

O Sr. José Américo acelera o ritmo de suas frases mas logo se refreia e observa:

"Nesta altura eu já estaria suspeito para falar em terceiro candidato. Mas, falando de mim, com a minha responsabilidade direta, não vejo homens, vejo soluções para o país. Se fosse possível suprimiria essa linha de separação e congregaria os brasileiros para que as energias não se consumissem e desperdiçassem na campanha eleitoral, mas em benefício geral, no interesse do êxito dos problemas, que mais nos importam se fosse possível encontrar,

desde já, tão feliz solução; esta seria a forma mais indicada para a reconstrução política e material do Brasil".

Acredita o Sr. José Américo que, neste caso, o candidato não se oporia à apresentação de um terceiro. Formula assim a sua confiança:

"Nesta hipótese, acredito que a fórmula de um terceiro candidato não seria recusada por aqueles que já tivessem a certeza da vitória."

E analisa a possibilidade da vitória da candidatura do atual Chefe do Governo:

"Mesmo porque a vitória, caso fosse vencedora a candidatura do Sr. Getúlio Vargas, seria apenas o começo da nova luta a reacender-se no Brasil."

Por quê? Responde o Sr. José Américo:

"Com Governos construídos pela oposição em vários Estados como São Paulo, Bahia, etc., uma Câmara dividida, a opinião a emergir alertada da sombra da censura, a inquietação suscitada pelo período de transformações políticas, que se vai inaugurar no mundo em busca de novo padrão de equilíbrio e aperfeiçoamento progressivo da democracia, ampla liberdade de crítica que o regime que se vai instituir tem de franquear para não renegar sua própria essência, a vitória da candidatura de Getúlio Vargas, nas condições em que se debate no Brasil com todos os seus atos de coesão desfeitos, inclusive os partidários, seria enfim o mergulho na anarquia.

Poderia alguém governar neste caos? A precariedade, ou melhor, a gravidade das condições gerais é que impõe a assistência de todos os brasileiros à tarefa de dirimir tais crises e dificuldades, o que só se positivaria em torno de uma figura que atraisse a confiança geral."

Eis porque o Sr. José Américo declara:

"Sem ter consultado ninguém, e apenas como resultado de minhas observações, conduzo-me nesta hora pela inspiração patriótica com que, ao apagar das luzes em 1937, me prontifiquei a renunciar em favor de um terceiro candidato, procurando desse modo conjugar o golpe de Estado então iminente. O General Eurico Gaspar Dutra e o Sr. Batista Luzardo são testemunhas dos passos espontâneos que dei nesse sentido. Crendo que os outros têm ainda mais pronta do que eu a capacidade de renunciar e de abrir mão de vitórias pessoais, quando assim o impõe o bem do país, é que proponho essa indicação capaz de criar a unidade nacional mais instante do que sempre. Não tenho dúvida de que o nosso candidato anuiria à escolha de um terceiro, uma vez afastada a possibilidade da candidatura do Sr. Getúlio Vargas."

"Encontraríamos assim o caminho da paz interna com que ajudaríamos a sustentar com os nossos aliados a paz e a segurança universais e do futuro esplendoroso que nos aguarda no após-guerra, se tivermos juízo e patriotismo, compreensão e desprendimento, cada um voltado menos para as perspectivas da grande civilização que poderemos fundar nessa nova etapa do mundo.

"Nosso bom povo do Brasil merece respeito pela sua sorte e pelas suas decisões. Já disse que confio nele. Deverá esse Brasil do futuro valorizar o homem, esse homem resistente que realiza o milagre da sobrevivência entre

tantos fatores adversos e tanto abandono da sua própria condição humana. Precisamos tratar da saúde desde o nascimento, reduzindo essa espantosa mortalidade infantil que representa o maior desfalque para o nosso progresso natural. Precisamos resolver o problema da casa, que eu disse ter solução, quando fui candidato. ("Eu sei onde está o dinheiro", disse o Sr. José Américo num discurso famoso, referindo-se ao custeio da habitação popular com o dinheiro acumulado pelos Institutos, mas que hoje não se poderia resolver depois de tanto tempo de soluções minguadas tentadas pelos Institutos, pelo simples motivo de que uma casa padronizada, que naquele tempo custaria 15 contos, ficaria hoje em Cr$ 50 mil a Cr$ 60 mil.)

"O novo Governo terá de cuidar da alimentação, que já era precária e foi agravada, nos últimos anos, pela maior crise de abastecimento de que há notícia em nossa história. Deverá cuidar da educação não pelo primitivismo, do ABC, mas para preparar a criança para a vida moderna. Terá de reformar a política e sobretudo os costumes para que o homem brasileiro possa ficar ao nível dos povos livres, civilizados e eficientes, e à altura da grandeza da terra que a Providência lhe doou."

"Os problemas do presente e os do futuro imediato, na recuperação da democracia, na sua revalorização, na produção e intensificação da riqueza nacional, dependem no momento – não me canso de repetir – da união de todos os valores da vida brasileira, da conjugação dos esforços de todo o povo.

Pelos motivos expostos, considero inviável a eleição do Sr. Getúlio Vargas, dos seus interventores, da sua estafada máquina administrativa, do seu reduzido quadro político. Reproduzo aqui o que tenho meditado e o que diria ao Sr. Getúlio Vargas, pessoalmente, caso me fosse facultada essa oportunidade. Com isso dou-lhe uma prova de que não me desinteressei de todo pela sua sorte e ainda mais, como sempre tenho procurado fazer, do respeito ainda maior que devo à verdade."

E o Sr. José Américo conclui pela afirmação de que mais vale a luta do que a estagnação:

"Caso, porém, não se verifique a desistência da sua propalada candidatura, ainda pior do que a luta da sucessão é a estagnação do espírito público. Nesse caso, uma campanha de respeito recíproco, de garantias cívicas efetivamente asseguradas por autoridades insuspeitas, um severo regime de responsabilidade para os agentes do Poder que se utilizam da máquina administrativa, dos dinheiros públicos ou da força para fins partidários, o funcionamento da Justiça Eleitoral, um pleito sinceramente efetuado, no qual o vencido pudesse respeitar o vencedor, submetendo-se ao resultado das urnas, seria também – e quanto! – uma forma de paz, paz nacional, de união do Brasil. A eleição por processos idôneos não desune. Ela reconcilia a Nação consigo mesma e restabelece o rumo do seu legítimo destino democrático."

Ao finalizar sua entrevista, o Sr. José Américo declarou:

"Cumpri um dever. Falei por mim e sinto ter interpretado também o pensamento ainda vedado do povo brasileiro. Fui levado a exprimir-me dessa

forma por um poder de determinação que nunca me abandonou nos momentos decisivos."

DADOS BIOGRÁFICOS

Nascido a 10 de janeiro de 1887, no Engenho Olho-d'Água, em Areia, Paraíba, José Américo de Almeida, filho do casal Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leopoldina de Almeida, passou a primeira infância em contato direto com a vida do interior, na propriedade familiar, onde inclusive aprendeu as primeiras letras com a Professora Júlia Verônica dos Santos Leal. Aos 9 anos, com o falecimento do pai, passou a residir em Areia, com um tio paterno. Odilon Benvindo, sacerdote de pouca erudição mas de grande rigor e austeridade, que lhe proporcionou os primeiros rudimentos do latim. Aos 15 anos José Américo ingressou no Seminário de João Pessoa, iniciando o curso de humanidades, interrompido em começos de 1904, quando deixou a batina e passou ao Liceu Paraibano, em cujos bancos concluiu os estudos secundários. Bacharelando-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1908, logo no ano seguinte foi nomeado Promotor Público da Comarca de Sousa, alto sertão paraibano, de onde regressou em 1911 para investir-se no cargo de Procurador Geral do Estado. Casando-se em 1912 com D. Alice de Azevedo Melo, de cujo consórcio nasceram três filhos – Selda, Reinaldo e José Américo Filho – passou a dedicar-se aos seus deveres funcionais como Procurador e ainda Consultor Jurídico estadual além de se ter iniciado, com grande êxito, nas lides forenses privadas, onde teve como companheiro de trabalho o Dr. Irineu Jófili.

Desde os tempos de estudante, entretanto, a vocação literária já se havia revelado no futuro escritor, que em 1907, em sua cidade natal, editara com Simão Patrício e Eduardo Medeiros o jornal *O Correio da Serra,* além de se dedicar vez por outra às musas, com alguns sonetos publicados em *A União,* diário da capital paraibana. Também a política desde cedo o atraiu, pois ainda não concluíra os estudos jurídicos e já se filiava, em 1908, ao partido chefiado pelo Senador Gama e Melo, de oposição a Monsenhor Walfredo Leal, seu tio e então Presidente do Estado. Por outro lado, se o jornalismo e a política já lhe solicitavam amplo interesse, não era menor o seu gosto pela leitura, que abrangeu em certo período forte inclinação pelos estudos de Sociologia, Economia e Geografia Humana, refletidos, aliás, nas páginas dos mais importantes dos seus livros – **A Paraíba e seus Problemas** – ponto de partida básico para o conhecimento e interpretação dos grandes temas do Nordeste. Mas a sua projeção nacional, em termos de literatura, veio de fato em 1928, quando publicou o romance **A Bagaceira,** saudado por Tristão de Ataíde como a grande revelação da ficção brasileira, dividindo o romance brasileiro deste século em duas fases distintas: antes e depois desse livro marcante. Entretanto, apesar do sucesso e da repercussão obtidos pelo romance, que abriu uma nova corrente na moderna ficção brasileira,

José Américo não fugiu à vocação política, também forte e irresistível, e passou a assumir compromissos de mais intensa atividade, que de certa forma iriam definir os rumos futuros de sua vida e sua carreira. Nomeado Secretário do Interior e Justiça do então Presidente da Paraíba, João Pessoa, assumiu o posto numa fase bastante delicada, quando se desencadeava a rebelião de Princesa, que culminou com o assassínio daquele renomado político nordestino, em Recife, em julho do ano revolucionário de 1930. José Américo, nessa época de incerteza política, comandou pessoalmente a luta contra os rebeldes e cangaceiros de José Pereira, arriscando a vida, muitas vezes, no cumprimento da árdua tarefa que lhe fora confiada.

Assumindo a chefia da Revolução de 1930 no Norte e Nordeste, foi elemento decisivo na vitória rapidamente conquistada, além de espírito moderador no tratamento concedido aos adversários vencidos. Foi Ministro da Viação e Obras Públicas no governo provisório (1930 - 34), dando grande relevo à ação dos poderes públicos, no combate aos efeitos debastadores da seca de 1932. Data desse período o episódio em que quase perdeu a vida num acidente aeronáutico, em Salvador, quando o avião em que viajava caiu ao mar, o que lhe acarretou a imobilidade num leito hospitalar durante mais de dois meses. Deixando o Ministério em 1934, foi nomeado embaixador junto ao Vaticano, cargo que não chegou a assumir, por ter renunciado, e logo depois Ministro do Tribunal de Contas, que exerceu efetivamente por vários anos e no qual se aposentou. Em 1935 elegeu-se senador pela Paraíba, renunciando entretanto antes de assumir o mandato. Nesse mesmo ano publicou dois novos romances – **Boqueirão** e **Coiteiros**, onde revela a mesma preocupação social com os problemas do Nordeste, focalizando as secas e o fenômeno do cangaço. Candidato à Presidência da República em 1937, José Américo sacudiu nessa época o espírito público com discursos notáveis, alguns deles inseridos neste volume. Com o golpe de 1937, reinstalando a ditadura no país, retornou José Américo à judicatura fiscal, ao convívio dos livros e da família, somente rompendo o silêncio em 1945, quando concedeu a famosa entrevista ao *Correio da Manhã*, abrindo a primeira fenda por onde se processaria a queda do chamado Estado Novo. Foi ainda um dos baluartes da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República, numa campanha cujas linhas principais estão contidas no volume intitulado 1945. Ainda nesse ano foi eleito senador pela Paraíba e, em 1951, governador do Estado, derrotando forte coligação partidária. Em 1954 voltou a ocupar o Ministério da Viação, cargo que deixou com a mortede Getúlio Vargas, nesse mesmo ano, onde mais uma vez prestou assinalados serviços ao nordeste. José Américo passou, faz anos, pelo rude golpe de perder a sua devotada companheira de longos anos de luta – D. Alice de Almeida – e recolheu-se a sua casa na praia de Tambaú, João Pessoa, dedicado à redação das suas Memórias, que abrangem toda a sua vida desde a infância. Espírito religioso, embora sem maiores exteriorizações, José Américo tem particular veneração por Nossa Senhora.

(Do livro A Palavra e o Tempo — 1937 - 1945 - 1950 — Edição Livraria José Olympio — 1965).

FONTE JORNALÍSTICA INESGOTÁVEL

Escrever sobre José Américo é estar sempre preparado para continuar na máquina, pois o homem não se cansa, nem tão pouco se cansam aqueles que o procuram sempre como notícia, como manchete, na ordem do dia permanente.

Já estava sendo xerografado este livro, para ser entregue ao seu destino quando a revista do Adolfo Bloch, *Manchete,* insere reportagem da maior atualidade. Fala José Américo sobre tudo que se quer saber no momento: AI - 5, Arena, MDB, participação da juventude na política, contratos de risco, reforma agrária, lingüística, nacionalismo.

José Américo é fonte jornalística inesgotável. Está sempre novo. Sempre atual. Sempre em dia com o mundo. Até na fazenda Riachão, lá para as bandas do Agreste paraibano, não consegue isolar-se. No último mês de confecção deste livro, vem *O Globo,* com pedaços de suas memórias; O *Jornal do Brasil* trouxe sua fala demolindo a censura de imprensa do Estado Novo; *Veja* traz o Ministro como poeta; e agora, *Manchete* traz José Américo na tradicional rede nordestina que ele usa mais para pensar do que para repousar à brisa nordestina...

É tão oportuno mais este pronunciamento de José Américo, que o encaixo nas últimas páginas do seu perfil, certo, porém, da renovação de seus pronunciamentos logo mais. Difícil acompanhá-lo no livro, pois as suas páginas envelhecem, à medida que a rotativa da imprensa funciona numa demanda constante de matéria prima que os jornalistas encontram sempre na fecundidade espantosa do homem que vê mais do que muitos e sabe dizer de tudo como poucos.

Abro espaço para *Manchete*, no texto de Ricardo Noblat:

A rede na sala da casa grande da Fazenda Riachaõ, em Areia, agreste da Paraíba, acalentava 88 anos de vida e, pelo menos, 26 anos de História política do Brasil, desde quando este homem de cabelos brancos e ralos assumiu, em 1929, a Secretaria-Geral do governo do seu estado, até 1955, quando desocupou o posto de governador. Entre essas duas datas, ele foi ministro duas vezes, duas vezes senador, uma vez candidato à Presidência da República; participou das revoluções de 30 e de 32, se opôs ao Estado Novo de 1937 e ajudou a derrubá-lo em 1945; e agora retirado em seu sossego, jamais deixou de acompanhar todos os episódios importantes da vida política do país, influenciando, indiretamente, muitos deles. É com essa autoridade, político e escritor de **A Bagaceira,** primeiro romance do ciclo da literatura regional no Brasil, que José Américo de Almeida dita suas memórias.

Serão cinco volumes da infância até as lembranças mais recentes.

Falando a *Manchete*, ele aborda os temas mais polêmicos do momento político nacional:

"É inegável o vazio de lideranças políticas no Brasil de nossos dias. Isso se deve, primeiro, à atrofia que o Estado Novo provocou, porque, em pleno totalitarismo, não havendo tribunas e havendo o medo, não se levantavam vozes; segundo, pelas transformações políticas que se dão no mundo. Os jovens foram deixando de se filiar aos partidos, considerados aquém das suas aspirações. Houve, também, responsabilidade da Revolução de 1964, não fechando o Congresso e promovendo logo novas eleições.

Assim, se mantiveram, as velhas lideranças, só que mal arrumadas nos dois novos partidos. Resolver a situação não é fácil. Essas tentativas de se criar alas jovens nos partidos não funcionou, isso é mero dirigismo. O que se tem de fazer é permitir a infiltração, cada vez maior e natural, dos jovens nos partidos, incutindo-lhes um espírito novo, uma nova mentalidade.

Quando o Brossard pede a palavra no Senado, por exemplo, ele leva uma palavra nova. É isso, não se pode voltar à política viciada do passado."

"A política hoje em dia ainda é muito viciada. A corrupção eleitoral, só para darmos um exemplo, ainda não foi extirpada do nosso meio e demorará ainda muito a sê-lo. Para atingirmos uma política nova, o exemplo deve vir de cima, das cúpulas governamentais."

"Não chegamos ao modelo político brasileiro por meio dessa radicalização de posições – O MDB acusando, a Arena defendendo.

Tem-se de pensar em transigências de ambas as partes. Não se compreende democracia sem oposição, é claro. Mas, o modelo que perseguimos só poderá ser encontrado pela união dos dois partidos. Um exemplo é o AI-5, que é dito pela Revolução como um instrumento de defesa contra a subversão. Mas, se os dois partidos chegassem a um denominador comum, o AI-5 poderia ser mudado em sua estrutura. Ele hoje é muito sumário. Talvez pudesse ser aceito sob uma outra forma, que satisfizesse também aos democratas. É aí que deve entrar a imaginação criadora dos políticos."

"Sou pelo bipartidarismo, para que não haja diluição de forças. Não temos educação política, nem disciplina partidária para justificarem a criação de mais partidos."

"Quando se procederam as cassações nas primeiras horas da Revolução de 1964, não havia um serviço de informações aparelhado para levantar dados suficientes, pesar alternativas. Assim, enquanto algumas cassações foram justas, outras não o foram. Eu disse ao Castelo Branco, que era muito meu amigo e, na época, presidente da República, que pensava dessa forma, e que talvez se devesse fazer uma revisão de algumas cassações. Ele me disse que não seria possível, que a hora não permitia."

"O desenvolvimento no Brasil tem duas bases: o apelo ao crédito externo e o apoio à empresa. É uma boa política, mas requer muita cautela para evitar que sejam lesados os interesses estrangeiros. Os contratos de risco foram uma imposição das circunstâncias, mas é inegável que eles não deixam de ser uma

brecha no nosso monopólio do petróleo. Sua assinatura deve se revestir de muitas cautelas."

"Inegavelmente, o Brasil se desenvolve. Mas só indiretamente esse desenvolvimento tem beneficiado a população. A miséria ainda é muito grande, principalmente no campo, apesar de algumas medidas de efeito social como a aposentadoria rural, por exemplo. O "Proterra" se reduz a transferir a terra de um proprietário para outro. A reforma agrária ainda não foi feita. Repito que ainda está por se fazer a política dos pobres, porque a dos ricos já foi feita. A população rural, que não é sindicalizada e a classe média, principalmente, estão sofrendo muito. Nossos problemas são muito difíceis porque foram abandonados por muito tempo."

"Conversando com um amigo comum no enterro de Manuel Bandeira, eu me referi à linguagem popular.

Lamentava que o brasileirismo já não fosse a fala comum. De fato, um diálogo do meu romance **A Bagaceira**, que para ser autêntico se revestia dessa forma, já não será entendido. A estrada de rodagem acabou com o cangaço, facilitando a repressão. Hoje, só há o pistoleiro. O rádio e a TV modificaram a comunicação. Já é uma raridade o emprego de certos arcaísmos, depósitos dos tempos coloniais, o que representa quase tudo que chamamos de brasileirismo. Ouvindo o rádio de pilha que está em toda parte, inclusive no meio rural, assimila-se seu estilo. Antes, o vocabulário popular era mínimo e por isso adquiria precisão. Hoje, qualquer analfabeto entremeia sua linguagem de palavras difíceis. Não somente a linguagem. Importa-se, também, a moda, como se importam os costumes. E o pior é que a imitação é sempre mais exagerada excedendo os limites convencionais.

Anteriormente, a influência era apenas literária. As várias escolas encontravam quem as copiasse. A semana modernista de São Paulo foi um grito nacionalista. Ainda bem que, não havendo escolas literárias, cada escritor tem o seu estilo pessoal. Há mais riqueza em variedade na produção individual e mais originalidade. Falar em nacionalismo é abordar todos os seus aspectos. Devemos ter um só, que seja fiel às nossas realidades e atenda às aspirações nacionais em todos os planos. Já temos uma experiência que indica qual deve ser o seu contexto. Essa preocupação deve ser mais exigente no plano político. Só devemos pleitear as formas de estruturação e desenvolvimento que representam os modelos de civilização moderna adaptáveis às nossas condições por serem, como a tecnocracia, um padrão do nosso tempo."

EM 1930 HOUVE APENAS UMA MUDANÇA DE PODER

A Revolução de 1930, que ele viveu intensamente; o Estado Novo de 1937, ao qual se opôs e contribuiu para sua derrubada; e a figura de Getúlio Vargas fazem parte das memórias políticas de José Américo de Almeida, que aparecerão no terceiro, quarto e quinto volumes da sua obra, que ele con-

sidera a última e a definitiva. Sobre esses três assuntos, ele deu um depoimento exclusivo a *Manchete:*

"De 1930, talvez não se possa dizer revolução, mas simples mudança de poder, porque lhe faltaram as reformas de base que lhe atribuiriam esse caráter. Nunca se deu uma transformação política no Brasil que se tornasse tão popular. Todas as camadas se ofereciam para que se levasse a termo não só as alterações próprias desses movimentos, como iniciativas mais corajosas, como seria, por exemplo, a revisão territorial. Faltou, porém, o centro regulador dessa política. Não se pode negar que se produziam algumas concessões à democracia moderna: o voto secreto, o voto feminino, a Justiça Eleitoral e a sindicalização.

A tentativa de representação de classe falhou por intervenção dos políticos que escolhiam os candidatos a dedo. Pode-se dizer que a maior conquista foi a incorporação das massas, que eram antes dependentes dos mandões, dos cabos-eleitorais, e dada a concentração do proletariado nos sindicatos, tornaram-se independentes. Apesar dessas limitações, a Revolução de 30 tem de ser considerada como ponto de partida de outro sentido político. Teve altos e baixos e, depois de constitucionalizado, o país entrou a recair nos mesmos vícios.

Infelizmente, os elementos empenhados na Aliança Liberal, com esse compromisso, acabaram, em sua maioria, apoiando o regime autoritário de 1937.

Esse regime de 1937 nasceu por uma tradição que vinha do Rio Grande do Sul: o amor ao poder. Lá, se perpetuaram algumas situações, embora se derramando muito sangue. O clima de violência da Alemanha e da Itália, concentrando o poder para conseguir sobreviver, contribuiu para que se formasse o mesmo espírito entre nós.

Acreditavam os dirigentes na sua permanência e prevaleciam-se desse precedente para nutrir suas ambições. Criou-se um preconceito de que ou o Brasil adotaria um regime de força, em condições de poder resistir ao que se chamava o perigo comunista, ou baqueariam as instituições. Era apenas um pretexto, porque Carlos Prestes, nesse tempo, estava em seu declínio, despreparado para qualquer golpe e mesmo para manter seu partido. O que se deu, paradoxalmente, foi a aliança do governo com o totalitarismo de Plínio Salgado. Deu-lhe mão forte, permitindo todas as encenações próprias da sua propaganda. A revolução de 1937 não teria tido êxito, se não tivesse sido desferida de cima para baixo, como um golpe branco. Getúlio Vargas tinha perdido a base parlamentar na Câmara dos Deputados; só o Senado ainda o apoiava, com algumas restrições. Além disso, não contava ele com o concurso dos Estados. Minha candidatura à Presidência da República foi lançada à sua revelia, tendo ele confiado a Benedito Valadares o papel de coordenador, para ir tomando tempo, até poder afastar flores da Cunha do governo do Rio Grande do Sul, o único impedimento ao seu sonho de continuidade. O político mineiro, depois de algumas sondagens, passou a preocupar-se.

Consultando um general seu amigo sobre se haveria ou não eleição, a resposta foi afirmativa, porque, desde a apresentação do meu nome, os conspiradores tinham cessado de movimentar-se. Então ele tomou-se de medo e fugiu para suas montanhas. Foram ao seu encontro amigos meus e de Armando Sales de Oliveira, que já era também candidato, tentando ambas as correntes alcançar sua opção.

Preferiu escorar-se na influência dos que me representavam e apresentou minha candidatura pelo rádio, inteiramente à minha revelia. Surpreendido, Getúlio Vargas desesperou. Foi João Alberto quem lhe levantou o ânimo, dizendo que desse tempo ao tempo. A polaca, como chamavam a Constituição de Francisco de Campos, já estava elaborada. Fiquei com 17 estados e Armando Sales com três, dos mais poderosos. A revolução parou. Nunca fui candidato oficial, nem Getúlio Vargas deu uma só palavra a meu favor. Aguardava os acontecimentos. Com a volta do General Góis Monteiro ao Brasil, a conspiração passou, novamente, a estruturar-se. Seu maior trunfo foi ter conseguido atrair o ministro da Guerra, General Eurico Dutra, para o movimento. Daí por diante, tudo mudaria. Sentindo a ameaça, adverti vários amigos, como Juraci Magalhães, Landri Sales e outros, para o perigo iminente e fui à Bahia, onde, num discurso em praça pública, denunciei o que se estava tramando. Falando em Minas Gerais, já acenava para os verdadeiros democratas, convocando-os para a resistência. Negava sempre nessas falas que fosse candidato oficial e exaltava as liberdades que foram sempre nosso padrão político. Cheguei, num encontro com o General Góis Monteiro, a responsabilizá-lo por tudo que estava acontecendo.

Seu livro de memórias confessa, nobremente, esse incidente. Procurei, também, Getúlio Vargas, a quem interpelei, usando da franqueza com que me acostumara a falar-lhe, como seu antigo ministro. Negou tudo e animou-se a prosseguir na campanha."

COMO GETÚLIO VARGAS PREPAROU O GOLPE DE 1937

"Tudo corria normalmente com as manifestações mais calorosas de fidelidade à democracia, nos comícios que se repetiam, até que, um dia, encontrando-se em casa com o comitê de propaganda da minha candidatura, revelei minhas apreensões. Disse que, enquanto minha vitória dependesse dos partidos e do povo, eu estaria confiante. Entretanto, tinha ciência de que o Ministério da Guerra tomara posição ao lado dos conspiradores. Como esse meu pronunciamento tivesse causado estranheza por ser o clima de euforia da parte dos meus correligionários, prontifiquei-me a ir acompanhado por um dos presentes, ouvir o General Eurico Dutra, com quem estava desavindo por causa da posição que tomara. Batista Luzardo, freqüentador da casa do ministro da Guerra, prestou-se a ir comigo. O que eu tinha em vista era uma manobra, certo de que obteria a confissão. De fato, depois de minha exposi-

ção, alegando que não seria por minha causa que se sacrificaria a democracia e dispondo-me a aceitar um nome que merecesse a confiança de todos, o General Dutra se abriu. Confessou que realmente ia dar o golpe, acrescendo que iria fazer o que se tinha feito na proclamação da República: atender à vontade do povo. Não me contive e repliquei que, naquele momento, os brasileiros tinham ficado bestificados, por não terem conhecimento do que se premeditava. E agora, nem isso acontecia, porque só eu e ele, o General Dutra, estávamos cientes do que se preparava. Cedendo a outros argumentos que formulei, rematou ele dizendo que já se tinha comprometido com Getúlio Vargas e não podia voltar atrás. Incumbi João Neves da Fontoura de procurar o presidente da República e dar-lhe parte de que eu estava inteirado de tudo e fazendo-lhe um apelo para desistir de uma aventura contra todas as aspirações, de direito e liberdade. João Neves não voltou porque, naturalmente, não conseguira remover o seu amigo do propósito de permanecer no poder.

Depois disso, só pensei nos preparativos da resistência. Comuniquei a Otávio Mangabeira, responsável pela candidatura de Armando Sales de Oliveira, o que se tramava e, ao mesmo tempo, mandei avisar a Juraci Magalhães para resistir. Tencionava ir a São Paulo e de uma grande tribuna conclamar todos os brasileiros para a defesa das instituições, mas o governo daquele grande Estado também tomara compromisso com os conspiradores. Diante da revelação, do que se tramara, a revolução, que estava marcada para 15 de novembro, antecipou sua data para 10 do mesmo mês. E assim desfechou-se o golpe. De Getúlio Vargas tenho a dizer que, em virtude da sua volubilidade política, sua figura tornou-se multiforme. Primeiro, no governo provisório, foi o Chuchu e o Gegê, como o povo o apelidava. Isto é: um sem sabor e um bonzinho. Tornara-se amorfo e tolerante. Era o centro mais ou menos inativo. Tornou-se necessário organizar um conselho secreto, do qual eu fazia parte com o General Leite de Castro, João Alberto, Pedro Ernesto, Juarez Távora e Oswaldo Aranha, para as grandes decisões. Diante dessa debilidade, afirmou-se o tenentismo. Getúlio Vargas era um homem servido de grandes qualidades, simples, complacente e pessoalmente honesto, mas, sendo detentor de uma grande coragem pessoal, não manifestava esse rigor. Houve uma hora em que a Revolução de 30 padecia de uma verdadeira furunculose de casos estaduais, com movimentos no Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco."

PORQUE ECLODIU O MOVIMENTO PAULISTA DE 1932

"Finalmente, dentro desse quadro de instabilidade, preparou-se São Paulo para reivindicar sua hegemonia, golpeada por erros da própria revolução. Em plena revolta, em 1932, falando aos beligerantes pelo rádio, tive ocasião de dizer: São Paulo aceitaria mais facilmente um mau governo de um general que um bom governo de um tenente. João Alberto rompeu comigo, mas era

uma verdade histórica. Durante os preparativos do levante, o Cordeiro de Farias, chefe de polícia daquele estado, levava ao governo documentos que evidenciavam o que se organizava. Getúlio Vargas não deu ouvidos a essas advertências e o movimento eclodiu, não tendo triunfado porque faltou o Rio Grande do Sul e os interventores dos Estados, quase todos militares, defendiam seus postos, participando da luta. Esse foi o Getúlio Vargas de 1930; no Estado Novo ele tomou outra configuração. Apoiado pelas Forças Armadas, ficou mais afirmativo. Em 1932, os generais tinham reivindicado a hierarquia e passaram a sobrepor-se aos tenentes. Parece que o tenentismo tinha muitos chefes, enfraquecendo-se a autoridade central.

Getúlio podia manter-se com segurança no poder. Se falhasse no momento esse apoio, ele cairia, como caiu em 45, sem um tiro ao seu favor. Se não possuía um gênio político, Getúlio Vargas era, quando nada, um condutor de massas. É um título que ninguém pode negar-lhe. Já tive ocasião de dizer que foi ele que deteve a marcha do proletariado para os extremos, principalmente para o comunismo, entretendo-o com os benefícios que estavam ao seu alcance. Daí a sua popularidade. Mas, no Estado Novo, o operariado perdeu muitas das suas conquistas, como acentuei no discurso proferido em Santos, em propaganda da candidatura de Eduardo Gomes. Quando se matou, verificou-se o maior impacto emocional a que já assisti na minha vida. Tinha declinado um pouco o seu prestígio, porque na campanha de 50 fora muito objetivo, chegando a fixar preços para cereais, mas suas promessas tinham se frustrado. Na última hora, porém, voltou a ser o ídolo, o mais chorado, o mais querido.

Para sua concepção de honra, foi um gesto de grandeza que todo o Brasil deplorou e ainda deplora. Sua pessoa não tem o mesmo culto, mas a sua memória é imperecível."

LUIZ RAFAEL MAYER

Um dia, dizia-me o Ministro Oswaldo Trigueiro, do Supremo Tribunal Federal:

"Estamos às vésperas de um novo ministro paraibano para o Supremo: Luiz Rafael Mayer, Consultor Geral da República."

A Paraíba já tinha dois, ele e o Djacy Falcão. Era muito ministro para tão pequeno Estado.

E Oswaldo Trigueiro foi discorrendo sobre o jovem monteirense de 56 anos que começara a vida aos 25 anos, como Prefeito do Município de Monteiro, emigrara para Pernambuco, onde foi promotor por concurso em vários municípios, até chegar à Procuradoria Geral do Estado, como Promotor Auxiliar.

Subira a Subprocurador Geral do Estado de Pernambuco, atingindo assim ao seu fim de carreira no Ministério Público, com apenas 10 anos de promotoria pública.

De Professor de Direito Penal, de Direito Privado, de Direito Administrativo e de Direito Civil, pelas Universidades Federal de Pernambuco e Católica do Recife, alcança Brasília, como assessor do Ministro da Fazenda, Procurador do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Chefe da Assessoria Jurídica do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Consultor-Jurídico do Ministério do Interior, Procurador da Superintendência da Zona Franca de Manaus e, por fim, Consultor-Geral da República, recentemente em 1974.

E tudo isto parece escrito na vida de Luiz Rafael Mayer, pois orador da turma de concluintes do Colégio Salesiano de Recife, orador da turma de Bacharéis da Faculdade de Direito do Recife, em 1943, membro do seu Diretório Acadêmico, Diretor Assistente da Casa do Estudante de Recife, já se firmava uma liderança que os anos se encarregaram de dar corpo.

DEPOIMENTO DE CONTERRÂNEO

O seu conterrâneo de Monteiro, o velho tabelião Jayme Bezerra de Menezes, conhecendo por dentro e por fora os seus munícipes, dos bancos da

Escola Primária às Universidades,diz de Luiz Rafael Mayer, em plaquete sobre munícipes ilustres:

"Neto de francês e filho de comerciante, é esse monteirense um justificado orgulho de sua terra pelo seu reconhecido equilíbrio e proclamada cultura. Modesto, reservado, foi orador da turma de concluintes do ensino médio do Colégio Salesiano e o orador dos bacharelandos de 1943 na Faculdade de Direito do Recife. Ingressou no Ministério Público, chegando a Subprocurador. Transitou pelos Ministérios da Fazenda e do Interior como Consultor Jurídico e é hoje Consultor Geral da República, considerado com justiça como um exegeta das nossas leis. Prefaciou um dos livros do escritor Frei Romeu Peréa."

O MESMO HOMEM 32 ANOS DEPOIS

Remetendo-me o discurso de orador da turma de bacharéis de 1943, da Faculdade de Direito do Recife, Luiz Rafael Mayer dizia com muito humor:

"Os remanescentes da época ainda poderão dar testemunha do enfado geral, numa tarde quente de Recife, ternos de casemira escura, anáguas e plissados de seda."

Na verdade, ainda se trata de uma oração de grande atualidade, na qual o autor analisa a conjuntura dos tempos, vindo de todas as angústias, numa radiografia percuciente em que sistemas e ideologias são focalizadas em ângulos precisos.

Passando pelos dramas de gerações, penetrando o sentido dos tempos à busca de erros e verdades, recorrendo a Maritain para a interpretação a definir a expressão espiritual da humanidade:

"Uma trágica contradição das máscaras e dos papéis; ora máscaras de iniqüidade a encarnarem um papel de justiça, corrompendo-o; ora máscaras de justiça a desempenharem o papel da iniqüidade, provocando a própria decomposição e expondo à blasfêmia o seu nome santo".

Não se deixa Luiz Rafael Mayer contaminar pelo agnosticismo, encontrando na espiritualidade o poder do homem de interferir no movimento do mundo, determinando posição e alcance de responsabilidades.

É ainda de Luiz Rafael Mayer no seu discurso de orador da turma:

"O homem, pela natureza mesma da sua inteligência, superando as limitações do material e do sensível, do espaço e do tempo, percebe o bem, abstração feita de todo limite, o que assegura ao conhecimento intelectual um parentesco de graus analógicos com a inteligência suprema, pela universidade e infinidade de suas concepções, que tornam bens a perseguir pela vontade."

E nesta perseguição o jovem bacharel monteirense chega com otimismo a idade moderna, afirmando:

"No resultado, no precipitado histórico estão efetivadas e plenamente desabrochadas todas as virtualidades e todas as forças germinantes do devenir histórico. Porque as verdades históricas requerem um tempo para sua inteira vivência, para que esgotem todas as suas possibilidades e revelem nas conseqüências o capital de verdade e de erro, de bem e de mal."

Passando pelo totalitarismo, que encontrou seu canto de cisne nas praias da Normandia, nas florestas das Ardenas e nas costas sicilianas, Luiz Rafael Mayer, bem o classifica:

"O aspecto de heroísmo escatológico, a tensão do irreal e da fantasia; o clima de violência gerado pelo temor da própria segurança e da estabilidade no real, – é bem um sinal certo de fraqueza, pois sabemos que quanto mais fracas, por anti-humanas, as instituições, mais compensam a fraqueza com a exterioridade e a violência do aparato; tudo nos indica que ele é, enfim, o último apelo às forças consagradas ao seu advento, de que é os últimos resíduos históricos e ideológicos; tudo nele nos esboça verdadeira imagem de um mundo em agonia".

Repelindo a fórmula de Nietzsche – "Se existisse Deus como suportaria eu não ser Deus?"; acondicionando-se à sombra de ambiente espiritual de sutis tendências e finas repercussões, faz o monteirense sua depuração ideológica, rejeitando Kant, Hegel e Marx, para uma integração com "o Direito que se transformará em violência e imposição desordenada da força, se não tiver conteúdo espiritual, sua força vital".

Define Maquiavel que consagra antinomias irredutíveis e demarca ritmo histórico pressago, nas separações irresolúveis entre o espiritual e o temporal, entre a política e a sociologia, entre a moral e o Direito e entre o Direito e o Estado, entre a autoridade e a liberdade e entre a comunidade e o princípio.

O ESPIRITUALISTA

Na sua longa peregrinação pelo campo sócio-econômico e todas as suas conseqüências no campo político e ideológico, Luiz Rafael Mayer não perde a sua espiritualidade, reconhecendo que "o mundo moderno sem alma, cresceu, entre a máquina e a produção, esquecendo-se do homem, mundo esvaziado do sentido do espírito, prisioneiro da técnica", para afirmar confiantemente:

"O homem não é um tipo histórico, é um pensamento, uma palavra desde a eternidade. Aí se limitam as possibilidades do seu desenvolvimento e do seu alcance histórico e espiritual. Não valem os secionamentos violentos da História, porque se ela não se repete, como o homem, continua no entan-

to a peregrinação da espécie na continuidade biológica e espiritual. O homem atingirá a sua plenitude quando ordenar os valores numa superposição hierárquica estabelecida formalmente mais vitalmente realizada, importando numa série de dificuldades essenciais.

A liberdade é a plenitude do homem. É a forma da pessoa humana, a sua expressão total. Os ideais podem variar, mudarem as condições de efetivação, impregnarem-se do espírito do tempo ou das necessidades históricas do homem, mas o fundamental, o essencial da cultura da personalidade, para sempre se estabelece na intimidade das intenções fundamentais do ser.

O homem, enquanto pessoa, deve superar o mundo mecânico e técnico, o Estado e a economia, a classe e a Nação, e sobre eles realizar-se na espiritualidade do seu destino. Sem esta superação não existirá o homem, mas o autômato, o indivíduo absorvido na massa. O dilema é irretorquível: a plenitude ou o vazio, a personalidade intangível ou o aniquilamento, a liberdade ou o nada. Na liberdade se assenta o paradigma do homem novo e se firma o signo dos tempos novos, como o ideal mais puro e mais fecundo, mensageiro da paz humana e universal e vocação mais alta dos destinos humanos".

Aí está um discurso de 30 páginas que não aflige, nem maça, pena é que não esteja perenizado em livro e aqui fica um lembrete à Imprensa Universitária da Universidade de Pernambuco. Não houve "enfado geral" como dizia Luiz Rafael Mayer, e depois de 32 anos venho de lê-lo com encantamento, não se tendo nada a contestá-lo, mas a louvá-lo, pela viagem que leva às doutrinas, aos regimes, às filosofias e ao mundo do pensamento universal, para concluir-se e afirmar-se na espiritualidade que ainda é a chama a ativar homens no campo das idéias e nas suas buscas pela felicidade e bem-estar social.

AMOR AO DIREITO, À JUSTIÇA E À LIBERDADE

No seu discurso, em nome do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na sessão comemorativa do Sesquicentenário da Independência, Luiz Rafael Mayer é o mesmo nas idéias e no estilo, afirmando que:

"Nação que se encontra a si mesma é Nação que afirma a soberania, realizando-se no Estado, como é o povo que estabelece esse ser jurídico, decidindo as bases de sua estrutura e constituição.

Essa realidade estava implícita e prefigurada nos movimentos, nas revoluções e nas conquistas que fecundaram os acontecimentos determinantes de nossa independência, como continuam a inspirar todo o esforço nacional no sentido do aperfeiçoamento e completude do ordenamento jurídico dela necessária decorrente. Convergiam desse modo os fatores e os dados imprescindíveis não apenas ao fenômeno político da emancipação nacional, mas à composição de um Estado de Direito".

E nas conclusões, fala o advogado, o jurista e o homem de idéias e pensamentos consolidados ao longo de mais de trinta anos de graduado:

"Tanto quanto, no conjunto das nações soberanas, a independência dos Estados antes afirma do que nega a onipresença de uma só humanidade, o judiciário, no conjunto dos Poderes, mais se afirma quando se confunde, na sua vocação e no seu destino com a própria nação una e indivisível.

Resguardam-se, aqui, na grandeza da missão da mais alta Corte do Poder Judiciário, a substância mesma do Estado Brasileiro, a sua Constituição e suas leis e a substância mesma dos direitos humanos fundamentais. Desses dois integrantes se formam as Nações, se estruturam os Estados, vivem os povos. Por eles, explica-se a soberania e se confirma a independência".

CUMPRINDO PRECATÓRIA DO AUTOR

Evidente que Luiz Rafael Mayer se surpreendeu com o convite para responder questionário e fornecer elementos para participar de **Presença da Paraíba no Brasil**. Modesto, julgava-se à margem da seriação dos valores que procurei juntar neste livro. Acontece que não só participa dos escalões mais altos da República, mas como é uma vida que desponta, desde os tempos de colégio e faculdade, com revelações de liderança. Não é sem razão que Oswaldo Trigueiro proclama sem segredo, que qualquer dia destes, Luiz Rafael Mayer estará no Supremo Tribunal Federal. Quem é Consultor Geral da República e com curriculum tão denso, está perto da Corte Suprema a cada momento que se abre uma oportunidade que valores jurídicos são convocados.

Aqui está Luiz Rafael Mayer cumprindo a minha precatória:

"Meu caro Abelardo Jurema:

Veja essa informação no precioso **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência), do professor Coriolano de Medeiros, sobre o município que, então se chamava Alagoa do Monteiro:

A falta de bons caminhos no Estado tem arrastado o município para a órbita de Pernambuco, cuja viação férrea lhe fica mais ou menos a 12 léguas, enquanto que o ramal de Campina Grande dista para mais de 30. Pode comunicar-se por maus caminhos com Cabaceiras e São João do Cariri e daí com Campina, graças às excelentes estradas carroçáveis e de rodagem já existentes. Ainda assim a distância a vencer é maior e o transporte mais dispendioso, inconvenientes que certamente desaparecerão quando uma estrada carroçável, prolongamento da de Campina Grande – Cabaceiras, atingir Alagoa do Monteiro, subindo pelo vale do Paraíba superior.'

Está aí, num pequeno toque, uma grande desculpa por não ter sido um paraibano integrado na vida do meu Estado. Esse condicionamento foi

determinante para os conterrâneos de minha geração que todos, quase sem exceção, buscaram em Pernambuco o curso natural do desenvolvimento intelectual e profissional. Para dar mais importância à minha terra, poderia até falar numa feopolítica de Monteiro. Sem canais de comunicação e sem uma ampla participação na vida política do Estado, Monteiro foi muito habilmente mantido, por um chefe político quase vitalício, imune às influências diretas das figuras principais da política paraibana. A barreira sempre funcionou para os dois lados, impossível aos jovens, de então, transpô-la para alguma realização na vida pública.

VIDA PERNAMBUCANA

Eis aí porque não deixei a província para entrar no cenário nacional, mas em outro cenário provincial, muito aberto à colaboração de numerosos paraibanos. Aí estudei e entrei na vida profissional, feito Promotor Público, numa carreira que me deu alguns momentos de satisfação interior, quando escolhido especialmente para enfrentar os casos difíceis, em oposição aos remanescentes do coronelismo, ao tempo em que, na Paraíba, já haviam sumido. Numa outra escala social, foi-me muito grato dar assistência ao operariado da cidade de Paulista, em confronto com o poderio industrial, então incontido, dos Lundgren, isso, naturalmente, no âmbito restrito de minha função. Sempre fui um funcionário da Justiça, daí não saí, isso muito me agradou e, progressivamente, quando na escala das promoções a minha atividade se tornou mais intelectual, a de um parecerista, a de um "trabalhador do direito", como diria Carnelutti. Essa linha continua no desempenho de funções no plano federal, o que mostra bem a sua correspondência com o meu espírito.

PRESENÇA DA PARAÍBA NA ALMA

Por aí você vê o quanto de tempo me acho afastado, culturalmente, da Paraíba, em que pese o forte vínculo sentimental que dela nunca se desprendeu, como nunca desapareceu o interesse pelo seu destino histórico. Mas isso me tira o conhecimento de causa para julgar dos seus homens públicos, embora esteja de acordo em aceitar os seus mitos, um João Pessoa, um Epitácio, um José Américo, nessa ordem.

Da convivência paraibana, da convivência monteirense, é bom lembrar Netário Brás, médico ilustre em Recife, Clemenceau Dutra, juiz em Recife, Djacy Falcão. Dos paraibanos não monteirenses, colegas de turma, paraibanos ilustres, que foi, pelo caráter e pela dedicação ao interesse público, José Medeiros Vieira.

Citei, de minhas preferências literárias, os nomes a que me sinto realmente afeiçoado: Machado, Eça, Drummond, Fernando Pessoa, Dostoievski, Graham Greene.

"Le moit est haissable". É duro ofício, para o meu temperamento, escrever na primeira pessoa. Faço-o, caro Abelardo Jurema, com o propósito de não estorvar o que você de mim pretendeu, confessando-lhe não ter serviços prestados à Paraíba ou ao País, que justifiquem sentir-me, realizado, não que me sinta capaz de maiores, mas por convencido de que não são relevantes os que prestei. Subjetivismo, subjetivismo, a dialética.

Espero tenha cumprido a sua precatória, eis o vezo do advogado, mas cumpri-la é tudo o que importa".

CURRICULUM
DADOS PESSOAIS

Nome: Luiz Rafael Mayer
Filiação: Marcolino Mayer de Freitas e Lydia Rafael Mayer
Data de Nascimento: 27-03-1919
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Monteiro, Estado da Paraíba
Estado Civil: Casado
Nome do Cônjuge: Leide Diógenes Mayer
Residência: SQS 110 – Bloco "I" – Apto 303 – Brasília - DF
Tels.: 43-95-16 e 43-74-49
Residências Anteriores: Rua do Sossego, 755 – Recife - Pernambuco
Rua Pompeu Loureiro, 111 – Apto 501 – Rio de Janeiro
Local de Trabalho: Consultoria Geral da República – Tel.: 23-57-02
Carteira de Identidade: n. 56.284 – S.S.P. – Pernambuco
Certificado de Reservista: 2a. Categoria – n. 140.429 (14a. CR/7a. RM)
Título de Eleitor: n. 2.905 – 11a. Seção – Circunscrição: PE. Município: Recife
Cadastro de Pessoas Físicas: n. 009.148.867
Carteira de Advogado: n. 1.011 – Inscrição n. 802 – O.A.B. – PE

CURSOS E ATIVIDADES ESCOLARES

Ginasial: Colégio Salesiano – Recife – (1931 - 1936)
Pré-Jurídico: Colégio Pedro Augusto – Recife – (1937 - 1938)
Jurídico: Faculdade de Direito do Recife – (1939 - 1943)
Orador da Turma de Concluintes do Ginásio (Colégio Salesiano – 1936)
Orador da Turma de Bacharéis da Faculdade de Direito do Recife – (1943)
Membro do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife (1939 - 1941)
Diretor-Assistente da Casa do Estudante de Pernambuco – (1939 – 1940)

CARGOS PÚBLICOS E ATIVIDADES FUNCIONAIS NO ESTADO

Prefeito do Município de Monteiro – Paraíba – (1944 - 1945)
Promotor Público do Estado de Pernambuco, por concurso de provas realizado em 1945, exercício ininterrupto de 1945 a 1955, período em que foi promovido, por merecimento, de primeira à segunda, e de segunda à terceira entrância. Comarcas: – Serrita, Maraial, Gameleira, Igarassu, Paulista, Recife.
Promotor Auxiliar da Procuradoria Geral do Estado – (1952 – 1954)
Membro do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco (1962 - 1964)
Subprocurador-Geral do Estado de Pernambuco (final de carreira do Ministério Público, promoção por merecimento), de 1955 a 1966, quando se aposentou como Procurador-Geral do Estado.
Presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco – (1951 - 1953)
Membro da Comissão Examinadora do Concurso para Oficial Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco – (1962)
Indicado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, em lista trinômine, para a vaga de Desembargador, no quinto do Ministério Público – (1958)
Conferencista do Curso de Política, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco – (Outubro de 1956)
Relator da Comissão nomeada pelo Governo do Estado para dar parecer sobre o Regimento de Custas do Estado (1955).

MAGISTÉRIO SUPERIOR

Professor de Direito Penal, na Escola de Serviço Social de Pernambuco – (1957 - 1960)
Professor Assistente de Instituições de Direito Privado, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Pernambuco – (1961 - 1963)
Professor de Direito Administrativo, do Curso Superior de Administração, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Pernambuco – (1961 - 1963)
Professor Substituto de Direito Civil, da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Recife – (1962 - 1963).

CARGOS E FUNÇÕES FEDERAIS

Assessor do Gabinete do Ministro da Fazenda (1963)
Procurador do Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE (1964)
Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica do Ministério Extraordinário para a coordenação dos Organismos Regionais – MECOR (1964 - 1967)

Consultor-Jurídico do Ministério do Interior, a partir de março de 1967
Procurador da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a partir de janeiro de 1969

Consultor-Geral da República, a partir de abril de 1974.

ATIVIDADES E FUNÇÕES VINCULADAS À ADVOCACIA

Advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Fiação e Tecelagem de Paulista, em Pernambuco – (1944 - 1945)

Diretor de Estudos Sociais da Federação dos Círculos Operários de Pernambuco – (1955 - 1963)

Secretário do Conselho Seccional de Pernambuco, da O.A.B – (1955 - 1958)
Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (Conselho Federal) – (1969 - 1970, 1971 - 1972, 1973)

Membro da Banca Examinadora do Concurso para Juiz do Trabalho, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª. Região - (Recife) – (1962)
Orador, como representante da O.A.B., na comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, no Supremo Tribunal Federal. (D.J. – 15.9. 1972) (Publicação na Revista de Direito Administrativo, vol. 110, p. 423)

TRABALHOS PUBLICADOS

"O Processo Administrativo Disciplinar e o Direito de Defesa"
(in Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco – 1962)
"Autarquia"
(in Anais do Encontro Jurídico do MINTER, 1972)
"Supremo Tribunal Federal: Expressão da Independência"
(in Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, vol. 10, 1973)
"Direito da Irrigação no Brasil"
(in Revista de Direito Agrário (INCRAR), n. 2, 1973)
"A Natureza Jurídica dos Territórios Federais"
(distribuição da Consultoria Jurídica do MINTER)

OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELLO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

"RESOLUÇÃO No. 15/73

Confere ao Ministro OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELLO o Diploma de Professor "Honoris Causa" da Universidade Federal da Paraíba.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a deliberação unânime do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, e o que decidiu, igualmente por unanimidade, o plenário deste Colegiado, em reunião de 02.08.73 (processo no. 76.997/73).

CONSIDERANDO o Excelentíssimo Senhor Ministro OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELLO um dos paraibanos que mais se tem distinguido no cenário intelectual, administrativo e jurídico do País;

CONSIDERANDO o nível excepcional e a alta qualificação com que o eminente jurista vem exercendo representações da mais elevada expressão da vida pública brasileira, seja no âmbito do Poder Executivo, como Governador do Estado e Embaixador do Brasil na Indonésia, seja como parlamentar, na representação da Paraíba à Baixa Casa do Congresso Nacional, seja no Poder Judiciário, como Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO ter Sua Excelência emprestado decisivo apoio à criação da Faculdade de Direito da Paraíba, ao seu tempo de Governador do Estado, tornando-se, desta forma, um dos precursores da nossa Universidade;

CONSIDERANDO, ainda, o espírito público e descortino assinalados na sua atividade destacada de Advogado em nosso Foro e nos auditórios dos grandes centros do Sul, dignificando com esses títulos não só o exercício da profissão liberal, como os postos que tem ocupado;

CONSIDERANDO, finalmente, ser de todo merecida a homenagem que se lhe pretende tributar, por proposta do Conselheiro Juarez da Gama Batista.

RESOLVE:

Art. 1º – É conferido ao Excelentíssimo Senhor Ministro OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELLO Diploma de Professor "Honoris Causa" desta Universidade.

Art. 2º – Fica a Reitoria autorizada a adotar as providências para a entrega do referido título, em solenidade no estilo tradicional dos atos desta natureza, e cuja data será fixada oportunamente.

Art. 3º – A presente Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, em João Pessoa, 02 de Agosto de 1973.

HUMBERTO CARNEIRO DA CUNHA NÓBREGA
REITOR, PRESIDENTE DO CONSELHO"

Poucos homens com a sua sobriedade, a sua sisudez, a sua elegância britânica, os seus bons modos, as suas boas maneiras, a sua meticulosidade, a sua moderação em gestos e no falar, a sua segurança na fala e na exposição. Trata-se de uma personalidade que se não tivesse nascido no município de Alagoa Grande, bem que poderia ter nascido em Cambridge ou Oxford. Não é homem de amigos íntimos. Intimíssimos, poucos. Íntimos, raros. Amigos, muitos, mas sempre à distância, no tratamento cordial e afetuoso, sempre na obediência das convenções sociais.

Como advogado, no Rio de Janeiro, era o mesmo como Governador da Paraíba. Deputado Federal, na mesma linha de Embaixador em Jakarta, na Indonésia. Procurador Geral da República, com as mesmas tintas que o apresentam como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Do solteirão de ontem e do casado de hoje, a diferença é pouca. Quase nenhuma. A mesma seriedade, a mesma compostura, o mesmo homem provecto, a sisudez dos velhos com os traços vivos da juventude.

Como muitos paraibanos que se formavam num passado em que o mercado de trabalho pela Paraíba era escasso, andou aplicando seus conhecimentos e as suas luzes jurídicas no interior de Minas Gerais, como Promotor de Justiça, Inspetor de Ensino Secundário e Advogado.

Fiel às tradições nordestinas, atendeu a convocações políticas, para uma investida na campanha da sucessão presidencial em 1930, ao lado da candidatura Júlio Prestes.

Reintegrou-se, em 1931, à sua profissão de advogado, fixando-se no Rio de Janeiro.

O ADMINISTRADOR

De novo convocado, em 1936, volta à Paraíba, exercendo o cargo de Prefeito da cidade de João Pessoa, no Governo Argemiro de Figueiredo,

onde se firmou como administrador, mais tarde, 1947, definitivamente comprovado como Governador do Estado.

É Luiz Pinto, em **Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba**, quem assinala:

"A política partidária da Paraíba recebeu o doutor Oswaldo Trigueiro com o pé atrás. Todos sabiam que o seu temperamento não se ia adaptar a conveniências e conchavos, tão do molde do caudilhismo oligárquico dominante. Mas, mesmo assim, assumiu o Poder no dia 6 de março de 1946, e devia governar até 1951. Mas, a 2 de julho de 1950, resolveu renunciar, entregando o Governo ao Doutor José Targino, naquela data, o qual dirigiu os destinos paraibanos até 31 de Janeiro de 1951.

O Estado, no período de 1947 a 1950, apresentou o seguinte modelo, quanto à Receita e Despesa demonstradas no quadro que se segue:

	RECEITA	DESPESA
1947 –	91.333.585	96.007.611
1948 –	121.010.995	118.361.265
1949 –	125.064.854	143.195.366
1950 –	152.670.858	157.700.457

E este equilíbrio orçamentário é milagrosamente mantido às custas de uma austeridade que só pode ser bem compreendida por quem conhece o Nordeste. Agamenon Magalhães dizia que administrador não é o que governa Estado rico. Administrador de verdade, dizia, era quem levasse uma Alagoas ou um Pernambuco, um Sergipe ou um Rio Grande do Norte, para o progresso e o bem-estar de sua gente. Governar sem dinheiro! Eis o grande segredo do verdadeiro administrador.

Mesmo assim, ainda é Luiz Pinto que enumera a obras e realizações, nos campos de obras públicas, do ensino, da rede hospitalar, de fomento agrícola e pecuário, saneamento e abastecimento d'água, serviços elétricos, rodoviários, açudagem e irrigação.

Por estes tempos os auxílios federais eram quase inexistentes, valendo-se os governadores com os recursos de casa.

TESTEMUNHO DE ADVERSÁRIO

E nenhum testemunho mais eloqüente sobre Oswaldo Trigueiro do que o prestado pelo Senador Ruy Carneiro, em discurso no Senado Federal, por ocasião de sua aposentadoria do Supremo Tribunal Federal, do qual foi Presidente:

"Oswaldo Trigueiro foi para o Governo do Estado da Paraíba, em pleito duro, em 1946, quando, à frente do meu partido, pugnei incansavelmente pela eleição de um não menos ilustre e de talento, Ministro Alcides Carneiro,

do Superior Tribunal Militar. Fiz-lhe oposição honesta e construtiva e manifestei sempre os meus aplausos de conterrâneo, ante a sua ascensão a uma Embaixada no Exterior, à sua investida no Tribunal Superior Eleitoral, na Procuradoria Geral da República, no Supremo Tribunal Federal e na sua elevação à Presidente desta Suprema Corte.

Agora, que o Ministro Oswaldo Trigueiro deixa o Supremo Tribunal Federal, entre homenagens das mais justas e expressivas, quero juntar a minha, com o meu mais alto apreço, a minha maior admiração e os meus votos para que tenhamos sempre de tão eminente jurista, luzes que nos ajudem sempre a palmilhar caminhos em busca da felicidade do Brasil".

DE JUIZ PARA JUIZ

E do Juiz Oswaldo Trigueiro, fala outro Juiz, Aliomar Baleeiro:

"Todos, aqui dentro, o conhecem e testemunharam o labor profícuo, a assiduidade ininterrupta, a pontualidade irrepreensível, a intuição aguda, a segurança invariável, a cultura polimorfa desse colega, que reúne tantos merecimentos dificilmente encontradiços na mesma individualidade.

Descendente de homens rijos e tenazes, que se retemperavam na luta áspera contra os elementos adversos da natureza e contra o tumulto duma sociedade varrida pelos vendavais das paixões políticas, oriundas de causas históricas e sociológicas, Trigueiro forjou o caráter na coragem fria e controlada, na disciplina do esforço racional, no espírito inflexível do dever. Conviveu com os perigos e os estrépitos da guerra civil, não o esmoreceram os períodos de adversidade, não se deslumbrou com a ascensão, não capitulou às vertigens das tentações políticas nem se corrompeu com o exercício do poder. Tipifica ele, bem, a excelência física, moral e intelectual do homem do Nordeste, segundo a tese sociológica do sábio Professor Silva Melo.

O homem, nele, formou-se de muitas e variadas experiências. Viu muitos países. Exerceu atividades diversas. Observou de perto muitas personalidades na opulência multiforme dos caracteres humanos. Leu muito e não leu apenas o Direito. Assistiu de perto a subida e a queda de Governos, o fastígio e o declínio de instituições.

Já se disse a nossa foi a geração sacrificada, porque coeva de duas grandes guerras mundiais, de um sem-número de revoluções, golpes d'Estado, motins, ditaduras, expansões demagógicas... Outros, mais serenos e menos dramáticos, identificam nessas peripécias os choques inevitáveis de mutações sucessivas das velhas estruturas sociais na marcha para uma gigantesca e imprevisível Revolução, somente comparável às da segunda metade do século XVIII.

Espectador e muitas vezes ator nesse desenrolar de acontecimentos, de década em década, Trigueiro trouxe para sua judicatura a cosmovisão, sem

a qual ninguém pode ser juiz completo. Mais de uma vez Luis Gallotti, outro grande magistrado, repetiu a vetusta verdade de que o jurista, apenas jurista, não chega sequer a ser um jurista.

O que Oswaldo Trigueiro aprendeu nos livros, nos fatos e nos homens explica a sua magnífica atuação de magistrado.

Seus votos sólidos e fundamentados, na RTJ, são um modelo de clareza concisão e penetração nos problemas. Não há, neles, uma palavra a mais ou a menos. Diz todo o necessário ao argumento e nada de supérfluo. Participando, a sobriedade é a mesma. Ouve atentamente e só interrompe se, no debate, foi omitido ou esquecido um ponto decisivo. Ele, então, o expõe no mínimo de palavras. Nunca fala, para afinal, reiterar o que por outros já foi aduzido. Nunca repete o óbvio.

Domina todo o Direito, mas ainda é o Direito Público o de sua predileção.

Na tarefa política, que incumbe ao Supremo Tribunal na manutenção perpétua do sistema federativo, o estadista Trigueiro sobrevive na preocupação de resguardar a perenidade do Estado-membro, trate-se de sua autonomia, trate-se de preservar-lhe as receitas ameaçadas pela política fiscal da União. O internacionalista e o político por tantos anos no plano federal não asfixiaram a angústia da pequena pátria, a Paraíba distante, mas tão viva dentro dele. E essa fidelidade ao Estado reflete-se na simpatia a todos os Estados.

O juiz discreto e avaro de palavras, quando ainda não vestiu a toga antes da sessão, ou quando a despe para os 20 minutos do chá, não seria reconhecido pelos que assistem nos julgamentos no fundo da sala do plenário.

O causeur cintilante transforma o homem. Ninguém é mais informado sobre os fatos do País ou do mundo, agora ou nos longos do passado histórico. Vai ao âmago de qualquer episódio da República acaso recordado por outrem e, armado de prodigiosa memória, diz os nomes, prenomes e alcunhas de personagens, as vinculações da família, a perspectiva da grande História e o recôndito de *petite histoire*. Do palco iluminado aos bastidores da política de cada época, sabe o mecanismo íntimo das molas do autômato e pode trautear a melodia da orquestra.

Que formidável e impressionante memorialista poderá ser o juiz sisudo e medido nas suas palavras em assentada de julgamento!"

ATUALIZAÇÃO

Em pinceladas de colunista político diário, um Carlos Castelo Branco, com a sua autoridade de crítico de homens, de fatos, de ideologias e de governos e governantes, basta para uma conceituação da figura de Oswaldo Trigueiro, no plano geral da cultura a serviço da Nação.

Carlos Castelo Branco foi dizendo, outro dia, pelo *Jornal do Brasil:*

"O País dispõe de um elenco de juristas com conhecimento de Direito, de História, de Filosofia Política e com experiência que lhes deu o exercício de elevadas funções, aptos portanto, a opinar e a oferecer sugestões que clarifiquem a mente dos dirigentes e lhes inspirem soluções para os impasses que estrangulam as instituições nacionais.

Não é preciso buscá-los nas prateleiras de homens enterrados pelo movimento de 1964. Eles se encontram entre os quc, em altos postos, serviram ao processo revolucionário sem prejuízo das suas convicções. Citaríamos, entre outros, Afónso Arinos, Prado Kelly, Themistocles Cavalcanti, Oswaldo Trigueiro e já, agora Aliomar Baleeiro que reconquista sua forma física.

O Ministro Trigueiro antecipou-se de resto a apelos diretos e, convocado por um grande jornal, não hesitou em iluminar com sua cultura e suas idéias nítidas o panorama atual, restaurando nações que os políticos haviam perdido no curso de um processo traumatizante.

A imaginação criadora é indissociável da competência. O Ministro Trigueiro deu um exemplo de como, acionada, pode despertar essa imaginação política da qual tanto espera o Presidente Geisel. Que outras competências sejam acionadas e se estabeleça um diálogo do mais alto nível para a edificação dos políticos que se reunem na rotina do Congresso e do Governo, envolvidos na solução de problemas imediatos e inarredáveis".

Eis aí o Oswaldo Trigueiro atualizado, aposentado do Supremo Tribunal Federal e com reservas para iluminar caminhos, de passos firmes pela conjuntura nacional e com a oportunidade que um cronista político, da argúcia de Castelo Branco, assinala que "pela primeira vez determinado problema é posto sob um ângulo que havia escapado aos políticos, na viabilidade de sugestões que lhe brotam do senso jurídico".

Advogado, administrador, diplomata e juiz, Oswaldo Trigueiro, apesar dos grandes serviços que já prestou ao País, de Alagoa Grande a Brasília, via Jakarta (Indonésia), apesar dos seus livros e trabalhos publicados, numa variedade de temas, mas na mesma consonância jurídica, política, administrativa e social, não se entregará sem dúvida ao "ócio com dignidade", pois a chama que o conduziu a uma trajetória das mais seguras pela vida, haverá de inspirá-lo a novas buscas nos mais altos planos do direito e da cultura.

DEPOIMENTO

Ao questionário que lhe fiz, assim disse:

"a) Em meus tempos de estudante fiz amizades preciosas, que ainda perduram. Entre as que a morte extinguiu, destaco as de Agripino Barros e Braz Baracuhy, com quem sempre contei, dedicadamente, em todas as horas.

b) Minha experiência no Supremo Tribunal, onde cheguei aos sessenta anos, convenceu-me de que perdi muito tempo fora da magistratura.

CASTELO: O MAIOR PRESIDENTE

c) O único Presidente da República com quem convivi em razão de meu cargo de Procurador da República – foi o Marechal Castelo Branco. Creio que, por seus predicados intelectuais e morais, e sobretudo por sua extraordinária capacidade política, ele não ficará colocado, historicamente, em nível inferior aos dos mais eminentes brasileiros que passaram pelo governo da Nação.

DESALENTOS

d) Minha carreira política, de feição amadorista, teve altos e baixos e, como é natural, alguns transes difíceis. O insucesso da campanha de 1930 foi desalentador. Mas eu era moço e podia esperar. Com o tempo, voltei à atividade partidária, com relativo êxito, somente explicável pela generosidade característica da política paraibana.

EVOCAÇÕES DOS AMIGOS

e) Dentre as recordações pessoais, que preservo, assinalo as de Antonio Massa e Heráclito Cavalcanti, aos quais me liguei, no começo de minha vida, por laços de gratidão e amizade. Nenhuma lembrança, porém, é mais nítida que a de Flávio Ribeiro Coutinho, grande e querido amigo, a quem acompanhei politicamente durante um quarto de século.

PRESENÇA DA TERRA NATAL

f) Para terminar, respondo o quesito nº 9, concretamente, dizendo-lhe que a causa mais importante que pude realizar foi o abastecimento de água de Alagoa Grande".

A PARAÍBA, ZELOSA PELOS SEUS VALORES

Como disse na apresentação, a Paraíba é muito zelosa pelos seus valores e os cultiva, como se fora num jardim, acompanhando passo a passo o seu florescimento.

Ainda recentemente, comoveu-me a recepção que teve Alcides Carneiro em visita à terra comum, cumprindo missão intelectual. Também me emocionou o modo como os paraibanos receberam Oswaldo Trigueiro que foi tomar posse na Academia Paraibana de Letras.

Li pelos jornais o movimento. Manifestações na Universidade. Manifestações na Academia. Manifestações no Instituto Histórico. Manifestações pela imprensa.

Guardei este artigo de João Manoel de Carvalho, publicado n'O Norte, que numa admirável síntese, traça um perfil muito fiel de Oswaldo Trigueiro.

Aqui está:

O JURISTA E A LIBERDADE

Se a Paraíba, ao entregar hoje o grau da imortalidade literária ao Ministro Oswaldo Trigueiro, lhe vai acrescentar alguma dimensão, é também igualmente exato que nós recebemos dele idêntica grandeza que nos empresta a consagradora evidência nacional do seu nome.

Em Oswaldo Trigueiro não tem vivido, apenas, o político. A política poderá ter sido, apenas, um acidente consentido na sua existência. Mas mesmo como político, pôde atuar sem comprometer o seu nome, pelo equilíbrio de suas decisões e pela incontestável autoridade moral, com que soube impor-se à opinião pública.

Guindado à diplomacia, exercendo, posteriormente, o cargo de embaixador do Brasil na Indonésia, veio a ser convocado pelo Presidente Castelo Branco para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, onde teve oportunidade de revelar os méritos de jurista, em razão do qual chegou à Presidência da mais alta Corte de Justiça do país.

Egresso da ex-UDN, não fez do slogan "o preço da liberdade é a eterna vigilância" uma simples frase de efeito para servir a seus interesses políticos, como fizeram alguns dos seus ex-companheiros de Partido, que, por igual, exerceram a governança do Estado.

Ao contrário, pode sempre ser citado como um vigilante da liberdade, mantendo a dignidade do exercício da justiça, sem comprometer a sua sólida formação de democrata.

Foi um Ministro emergente dos círculos da Revolução de Março, mas soube comportar-se, coerentemente, sempre a serviço da liberdade que a Revolução jurou servir e preservar.

Não coonestou com o arbítrio e a prepotência. Reprovou a exceção. Espírito equilibrado e lúcido, soube manter, em alguns episódios, a dignidade do silêncio, abstendo-se de críticas e interpretações, para que a figura do jurista não pusesse o Poder Judiciário em posição incômoda ante o Executivo.

Assim, agia muito mais por amor às instituições, do que para proteger ou encorajar posições dúbias, acomodamento ou a subserviência. Tem sido um exemplo de advertência aos advogados que rebuscam e requintam algumas trivialidades da lei, mas calam e se submetem ao arbítrio, à exceção que é a própria negação da lei e da justiça.

Depois de prestar inestimáveis serviços às letras jurídicas do país, no exercício da função judicante, aposentou-se do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal e deu à nação um dos mais sérios documentos de análise social e política da história moderna do país, ao abordar o problema institucional brasileiro, em histórica entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo.*

Aí despido da condição de membro do Poder Judiciário Federal, pôde defender o restabelecimento do sistema democrático no Brasil e a abolição dos Atos de exceção incompatíveis com a formação jurídica e democrática de qualquer povo ou indivíduo.

Esta data, em que a Paraíba conduz à imortalidade literária o seu grande filho, é, portanto, muito grata a todos nós e aqueles que, sinceramente, defendem, dentro dos meios legais, o reencontro do país como sistema democrático, o único sistema realmente conveniente ao desenvolvimento e ao bem-estar social do seu povo.

No momento em que a Paraíba imortaliza a Oswaldo Trigueiro, imortaliza, simultaneamente, a sua condição de povo amante do Direito, da Justiça e da Liberdade.

PROFESSOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA

Este discurso de Oswaldo Trigueiro, ao receber, na Universidade da Paraíba, o título de Professor Honoris Causa, a par do seu significado histórico ao relembrar os primeiros passos deste centro de cultura, exprime mais uma vez, na improvisação como foi pronunciado, o professor. Cuidadoso no estilo, exato na discrição, moderado na interpretação e modesto nas afirmações, o homenageado confunde-se com os homens homenageantes, ligando-se à obra universitária desde os alicerces, obra comum de professores e alunos, governantes estaduais e federais, parlamentares e ministros de Estado, homens de inteligência e de espírito público.

É imanente a sua incorporação a este esboço biográfico, pois se trata de um momento culminante na vida de Oswaldo Trigueiro que se mais recebesse dos paraibanos, nunca a níveis desta homenagem poderia atingir, pois na Universidade da Paraíba, no suor e sacrifício dos seus fundadores, estimuladores e cooperadores, assenta-se todo um futuro da terra paraibana.

Este título de Professor Honoris Causa, que mereceu este discurso de agradecimento, é comenda mais alta, daquelas que estão a salvo da deterioração do tempo, porque homenagem do saber e ao saber, na forma imaterial da glória.

O DISCURSO

"O meu primeiro agradecimento é o convencional. Sinto-me sincero e profundamente sensibilizado com a honra que me concede a Universidade

Federal da Paraíba, outorgando-me o título de Professor "Honoris Causa". E por vários motivos. O primeiro deles é que me fizeram uma honra de caráter intelectual das menos barateadas neste país. O segundo é que se trata da UFPb, que para mim tem significado especial.

E eu acrescentaria, ainda, com um certo motivo de orgulho, esta circunstância de ter sido aqui recebido com o primoroso discurso, em latim, do eminente professor Afonso Pereira, coisa que talvez não acontecesse se eu tivesse sido agraciado pela Universidade de Salamanca.

Agradeço profunda e sinceramente esta honra. E tenho a percepção de que ela representa a Universidade da Paraíba, cuja vida acompanho desde os seus primórdios. A história universitária do Brasil apresenta uma certa singularidade, que sempre me pareceu inexplicável. Será talvez, mesmo um caso único no Ocidente. Quando os ingleses chegaram à América do Norte, nem desarrumavam a pouca bagagem que traziam e já iam cogitando de instalar as suas Universidades. Os pioneiros chegaram ao Massachusets em 1619, e, 17 anos depois, fundavam a Universidade de Harvard.

Mesmo a nossa América Latina, no mesmo ano, ou um ano antes ou um ano depois da chegada de Tomé de Sousa, como primeiro Procurador Geral, o México, o Peru, o Santo Domingos, já criavam as suas Universidades. Que como é natural, desempenharam um enorme papel no desenvolvimento cultural e no progresso moral destas nações. No Brasil, estranhamente, ficávamos durante quatro séculos, sem pensar em Universidade.

No período colonial, Portugal nada instituiu em matéria de ensino superior. Quase se poderia dizer, nem mesmo em matéria de cunho elementar. Dom João VI fundou duas Faculdades de Medicina. O 1º. Império, já nos seus primórdios, criou dois cursos de Direito, o de Olinda e o do Recife. Mas só se constituiu a primeira Universidade quando o Brasil já tinha cem anos de independência. Precisamente em 1922, no Governo de um paraibano, o grande Epitácio Pessoa.

Mas esta criação de certo modo foi um ato meramente simbólico, porque a criação da Universidade, naquele tempo, pela forma por que se realizou, não era mais do que uma ligação burocrática entre estabelecimentos de ensino isolado e independentes, e que assim ainda continuaram por muitos anos. Só na década de trinta é que o problema foi atacado de perto. São Paulo criou a sua Universidade, que é hoje, sem favor, uma das melhores de todo o Continente. E o Governo Federal, pela primeira vez, resolveu criar as Universidades nacionais.

Mas, a meu ver, cometendo um erro político, o de localizá-las apenas nos grandes Estados, como se tem feito com todos os serviços públicos do País, em todos os tempos, fazendo com que perdure ainda hoje esta intolerável situação de capitanias de primeira e de segunda classe, como existiam no tempo da Colônia. As Universidades nacionais, criadas na década de trinta, época em que se criou também a primeira Universidade Católica, ao que se

diz por determinação categórica do Papa, foram instaladas em número de sete, nas capitais mais importantes.

Tornava-se praticamente impossível a extensão desse benefício aos Estados pequenos. E não se estabelecia nenhuma forma de recursos que possibilitassem, a esses Estados, a manutenção de Universidades por conta própria. De modo que podemos dizer que a explosão universitária somente ocorreu na vigência da Constituição de 1946. E, sendo hoje esta Constituição um documento histórico, porque de há muito revogada, ela terá, na iniciativa que tomou de democratizar o ensino e de determinar uma percentagem rígida da receita pública para a manutenção de suas escolas, o seu título talvez de glória legítima.

É sob o regime da Constituição de 46, o Congresso, sob pressão das várias regiões do País, e sob pressão de todos os Partidos, e de todos os Estados, a começar pelos pequenos, acabou com esta odiosa discriminação, e dotou o País de Universidades, que hoje beneficiam todos os Estados da República.

É um fato do nosso tempo. E ocorreu no período de uma geração. Mas é realmente extraordinário que após 400 anos de inércia, de indiferença diante deste problema, se tenha realizado, em cerca de 30 anos, esta fabulosa organização universitária que tem o Brasil hoje em dia. A Paraíba, evidentemente, cabe um pouco desta glória. Quando se travou a campanha da reconstitucionalização do País, em 1945, aqui existia apenas a antiga Academia de Comércio Epitácio Pessoa. Fora fundada em 1922, mas se mantivera durante todo este tempo como um estabelecimento de ensino de segundo grau.

Aquela época, por volta de 1945, mais precisamente em 1946, quando a Constituinte se converteu em Congresso ordinário, começou-se a cuidar seriamente do problema. Mesmo assim, na Paraíba, sem grandes recursos, e sem esperança de obtê-los a médio prazo, já se começou a caminhada em favor da instituição do ensino universitário em nossa terra. A criação da Faculdade de Filosofia como núcleo inicial da Universidade Cultura, que deveria vir com 10, 20, 50 anos, foi um compromisso de campanha política. Em 1946, 47 é consagrado mesmo em dispositivo constitucional. Depois, a administração do Estado procurou cumprir este compromisso. Estabelecera assim os fundamentos da Universidade que a Paraíba deveria possuir mais cedo ou mais tarde. Ao lado desta iniciativa oficial, surgiu a colaboração dos intelectuais, dos advogados e dos próprios engenheiros, de toda a Paraíba, enfim, criando várias entidades de ensino superior, isoladas, como era o regime da época, as quais, dentro de poucos anos, estavam reunidas numa universidade estadual, e cedo transformadas na Universidade Federal da Paraíba, que aqui está.

Estou naturalmente chovendo no molhado e dizendo a coisa mais sabida de quantos me ouvem neste momento. Mas eu rememoro esta evolução do problema, aqui na Paraíba, para dizer porque estou realmente entusiasmado com o resultado obtido apenas em vinte e cinco anos. Este é um dos casos em que a Paraíba brilhantemente, em 25 anos, recuperou, digamos assim 200

anos de tempo perdido. O fato não ocorreu somente aqui. Mas na Paraíba, que se realizou em condições realmente especiais, que colocam esta Universidade, como mais de uma vez o ministro Jarbas Passarinho e outros visitantes frisaram, entre as melhores da sua categoria no País.

Não quero incorrer no mau gosto do elogio puramente emocional. A Universidade está em começo, ainda terá falhas, ainda terá muito o que realizar pelo tempo afora. Considero um feito extraordinário, na história da Paraíba, que se tenha conseguido criar em tão pouco tempo uma Universidade no padrão hoje existente, com o qual se realiza mesmo um paradoxo de fazer com que o Brasil e particularmente a Paraíba, que ficaram parados durante 300 anos em matéria de Universidade, já possam oferecer este exemplo como modelo internacional, como modelo precisamente para esta América Espanhola, que se antecipou desde 1550 na fundação de suas Universidades.

Realmente, um feito extraordinário. E era apenas isto que eu queria assinalar, com estas poucas palavras.

Tenho este título como um atestado de méritos intelectuais acima do comum. E compreendo a generosidade do exagero que há no belo discurso do professor Afonso Pereira, como na justificação da proposta que foi apresentada ao Conselho Universitário pelo professor Juarez Batista. Eu me julgo sem legitimidade para recebê-lo. Nunca pude ser professor e já estou na hora de confessar que foi o que mais eu desejei ser em toda a minha vida. A Paraíba terá um pouco de culpa na frustração deste meu propósito. Porque na mesma semana em que se marcou um concurso a que eu me submeteria na Faculdade Nacional de Direito, a política da Paraíba me convocou para um cargo que me parecia merecer prioridade número um. Entre a cátedra que eu desejaria obter e o Governo do Estado, que além de tudo me convocava para uma campanha de oposição, com deveres e responsabilidades, que é impossível recusar quando se está na vida pública, ocorreu justamente isto: a minha incursão na política terá talvez evitado que o país contasse com mais um mau professor. Mas não me afastou da preocupação primordial, que sempre dediquei ao problema da Educação e particularmente ao problema da Educação na Paraíba.

Nada, nenhum título tenho como fundador da Universidade. Ela realmente nada me deve. Mas eu reivindico o título ou a condição de ter sido um dos operários que trabalharam em seus alicerces. Em 4 anos, cuidou-se realmente de fundar a Faculdade de Filosofia como instituto oficial, instituto pioneiro da Universidade que deveria existir. E em 4 anos o Estado não negou a sua cooperação à iniciativa particular que criou as primeiras escolas. É claro que estas escolas teriam existido sem nenhuma cooperação. A Faculdade de Filosofia teria vindo do mesmo modo. Mas é para mim motivo de orgulho ter participado deste movimento de que a Paraíba tem hoje tantas razões para se envaidecer.

Thomas Jefferson, que muitos consideram a maior figura da história americana, que foi o primeiro agente diplomático dos Estados Unidos na Europa, secretário de Estado de George Washington e presidente dos EUA por dois períodos consecutivos, ao morrer, deixou em seu testamento a determinação de que o seu epitáfio diria apenas o seguinte:

"Aqui jaz Thomas Jefferson, autor da declaração da Independência dos Estados Unidos, autor do Projeto da Lei sobre a Liberdade Religiosa e Fundador da Universidade de Virgínia". Omitiu os títulos de Secretário de Estado e de Presidente de uma Nação que dentro de pouco tempo se transformaria numa das maiores e mais poderosas do mundo. Isto quer dizer que Thomas Jefferson considerava mais importante fundar uma universidade estadual do que governar os Estados Unidos.

Com esta evocação, e com a renovação dos mais profundos agradecimentos, presto a minha homenagem aos fundadores da Universidade da Paraíba, manifesto o meu louvor à Universidade de hoje e antecipo a minha saudação à Universidade de amanhã".

OBSERVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Tenho tomado conhecimento de festas na Universidade Federal da Paraíba. De inaugurações de novas dependências, instalação de cursos, formaturas e entrega de títulos de *professor honoris causa.*

Também tenho um destes títulos e que muito me honra, integrando patrimônio curricular, já que material não há quase nada, entregue aliás em dezembro de 1963, numa solenidade que muito me sensibilizou.

E por quê? Por quê? Pelas mesmas razões com que se fez a entrega do mesmo título a Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, criador da Faculdade de Filosofia, núcleo inicial da Universidade. Pelos mesmos motivos que consagraram José Américo, criador da Universidade da Paraíba.

E o meu trabalho? Foi o de federalizá-la.

Juscelino Kubitscheck na Presidência. Almoço no Palácio Alvorada. Ministro de Estado, parlamentares e um casal. A única mulher presente: Teresa de Sousa Campos.

Generalidades. J. K. elogia a minha atuação como líder do seu Governo na Câmara dos Deputados. A uma pergunta de Teresa, responde o Presidente que eu era um Líder *muito barato* para o seu Governo, pois nada pedia.

Teresa vira-se para mim e diz risonhamente: "então, Jurema, pede o que mais tu queres realizar"...

Ao assentimento de Juscelino, não contei até dez e pedi-lhe a federalização da Universidade da Paraíba. Juscelino fez uma carta ao Ministro Clóvis Salgado, que se achava no Rio de Janeiro, no próprio cardápio. 24 horas depois trazia do Rio a mensagem. Quarenta e oito horas em seguida, já dera

entrada na Câmara dos Deputados. Dois meses, depois, era sancionada a lei que federalizava a Universidade da Paraíba. Hoje um Estado dentro do Estado. Um orçamento dentro de outro orçamento. Para facilitar a sua aprovação, como Líder do Governo, tive que transigir com emendas federalizando as Universidades de Alagoas e Rio Grande do Norte. Bendita transigência. Também lá estão grandes centros universitários.

José Américo aliás já havia dito que preparara o campo para a águia voar e a federalização lhe dera as asas.

E o Vôo do condor não custou a se fazer!

O MEMORIALISTA

Do ingresso de Oswaldo Trigueiro, na Academia Paraibana de Letras, dá-nos conta o discurso de Alcides Carneiro que renova as suas qualidades de psicógrafo, anotando o novo acadêmico como o homem sem aspas, pois em todo o seu discurso de posse, nenhuma citação fizera, nem de autores estrangeiros, nem nacionais.

Aliás, Churchill, Roosevelt, De Gaulle, grandes estadistas do mundo, também eram de poucas citações. No máximo, referiam-se a Deus, como o maior de todos.

E como bem assinalam Alcides Carneiro e Aliomar Baleeiro, é Oswaldo Trigueiro o memorialista e basta esta qualidade para que os quadros a descrever adquiram tonalidade atraente e ângulos vivos de compreensão e entendimento.

Vamos conhecer melhor o memorialista de Alagoa Grande, através da palavra de Alcides Vieira Carneiro:

"Li, com antecedência, o discurso do eminente recipiendário, mas este não conhece o que ora leio a seu respeito.

À medida em que fui perdendo, pelo sofrimento físico, o medo da morte que é o mais mortificante de todos os medos — fui perdendo o respeito às conveniências — o mais dominador de todos os respeitos. Reconheço que era conveniente mostrar a Oswaldo Trigueiro o meu discurso para retribuir sua cortesia. Mas não o fiz porque receei o excesso da sua modéstia, tão inconveniente é ela, para ele, quanto minha inconveniência, para mim.

O discurso do novel acadêmico, como ouvistes, é medido, justo, equilibrado, perfeito, como tudo que ele escreve. É água que corre mansinha no leito do rio, como se procurasse evitar a erosão dos barrancos. Exatamente o contrário do que acontece quando ele conversa, e puxa pela memória, e a veemência chameja, e a verve cintila, e a malícia corta, e a mordacidade recorta, e o entusiasmo fervilha e avassala, e todos se calam e ficam a ouvir o estranho uirapuru, solitário e belo, belo e temível.

Eu gostaria que esta minha saudação fosse parecida com a sua conversa. Corrida, variada, imaginosa, irreverente, cintilante.

Mas nem a ocasião permite, nem a tanto me ajudam o engenho e a arte. Tenho que me limitar a dizer, a repetir, como ele é, o que fez, o que tem sido, tentando fugir, um pouco, ao tom, ora biográfico, ora apologético, que acompanha invariavelmente as saudações acadêmicas.

Os ouvintes hão de ter notado que Oswaldo Trigueiro, homem que leu tanto e ouviu demais, não introduziu uma única citação no seu discurso. Discorreu sobre a vida e a obra do patrono da sua cadeira – o Padre Francisco Lima, um trabalhador intelectual, erudito e fecundo. Fez algumas digressões realmente necessárias, e deu por concluída sua tarefa, com o brilho, a eficiência, a elegância costumeira.

Há três décadas atrás, isso seria considerado uma falha, uma omissão imperdoável. Um discurso acadêmico, sem uma citação literária, intolerável horror! Quando, numa simples crônica, o escritor, para se afirmar, como tal, tinha que citar alguns luminares, nacionais e estrangeiros, ou alienígenas, para ficar mais bonito.

Quanto aos últimos, tinha que dar a entender, ou mandar assoalhar, pelos amigos, que os havia lido no original. Era a consagração. Eu, por mim, citarei vários, mas, na verdade, só li no original os portugueses.

Oswaldo Trigueiro disse o que achou bastante, o que estava certo, o que a ocasião exigia. Agiu como o juiz que conhece a lei e simplesmente aplica-a, sem floreados, nem filosofias, nem bordados, como eu não costumo fazer. Agiu como o memorialista, sóbrio e exato, que conta, rigorosamente, o que sabe e o que viu, sem os enfeites tentadores da imaginação criativa. Posso falar assim, porque tive a sorte e o privilégio de ler, em primeira mão, as suas memórias sobre o passado político da Paraíba. As coisas ocorridas há cinqüenta anos, ele reconta-as como se tivessem decorrido apenas cinco semanas. As personagens, movidas pelo seu dom mágico de reanimá-las, falam, sentem, vibram, pensam, como se estivessem no Cabo Branco, no Ponto de Cem Réis, ou na hora palaciana do café...

É rara sensação assistir ao ressurgir das coisas mortas, como por encanto, das lembranças de um homem, para satisfação dos que ficam sabendo, para delicioso espanto dos que se revêem.

É um gosto ver desfilarem, tranqüilamente, os fantasmas do passado, sem fazer medo a ninguém.

Pois Oswaldo Trigueiro consegue isto magistralmente, como incrível ilusionista do que não é ilusório.

Podemos assegurar que, nas suas memórias, a Paraíba terá muito o que aprender sobre a Paraíba e os paraibanos, e ainda mais o que saber sobre os paraibanos. É que estamos muito certos de que conhecemos muito a nossa história e o nosso povo, quando, na realidade, conhecemos bem pouco uma e outra. Daí nossa estranheza, ao vermos um homem que muito ilustre e muito atrevido, meu amigo Aliomar Baleeiro, proclamar, enfaticamente de todos os paraibanos. Com sua arrojada assertiva, o douto baiano ofendeu muitos, mas

preteriu poucos. Efetivamente, entre um civilizado, filho do sertão, nascido pobre, e um civilizado filho do brejo, nascido rico, é difícil dimensionar, levando em conta o meio-ambiente, qual o mais dotado pela ação civilizadora, a aferir pelas reações de cada qual em face à áspera e tumultuosa jornada da vida.

Não obstante encontrar-me entre os preteridos, estou de acordo com o audaz e afirmativo jurista: Oswaldo Trigueiro é, realmente, o mais civilizado de todos nós. Não vou brigar por isso, até mesmo para não perder meu lugar na fila dos civilizados...

Realmente, Governador do Estado – posição que só conquistou porque não teve um competidor à altura – Oswaldo Trigueiro nunca praticou uma violência, nem desrespeitou um direito. E quando tinha que satisfazer certos caprichos de certos correligionários mal-acostumados, fazia-o com relutância e desalentador constrangimento.

Deputado Federal, pela União Democrática Nacional, alinhava-se entre os mais atuantes bacharéis da UDN. Não sendo um combativo audacioso, era um combatente pertinaz. Antes de terminar o mandato, foi convocado para a diplomacia e aceitou o encargo. Só Deus sabe se estava adivinhando o futuro, ou se começava a compreender – ele que era um vigilante indormido – que nada neste mundo é eterno...

De volta de sua missão diplomática na Indonésia, na qualidade de Embaixador, retornou à advocacia, que era a sua vocação e o seu fascínio. Depois, Juiz do Superior Tribunal Eleitoral, Procurador-Geral da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Afinal, dentro do seu destino de estudioso, pesquisador, aplicador das leis e do direito.

Embora o Direito Constitucional constituísse o seu forte, como bem assinalou Aliomar Baleeiro, no discurso de despedida, do Supremo Tribunal Federal, nenhum outro ramo do Direito escapou-lhe à argúcia e à curiosidade.

Seu riquíssimo, invejável curriculum, que está incorporado a esta saudação, é magnífico testemunho do seu esforço e dos seus altos méritos, tão reconhecidos quanto proclamados.

Já éreis esperado e estais entre os nossos, ao afago dos velhos afetos, das velhas amizades, tão velhas e tão puras que parecem vir do começo do mundo. São afeições que acumulastes na vida, espontâneas, animadoras, constantes, a despeito de um temperamento retraído e austero, que as acolhia e cultivava, sem as transbordantes expansões nordestinas a que estamos acostumados.

Como gostais de conversar sobre o passado, só José Américo, Celso Mariz e Horácio de Almeida poderão falar-vos de remotas novidades. Nós outros ouviremos, embevecidos, o trinar solitário do uirapuru tabajara que ora volta, triunfante, ao seu pequeno e florido mundo.

Em nome da Academia Paraibana de Letras, que me desvaneceu com a designação de falar-vos, saúdo-vos, jurisconsulto, memorialista, conversador cintilante, florentino perdido e achado no brejo paraibano; saúdo-vos

Oswaldo Trigueiro, esperando a vossa benevolência, quando a malícia inflamar a vossa voz e acender o vosso olhar.

Sois um feitio incomum em nosso meio. Mas esse meio teve para vos ensinar que "só o irreal é belo". E, como já foi dito, "a Humanidade só corre para o sonho – porque só o sonho é belo e corrige tanta dor injustificada e tanta lágrima sem recompensa".

Que estejais sempre presentes nesta Casa, pelo menos mais do que eu, que só não errei o caminho porque a Paraíba tem poucos cegos, mas tem muitos guias".

CURRICULUM

Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello. Nasceu em Alagoa Grande, Estado da Paraíba, a 2 de Janeiro de 1905. Filho de Francisco Luiz de Albuquerque Mello e América Trigueiro de Albuquerque Mello.

Fez o Curso primário na cidade natal e o secundário na Capital do Estado (Colégio Pio X). Estudou direito na Faculdade do Recife, pela qual se diplomou em novembro de 1924.

De 1925 a 1929, viveu em Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais, onde foi Promotor de Justiça, Inspetor de Ensino Secundário e Advogado.

Em 1930, voltou à Paraíba, onde participou da campanha da sucessão presidencial, filiado ao partido que apoiava o Governo Federal.

Em 1931 passou a residir no Rio de Janeiro, dedicando-se à advocacia.

Em 1936 e 1937 exerceu o cargo de Prefeito da Capital do Estado da Paraíba.

Em 1939 – 1940 cursou a Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, obtendo diploma de *Master* em Ciência Política.

De 1941 a 1945 voltou a advogar no Rio de Janeiro.

Foi orador e vice-presidente do Clube dos Advogados, secretário do Instituto dos Advogados e Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil. Representou no Conselho Federal, durante vários anos, o Conselho Seccional da Paraíba.

Em 1945, voltou mais uma vez, à Paraíba, para participar da campanha da sucessão presidencial, integrando a corrente que apoiava a candidatura Eduardo Gomes e que se transformou na União Democrática Nacional.

A 19 de Janeiro de 1947 foi eleito Governador da Paraíba, cargo em que se empossou a 6 de março daquele ano e exerceu até 30 de junho de 1950, quando renunciou.

De 1951 a 1954 exerceu o mandato de Deputado Federal pelo Estado da Paraíba, integrando a bancada da União Democrática Nacional. Foi membro das Comissões de Justiça e de Diplomacia.

De 1954 a 1956 exerceu o cargo de Embaixador do Brasil na Indonésia.

De regresso ao Brasil reiniciou a advocacia no Rio de Janeiro.

De 1957 a 1960 foi executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e Diretor da Revista Brasileira de Política Internacional.

Em 1960 transferiu-se para Brasília, onde se estabeleceu como advogado.
Em 1961 foi nomeado Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, cargo que exerceu por quase quatro anos.
Em abril de 1964 foi nomeado Procurador-Geral da República.
Em novembro de 1965 foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, do qual foi Presidente no biênio 1969 - 1970. Aposentado em janeiro de 1975.

TÍTULOS

Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife.
Master of Arts em Ciência Política pela Universidade de Michigan.
Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara.
Professor honoris causa da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba.

POSIÇÕES QUE OCUPOU:

Prefeito da Capital do Estado da Paraíba (1936 - 1937).
Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil (1944 - 1946).
Governador do Estado da Paraíba (1947 - 1950).
Deputado Federal (1951 - 1954).
Embaixador na República da Indonésia (1954 - 1956).
Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1961 - 1964).
Procurador-Geral da República (1964 - 1965).
Ministro do Supremo Tribunal Federal (1965 - 1974).

LIVROS E TRABALHOS PUBLICADOS

O REGIME DOS ESTADOS NA UNIÃO AMERICANA – Rio de Janeiro, 1942 - 387 pp.
A DESCENTRALIZAÇÃO ESTADUAL – Rio de Janeiro, 1943 - 136 pp.
OS PODERES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (Revista Forense, vol. 148).
A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL (Revista Forense, vol. 153).
A CRISE DO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO (Revista Brasileira de Estudos Políticos vol. 6).
A CRISE LEGISLATIVA E O REGIME PRESIDENCIAL (Revista Brasileira de Estudos Políticos, vol. 7).
A CRISE DO FEDERALISMO (Revista Brasileira de Estudos Políticos, vol. 11).

A AUTONOMIA REGIONAL NA ITÁLIA (Revista de Direito Público e Ciência Política, vol. II, 2).
A FEDERAÇÃO DA MALÁSIA (Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 3).

ASSOCIAÇÕES A QUE PERTENCE

Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.
Instituto Brasileiro de Política Internacional.
Instituto Brasileiro de Administração Municipal.
Instituto Brasileiro de Direito Público e Ciência Política.
Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

PEDRO DA CUNHA PEDROSA

"A imagem da Paraíba, a marca de terra, estavam bem vivas no Ministro Pedrosa. Com o velho Pedrosa persistiam as grandes virtudes paraibanas de honradez, de trabalho, de dignidade humana".
(Palavra de José Lins do Rego, no "O Globo")

Morrendo aos oitenta e quatro anos, Pedro da Cunha Pedrosa deu 45 à vida pública, fazendo toda carreira judiciária, desde promotor público, juiz municipal e de órfãos, até juiz do direito. Permeando 10 anos de atividades na agricultura, ingressa na advogacia em cuja profissão não passa despercebido dos homens de governo e, logo mais, é convocado para o alto cargo de Secretário Geral do Estado, seguindo-se depois cargos eletivos de deputado à Assembléia Legislativa e, em seguida, ao de 1º Vice-Presidente do Estado. Nesta marcha ascensional, é eleito em 1912 para completar o mandato de Senador, até então por Álvaro Machado que falecera, reelegegendo-se, em 1915, para o Senado, só saindo para o Tribunal de Contas da União, em 1922.

De toda a sua vida, trouxe ao público as suas memórias, em 2 volumes, sendo o primeiro sobre a vida pública e o segundo volume sobre a vida privada.

Desfilam aí os governadores da Paraíba, João Machado, Castro Pinto, Antonio Pessoa, Camilo de Holanda, Solon de Lucena, Suassuna, João Pessoa, Álvaro de Carvalho e José Américo. São fatos históricos que Cunha Pedrosa conta naturalmente, sem preocupações literárias mas só atado à verdade dos acontecimentos. De um homem sério que mereceu de José Augusto – o grande norte-rio-grandense – afirmações como esta:

"Nomeado Ministro do Tribunal de Contas, Cunha Pedrosa exerceu o cargo com aquela superioridade de vistas que era a sua característica em toda a sua longa e retilínea vida pública"; de José Américo – o conterrâneo ilus-

tre: "Pronuncio-me como amigo e como adversário que é a melhor forma de conhecer os homens, pela sua capacidade de luta e pela nobreza das reconciliações"; de José Lins do Rego – o retratista da gente e da terra paraibana–: "Político de uma geração que dera um Presidente da República, o grande Epitácio Pessoa, permaneceu toda a vida o mesmo homem da Paraíba, o Juiz do Pilar, o Secretário de Estado, o Vice-Presidente, o Senador, de memória fresca para o seu passado de engenho, de menino, de rapaz, de homem público", de Liberato Bittencourt – o biógrafo de um sem-número de paraibanos ilustres: "de inteligência lúcida, dotado de excelentes predicados morais, verdadeiro amigo dos amigos"; de um homem com este julgamento, teria que sair depoimento absolutamente fiel às ocorrências ao longo de sua vida pública. O quase meio século que passou na política é, nas suas palavras, o quase meio século da história paraibana no meio século de vida republicana do Brasil.

Um detalhe que me surpreendeu, nas memórias de Pedro da Cunha Pedrosa, é a atuação dos chamados jovens-turcos na política paraibana. Do seu quartel general, "A Notícia", a investida era dura, como acentua em suas páginas, nos níveis de "homem à margem, um epitacista degenerado, um "goela"... E pensar que o jovem-turquismo tinha como membros proeminentes Solon de Lucena, Álvaro de Carvalho, Celso Mariz e João Suasssuna! A vida é uma reformadora! Uma apascentadora de rebanhos. No Governo do Estado, Solon foi o bom; Álvaro de Carvalho, o mestre, e que muito sofreu deslocado por temperamento e formação, quando assumiu a Chefia do Governo na fase dramática que sucedeu ao assassinato de João Pessoa; Celso Mariz, o prudente conselheiro de homens de governo e dos amigos, com uma inteligência fora do comum e aliada a um extraordinário bom senso; abrindo-se exceção para João Suassuna, de temperamento mais forte e intensamente vivido em duras pelejas pelo sertão, onde era conhecida sua coragem pessoal.

Há que considerar no panorama de hoje, que as críticas salientam crises no MDB e na Arena, como se fossem episódios inéditos, quando nos idos de 15, o situacionismo epitacistá apresentava fissuras graves, com elas jovens em luta aberta e dura contra alas velhas.

No PSD de ontem, na UDN também de ontem, brotavam alas e frentes, nacionalistas, direitistas, esquerdistas, alas jovens e velhíssimas, mas todas com um só denominador comum: a conquista do poder.

No bipartidarismo de hoje, com maiores razões, as dissidências são inevitáveis e, ainda mais, de forma incontrolável, pois não há caminho para conciliação, uma vez que a legislação vigente com fidelidade partidária e outros instrumentos coercitivos, ao invés de fortalecer a unidade como pretendiam os seus artífices, leva a desagregação ostensiva ou às infidelidades intramuros, silenciosas e até atraiçoantes.

Veja-se que naquela época em que Epitácio era a maior figura da Paraíba, galvanizando todos, mobilizando um partido poderoso, com influência

no poder central, líder pelo talento e pela força governamental, não conseguia evitar o fracionamento dos amigos nem impedir a formação de grupos de influência. Na verdade, há um só cargo de Governador, um só cargo de Presidente da Assembléia, um só cargo de Prefeito. O funil é apertado e a massa que o procura é muito grande.

A busca do poder é violenta, e os homens se atropelam na perseguição do objetivo. Hitler já moribundo, perdido, mandando só nos subterrâneos da Chancelaria do Reich, com o seu império em destruição contínua, totalmente esfacelado, não conseguiu evitar a luta dos seus seguidores pela sucessão. Goering, Doenitz, Reader, Himmler, homens de sua mais íntima confiança; estraçalhavam-se para sucedê-lo. E para mandar em que, e sobre o quê? Era o poder, como sempre, objetivo obsessivo de todos, ainda que sobre ruínas.

A canção do caboclo diz "um é pouco, dois é bom e três é demais". Na política, dois não chegam, três podem trazer melhoras, mas quatro seriam uma conta ajustada às diversificações das tendências e preferências populares, na graduação de afinidades e ambições. Não haveria a alternativa entre o sim e o não, entre o bom e o pior, cabendo o mais ou menos, o sofrível, o menos ruim...

O *to be or not to be* nunca foi regra política!

Houve época na Paraíba, que o PSD era partido tão forte que se deu ao luxo de perder o apoio de um governador, Pedro Gondim, de subestimar um secretário do Presidente da República, José Pereira Lira, de menosprezar um líder popular, José Joffily Bezerra. A UDN, por sua vez, também entrou nestas andanças e perdeu de uma sentada, o seu próprio chefe, Argemiro de Figueiredo.

Nem o PSD, nem a UDN, acabaram-se. Fortaleceu-se o PTB. Engordou o PL. Nutre-se o PDC. A luta pelo poder, entretanto, continuou entre a UDN e o PSD, alternando-se ambos na governança. E, ainda hoje, Arena e MDB dividem a opinião pública paraibana, mas aqui e acolá, facetas incontroláveis apresentam-se em resultados eleitorais bem diferentes dos prognósticos clássicos. Mais um partidinho ajudaria as contas e a luta partidária teria mais autenticidade, evitando-se a operação tartaruga ou o encaminhamento pelos bastidores de frustrações inevitáveis.

Os sofrimentos a que se refere Pedro da Cunha Pedrosa, em suas memórias, não o afugentaram, entretanto, da política. Tinha-a no sangue. Divergiu até do irmão, monsenhor Pedrosa, quando da crise provocada pela luta Rosa e Silva e Dantas Barreto, na defesa de Epitácio, o chefe do seu partido e seu amigo, e Presidente da República.

Os seus 10 anos de Senado, mostram-no atuante, atento, eficiente. Tanto integrou a Comissão Especial do Código Civil, como participou ativamente dos debates para a sua aprovação, formulando emendas e sugestões. Entrou nas discussões da tramitação do projeto relativo à responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; da proposição que regulava a aposentadoria dos funcionários públicos civis; do Código Penal Militar (membro

relator geral da Comissão Especial); como 1º Secretário da Mesa, ocupou a Presidência quando da votação do Estado de Sítio, solicitado por Epitácio Pessoa, em conseqüência do 5 de Julho de 1922, em dia agitado e perigoso para a situação; defendeu a manutenção dos Colégios Militares nos Estados; foi defensor vigilante da política do Presidente Epitácio Pessoa, inclusive rebatendo o Senador Rosa Silva de quem havia recebido, quando Ministro da Justiça no regime monárquico, a nomeação para Juiz Municipal do Pilar, na Paraíba.

De sua atuação parlamentar, alçou-se o seu nome até ser escolhido para vice-presidente da chapa presidencial de Artur Bernardes. Pobre, sem rendas para manutenção da família, conseguiu de Epitácio Pessoa o seu afastamento, pois o cargo era alto, sem dúvida, mas honorífico apenas. Confessa, nas suas memórias, que a lembrança do seu nome havia partido de Washington Luis, na época Presidente de São Paulo, com o apoio dos próceres de então.

Presta Cunha Pedrosa valioso depoimento sobre o papel de Epitácio na sua sucessão, dizendo:

"A efervescência política, aumentada pelos profundos desgostos das classes armadas, ameaçava o País de iminente revolução partindo dos militares o propósito, claramente divulgado de que não deixariam, de modo algum, Artur Bernardes empossar-se no Governo. O marechal José da Silva Pessoa, Comandante da Polícia Militar, e os Ministros da Guerra e da Marinha, conhecedores da verdadeira situação de perigo em que estávamos, fizeram o presidente Epitácio senhor de tudo, tendo-se, naquela emergência, como inevitável o pronunciamento militar que deveria explodir no mesmo dia da passagem do governo ao Presidente eleito e proclamado. Os cabeças fizeram constar a Epitácio que nada haveria contra ele e que suas ordens seriam respeitadas até às 13 horas do dia 15 de novembro, quando no mesmo instante, haviam de impedir que Bernardes assumisse o Governo da República! Convencido desta situação de tamanha gravidade, Epitácio não quis ocultar coisa alguma aos interessados da política bernardista e convocou-os para uma reunião em Palácio. O resultado desta reunião foi negativo, pela firmeza com que se manifestou o grande político mineiro, Raul Soares de Moura, no momento o maior e o mais autorizado líder da campanha bernardista. O Presidente explicou seu ponto de vista: não teve outro intuito senão inteirar os situacionistas da gravidade do momento, para que, posteriormente, não viessem acusá-lo de falta de esclarecimento... E acrescentou, alto e bom som, que fazia a todos cientes de que, da sua parte, nada receassem, porque lhes garantia que a 15 de novembro daria posse no Catete, ao Presidente Artur Bernardes".

E deu mesmo. Cumpriu a palavra, passando por duras penas, mantendo, entretanto, o poder constituído em toda a sua plenitude intangível. E o quatriênio que se seguiu a história registra com todas as sacudidelas revolucionárias até 1930!

Aliás, Juarez Távora em seu **Uma Vida e Muitas Lutas – da planície à borda do altiplano**, confirma, contando tudo deste período histórico, a começar da "carta duramente insultuosa à dignidade da oficialidade do Exército e atribuída à autoria do Sr. Artur Bernardes", à crise do Clube Militar; do descontentamento geral das unidades militares à reunião de paredros políticos de que fala o senador paraibano; do fechamento do Clube Militar à prisão do Marechal Hermes da Fonseca; do levante de 5 de julho à sua peregrinação pelas prisões; de sua fuga à participação na grande conspiração, incluindo a marcha da coluna Prestes.

Diz Juarez Távora nas suas memórias:

"Chamara o Presidente Epitácio Pessoa, sobre si, a antipatia, até então destinada, exclusivamente, ao seu indigitado sucessor. Frustrada essa idéia de concórdia, enfileirou-se o Presidente Epitácio Pessoa, definitivamente, ao lado dos propugnadores irredutíveis do presidente eleito".

Com a sua investidura no Tribunal de Contas da União, voltava o juiz a ser juiz, em funções mais altas, sem dúvida, levando larga experiência, entretanto, com o verdadeiro curso que fizera de relações humanas que constitui a cadeira principal da universidade política.

De sua passagem no Tribunal de Contas falam os seus votos, publicados vários no *Jornal do Comércio* do Rio, destacando-se o seu pronunciamento citado por Eduardo de Faria, em **Comentários do Código de Contabilidade.**

Cedo a voz, para encerrar este esboço biográfico de Pedro da Cunha Pedrosa, a três figuras citadas no início: José Augusto, José Américo e José Lins do Rego.

Depois deles, pouco há o que dizer do velho Cunha Pedrosa que soube ser juiz sem ser político, soube ser político sem politiquice, soube ser Senador com presença no Senado, soube ser Ministro com força de decisão e soube ser paraibano na preservação de sua tradição em homens públicos honrados.

ABRINDO AS "MEMÓRIAS"

"A Paraíba não está ligada ao Rio Grande do Norte apenas pelos estreitos laços de contigüidade geográfica, em face das quais as calamidades cósmicas, como o flagelo das secas periódicas, atingem, ao mesmo tempo, e com a mesma intensidade, a um outro Estado nordestino.

Há outros fatores a prender as duas unidades da Federação, entre eles, e dos mais ponderáveis, de uma identidade absoluta na sua formação histórica e social. É que foram os mesmos os troncos familiares que, vindo da Bahia, e sobretudo de Pernambuco, se instalaram, povoaram e habitaram os seus territórios.

Ainda hoje quem examina, estuda e observa os seus núcleos familiares preponderantes, verifica e assinala que os nomes das famílias são quase sempre os mesmos, os Araújo, os Medeiros, os Galvão, os Figueiredo, os

Lucena, os Gondim, os Vasconcelos, os Ribeiro, os Dantas, os Coutinho, os Albuquerque, os Barbosa, os Gomes, os Porto, os Maia, os Barreto, os Meira e os Pedrosa, não sei quantos mais.

Esse entrelaçar de terras (os principais rios que cortam o território potiguar, o Açu, o Mossoró, têm as suas nascentes na Paraíba) e homens têm criado, através dos tempos, uma espécie de consciência comum, de tal modo que tudo quanto surge na Paraíba repercute no Rio Grande do Norte e a ele interessa como se aparecesse na sua própria casa, o mesmo acontecendo na Paraíba quanto ao que surge no seu vizinho do Norte.

Isso ocorre em todos os domínios: o econômico, o social, o intelectual, o político. Nesse último aspecto, o político, não tem sido poucos os filhos de um e outro Estado, que têm ocupado situações do maior relevo na sua vida partidária, sem restrições de qualquer espécie.

Por outro lado, é com o mais vivo interesse e a mais evidente simpatia que acompanham os nascidos em um ou outro dos Estados a vida das figuras exponenciais, muitas das quais serviram com igual devotamento às duas regiões.

Recordo-me, por exemplo, de que José Peregrino, desembargador, deputado federal e governador da Paraíba, onde nasceu, fora antes deputado estadual e juiz de direito no Rio Grande do Norte, e Meira e Sá, também paraibano de família ilustre, foi desembargador, juiz federal, vice-governador e senador federal na Potiguarania.

O interesse comum entre as duas unidades é tão forte, e os problemas de cada uma repercutem tão vivamente na outra, que certa vez um governador paraibano, Castro Pinto, mandou fazer uma enquete na administração norte-rio-grandense, então a cargo de Ferreira Chaves, para, publicada em folheto, servir de motivo para uma harmonia de interesses cada vez mais perfeita.

Por nossa vez, nós, os norte-rio-grandenses, seguimos o envolver da vida paraibana com o interesse de irmãos muito unidos.

Nas bancadas federais, Câmara e Senado, sempre atuamos convergentemente, certos de que comuns são os nossos problemas.

Os homens políticos da Paraíba, as suas figuras exponenciais, nunca deixaram de merecer a nossa atenção e a nossa simpatia.

Epitácio Pessoa, Venâncio Neiva, Álvaro Machado, José Peregrino, Coelho Lisboa, Valfredo Leal, Solon de Lucena, Seráfico da Nóbrega, Cunha Lima, Castro Pinto, Otacílio de Albuquerque, Antonio Massa, Felizardo Leite, Camilo de Holanda, João Suassuna, Tavares Cavalcanti, José Gaudêncio, Simeão Leal, Silva Mariz, Trindade, Maximiano de Figueiredo, para não citar senão alguns mortos, cujos nomes acodem à minha memória, foram figuras sempre presentes ao exame da geração de políticos potiguares a que pertenci.

Entre tais figuras, e das mais ilustres, seria injustiça não colocar Pedro da Cunha Pedrosa, a quem conheci de muito perto e a quem muito estimei.

Nascido em 1863 nos sertões paraibanos, e formado em direito na Faculdade de Direito do Recife, quando tinha apenas 22 anos de idade, ingressou desde logo na magistratura, passando pelo Ministério Público no interior de Pernambuco. No interior da Paraíba foi juiz de direito, conduzindo-se sempre com um fiel servidor do direito e um magistrado integérrimo.

Com o advento da República, Cunha Pedrosa, desligado da toga de magistrado, enveredou pela política, ora como jornalista, ora como secretário de Estado, e afinal no exercício de cargos eletivos. Conheci-o em 1915 já senador federal. A sua atuação na Câmara Alta do país foi das mais constantes e eficientes, tendo participado de comissões as mais importantes, como a que estudou o projeto do Código Civil elaborado por Clóvis Bevilacqua, em cuja discussão tomou parte saliente a revelar a sua sólida cultura jurídica.

Por fim, nomeado Ministro do Tribunal de Contas, Cunha Pedrosa exerceu o cargo com aquela superioridade de vistas que era a sua característica em toda a sua longa e retilínea vida pública.

De toda essa longa jornada pelas variadas situações em que se desdobrou a sua atividade de homem público, quis deixar um fiel relato, o que fez nas *Minhas Próprias Memórias,* cujo primeiro volume será agora publicado e me cabe a honra insigne de prefaciar, no "intuito, disse ele textualmente, de fornecer à família o cabedal preciso para que todos os descendentes fiquem habilitados, querendo, a saber como o seu velho ascendente se portou na sua peregrinação terrena."

Creio que todos os homens públicos deviam imitar o exemplo de Cunha Pedrosa, deixando para os pósteros o depoimento veraz do que fizeram e do que viram ocorrer enquanto serviram a sua Pátria.

Depoimentos que tais servirão à história pátria, elucidando muitas vezes fatos de capital importância, processados nos bastidores e, por isso, mal conhecidos pelos historiadores.

Lendo-se o que deixou escrito Cunha Pedrosa, verifica-se que em toda a sua longa atuação nunca teve outra preocupação que a de servir a sua Pátria dentro dos mais puros princípios de moral e de justiça".

JOSÉ AUGUSTO
do Instituto Histórico e
Geográfico Brasileiro

MORTE

Morreu Pedro da Cunha Pedrosa aos oitenta e quatro anos de idade, pela madrugada de 27 de março de 1947, sendo enterrado no Cemitério de São João Batista.

José Américo de Almeida, então Senador federal pelo Estado da Paraíba, disse do morto essas palavras: "Sr. Presidente, duas palavras apenas

de apreço e de pesar, para não retardar os nossos trabalhos.

Vai sepultar-se, esta tarde, o Senador paraibano Pedro da Cunha Pedrosa.

Não é um nome dos nossos dias, mas, na sua passagem nesta Casa, ficaram impressas, além do exemplo das atitudes, valiosas manifestações de uma inteligência ativa e esclarecida, inteiramente aplicada aos deveres do seu mandato.

Guardam os Anais do Senado a medida dessa contribuição para a nossa obra legislativa e, sobretudo, para a nossa cultura jurídica.

Conquistou o extinto uma longa carreira em escalas brilhantes, até este alto posto. Diante de responsabilidades tão diversas – Juiz, advogado, líder da Assembléia do seu Estado, Vice-Governador, secretário do governo – atribuições que, até parecem opostas, teve a virtude de manter essa coerência moral e intelectual que consagra o verdadeiro valor humano como marco da personalidade.

Conheci muito de perto sua figura, ao mesmo tempo taciturna e acolhedora, digna pela austeridade do caráter e querida por uma espécie de benevolência discreta e patriarcal, daquelas que cultivam o riso, mas só sabem sorrir interiormente. Pronuncio-me como amigo e como adversário que é a melhor forma de conhecer os homens, pela sua capacidade de luta e pela nobreza das reconciliações.

Conheci-o bastante para render-lhe este preito.

Deixando o Senado, quando ainda podiam seduzi-lo todas as perspectivas políticas, – como ainda hoje consigna o *Correio da Manhã*, lhe era acenada a própria Vice-Presidência da República – recolheu-se ao Tribunal de Contas, como Tavares de Lira, como outros brasileiros ilustres, talvez fatigado de embates que lhe pareciam estéreis.

Revertendo à sua missão de julgador, no setor que é como o mirante de toda a vida administrativa do País, soube ele, superiormente, associar o senso da justiça ao sentimento do interesse geral, fiscalizando e coordenando, zelando pela legalidade das despesas, sem prejudicar o ritmo das realizações.

Apagou-se, depois, na ingrata penumbra dos aposentados, mas seu espírito público não envelheceu. Ainda em 1945, quando todas as consciências se alvoroçavam, surpreendi-o em plena cidade, velho de mais de 80 anos, minado por todos os achaques da velhice, como que transfigurado por uma nova vibração de mocidade. Ia cercado da família, – de filho, de netos e netas – que levava para um posto eleitoral.

Já no momento crepuscular, já mergulhado na sua noite, divisou, também, a grande aurora. Encaminhou sua nova geração para o dever supremo, que é, sempre, o dever cívico.

Ainda há poucas horas, junto de seu cadáver, dizia-me um seu filho, com o semblante magoado mas tranqüilo, como se sua ardente fé religiosa lhe tivesse enxugado as lágrimas: "Aí está o velhinho descansado". Mas em torno chorava outra geração; choravam os netos e bisnetos, aqueles para

quem ele tinha dissolvido a alma de lutador nas mais doces ternuras. E, se a longa agonia de três dias lhe tivesse dado um raio de luz, lhe tivesse concedido um clarão, era para essa geração que, ele mesmo, com o crucifixo na mão, mostraria outra vez a imagem da Pátria.

São estas, são bem poucas as minhas palavras de despedida, como cumpre falar a um silêncio eterno.

Pediria, portanto, ao Senado, que, participando do meu sentimento, consignasse na ata de seus trabalhos um voto de pesar pela sua morte, que representa, afinal, um louvor à sua vida".

Aprovado o voto de pesar solicitado pelo representante paraibano, passou-se à ordem do dia que constava da eleição do restante das comissões permanentes.

José Lins do Rego, no mesmo dia de sua morte, em sua crônica em *O Globo:*

O VELHO PEDROSA

"O Ministro Pedro da Cunha Pedrosa, que ontem morreu, era um dos últimos paraibanos dos velhos tempos. Político de uma geração que dera um Presidente da República, o grande Epitácio Pessoa, permaneceu toda a vida o mesmo homem da Paraíba, o Juiz do Pilar, o Secretário de Estado, o Vice-Presidente, o Senador, de memória fresca para o seu passado de engenho, de menino, de rapaz, de homem público.

Lembro-me muito bem do meu avô, José Lins Cavalcanti de Albuquerque, a dizer à minha tia Maria: "Passa um telegrama a Pedrosa; hoje é dia de São Pedro, ele faz anos".

Em 1915 as suas políticas se separam. Ficara o meu avô com o Padre Valfredo e Pedrosa seguira Epitácio e Venâncio, e viera para o Senado.

Subiram os homens que Venâncio Neiva congregara ao tempo do seu governo, nos começos da República. Era uma gente de primeira ordem política que se manteve firme até o primeiro chamado do chefe.

Conhecia assim o velho Pedrosa através de meus parentes. Sabia-o um político de fibra antiga, daqueles que não mudavam de cara e de costumes na Corte. Depois vim conhecê-lo de perto aqui no Rio. E o amigo do avô crescera para o neto. A imagem da Paraíba, a marca da terra, estavam bem vivas no Ministro Pedrosa. E eu que tanto gosto de ouvir os velhos, me satisfazia na sua conversa descansada, no seu mole falar de nordestino, naquele seu tom irônico de dar a um fato a nota de humor.

Com o velho Pedrosa persistiam as grandes virtudes paraibanas de honradez, de trabalho, de dignidade humana.

Fixo-lhe o caráter para registrar um tipo de homem que desaparece no Brasil. Ao tempo em que Mário, o seu filho, andava caçado como fera, pelos crimes de suas idéias, o velho que era o mais católico dos homens não tinha para o filho uma palavra de amargura.

Era a opinião do filho. E tudo estava dito.

Quisera que os paraibanos que aí estão na política fossem outros Pedro da Cunha Pedrosa, porque assim não passaríamos pela vergonha de termos homens de segunda ordem a pretender postos que sujarão com as suas vidas"

RAUL DE GÓES

> "Todos os empreendimentos de caráter econômico, nos últimos anos do século XIX, tiveram a incentivá-los, quando não a realizá-los, a Associação Comercial do Rio de Janeiro."
> (De Eudes Barros, no livro "A Associação Comercial no Império e na República – Antecedentes históricos).

Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, por vários anos; seu antigo vice-presidente e agora Presidente da Confederação das Associações Comerciais; ex-presidente do Instituto Brasileiro do Sal; do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro; ex-deputado federal pela Paraíba; membro do Conselho Nacional do Petróleo; ex-membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; ex-membro do Conselho de Desenvolvimento da Copeg; ex-membro do Conselho Fiscal do Metrô do Rio de Janeiro; membro do Conselho Fiscal do Banco do Brasil; membro do Conselho Nacional da Cruz Vermelha Brasileira; membro do Conselho Consultivo do Instituto de Desenvolvimento da Guanabara; ex-secretário de Estado da Paraíba; Raul de Góes ainda incursiona, com segurança, pela literatura, sendo autor de **Beaurepaire Rohan. Um Estadista do Império; Um Sueco Emigra para o Nordeste, Lição Americana** e **Evocando Epitácio**, além de artigos publicados nos melhores jornais do País.

Trata-se realmente de um "self-made-man", de origem modesta, órfão de pai e mãe, criado por um tio em João Pessoa, de formação jornalística no velho "Diário de Pernambuco", de Recife, veio Raul Góes numa escalada até o grande centro do Rio de Janeiro, onde é figura de expressão numa classe empresarial de grande porte, e dirigente, por largo tempo, dos seus órgãos máximos.

PARAIBANIDADE

Sua paraibanidade é indiscutível. Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, em 1907, viveu toda uma vida servindo ou ligado a Paraíba e ainda vive hoje integrado por inteiro à colônia paraibana no Rio de Janeiro, com visitas freqüentes ao Estado e entrosado também por completo com as suas classes empresarial, política, administrativa, social e intelectual.

Este registro se é fiel cronologicamente não o é, todavia, biograficamente no sentido vivencial do termo. Porque Raul de Góes, por sua formação moral, cultural e política, é, antes de tudo, paraibano. É este um fenômeno que os sociólogos denominam de *aculturação,* quando se trata de grupos em contato com outros, e de *assimilação* quando o processo aculturativo afeta personalidades consideradas individualmente. Este último caso, isto é, o caso em foco, de perfeita identificação de uma personalidade a um meio onde não nasceu, tem ocorrido freqüentemente no Brasil, até em unidades federadas onde é mais entranhado o sentimento regionalista. Na Velha República, por exemplo, nenhum paulista descendente de bandeirantes era mais paulista que o fluminense Washington Luis.

Esse é um exemplo histórico. Um dos mais conhecidos. Mas no passado, como no presente, há muitos casos idênticos a esses.

Nos dias atuais, uma réplica das mais interessantes da *paraibanidade* de Raul de Góes, pela coincidência das circunstâncias, é a potiguaridade do governador Tarcísio Maia do Rio Grande do Norte, que é paraibano de nascimento.

Ninguém, entretanto, é mais potiguar que esse filho da Paraíba.

Representou o povo rio-grandense-do-norte na Câmara Federal na mesma época em que Raul de Góes representou a coletividade paraibana naquela Casa do Congresso.

Se se disser que o Governador Tarcísio Maia é paraibano, diz-se uma verdade cronológica, apenas, como quando se dá a Raul de Góes a naturalidade potiguar. Vivencialmente, aquele é rio-grandense-do-norte; e este paraibano.

EXEMPLO DE CASA

Tenho, em casa, um exemplo vivo: Eu e o Aderbal Jurema. Ambos nascemos na Paraíba; eu, em Itabaiana; Aderbal, em João Pessoa. O velho Geminiano Jurema Filho, advogava e vivia em Recife, quando começamos os estudos que prosseguiram, do primário à Faculdade de Direito. Nos primeiros anos de Faculdade, transferi-me para João Pessoa, a fim de trabalhar com o meu avô, o velho Manoel Joaquim de Araújo, que foi prefeito de Itabaiana. Aderbal Jurema permaneceu em Recife, à frente do Ginásio da Madalena.

Muitos anos depois, encontramo-nos, eu e o Aderbal Jurema, na Câmara dos Deputados. Ele, Deputado pelo PSD de Pernambuco. Eu, deputado pelo PSD da Paraíba.

Aderbal já foi secretário de Estado por muito tempo, antigo educador, jornalista e escritor, Ex-Vice Presidente da Câmara dos Deputados e agora Presidente da Arena de Pernambuco. Trata-se, na realidade, de um pernambucano da melhor cepa, com toda a sua formação em Pernambuco desde o primário, e ainda por cima mulher e filhos todos de Recife. O que fica nele da Paraíba é a terna lembrança de uma meninice ao lado de avós carinhosos, aconchego que deixa saudade pela vida toda.

SOBRE EPITÁCIO

Do depoimento de Raul de Góes, aguardo o seu contato com quatro Presidentes da República: Epitácio, Getúlio, Café Filho e Castelo Branco.

Sobre Epitácio, disse que o admirava em seu papel histórico, transfigurado pelas idealizações da lenda e do renome. Figura humana admirável, pela respeitabilidade natural de uma austeridade de comando, afirmava Raul de Góes.

Como auxiliar do Governo Argemiro de Figueiredo, privou com Epitácio por algumas vezes, impressionando-o, sempre, a sua familiaridade com os homens e as coisas da Paraíba e principalmente a sua visão global da política brasileira.

Não encontrara, nele, o mito, a imagem da fama, o estadista inatingível aos simples. Era um Epitácio muito paraibano e de convívio inesquecível.

GETÚLIO

De Getúlio, diz ainda com emoção: "Para os moços da minha geração sexagenária; o símbolo pessoal do Poder em nosso país, era Getúlio Vargas. Posso, por isso dizer que foi o candidato da Aliança Liberal, vencido nas urnas e vitorioso pelas armas, o primeiro Presidente da República que eu me acostumei a encarar como a personificação de Chefe Supremo. O seu antecessor, deposto pela Revolução de 1930, não deixara vestígios em meu espírito, de sua passagem pelo Palácio do Catete. Getúlio, não, o Presidente Vargas era o nome presente, dia e noite, pela imprensa e pelo rádio.

"Dispensado o então Interventor Argemiro de Figueiredo, em 1940, rumei ao Rio para recompor a minha vida. Em audiência com o Presidente Vargas, com aquele sorriso que passou à História, disse-me:

"O Sr. ficará agora seguro". Respondi-lhe, "Seguro, Excelência?..." "Sim – respondera o Presidente – já o recomendei para Presidente de uma grande Companhia de Seguros, a Internacional dos Alemães".

Em 1950, eleito pela segunda vez para a Presidência da República, já, em 1951, me nomeava Vargas para Presidente do Instituto Brasileiro do Sal.

Ainda é Raul de Góes que fala de sua gratidão ao Presidente Vargas: Reconhecido ao Grande Presidente, ingressei no seu partido, o PTB. Veio o Ano Trágico. O mar de lama. O suicídio. A carta-testâmento.

Sem mais contar com a inspiração de Vargas, o PTB resvalava cada vez mais, abertamente, para a esquerda. Foi isto que me levou, tempos depois, a deixá-lo. Em 1962, dele me afastei, quando o Chefe da Nação era o Presidente do PTB, João Goulart. Ingressei na UDN, cujos princípios programáticos eram mais adequados à minha moderada formação democrática. Reelegi-me Deputado Federal, pelo chamado partido do Brigadeiro.

No aceso da luta partidária, não foram poucos os meus correligionários udenistas que se entreolhavam surpresos, ao verem na parede do meu escritório, o famoso "retrato do velho". A todos, dizia: "Está acima dos Partidos, como a própria Nação".

CAFÉ FILHO

Sobre Café Filho, prossegue, Raul de Góes, no seu depoimento: "Era dos meus amigos mais íntimos. Convivência de família. Doméstica. A sua esposa, D. Jandira, por várias vezes, interrompia conversas prolongadas e estritamente confidenciais, com um cafezinho.

Certa vez, em julho de 1950, encontrei-o na companhia do velho batalhador udenista, Soares Filho, Deputado Federal. Ao me ver, Café Filho foi dizendo: "Você e o Soares vão ser os primeiros a saber da decisão que tomei esta tarde. Vou me candidatar pelo Partido do Ademar de Barros a Vice-Presidente da República, na chapa do Getúlio". Café Filho dava ciência a 2 amigos de partidos diferentes, do grande passo histórico.

CASTELO

Com o Castelo Branco, conta: "Vim conhecê-lo entre 1960 e 1962. A revolução ainda passava pela cabeça do bravo oficial da FEB, embora não lhe parecessem certos os rumos que o País tomava no Governo João Goulart. Militar disciplinado, Castelo Branco era todo silêncio. Fui condômino, como ele, no edifício "Jangadeiro", em Ipanema, e nesta época estávamos sempre a falar sobre problemas de inquilinato...

Em 1965, perto de concluir minha segunda legislatura e não mais pretendendo disputar a reeleição, pedi audiência ao Presidente Castelo Branco. Concedeu-ma. Conversamos sem formalidades. Até parecíamos, em velhas conversas, como ainda condôminos de o "Jangadeiro" Em dado momento, olha-me sorrindo e diz – "Então, está mesmo se despedindo? Não pretende se candidatar de novo?" Respondendo-lhe que não mais disputaria a Câmara dos

Deputados, o Presidente com sorriso matreiro, foi me dizendo: "Está com medo das urnas, Deputado?" Respondendo-lhe que, no Nordeste, o homem como ele não conhece medo, estimulou-me, no entanto, a continuar vigilante na vida pública.

Concluindo, Raul de Góes, diz do Castelo Branco: "Foi um grande estadista; incompreendido na sua tarefa de reorganização nacional; por muitos, hoje, pela maioria é reconhecido como um chefe autêntico. Sua fisionomia austera não contribuia para torná-lo popular. Eu, porém, o compreendia e o admirava. Conheci-o de perto".

HOMENS DA PARAÍBA

De sua convivência paraibana, Raul de Góes, diz que, das maiores figuras de homens públicos, guarda admiração a José Américo e Argemiro de Figueiredo. Do passado, o saudoso João da Mata Correia Lima deixou-lhe marcas bem vivas de inspiração política. Dos contemporâneos que se foram, Raul de Góes cita Pedro Aleixo, Milton Campos e Carlos Luis com os quais conviveu, intimamente, no Congresso Nacional.

Aliás, poucos meses antes de sua morte, Pedro Aleixo enviou a Raul de Góes uma longa carta em que relembrava episódios vividos por ambos na Câmara dos Deputados. Nessa carta dizia o saudoso Vice-Presidente da República: "De outra parte é preciso que se registrem nestas linhas as sinceras palavras de quem considera que seu convívio lhe permitiu conhecer virtudes e qualidades que sua natural modéstia oculta, mas que são a essência de sua própria personalidade. Seu devotamento às boas causas é uma constante que o faz credor da mais merecida admiração".

De literatura, é inclinado a Eça de Queiroz e a Machado de Assis, gostando de história e biografias.

Evoca, Raul de Góes, com ternura e saudade, os nomes dos paraibanos, poetas Perilo D'Oliveira e Eudes Barros, jornalista Silvino Olavo, Orris Barbosa e Rocha Barreto, e médico Newton Lacerda, o velho Ulisses Bonifácio de Oliveira, do não menos velho "O Norte"

De sua passagem pela Presidência da Associação Comercial, diz que pugnou sempre, com pertinácia, para equiparar as pequenas e médias empresas comerciais às PME industriais para a obtenção dos mesmos incentivos, auxílios e vantagens e acha que os seus esforços estão sendo coroados de êxito.

É um apaixonado pela cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e confessa que a maior recompensa que teve em toda a sua vida pública foi a concessão do título de Cidadão Benemérito do Estado da Guanabara, pela Assembléia Legislativa carioca.

Entre os que melhor falaram sobre Raul de Góes, está aqui, o velho jornalista Theophilo de Andrade. As suas palavras valem, por quem é e a quem se dirigem:

RENDIÇÃO DE GUARDA

Foi emocionante a despedida de Raul de Góes da Presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro, quando dirigiu, pela última vez, em sua atual administração, os trabalhos do Conselho Diretor. Encerrou dois biênios sucessivos, durante os quais orientou a tradicional entidade de classe nos assuntos internos, e, sobretudo, nos contatos com as autoridades, nesta época em que o Estado, mesmo dentro do regime da livre-empresa, se sentiu obrigado a assumir uma vasta gama de poderes, antes não conhecidos. Por isso mesmo, tem o Governo de valer-se da assessoria das entidades empresariais, no traçar os rumos da economia nacional, com o fim de escolher-se a rota mais aconselhável para incentivar as atividades privadas, defendendo-se, ao mesmo tempo, o interesse público.

A oração de despedida foi confiada a Clóvis Ramalhete que, com a sua palavra coloquial e fácil, e com a sua exposição cartesiana, pôs em relevo os serviços prestados por Raul de Góes, na direção da Associação Comercial e na Federação das Associações Comerciais do Brasil. Escorçou, com engenho e arte, o novo capítulo por ele acrescentado ao rol dos serviços que, ao longo de sua vida fecunda, tem prestado ao Brasil, seja como titular que foi de várias secretarias do governo, no Estado da Paraíba, seja como parlamentar, na Câmara dos Deputados.

Coube-lhe, mais recententemente, comandar a nau do comércio, no período de consolidação da Revolução de 1964, quando foi reaberta aos homens de empresa a possibilidade de ajudar a realizar o que se tem chamado, com razão, de "milagre brasileiro"

Tratando-se, porém, de uma despedida, o ambiente ficou carregado de novidade, pois estava então em jogo, não mais o Presidente que terminava o seu mandato, mas o homem, de grande sensibilidade política que, nos quatro anos passados, soubera fazer-se amigo, não apenas de cada um dos membros do Conselho Diretor, mas de todos os sócios da entidade.

Olhando a despedida por este lado, e considerando a personalidade rica do líder que partia, lembrei-me então de um poema de Santos Chocano, o épico americanista – que também possuía cordas líricas e românticas em sua lira – e que, de certa feita, dedilhou loas a um varão que tinha três estrelas na alma: o ideal, a energia e o trabalho.

O ideal é o alvo que fascina, na mocidade, aos jovens, no desejo de realizar algo que fique como um serviço à sociedade e exemplo aos pósteros. E no Nordeste, de onde veio Raul de Góes, é o ideal a própria mola propulsora dos rapazes de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, três Estados unidos pela geografia e pela história, e que sempre estiveram na vanguarda das grandes campanhas que levaram à formação e à consolidação da Pátria comum.

À energia foi buscá-la o nordestino, na herança dos avós, conquistadores da terra que, vencendo o sertão bravio, instalaram os primeiros núcleos de

povoamento, e plantaram uma civilização própria, mais recentemente, ao extremo norte, ao oeste e ao próprio sul do Brasil. É que, desde os tempos coloniais, tem sido homem o mais importante artigo de exportação do Nordeste.

E o trabalho tem sido a sua devoção constante, tanto na atividade particular quanto no esforço, levantam-se as grandes construções físicas e políticas da história.

Aqueles três estrelas, tão fulgurantemente engastadas na alma do homem nordestino, iluminaram a saga da penetração e orientaram as lutas pela independência, argamassada, freqüentemente, no sangue dos seus heróis. Aliás, nenhuma região do Brasil conta com tão numeroso rol de mártires, sacrificados nas revoluções desencadeadas pela emancipação política do Brasil. É que as do Sul, com a exceção única da Inconfidência Mineira, terminaram sempre na anistia, ao passo que, nas do Nordeste, os dirigentes terminaram no cadafalso.

Sob este aspecto, é Raul de Góes, nascido no Rio Grande do Norte, um nordestino típico. Demonstrou-o nas diversas etapas da sua vida particular e pública, e, mais recentemente, exatamente na Presidência da Associação Comercial. As três estrelas de Santos Chocano – e outras que o poeta peruano não divisou – fizeram dele um líder do comércio desta cidade e do Brasil. Daí, justificada a emoção, na hora em que presidiu, pela última vez, o Conselho Diretor da Associação.

Acontece, porém, que aquela partida não foi um adeus, pois consistiu apenas em uma mera rendição da guarda, no nível mais alto do comércio do Rio de Janeiro, em obediência aos sadios princípios democráticos, em boa hora consagrados pelos estatutos da casa, que impõem a rotatividade nos cargos de chefia. Vai Raul de Góes ser substituído no cargo por outro homem de prol, dono de rico "curriculum vitae", que se viu por imposição do voto unânime do Conselho Diretor, promovido, de Primeiro Vice-Presidente, a Presidente: Pedro Leal Velloso Waehmann.

Não se estabeleceu, por esta forma, solução de continuidade na direção da Associação. De resto, as linhas seguidas nos últimos anos são as mesmas traçadas por Rui Gomes de Almeida, o grande líder prematuramente desaparecido, que apoiou a revolução de 31 de março de 1964, mesmo antes dela haver eclodido, pois, do alto da presidência da Associação Comercial, teve a coragem cívica de denunciar o atentado que o governicho de então tramava contra a democracia e a livre-empresa.

É esta, afinal, a tradição secular da Associação Comercial, desde os tempos das lutas da Independência, como acentuou Clóvis Ramalhete, em seu formoso discurso, mantida que foi tanto no primeiro quanto no segundo reinado, e mais tarde, em toda a vida da República. Na Associação, os governos do País sempre encontraram apoio e assessoria para a defesa do interesse público, e crítica e combate quando, por incompreensão ou demagogia, puseram em perigo os altos interesses da Nação.

Raul de Góes seguiu nas pegadas de Rui Gomes de Almeida, trilhando a sua linha ideológica e até repetindo a sua própria carreira funcional, pois, tal como ele, acaba de ascender, naturalmente, da presidência da Associação à do Conselho Superior. Ali continuará a dar ao comércio desta cidade e do Brasil os conselhos da sua experiência e as lutas da sua inteligência, fazendo brilhar as três estrelas que tem na alma, tal como as definiu Santos Chocano: "O ideal que dá glória; a energia que dá audácias; e o trabalho que dá força".

São elas o apanágio do líder.

A CASA DE MAUÁ

Homem de letras, absorvido, porém, pelas atividades empresariais ou a serviço dos empresários, Raul de Góes, assumindo a Presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de logo se preocupou com a história da Casa.

A Casa de Mauá, tradicional, quase sesquicentenária, abriga figuras da maior representatividade não só no comércio em geral, como também em nossos quadros intelectuais, administrativos, políticos e sociais.

Não é só de comércio e no comércio que vivem muitos dos homens que integram os seus quadros, sendo freqüente um poeta-empresário como Augusto Frederico Schmidt; a criatividade intelectual do líder das classes comerciais no passado, João Daudt de Oliveira; o impulso literário de Brasílio Machado Neto, saudoso Presidente da Confederação Nacional do Comércio; o instinto de Carlos Lacerda; o gênio criador do parque gráfico, de Adolfo Bloch; a espontaneidade oratória de Euvaldo Leddi, desaparecido tragicamente; a versatilidade política e sócio-econômica de Rui Gomes de Almeida que deixou, num nome consagrado pela família empresarial deste Rio de Janeiro, uma liderança difícil de ser ocupada; o brilho literário e jurídico de Clóvis Ramalhete; todos, homens de pensamento e de ação, fazendo do lazer trabalho e do trabalho lazer, na realização plena de um patrimônio, ao qual não se sabe o que mais admirar, se o êxito material em pedra e cal ou se o sucesso intelectual que se perpetua na linguagem falada e escrita.

Há notícias da passagem pela diretoria da Casa de Mauá, ainda de homens da maior expressão social e intelectual, como Juracy Magalhães, Negrão de Lima, Vasco Leitão da Cunha, Ibrahim Sued e Eugenio Gudim.

Esta Casa, tão rica por dentro e por fora, nas roupagens e na história, na forma e no conteúdo, estava à espera de seu compilador, do seu biógrafo, do seu historiador. Uma Casa que abrigou em sua liderança homens da estatura de um Mauá, um Theofilo Ottoni, um Visconde de Tocantins (irmão de Caxias), acolhe, mais de um século depois, Raul de Góes, cuja predestinada paraibanidade o leva à sua Presidência, por duas vezes, para manter tradição tão alta. Ao desafio da história, Raul de Góes respondeu com uma atuação que o situa muito bem na galeria dos que melhor serviram à Casa de Mauá.

Por isso mesmo, cônscio destas responsabilidades, encarregou Raul de Góes da tarefa de levantar a história da Associação Comercial do Rio de Janeiro, o homem indicado, o poeta, o historiador, o jornalista, o ensaísta e com vivência na Casa a que serviu por tanto tempo até que as suas emoções mataram o seu coração: Eudes Barros.

Este prefácio que Raul de Góes escreveu para o livro **A Associação Comercial no Império e na República,** resume a trajetória da Casa que Eudes Barros levantou e traçou, como bom pesquisador.

São de Raul de Góes, estas palavras:

"A Associação Comercial do Rio de Janeiro tem uma história de lutas, sacrifícios e realizações, que precisava ser escrita nos moldes do presente trabalho.

Há muito que se impunha uma história da nossa grande e benemérita Instituição, que não se limitasse a mera exposição cronológica, mas abrangendo a apreciação e análise dos fatos que influiram na formação do espírito de classe da comunidade, comercial brasileira e dos aspectos sociais e econômicos que marcaram as várias épocas do seu passado.

Acalentando essa idéia desde algum tempo, resolvi levá-la à Diretoria Administrativa. Expus aos meus companheiros da D.A. o plano que tinha em mira; desejava que a obra cobrisse as atividades da Associação durante o Império, chegando até aos dias atuais da República. Daí a lembrança, que também foi minha, do título do livro.

Aceita a minha sugestão, deliberou-se que o trabalho deveria ficar sob os cuidados e responsabilidade da Revista que editamos e da qual sou diretor.

A difícil tarefa de pesquisar, atualizar os dados até então conhecidos e escrever, afinal, o trabalho, coube ao jornalista e historiador Eudes Barros. Para levá-la a efeito, recorreu, de preferência, à documentação coligada, há anos, pelo saudoso Heitor Beltrão em suas obras "Um Capítulo da História da Praça do Rio de Janeiro" e "A Praça num Século de Labor", no que se relaciona com as origens históricas da Instituição, a fundação da Sociedade dos Assinantes da Praça e a sua existência como Associação Comercial até à era de 30.

Dessa época em diante, o autor deste trabalho utilizou um resumo dos fatos e realizações dos dois últimos decênios da Casa, conscienciosamente elaborado pelo Sr. Aluizio de Castro Rolim, Vice-secretário geral da Associação Comercial.

É uma História que precisava ser feita e que agora está feita.

Aqui está a Associação Comercial, no Império, desde a fundação em 1834, ao tempo da Regência, com o nome de Sociedade dos Assinantes da Praça, ao longo período que vai da Maioridade à Proclamação da República. Nos capítulos referentes à vida da Instituição no regime republicano, terão os leitores a oportunidade de acompanhar as lutas que ela travou e venceu para manter inatacável o seu bom nome e, finalmente, crescer, subir e engrande-

cer-se cada vez mais, constituindo-se no símbolo mais representativo da evolução econômica do Brasil.

Nenhuma outra entidade brasileira tem, com efeito, um período tão longo de atuação ininterrupta e, ao mesmo tempo, não vinculada à história da própria nacionalidade. Se a sua finalidade estatutária é a defesa das justas e legítimas reivindicações da classe, tal defesa não se restringe, porém, a esses estritos e circunscritos objetivos, porque tem abrangido os interesses gerais da economia nacional, as aspirações de progresso e consolidação econômica do Brasil.

O seu passado está cheio de exemplos de benemerência e patriotismo, que mais nobres e edificantes se tornam pela ingrata incompreensão, injustiças e hostilidades que ela teve de enfrentar em seus contatos com o poder público.

Foi benemérita quando em 1865 fundou o Asilo dos Inválidos da Pátria destinado a amparar os mutilados da guerra do Paraguai e as viúvas e filhos dos que morreram pelo Brasil. Não pára aí o seu gesto de benemerência: compra a Ilha do Bom Jesus, onde está construído o Asilo, doando-a ao governo imperial.

Com recursos do patrimônio sob a sua guarda, adquiriu o chamado Palácio da Babilônia, do Barão de Itacurussá, para ser instalado o Imperial Colégio Militar e que lá funciona até hoje.

Terminada a campanha contra Lopez, toma a Associação a iniciativa das comemorações públicas da vitória e em 1872 constrói e faz doação ao governo da Escola de São Cristovão, frisando que a melhor maneira de comemorar o fim de uma guerra é alfabetizar o povo para propagar o amor pela paz.

Em 1870, defende energicamente o porto do Rio de Janeiro contra a pretensão da administração dos paquetes transatlânticos de torná-los simples escala de navegação, sem dia nem hora para a partida dos navios. Nesse mesmo ano, inicia a propaganda do telégrafo submarino que é inaugurado em nosso país em 1873, quando D. Pedro II, na Praia de Copacabana, puxou o cabo que emergia das ondas. Sete meses depois as comunicações submarinas nos ligavam com a Europa, sendo a Associação Comercial, conforme declara o ministro do Império, Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, "fator valioso do imenso melhoramento".

No baile que se realizou no Cassino Fluminense em sinal de regozijo por conquista tão decisiva para a civilização brasileira, o Imperador congratulava-se com o autor da grande realização, o Visconde de Mauá, que, de 1846 a 1848, exercera a presidência da Casa. Foi também a Associação, ao tempo da presidência de Mauá, que induziu a Mala Real Britânica a estabelecer viagens regulares entre a Inglaterra e o Brasil. É ainda a Associação que incentiva a instalação do primeiro guindaste no cais do porto do Rio de Janeiro em 1848.

Os atos da Associação pela melhoria e desenvolvimento do ensino e das atividades comerciais no País estendem-se desde o Regulamento, que elaborou e foi aprovado em 6 de julho de 1846, para a Aula de Comércio, até a aprovação e interferência esclarecedora na adoção do sistema métrico nos pesos e medidas, em 1872.

Desde 1876, suprindo a falta de serviços oficiais, uma equipe de peritos da Associação levantou seguros e completos quadros estatísticos de 32 aspectos comerciais diferentes, tendo, em 1883, prestado mais este serviço à economia nacional; organizou os tipos de exportação de café.

Outros atos e gestos nobilitantes de benemerência e civismo pontilham e assinalam o passado da Associação Comercial do Rio de Janeiro que, só depois de mais de um século, em 26 de setembro de 1940, é, por decreto do Governo Getúlio Vargas, reconhecida como órgão técnico e consultivo com o fim de colaborar com o Estado no estudo e solução dos problemas econômicos.

Ultrapassada a fase de sacrifícios e incompreensões, a Associação Comercial, que em 1912 conquista âmbito nacional com a fundação da Federação das Associações Comerciais do Brasil, firma-se, desde então, notadamente nestes últimos quarenta anos, como a instituição mais sólida, poderosa e prestigiada da vida econômica da nossa pátria.

Em maio de 1945, realiza a memorável Conferência de Teresópolis e, em 1946, consubstancia as teses e resoluções desse conclave na sua Carta de Paz Social.

Em 1945, numa impressionante arregimentação de forças, derruba a "Lei Malaia", da Ditadura, e ajuda a preparar o clima para a redemocratização do Brasil. Era seu presidente nessa época o Dr. João Daudt d'Oliveira.

Em 1950, reforça o movimento promovido pelos produtores e exportadores de café contra a campanha do Senador Gillete no Senado dos EE.UU.

Em 1952, na presidência de Carlos Brandão de Oliveira, dirige desassombrado memorial ao Poder Executivo, definindo a posição do comércio brasileiro ante a intervenção estatal no domínio econômico.

Em 1955, ao ser pela primeira vez eleito para dirigir-lhe os destinos do Sr. Rui Gomes de Almeida toma a Associação a iniciativa de realizar Mesas-Redondas nas diversas áreas geo-econômicas do País. Inspirada nessa iniciativa, em 1956, a Associação Comercial de São Paulo promove a I Conferência Brasileira de Comércio Exterior, em que são postos em equação todos os problemas relacionados com o nosso intercâmbio internacional.

Por último, em abril de 1958, retificando e reiterando as recomendações do conclave paulista, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, como líder da Federação das Associações Comerciais do Brasil, realiza na Capital da República, a II Conferência Brasileira de Comércio Exterior, cujas teses e resoluções, mormente a relativa conquista de novos mercados importadores, induziram as esferas oficiais a uma tomada de posição dentro das diretrizes traçadas pelas classes produtoras.

Abrangendo um longo período da vida brasileira, retrata, afinal, este livro, as principais atividades da veneranda Casa de Mauá, destacando-se em iniciativas de épocas diversas a sua atuação pioneira em benefício do desenvolvimento social e econômico do País."

O CRONISTA DO COMÉRCIO DA PARAÍBA DE ONTEM

Com mais de cem anos de existência, a Associação Comercial de João Pessoa também encontrou em Raul de Góes o seu cronista.

Nas comemorações de seu centenário, em 4 de novembro de 1974, evocava, lembrando-se da sua condição de repórter do jornal O Norte, personalidades e relíquias das atividades empresariais paraibanas na década de 1920/1930: Isidro Gomes, Eduardo Fernandes, João da Mata Correia Lima, Flávio Maroja, José Rodrigues de Carvalho, José Maciel, Clemente Rosas, Murilo Lemos, Diógenes Caldas.

Diz Raul de Góes: "Embora não fossem especialistas da ciência econômica, eram homens dinâmicos, empreendedores, experientes e, alguns deles, advogados, juristas de larga erudição e cultura; estavam perfeitamente a par das tendências novas que se faziam sentir na economia, depois da Primeira Grande Guerra, e, sob um enfoque adaptado à conjuntura da época, analisavam problemas nacionais e particularmente da Paraíba. Esta Associação Comercial era uma espécie de academia do pensamento econômico do Estado".

Salienta ainda Raul de Góes que a Associação Comercial de João Pessoa surgira justamente em 1874, o ano considerado pelo próprio Presidente da Província, na época, Silvino Elvídio, Carneiro da Cunha, o Barão do Abiahy, como dos mais sombrios do comércio paraibano. Coube a esses empresários enfrentar as dificuldades mais tarde agravadas com a seca de 1877 – e chamada seca de 77, que tudo destruiu – sem abalo de ânimos e com espírito de luta e de iniciativas.

Aqui surge Raul de Góes, com a crônica da época: "Foi já nos fins do século passado e nos primeiros anos do século XX que o comércio desta Capital experimentou uma fase de relativo progresso. Foi a época em que aqui se estabeleceram grandes firmas, sólidas e acreditadas, como Paiva Valente & Cia, F. H. Vergara & Cia; René Hauser, Julius Von Shohston, Kroncke, Tito Silva & Cia; Manoel Soares Londres, Antonio Jaime Seixas, com o seu moderno estabelecimento de artes gráficas, Brito Lira, Carvalho Bastos. Depois foram surgindo outras, como Ferreira Amorim & Cia; Avelino Cunha, Diomedes Cantalice, Elvídio de Andrade, Manoel Caldas Gusmão, Gerson Carneiro da Cunha, João Souza Campos, Heitor Gusmão, Eduardo Cunha, João Honorato, Odilon Mesquita, Nicolau da Costa, Francisco e Carlos Guimarães, Cunha & Cia, dos irmãos Orestes e Manuel da Cunha, Vicente Ratacazo, Giovani Ponzi, Mateus Zaccara, Nicola Porto, Luiz Lianza, Casa Pena, Mercearia Maia, etc.

A Casa Pena era afreguesadíssima. Vendia chapéus, calçados. artigos de de homens, etc. Na sua esquina, que dava para a estação da Great-Western, antiga d'Eu, paravam para conversar, não só comerciantes como intelectuais, políticos, advogados, médicos, gente de importância na terra.

Enquanto na Casa Pena, os caixeiros estavam sempre atendendo à freguesia, no estabelecimento defronte – o da firma Carvalho Bastos – que noutros tempos tivera apreciável movimento, não entrava viv'alma. Perdera o prestígio, estava, então, em pleno declínio.

O seu interessado na Casa e caixeiro-viajante era o velho João Damião, pessoa de certas limitações intelectuais, mas de uma honestidade a toda a prova.

Como vendia muito pouco à freguesia das praças do interior nas suas viagens periódicas, o chefe da firma, pessoalmente, resolveu certo dia dar-lhe umas aulas do que hoje chamamos de comercialização ou "marketing".

Chamado o velho Damião aos fundos do estabelecimento e mandando que ele abrisse as malas dos mostruários, disse-lhe o Sr. Carvalho Bastos, que era cidadão de bons préstimos, austero e respeitável: – vamos fazer de conta, seu João Damião, que eu sou o freguês. Quanto custa esta caixa de meias? Estes doze pares de meias?

Respondeu Damião:

– 17 mil réis. Meias de primeira qualidade. Uma pechincha, não acha?

– Que pechincha, que nada. Isto está caro demais.

Damião não se conteve e desabafou:

– Ora, seu Bastos, se o Sr. que é o dono da mercadoria acha ela cara, imagine os outros...

Era assim, meus senhores, a Paraíba comercial da minha juventude. O comércio ainda tinha muito que aprender em suas técnicas de venda. Ainda não existia o crediário. "Fiado? Só amanhã". Eram estas palavras que a gente lia nas bodegas e até em algumas boas lojas.

Continuando com suas evocações sentimentais e históricas, Raul de Góes lembra a Mercearia Maia, onde se reuniam, no seu bar tosco, dos fundos, figuras de relevo da Capital: advogados, comerciantes, políticos, jornalistas e "matutos" do interior que vinham tratar de negócios na Cidade.

Entre as figuras dos senhores de engenho, "coronéis" Gentil Lins e João Vitorino Raposo, donos dos engenhos mais vistosos da região – Pacatuba e Vigário – também frequentadores da Mercearia Maia, cita Odilon Mesquita, espírito franco, liberal e animado por um entranhado sentimento de solidariedade humana que o fazia protetor de amigos pobres, ajudando-os nos estudos e fazendo-os, até bacharéis em direito, como Temístocles Campelo, que toda João Pessoa conheceu.

Fixa-se no comércio algodoeiro, destacando a atuação da firma Kroncke, a partir de 1900, com atuação por todo o Estado e que, dirigida por alemães sisudos e retraídos, no decorrer da Segunda Grande Guerra, passou para as

mãos brasileiras e paraibanas de João de Vasconcelos e Corálio Soares de Oliveira, dois líderes do comércio exportador paraibano.

Raul de Góes lembra ainda a consagração com que foi recebido na Paraíba, Epitácio Pessoa, em 1920, já eleito Presidente da República e, justamente, na Associação Comercial de João Pessoa, foi que falou à Paraíba e à Nação.

Passa em desfile os antigos Presidentes da Casa: Isidro Gomes, Antônio de Brito Lira, Manoel Soares Londres, Manoel Veloso Borges, Flávio Ribeiro, Hermenegildo Di Lascio, Basileu Gomes, José Martins Ribeiro, Renato Ribeiro Coutinho, Ruy Bezerra Cavalcanti, Lourenço de Miranda Freire.

Estas páginas evocativas de Raul de Góes, não só falam de sua sensibilidade, como resguardam nomes que se não estão nas ruas e praças, mantêm-se sempre recordados uns com carinho e saudade, e outros admirados e reconhecidos como verdadeiros alicerces da economia paraibana.

RUY CARNEIRO

"No Senado, desde 1950, através de eleições que se repetiram com o mesmo êxito, em 1958, 1966 e 1974, tem assegurada permanência por 32 anos, fato inédito na história da Câmara Alta".

Num livro da maior importância histórica, O Parlamento e a Evolução Nacional – Introdução Histórica, de José Honório Rodrigues, quando das comemorações do sesquicentenário da Independência (colaboração de Lêda Boechat e Octaciano Nogueira), autor que se impõe e faz escola em todos os centros culturais do país, acentua-se que "a grande maioria das Histórias do Brasil desconhece o papel do Parlamento, que só aparece quando existiram crises, estados de exceção, guerras civis, e se tornou necessária ou se conseguiu, sob pretextos variados, a concessão de recursos extraordinários e a suspensão das garantias constitucionais. Nas histórias gerais as exceções são raras, podendo citar-se a de John Armitage, ou a do Padre Rafael Galanti, mesmo assim para a primeira fase parlamentar. Nas outras histórias, o pouco que há é irrelevante. Nos livros didáticos a omissão total do Parlamento promove a formação de uma consciência cívico-política desconhecedora da ação parlamentar.

Esta nossa antologia, ao contrário, mostra a riqueza, a variedade, a profundidade do pensamento político-parlamentar brasileiro e servirá especialmente para evidenciar que a construção nacional não é obra somente do Poder Executivo, mas também do Poder Legislativo, e foi, durante o Império, durante o regime parlamentar, obra sobretudo do Parlamento."

E desta importância, ainda é o professor José Honório Rodrigues que diz – "Ninguém deve esquecer que sem política, uma direção escolhida ou imposta, um caminho livre ou absolutista, não há sociedade civilizada. Mesmo aqueles que negam o direito ao exercício político fazem política, escolhendo um modelo que encaminhe a economia, a sociedade, o povo, pelas estradas livres ou pelos desvios absolutistas da história."

José Honório Rodrigues é afirmativo e enfático, quando afirma: "Nenhum historiador, nenhum cientista político, nenhum cientista social, nenhum economista, nenhum político, nenhum jornalista deixaria de reconhecer nos discursos parlamentares um arquivo contemporâneo único na amplitude e profundidade, que nos servirá como um clarão a iluminar os começos, os tropeços, as vitórias e derrotas da formação da sociedade brasileira"

E José Honório Rodrigues desce a detalhes sobre a importância do Congresso, quando esclarece: "Sabemos todos que o Parlamento não é somente a oratória, pois as comissões, os projetos, os pareceres completam o trabalho parlamentar. Mas ainda que a obra parlamentar se reduzisse ao discurso político, ele estaria exercendo uma função fundamental de fiscalização governamental, de esclarecimento da opinião pública, de formação da consciência nacional".

E se tudo isto vale como fatores positivos da formação e da consolidação da nacionalidade, a atividade de cada parlamentar, por mais modesto que seja, sem inclinações à tribuna e sem o brilho de intervenções de plenário, merece ser apreciada pela sua importância para a solução de problemas que vão desde reivindicações municipais às de maior significação para todo o Estado.

É o parlamentar um despachante de categoria, de aspirações e problemas de comunidades que, apesar da atividade dos Executivos, municipais ou estaduais, tomam corpo e forma ao ingresso na pauta das atenções dos Governos, da República e dos Estados, pela ação constante e, às vezes até anônima, dos deputados estaduais, federais e Senadores.

Atuam os parlamentares, da periferia ao centro do Poder, como elementos catalisadores a impulsionarem reivindicações populares que vão se adensando às preocupações dos homens de Governo. Importante ainda é se considerar que representam os congressistas verdadeiras válvulas de pressão, comprimindo de baixo para cima, pela vontade popular.

Nas suas campanhas eleitorais, ouvindo o povo nos confessionários de praça onde se realizam os comícios e auscultando líderes de distritos e municípios, formam uma média de opinião pública em torno das necessidades das vilas e cidades e de regiões inteiras. No exercício dos seus mandatos, tornamse, em regra, fiscais permanentes ante o Poder Público, não só por instinto de sobrevivência política como porque, a cada renovação de mandato, mais e mais se torna exigente um eleitorado tanto mais radical quanto maiores foram as suas dificuldades de vida em comunidade.

Faça-se um levantamento geral em todo o país e ter-se-á um mapa bastante positivo do que representa para o progresso de uma Nação um corpo legislativo tanto mais autêntico quando mais se aperfeiçoe o processo democrático.

Lembro-me, e muito bem, quando na Liderança da Maioria, na Câmara dos Deputados, entre 1959 a 1961, do trabalho pertinaz e indormido do parlamentar piauiense Milton Brandão, em favor da construção da barragem de

"Boa Esperança". É ela hoje uma realidade, e Milton Brandão não conseguiu reeleger-se, se bem que não só o seu Estado, o Piauí, como toda uma região do alto nordeste, esteja servida agora de abastecimento d'água que deu melhores condições de vida a alguns milhões de nordestinos.

Era ele a voz que todos os dias gritava pela barragem de "Boa Esperança" até que se transformou em meta de Governo. Água mole tanto bate em pedra dura, até que fura...

Eis porque, neste livro, não poderia faltar com uma homenagem ao Poder Legislativo, e, justamente, fui escolher entre os paraibanos que puseram em relevo o seu Estado, no cenário nacional, Ruy Carneiro que, no Senado da República, bateu todos os recordes de permanência contínua – 1950 a 1975, com um mandato que alcançará 1982 – que perfaz um quarto de século de exercício até agora. Não conheço, naquela Alta Casa do Congresso, quem tanto tempo nela tenha permanecido e quanto tempo vá permanecer – 32 anos e, note-se através de eleições das mais duras, eleito e reeleito que foi duas vezes com o seu partido, o PSD, no Governo, mas tendo como opositores figuras nacionais. Eleito e reeleito outras duas vezes, com o seu partido, o MDB, em oposição, contra candidatos de uma Arena que dispõe no Estado da Paraíba, dos seus 170 municípios, maioria de prefeitos abrangendo 140.

Tem sido, realmente, o Senador Ruy Carneiro, um fenômeno político e eleitoral.

Não é um Demóstenes, nem tão pouco um José Américo. Nem um grande tribuno, nem uma figura lendária. É um homem simples e até humilde. Homem, entretanto, de grande e profunda acuidade política e de extremo bom senso, de uma prestimosidade ao indivíduo e a coletividade, como poucos no Parlamento brasileiro.

Diz-se que na Paraíba, entre gregos e troianos, não há um lar que não tenha recebido dele uma ajuda ou um favor nas horas de aflição, e um problema de Estado que não tenha merecido dele incentivo e apoio. É figura presente na família e no povo, numa atividade incessante que os seus 70 anos não diminuiram. Fala-se até que as suas vitaminas, são as eleitorais e que as pílulas de rejuvenescimento são as vitórias a cada 8 anos...

Em 1930, era um jornalista caboclo, dirigindo com boemia o modesto "Correio da Manhã", da província, não faltando um violão para neutralizar as dificuldades financeiras permanentes de um jornalzinho de 4 páginas.

A Revolução de 1930 mudou a sua vida. Como oficial de gabinete, acompanhou José Américo na sua ascensão a Ministro da Viação e Obras Públicas do primeiro Governo Vargas.

Em 1934, entre os deputados federais da Paraíba, lá estava Ruy Carneiro, sempre carregando montões de cartas de conterrâneos que o transformaram num despachante dedicado aos seus reclamos de vida. Marques dos Reis, antigo Presidente do Banco do Brasil, por volta de 1937, convocou

Ruy Carneiro, já com nome feito no Estado e um sem-número de relações no Rio, para seu secretário.

Passaram-se os anos e, numa crise política na Paraíba, Getúlio Vargas lembra-se de Ruy Carneiro para Interventor do Estado, sucedendo a Argemiro de Figueiredo, que perdera o lugar por pressão do jovem Epitácio Pessoa (Epitacinho), que era da convivência íntima do Presidente.

Em 1945, na redemocratização, presidindo o PSD paraibano, Ruy Carneiro é cabeça de chapa para a Assembléia Legislativa, com uma votação maciça que puxou vários candidatos ao êxito de uma eleição tranqüila.

Sem abandonar o campo político, propriamente, o cacique pessedista vai dirigir a Campanha de Navegação Costeira, passando depois a vice-presidência do Banco Lar Brasileiro.

Em 1950, entra para o Senado Federal, após uma das campanhas mais vibrantes, e populares da história política paraibana. Vencera José Pereira Lira, ex-secretário da Presidência da República. E as vitórias se sucedem em 1958, 1964 e 1974.

Quando no Governo do Estado, Ernani Satyro, num gesto inédito na política, uma das principais avenidas abertas em João Pessoa, tomou o seu nome e, na festa popular realizada, num palanque onde se misturavam Arena e MDB, Ruy Carneiro era consagrado. As palavras do então Governador Ernani Satyro e do então prefeito de João Pessoa, Dorgival Terceiro Neto, do intérprete do povo, escritor José Otavio, do jornalista Hélio Zenaide, do desembargador Aurélio Albuquerque, do escritor Virginius da Gama e Melo, do historiador Celso Mariz, emprestaram forma consagratória ao velho Senador da Paraíba.

Posteriormente, no Senado da República, o acontecimento foi saudado em quase toda uma sessão comemorativa, por representantes da Arena e do MDB, numa revelação definitiva do conceito que goza Ruy Carneiro, na Câmara Alta do País.

Os Senadores Adalberto Sena, Arnon de Mello, Benjamin Farah, Milton Cabral, Daniel Krieger, Guido Mondim, Danton Jobim, Catete Pinheiro, José Sarney, Amaral Peixoto, Saldanha Derzi, Filinto Müller, Franco Montoro, Wilson Gonçalves, Carvalho Pinto, Lenoir Vargas, Gustavo Capanema, Osires Teixeira, José Augusto, Antonio Fernandes, Carlos Lindenberg, João Cleofas, Lourival Batista, Helvidio Nunes, Renato Franco, foram vozes em coro de aplausos e congratulações a Ruy Carneiro, numa unanimidade política que fala alto do equilíbrio com que se porta, no Senado Federal, este paraibano que apesar destas manifestações calorosas de arenistas e emedebistas, permanece um dos mais fiéis e coerentes oposicionistas, em atitudes construtivas e patrióticas.

Alguns episódios marcantes falam muito bem da figura humana de Ruy Carneiro e da sua consciência política eminentemente democrática.

Na campahha da UDN, em 1945, o brigadeirismo em pleno galope pelo país todo, chegou a João Pessoa, Carlos Lacerda, à frente de uma numerosa

e luzida comitiva de parlamentares, em pregação da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Velhos amigos, visitaram-se, Ruy Carneiro e Carlos Lacerda e este solicitou do Interventor Federal permissão e local para a realização de um grande comício. Diga-se de passagem que a UDN paraibana sempre foi muito aguerrida contra o PSD e Ruy Carneiro. A resposta de Ruy Carneiro a Carlos Lacerda foi esta: "Faça o comício aqui na Praça João Pessoa e utilize estas escadas de Palácio para tribuna."

De regresso ao Sul, Carlos Lacerda se pronunciou sobre o que vira pelo Nordeste e, entre restrições a alguns Interventores, foi abrindo exceção para dizer que "a Paraíba era um oásis de democracia".

Intelectuais pernambucanos, acossados pelo clima tenso que vivia Pernambuco na época do Estado Novo, sempre encontraram na Paraíba, no Governo Ruy Carneiro, ambiente seguro de inteira liberdade, merecendo de Gilberto Freire palavras de simpatia e admiração.

Em Patos, no interior paraibano, onde a luta era extremada entre pessedistas e udenistas, Ruy Carneiro, nas idas e vindas ao sertão, quer em inspeção administrativa, quer em campanha eleitoral, nunca deixou de visitar D. Capitulina – venerável matriarca, mãe do Deputado Ernani Satyro, chefe da UDN local.

Ainda recentemente, em plena e vigorosa campanha pela sua reeleição, continuou com os mesmos hábitos, visitando, em Campina Grande, D. Anita, viúva de Severino Cabral, e D. Quitéria, viúva de Álvaro Gaudêncio, ambos figuras da maior projeção das hostes adversárias, cujos filhos do maior gabarito político, como Senador Milton Cabral e Deputado Álvaro Gaudêncio Filho, estavam empenhados na vitória do seu candidato arenista, Aloysio Afonso Campos, ao Senado da República.

Afastado de José Américo por implicações de ordem política, no último pleito no Estado, tomando conhecimento das palavras lisonjeiras do grande paraibano sobre o seu nome como "candidato popular muito forte", viajou léguas cariri a dentro, pra manifestar seu agradecimento. O encontro foi cordial e o Ministro de 1932 e 1954, abraçou com efusão o seu antigo colaborador e discípulo.

E a sua presença no meio político paraibano é tão forte, que ainda este ano, em audiência com o Presidente Ernesto Geisel, o piancoense Salviano Leite, ex-suplente de Senador, ex-presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas, ex-secretário de Estado da Paraíba, disse da simpatia com que o Presidente da República se refere ao Senador Ruy Carneiro.

Aos íntimos, Salviano Leite, que foi companheiro de administração, na Paraíba, do Presidente e, por isso mesmo, a conversa se revestiu da maior cordialidade, conta que, ao responder a uma pergunta dizendo que a Arena paraibana ia bem, ouviu a resposta, obviamente em tom de blague, que "a Arena na Paraíba só ia mal quando Ruy era candidato..."

Aliás, dos parlamentares oposicionistas, Ruy Carneiro é dos raros que mantém, com o Presidente Ernesto Geisel, contatos freqüentes, já tendo sido recebido por três vezes, em menos de um ano.

Nisto, entretanto, Ruy Carneiro se afirma como um político amadurecido que não faz oposição por oposição, considerando a sua missão de representante do povo paraibano muito acima de quaisquer ranços partidários. Não nega aplausos aos acertos, não se omite às críticas justas e nunca divergiu do Partido quando a questão é fechada.

Nesta época em que se fala tanto em autênticos, moderados e radicais, Ruy Carneiro não é uma coisa nem outra, nem radical, nem moderado, mas autêntico de verdade, não só nas campanhas políticas, como na tribuna do Senado. A sua voz nunca se ergueu para denegrir, ainda que o pleito seja dos mais aguerridos. Ninguém lhe altera a conduta, na serenidade de atitudes que é uma constante em toda a sua carreira política.

Tanto é assim que o seu nome se alteia na Paraíba mais alto que os partidos, pois enquanto as bancadas do MDB, na Assembléia Legislativa e na Câmara dos Deputados, mantêm-se um pouco na retaguarda da Arena, as suas reeleições são asseguradas com margens expressivas. Ele e o MDB batem à Arena, mas o MDB, na proporcionalidade da representação popular, perde para o partido situacionista.

No momento, já com candidatos à vista à sucessão do Governador Ivan Bichara, falando-se em Humberto Lucena ou Marcondes Gadelha, pelo MDB, e em Ernani Satyro, João Agripino, Wilson Braga ou Antonio Mariz, pela Arena, a pergunta de cada um, de um partido e do outro, é sempre a mesma: E o Ruy?

Nenhuma página define melhor o homem, o parlamentar, o político, do que esta, do seu discurso pronunciado no Senado Federal, quando Oswaldo Trigueiro deixava o Supremo Tribunal Federal, de cuja casa tinha sido Presidente:

"Nunca qualquer compromisso de ordem partidária me faz calar quando era para ressaltar o poder de inteligência de conterrâneos meus, cuja ascensão sempre vi e acompanhei com entusiasmo. As lutas políticas, às vezes tão acirradas que separam até famílias lá na minha região nordestina, jamais criaram sulcos que impedissem o meu entusiasmo pelas figuras paraibanas que se projetaram na paisagem brasileira, como, por exemplo, a do grande Epitácio Pessoa, a do imenso José Américo, a do imortal João Pessoa e a de tantas outras que formam brilhante constelação de valores que a Paraíba cultua e venera.

Oswaldo Trigueiro foi para o Governo do Estado da Paraíba, em pleito duro, em 1946, quando à frente do meu partido pugnei incansavelmente pela eleição de um não menos ilustre e de grande talento Ministro Alcides Carneiro, do Superior Tribunal Militar. Fiz-lhe oposição honesta e construtiva e manifestei sempre os meus aplausos de conterrâneo, ante a sua ascensão a uma embaixada no exterior, a sua investidura no Tribunal Superior Eleitoral,

na Procuradoria Geral da República, no Supremo Tribunal Federal e na sua elevação à Presidência desta Suprema Corte.

Agora, que o Ministro Oswaldo Trigueiro deixa o Supremo Tribunal Federal entre homenagens das mais justas e expressivas, quero juntar a minha com o meu mais alto apreço, a minha maior admiração e os meus votos para que tenhamos sempre de tão eminente jurista, luzes que nos ajudem sempre a palmilhar caminhos em busca da felicidade do Brasil"

NO GOVERNO DA PARAÍBA

Mais uma vez recorro a Luis Pinto, no seu livro "Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba", para fixar a atuação na Chefia do Governo paraibano, de personagens deste livro. Foi este o historiador que levantou várias administrações, a partir de Venâncio Neiva, o primeiro a partir da proclamação da República, cuja posse se verificou a 6 de dezembro de 1889. Curiosidade que não me fujo a registrar: Eram seus auxiliares diretos, Secretário Geral e Chefe de Polícia, dois homens de talento e que se projetarão no espaço e no tempo: Epitácio Pessoa e Coelho Lisboa.

A Paraíba não ficou só no Governador Venâncio Neiva como descobridor de valores. Mais tarde se repetiu com João Pessoa que convoca para seu secretário Geral, José Américo de Almeida, cuja projeção literária já era nacional, em 1928, e que logo se veste das roupagens de líder político nacional, com a Revolução de 1930, permanecendo até hoje no primeiro plano da Nação.

OS QUE GOVERNARAM A PARAÍBA NA REPÚBLICA

Prossegue Luis Pinto no seu registro, focalizando Álvaro Lopes Machado, que assumiu em 18 de fevereiro de 1892. Continua, em 22 de outubro de 1896, com Alfredo da Gama e Melo. Passa em 1900 por José Peregrino de Araújo. Em 1905, aponta o monsenhor Walfredo Leal que já o exercera por várias interinidades. Vem, em seguida. 1908, João Machado. Segue-se João Pereira de Castro Pinto, de cujas atribulações políticas sucede Antonio Pessoa, irmão de Epitácio. Vem após Francisco Camilo de Holanda, em 22 de outubro de 1916. Em 1920, surge Solon de Lucena, João Suassuna ocupa o período de Outubro de 1924 a Outubro de 1928. Estremece a Paraíba com João Pessoa, até 1930, quando o seu assassinato em Recife, a 26 de julho, altera os destinos da Paraíba e do País. Na continuidade institucional, entra Álvaro Pereira de Carvalho. José Américo, um dos chefes de 1930, assume o Governo da Paraíba até a sua normalização, quando o Interventor Federal escolhido é Anthenor Navarro. Seguem-se Gratuliano Brito, Argemiro de Figueiredo, Ruy Carneiro, Samuel Duarte, Severiano Montenegro, Odon Bezerra, José Gomes, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, José Targino, José Américo de Almeida, João Fernandes de Lima, Flávio Ribeiro Couti-

nho, José Fernandes de Lima, Pedro Gondim, José Gadelha, João Agripino, Ernani Sátyro e Ivan Bichara.

Desta longa e última relação, Argemiro de Figueiredo, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, José Américo de Almeida, Flávio Ribeiro Coutinho, Pedro Gondim, João Agripino, Ernani Sátyro e Ivan Bichara foram governadores eleitos e com prazo determinado, podendo executar e traçar programas. Os demais, com exceção de Anthenor Navarro, Gratuliano Brito e Ruy Carneiro que exerciam as funções de Interventor Federal em caráter definitivo, passaram interinidades de dias ou meses, tomando apenas conta do barco para levá-lo a porto seguro.

ESTATÍSTICAS LISONJEIRAS

Luis Pinto de todos dá notícia, situando-se na época, em pinceladas que bem os vestem com os seus serviços prestados à Paraíba.

De 1930 em diante é que mais se alonga no levantamento dos períodos de Governo, e , daí buscarmos para a fixação de Ruy Carneiro, como administrador, as páginas deste escritor paraibano e muito isento à sua vida política.

São páginas que refletem dados oficiais de órgãos oficiais e de fé pública, desde as mensagens governamentais que são debatidas nas Assembléias, dos orçamentos do Estado, aos elementos colhidos na Contadoria Geral do Estado.

Diz Luis Pinto:

"O menino de Pombal, o rapaz da boemia de imprensa, tinha se tornado um administrador aprumado. Mexeu e remexeu em todos os setores da Saúde Pública, como um explorador de mata virgem: Maternidade "Cândida Vargas", Colônia "Juliano Moreira", Colônia "Getúlio Vargas" e outras.

A educação foi outra mística, outra preocupação do seu período de governo. Fez também com a Estatística a mesma coisa que fizera com o ensino, sabendo que nos tempos modernos não se administra sem estatística.

Homem da hinterlândia, o Interventor Ruy Carneiro meteu-se pelas Municipalidades, ajudando, orientando e ensinando para engrandecer o Estado, tendo o seu Departamento sido dirigido pelo Ex-Deputado Federal Doutor Oscar Soares, paraibano dos maiores pela cultura e pela bondade, homem a quem o Estado deve um culto eterno à sua memória.

Naquele ano de 1942, no meio, portanto, do seu governo, o Doutor Ruy Carneiro já estava estabilizado no poder. Tinham passado as rixas. O seu prestígio pessoal junto ao velho Vargas afugentava as intrigas, e ele, desse modo, podia agir com mais segurança e liberdade.

No ano de 1943, o Doutor Ruy Carneiro, com todas as tangentes abertas, só lhe restava elastecer o mais possível seu plano administrativo no exercício que se iniciava.

Sem extorquir o povo com novos impostos, o Interventor da Paraíba assim pauta os seus atos, como se pode evidenciar, mais adiante, pela expressão dos algarismos.

Tôdas as parcelas estão distribuídas nos seus devidos termos e classificação orçamentária, conforme documentos oficiais examinados.

De modo que, sem panegírico, que não é do nosso plano, a verdade manda que se afirme ter se tornado o Doutor Ruy Carneiro um político arguto e de grande solércia. Enquanto homens dos mais notáveis da Paraíba se deterioraram no colear do partidarismo, em várias oportunidades, o Doutor Ruy Carneiro tem atravessado todas as etapas, as mais agudas, os valados e os despenhadeiros da política paraibana, nas fases mais diversas que ninguém pensava pudesse ele sustentar nas posições.

Vamos citar um documento da época que tem sentido elucidativo. Esta página registra os seguintes serviços levados a efeito pelo chefe do governo paraibano:

"A Estância Termal de Brejo das Freiras, a Colônia Penal de Mangabeira, o Departamento de Classificação Agropecuário, Centro de Puericultura, de Cruz das Armas, Manicômio Judiciário, Centro de Reeducação Social, Hospital de Doenças Mentais, Instituto Modelo Rural, Grupos Escolares de Cabedelo, Alagoa Nova e Itatuba, Instituto Anatômico Patológico, Assistência à Mãe e à Criança, Maternidade "Cândida Vargas", Colônia Agrícola de Camaratuba, Escola Correcional "Presidente João Pessoa", Postos de Higiene de Mamanguape, Esperança, Sousa, Umbuzeiro, Santa Luzia, Patos, Cajazeiras, Batalhão e Caiçara, além da construção do prédio destinado à Recebedoria de Campina Grande".

Extrato geral da administração Ruy Carneiro, quanto à Receita e Despesa orçamentárias, de 1940 a 1945, verificando-se sempre superávits, o que causa certa admiração num Estado pobre como a Paraíba, e que demonstra equilíbrio:

1940:		
Receita prevista		39.630.606,90
Despesa realizada		36.066.628,30
Menor despesa realizada		3.563.978,60
1941:		
Receita		34.640.000,00
Déficit previsto:	2.249.630,00	645.745,70
Déficit previsto:	1.653.884,30	8.144.279,30
Total do déficit previsto		8.790.025,00

Especificação:

Maior Receita	8.555.225,10	
Menor despesa	3.946.635,60	
Menor déficit previsto		8.790.025,00
Líquido		3.711.835,70
Receita realizada		43.195.225,10
Despesa realizada		39.483.389,40
Superávit		3.711.835,70
Despesa		36.939.630,00
a) Crédito suplementar	2.254.044,30	
b) Crédito especial	5.890.235,00	8.144.279,30
Total		45.084.909,30
Redução		1.653.884,30
		43.430.025,00

1942:

Receita:		
Prevista		36.598.000,00
Déficit previsto:	1.636.136,10	
	1.463.292,60	172.843,50
Crédito adicional		7.366.131,80
Total de déficit previsto		7.538.975,30
Líquido do exercício		3.461.097,00
Receita realizada		39.679.237,00
Despesa realizada		41.140.334,00
		1.641.097,00

1943:

Receita	37.492.000,00
Déficit previsto	131.957,16
Crédito adicional	7.082.279,06
Total do déficit	7.214.236,22
Maior receita	7.666.419,80
Menor despesa	2.307.352,66

Total		9.973.772,42
Menor déficit		7.214.236,22
		2.759.536,20
Receita		45.158.419,80
Despesa		42.398.883,60
Superávit		2.759.536,20
1944:		
Receita		42.000.000,00
Déficit	3.000.000,00	
Créditos adicionais de 1943	6.293.903,90	
	9.293.903,90	
Mais receita realizada		12.914.570,90
Menor despesa realizada		1.797.178,50
		14.711.749,40
Menor déficit previsto		9.417.845,50
Superávit		5.417.845,50
1945:		
Receita		59.485.511,70
Extra-orçamentos		
Restos a pagar	3.043.431,90	
Depósitos	9.641.448,20	
Diversos	404.141,90	13.089.027,00
		72.574.538,70
Saldo de 1944:		
Caixa	112.782,30	
Banco	3.477.072,10	
Diversos	7.821.257,90	11.416.112,30
		83.990.651,00
Despesas		52.633.552,90
Várias fontes:		
Créditos especiais extras por diversos serviços que se especificam no orçamento	6.463.210,70	
Despesas extra-orçamentos	11.733.532,70	70.830.296,10

Saldo para 1945:

Caixa	912.573,00	
Banco	3.398.006,70	
Diversos.	9.671.090,90	13.160.354,90
		83.990.651,00

Se bem que àquela época, isto é, de 1940 a 1945 não houvesse a Paraíba atingido, nem o Brasil, um clima de industrialização, mesmo assim é de notar-se que o Doutor Ruy Carneiro, pelos dados apresentados, recolhidos de fontes oficiais, logo não discutidos, sempre apresentou superávits nos exercícios de sua administração, o que é raro no Nordeste, face à oscilação climática que atropela o administrador. Só em 1942 vê-se déficit, mesmo assim justificado.

Deve-se também registrar uma passagem do governo a que nos temos referido, que foi a sua luta sem trégua contra o cangaceirismo que quase desapareceu da Paraíba. O Doutor Ruy Carneiro não teve meias medidas para destruir essa praga tremenda do nosso Estado.

Outro aspecto foi o do ensino. Levou para reorganizar a instrução na Paraíba o mestre de maior realce no país, o Professor Lourenço Filho, que fez todas as reformas sobre o ensino, com a melhor orientação técnica.

NOTA FINAL:

Devemos esclarecer que o Senador Ruy Carneiro, com a maior precisão forneceu todos os dados solicitados, indo à Paraíba e trazendo as mensagens e orçamentos do seu governo, sem dar uma palavra sobre o que fizera ou deixara de fazer na Paraíba, tudo confiado à nossa observação e poder de análise e pesquisa nos documentos fornecidos".

SAMUEL DUARTE

> "Afinal, se me arrependo de não ter ousado mais, em episódios que desafiavam minha capacidade de agir e impor minha personalidade, resta considerar que não nasci para as grandes ambições".
> (Do próprio biografado)

Jornalista dos mais apurados, tanto na seriedade do estilo como na segurança com que aborda os temas a debater, de hábitos retraídos e, até mesmo, um tanto ou quanto esquivo na primeira apresentação; sem a simpatia envolvente e contaminadora da hora inicial; desconfiado, parecendo até mesmo encabulado perante desconhecidos; eciano na classificação de tipos humanos e mordaz na expressão de um humor contido pela sua educação de alto teor ético; jurista consciencioso e fiel a princípios imutáveis do direito; orador para platéia de alto nível; admirável causeur em ambientes íntimos, não faltando a piada que surpreende ante a sua fisionomia pouco aberta e de uma seriedade mesmo intimidativa; Samuel Duarte é um dos personagens da vida paraibana do mais alto conceito pessoal, intelectual e moral.

Por todas as posições porque já passou, de Diretor de *A União* a *Imprensa Oficial da Paraíba,* em 1931, à Presidente da Câmara dos Deputados, de 1947 a 1949, sempre se houve com uma rigorosa postura de homem público sério, probo e altamente responsável, marcando, o seu nome, presença inconfundível na vida pública, quer do Estado, quer da Nação.

Não há distância entre o parlamentar e o jornalista, entre o jurista e o administrador, integrando-se tanto num campo como no outro, com o mesmo espírito público e vontade realizadora, e destacando-se no respeito e na admiração dos que o conhecem e admiram, quer como Diretor do Banco do Brasil, quer como Presidente da Comissão da Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, quer como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, quer como membro do Conselho Administrativo da NOVACAP, quer como Secretário do Interior e Justiça da Paraíba, quer no exercício de sua profis-

são de advogado no fórum carioca. Samuel Duarte, em todas estas caminhadas é o mesmo, na integridade moral, na eficiência e na honradez.

INTELECTUAL PURO

O que distingue Samuel Duarte e de modo muito particular, é a sua integração aos assuntos que vêm a seu exame e pronunciamento.

Em todos os momentos, emerge o intelectual puro, não só em pareceres jurídicos, como em artigos, em discursos, em conferências, em debates parlamentares.

Não é o jurista seco, adstrito só ao texto a interpretar, apegado a um formalismo duro que mantém o leigo à distância. Samuel Duarte em todas as oportunidades, revela-se o humanista e por mais que se apegue à sua vida profissional de advogado, amena é a leitura de que escreve, de um parecer exaustivo sobre o "intervencionismo estatal na ordem econômica" (projeto de lei de estatização das empresas seguradoras) a uma conferência na Ordem dos Advogados sobre a suspensão de direitos políticos pelo Supremo Tribunal Federal.

Seu estilo é inconfundível, e aqui está o homem na sua singeleza e profundidade, prendendo a atenção dos paraibanos, na inauguração do mausoléu erigido em homenagem a Antenor Navarro, um grande revolucionário paraibano de 1930:

"Antenor Navarro foi um original campeador de reformas políticas e sociais. As características de sua ação pública não o situam na galeria dos exaltados patronos da idéia autonomista. Não está nessa linhagem de jovens arrebatados que, a partir das rebeliões nativistas, exibem o esplendor romântico da bravura. Não está entre os gritantes exemplos do civismo sul-americano, símbolos de um determinismo histórico que indica, na instabilidade de regimes e governos, uma inquietação incurável da alma coletiva.

Ele não pertence a essa categoria, comum de intrépidos que pontilham a história brasileira: Peregrino de Carvalho, Marcílio Dias ou Siqueira Campos.

Modesto, quase um tímido, as faculdades excepcionais dessa alma serena agiam em plano esquivo à curiosidade alheia. Apruma-se-lhe o perfil noutro cenário, o dos homens de ação atraídos pela beleza de uma grande causa. Esse cenário é o da coragem silenciosa, da inteligência equilibrada, do entusiasmo sem ênfase, da paixão pela verdade. Um estilo sóbrio compõe os gestos e o pensamento de Antenor Navarro. Tinha o pudor de uma consciência que foge ao aplauso, que deixa de exibir-se, voltada para dentro do próprio sonho e só aí encontrando força, compreensão e alegria. Possuía a mística do revolucionário que pôde participar com êxito dos acontecimentos que culminaram na vitória.

Realiza, esse líder, o modelo do reformador, construindo para o futuro, levando a um grau inatingido o senso da objetividade, esquecendo, na obra administrativa, a interferência egoística do fator pessoal"

CINZELADOR DE VIDAS

Nas festas de centenário do nascimento de José Rodrigues de Carvalho, uma das grandes figuras do passado intelectual da Paraíba, encontra-se o Samuel Duarte cinzelador de vidas, num texto para se ler e guardar:

"SARTRE afirma que o homem vive a recompor o seu projeto de existência.

Esse conceito fixa as muitas tentativas do nosso nordestino a desenrolar e reordenar, desde menino, um plano de vida no qual as técnicas da conquista material deixam espaço à curiosidade pelas alturas e profundidades de outro horizonte.

Procura os mistérios do mundo que desejava haver reconstruído. Vai aos recessos da alma popular em busca do espontâneo, da energia irrevelada da magia, do mito, da expressão nua onde canta a nostalgia do vigor ancestral.

Exercendo o magistério da ação objetiva, não se ligou a compromissos sectários. Conservou certo ceticismo risonho sobre realidades a que o comum dos homens atribui importância fora de medida.

O investigador de lendas e fatos, fazendo vilegiaturas em tantos recantos da atividade mental, tinha de ser um devotado a estudos de História. Coriolano de Medeiros nos dá um depoimento do melhor crédito acerca desse aspecto de sua contribuição à cultura brasileira.

Mais do que advogado e jurista, foi Rodrigues de Carvalho um poeta. Um enamorado da beleza que não criava nem pintava aos moldes parnasianos, por infenso às linhas do artesanato poético.

Surpreendia, em seus flagrantes, a Natureza viva, na paisagem ou no idioma, ou a reencarnava em símbolos e imagens tocadas da suave luz do amanhecer.

Suas trovas, suas quadras, seus poemas, eram confissões em sussurro, o fluxo de uma nascente feita dos orvalhos da noite tropical, a voz de Ariel embebida de ternuras humildes.

Viveu entre afetos e preconceitos; fez da tolerância a sua sabedoria; casou duas vezes por amor; podia ter projetado o nome mais alto se entrasse naquele coro de desejos do famoso soneto machadiano.

Representante típico de um Nordeste romântico, ao mesmo tempo ligado à terra, às realidades exteriores, sentia-se ali no reino de sua fantasia, misturado aos terrores, às superstições, às crenças, às curiosidades de sua gente, aos desafios dos repentistas celebrados em seu Cancioneiro.

É desses que a posteriodade não esquece. Deu sentido aos dons recebidos de Deus, como o servo recompensado do Evangelho"

IMAGEM DE EPITÁCIO

Uma das suas páginas mais expressivas, como cinzelador de vidas, é a sua conferência sobre Epitácio Pessoa, pronunciada na Federação das Academias

de Letras, em 23 de maio de 1965, quando do centenário do nascimento do grande paraibano.

A sua introdução revela de logo a condição intelectual de Samuel Duarte, quando inicia a conferência:

"Não venho fazer uma biografia de Epitácio Pessoa.

Houve quem a fizesse e a fez, aliando à autenticidade das fontes, um senso de objetividade que a circunstância do parentesco não deformou. O livro de Laurita Pessoa Raja Gabalia foge às dimensões de um panegírico; pela riqueza das informações, pelo comentário que não se extravia, mas vai direto à essência dos episódios analisados; pela fidelidade aos princípios, paralela aos que nortearem a vida de seu pai; pela homenagem que encerra aos valores da vida humana, — esse livro é dos melhores de nossa literatura política.

Não se queira que tenha pecado pela parcialidade; não se exija que devera ter sido menos omisso na revelação de erros ou fraquezas, que fraquezas e erros constituem o preço que todos, em escala diferente, pagamos à condição de nossa natureza!

Omisso ou condescendente, as condescendências e omissões justificadas pelo entusiasmo do coração, em nada prejudicam um retrato que hoje pertence à história.

Epitácio foi um Líder, não foi um Mito. Uma figura que não fugiu à condição humana. Teve a sua grandeza, feita de pequenas e maiores ações. Ações combinadas na projeção de uma carreira na qual o crítico rigoroso poderá descobrir algum excesso, mas excesso de um temperamento por vezes impulsivo, que trouxe da infância solitária suscetibilidades vingadoras".

Traz, Samuel Duarte, Epitácio de Umbuzeiro ao velho Ginásio Pernambucano, em Recife, e em seguida à Faculdade de Direito onde pontificava Tobias Barreto. Aí, em contato com o mundo do direito, da história e da filosofia, "nova projeção dilatou os horizontes do Espírito e deu ao pensamento vôos para o Infinito".

Diz ainda Samuel Duarte que Epitácio sentiu com o "Recife, no estro de Castro Alves, a voz mais poderosa da Raça; nele as dores da escravidão encontraram a combatividade que a honra dos gregos confiaram à lança de Aquiles".

Prosseguindo nas suas pinceladas ao perfil do homem, informa Samuel Duarte que "Epitácio, conquanto não se devotasse ao esforço especulativo, deixou-se impregnar pelo sopro renovador da Escola do Recife. Foi um bacharel que não fez turismo nas regiões do Direito. Espírito prático, nutria a consciência do realismo de suas tarefas. Não vamos descobri-lo entre os românticos, de cabelos em desalinho, declamando as apóstrofes de Antero de Quental, devorado pelos sonhos de libertação da Polônia, ou cultuando os mitos de Homero".

Continua, falando do Epitácio desentrosado à vida na modesta cidade do Cabo — interior pernambucano, — de onde, desencantado do prosaísmo

local, buscou no Rio de Janeiro a sonhada metrópole –, o êxito, "na mesma tentativa que atira do Norte para o Sul, brasileiros jovens, empurrados nesse movimento nascido de desigualdades econômicas e culturais, já acentuadas naquele tempo".

E, como disse Oswaldo Trigueiro, a sorte o ajudou. Chegando ao Rio de Janeiro, em 13 de Novembro de 1889, a 15 já era proclamada a República, com o Marechal Almeida Barreto na Secretaria da Presidência, que convida Epitácio – por conhecimentos familiares – para o principal auxiliar do Presidente Venâncio Neiva, na Paraíba, e diz Samuel Duarte: "Venâncio adivinhava no jovem Secretário revelações que o futuro havia de confirmar".

Confirmava-se realmente, com Epitácio na Assembléia Constituinte onde "suas intervenções no debate parlamentar não foram freqüentes, mas o bastante para fazê-lo ingressar na galeria dos melhores oradores".

Daí para postos de grande evidência foi um pulo, alcançando ponto alto no seu combate ao Governo Floriano Peixoto, chegando Samuel Duarte a dizer enfaticamente: "Aos 27 anos Bonaparte realizou um dos mais brilhantes feitos estratégicos de todos os tempos: a campanha da Itália. Noutro terreno, mais grato aos foros da nossa cultura, aos 27 anos Epitácio sustenta da tribuna da Câmara uma luta áspera contra os atos da Ditadura".

Passa Samuel Duarte a analisar Epitácio como Ministro da Justiça, "reunindo ao talento e à visão das realidades, as virtudes de que se tece a glória obscura dos bons funcionários"

Sobre Epitácio Juiz, Samuel Duarte é completo na análise e na interpretação: "Um apaixonado do Direito, emotivo, só tinha um partido nas causas dependentes de seu voto: a retribuição da Justiça a quem a Justiça amparasse à luz de provas submetidas à análise severa. Sobre a expressão fria dos textos se erguia o raciocínio de quem tinha uma convicção a defender, uma doutrina a construir, um terreno a explorar na ciência de sua predileção. Deu assim, ao Supremo, a contribuição reclamada pela vocação desse órgão soberano, no sistema do Estado Federal Brasileiro".

Samuel se debruça sobre Epitácio, como Chefe Político Supremo da Paraíba, depois como Chefe da Delegação Brasileira à Conferência da Paz em Versalhes e, por fim, na Presidência da República.

Na fase mais dura da vida pública de Epitácio, como Presidente da República, na luta pela sucessão presidencial, Samuel Duarte resguarda a sua ação que arcou, sem dúvida, com todas as increpações do momento, pois a sua preocupação maior era a de preservar a supremacia da Constituição.

Entre as preocupações de Epitácio com a sua região, o Nordeste, Samuel Duarte aponta as incompreensões de muitos com os investimentos realizados, enquanto estradas, açudes, pontes, linhas telegráficas, poços tubulares, postos agrícolas marcavam um despertar de energias sacudindo as plagas nordestinas. E, conclui Samuel Duarte, afirmando que "ainda não se mediu o valor dessa contribuição, continuada por José Américo no primeiro governo Vargas.

É história ainda por se fazer, na qual a figura de um pioneiro redescobriu os sertões e se incorporou ao destino comum do País".

Conclui Samuel Duarte, com a segurança do cinzelador de vidas:

"Paraibano amoroso de sua terra, guardou o espetáculo da paisagem nativa, — aquela paisagem que se transfigura nos bons invernos; as doçuras do litoral bordado de coqueiros com sua folhagem sussurrando ao sopro do vento sem tempestades; com esplendor dos céus transparentes; a beleza do folklore, fazendo o desfile de lendas e romances na magia improvisadora de poetas que nunca leram poesias; o ar festivo das noites de São João, a sorte tirada à luz das fogueiras pelas jovens que sonham com o casamento; a simplicidade das crenças; o senso da honra defendido ao preço da própria vida; o cantar da patativa que lhe deu aquele apelido popular. Envolveu-lhe a vida esse quadro da Natureza e Cultura, onde são traços dominantes a coragem, a ternura pela família, a lealdade aos amigos, as reações do amor próprio, a capacidade de admirar e de perdoar, a fascinação do êxito merecido. A Paraíba cresceu no seu destino, reviu-se nos lances dramáticos de sua carreira. Sobre a memória de Epitácio podem os anos passar sem que sua glória envelheça. Essa glória é das que marcam um perfil para a posteridade."

O PARECERISTA

Aqui está o Samuel Duarte parecerista, emitindo pela Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio, opinião sobre "Débito Fiscal e Correção Monetária":

I – MOTIVOS DA CORREÇÃO

1 — O expediente da correção monetária instituído na Lei 4.357, de 16 - 7 - 64, inspirou-se aparentemente em duas ordens de considerações.

Em primeiro lugar sentiu-se o Governo frustrado, pela retenção, em poder de devedores relapsos, de somas representadas pelas dívidas fiscais não recolhidas, retenção esta que lhes teria permitido mobilizá-las em seu proveito, enquanto a Fazenda Pública sofria os efeitos dessa descapitalização. Não fora isto deixar as coisas neste pé, em face da contínua desvalorização do cruzeiro. Acudiu à Fazenda compensar-se desse prejuízo aplicando sobre essas dívidas coeficientes de correção equivalentes ao montante da diferença provocada pela queda do valor da moeda, de maneira que, atualizados os débitos, estes ingressassem nos cofres públicos com a majoração dos índices periodicamente fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

Com semelhante medida, julgou o Fisco refazer-se de atrasos, bastante sensíveis em alguns casos. Ao mesmo tempo, o deficit do Tesouro baixaria em percentual razoável.

Outra motivação foi de caráter disciplinar. Com o expediente da correção, pressionou-se o contribuinte faltoso, levando-o de logo ao recolhimento

de seus *débitos*, posto que a simples penalidade de multa e juros de mora, em função de cifras originariamente inexpressivas, não basta para despertar o devedor de sua inércia.

2 – Não entramos na apreciação da validade dessa motivação, em seu duplo aspecto. Se o fizéssemos, oporíamos reservas ao procedimento. Em relação ao aspecto compensatório da medida, se, de um lado, poderá o Tesouro carrear para seus cofres substancial volume de numerário, por outro a correção levará a muitos contribuintes o peso de grave desfalque em seu patrimônio, na medida em que os coeficientes de atualização operam a partir da época recuada.

Esse resultado não parece convir, quer aos particulares, quer ao Governo. A este, sob a razão de que a descapitalização das empresas atingidas pelo caráter drástico da correção conspira contra o desenvolvimento.

Quanto ao aspecto disciplinar, como pressão contra suposta relapsia dos devedores, há que lembrar, atenuando sua culpa em muitos casos, a negligência da própria administração. A falta de diligência dos órgãos responsáveis junto ao contribuinte, já deixando de precisar, nas épocas próprias, o montante do débito, pelo lançamento regular, já permitindo o congelamento do débito na massa de intermináveis processos administrativos e judiciais, deve ser levada em conta na divisão das responsabilidades. Se ao cidadão cumpre ser expedido no desempenho de duas obrigações fiscais, mais estrito é o dever dos agentes do Fisco em conduzir o contribuinte à única alternativa válida nos caminhos abertos a seu comportamento, quando chamado a contribuir.

3 – O problema que a administração enfrentou, no tocante às dívidas fiscais em atraso, por vezes crônicos, merecia tratamento mais racional e adequado à conjuntura. E respeitando-se a lei das leis, a Constituição, fronteira que não pode ser transposta numa sociedade democrática organizada, sejam quais forem os pretextos de ordem material ou financeira com que o Fisco pretenda acobertar suas violações.

Se a consideração casuística dos desequilíbrios que aquele atraso suscita na área das rendas públicas, bem assim na das autarquias de previdência e assistência social, reclamava uma medida, mesmo heróica, acreditamos que a imaginação dos técnicos fazendários daria testemunho de maior vivacidade, com outras opções. A de que se valeram, parece-nos, de reduzida significação se quisermos balancear as repercussões negativas do seu emprego.

Todavia, estamos em face de uma lei. O que cumpre agora é procurar limitar-lhe o alcance, naqueles pontos merecedores de reexame. É repor a lei no leito da normalidade constitucional. É, com essa sugestão, prevenir um precedente gravíssimo, em defesa da comunidade dos produtores ameaçados". (★)

(★) Parecer emitido pela Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio.

POSIÇÃO DO INTELECTUAL

Por ocasião de sua posse na Academia Paraibana de Letras, aflora o mesmo Samuel Duarte, inspirado sempre nas mais sadias fontes do Direito e umbilicalmente ligado aos princípios da liberdade que o fazem um homem da planície, sem as deformações que tão comumente isolam em torres de marfim inteligências que nunca se humanizaram.

Aqui está o seu chamamento sobre o "dever dos intelectuais":

"Membro desta Academia, é o caso de indagar da mensagem, da nossa mensagem aos que nos cercam, aos que se voltam para a nossa Casa, para os objetivos de nosso grupo.

Essa é uma das imperiosas interrogações dirigidas a homens, como nós, traços de união entre duas fases agitadas da vida brasileira, desde que cruzamos, adolescentes, jovens, ou na idade madura, a fronteira histórica de 1930.

Contemporâneos de uma guerra, cruel no seu curso, carregada de riscos em suas conseqüências, vivemos o drama patético de um conflito da vida, sacudidos ao vendaval de reivindicações que fazem submergir o homem, como centro e microcosmo de valores, em realidades enfáticas, de densidade centralizadora e absorvente.

O grupo, a nação, o império de comunidades dominadoras, impõem a sua disciplina e o antagonismo dos mercados, a cobiça por esferas de influência espalham a inquietação e a ameaça, tornando a Paz mais desejada na miragem do inatingível.

Nossa geração caminha aterrada, entre duas filas, a dos desesperados e a dos dominadores, no plano interno, vivendo a antítese de Braz Cubas, "uns tristes como os judeus do cativeiro, outros alegres como os devassos de Comodo".

Então se o mundo ficou assim, a despeito do pesadelo das últimas guerras mundiais ou por causa delas, a despeito dos avanços da tecnologia, a despeito das advertências dos Evangelhos e de Einstein condenando as experiências atômicas, — é que o Homem não soube reencontrar-se a si mesmo ou se condenou ao irreparável, na apostasia de Sócrates e de Cristo.

Não sendo tarde, para recomeçar nem para impor aos homens de letras uma tarefa útil, cuidemos de não fazer do pensamento uma ginástica sem objetivos no plano social.

O humanismo de nossa época difere do humanismo do Renascimento. Tem de realizar uma missão que não se confunda com a mera libertação dos moldes clássicos; deve romper os limites racionais para integrar-se num plano de reconstrução dos métodos, contra a usurpação de um esquerdismo fanático ou de um direitismo gordo, fazendo reinar uma democracia sem simulações, na qual o povo viva a vida boa da multidão, segundo o conceito de Maritain.

O devaneio literário, a arte pela arte, deixam fora da batalha as vítimas de uma espécie de frustração, a melancólica frustração dos que não pagam o

mais sagrado dos tributos, aquele que a solidariedade social exige dos intelectuais de hoje.

No colapso da Razão, como fonte inspiradora dos sistemas políticos nascidos à sombra da Revolução Francesa, percebe-se a ascendência de outra liderança, que é a da própria Vida, em oposição aos esquemas mentais, as soluções abstratas, que criaram a desordem de uma legalidade geométrica e rígida.

Urge sair do caos e nunca, como hoje, precisamos tanto isolar o país da contaminação anarquizadora, que sepulta sob a bota de ditaduras néscias ou desumanas, os valores de uma cultura que temos de preservar, de um estilo de vida que penetrou na consciência brasileira, o bastante para não sucumbir aos golpes da ambição ou da aventura.

Sigamos, pois, a Proust em busca do tempo perdido, ou seja, em busca de realidades que deixamos de identificar em nossa juventude distraída, em nosso passado menos vigilante.

Vivendo um instante dramático, nossa condição de participantes de um mundo em crise, tem de ser interpretada em função dos fundamentos de nossa cultura.

Conquanto eu não dê valor absoluto ao mito dos homens providenciais, discordo do provérbio chinês segundo o qual "um grande homem é uma desgraça pública" e acredito na liderança, como força capaz de intervir para as opções eficazes ou nocivas.

Contesto aos intelectuais, seja qual for sua condição, o comodismo da neutralidade, pois o destino do grupo social depende muito de uma minoria ativa e, nessa minoria, o que pesa pela vontade esclarecida e representada.

Se o todo se representa mal, tanto pior, advertindo-se de que a legitimidade democrática não consiste apenas na técnica dos processos que vinculam governados e governantes, mas, e essencialmente, no espírito que anima tais processos.

Direis que é melhor esquecer a Política, fazendo entre a Política e as letras, uma cortina à prova de luz e de som

Penso, ao contrário, que mesmo distanciados do jogo dos partidos, cabe-nos sair em defesa dos valores que dizem com a sobrevivência do pensamento e da arte, em clima de liberdade e de honra.

E tal missão só será possível através de um interesse positivo pela vigência de uma ordem onde o princípio da igualdade de oportunidades não seja uma burla mantida pela esperteza ou pela violência.

Essa era, segundo julgo, a mensagem de meu patrono, na cátedra, no jornalismo, no foro, na Câmara, no Senado, no Executivo, desde que ele uniu a paixão da ciência ao culto pelas nobres funções do espírito, como tal entendendo as afirmações de um humanismo integral e uma grande fé na filosofia democrática.

Se no Renascimento o homem se descobriu a si mesmo e através da ciência tenta ampliar seu domínio sobre a natureza, esse esforço não se completará sem o reconhecimento de nossos próprios limites.

Há horizontes que fecham o lento trabalho das gerações, conquanto a ciência nos acene com o infinito de novas conquistas. E aí reside o angustioso problema do presente, os riscos que levam a libertar segredos onde talvez se oculte a nossa destruição.

Daí os apelos de Einstein e Bertrand Russel, o brado de alerta dos que viram muito além de nossa pobre e restrita visão ao mistério nuclear".

NA DEFESA DO HOMEM

Na oportunidade do vigésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, Samuel Duarte, em palestra realizada em 10 de Dezembro de 1968, começa na análise de jus naturalismo e o positivismo jurídico; incursiona pelas novas perspectivas com a Reforma e o Renascimento; passa pelos direitos individuais e as reivindicações sociais das classes trabalhadoras, fixa as reações do totalitarismo; relaciona a tecnologia e o desenvolvimento a abrirem novas perspectivas para a sociedade democrática, para consagrar respeito à personalidade humana.

Este trecho da palestra define o pensamento de Samuel Duarte sobre os direitos humanos:

"Se os saldos desse esforço não correspondem à inspiração generosa da Assembléia Geral, o fato não significa a inutilidade das recomendações dirigidas aos Estados membros a fim de que, no plano interno, organizem e assegurem a proteção do Homem.

No plano político e no econômico, são evidentes as implicações daquele compromisso, preparando-se as bases de instituições suscetíveis de operar com sucesso.

Não cremos, todavia, na eficácia da proteção, sem governo democraticamente organizado e sem oportunidades aos menos favorecidas, em cada país, de ascender aos benefícios do progresso.

A eficácia pressupõe um regime em que os indivíduos possam, sob o escudo da lei, realizar experiências e iniciativas, no uso das liberdades fundamentais, e uma distribuição mais eqüitativa das rendas que ofereça o mínimo necessário a uma sobrevivência digna.

Todavia, na impossibilidade de um milagre, qual seria o banimento rápido da miséria, um reinado de felicidade paradisíaca neste "vale de lágrimas", façamos aquilo que RICHELIEU dizia da política: "o esforço de tornar possível o necessário".

Ninguém desconhece os grandes obstáculos ocorrentes neste roteiro.

Nossa civilização acumulou, com a tecnologia e o desenvolvimento, encargos complexos.

No processo da cultura multiplicam-se os desafios à inteligência, a se refletirem no campo da política, com suas repercussões na área internacional. Basta lembrar o avanço da física nuclear para se ter a evidênca de um acelerado ritmo na vida dos homens e das nações.

Na revolução dos métodos e na aceitação de idéias novas, em substituição a técnicas tradicionais, a sociologia política descobre o palco de um novo tipo de civilização que está surgindo e na qual penetra o dinamismo da juventude.

Em toda parte sente-se a fermentação que quer transformar e reconstruir o mundo.

Sem dúvida, nesse cenário, não cabe o abandono daqueles princípios universais, conformados à dignidade do homem e à integridade de seu destino.

Nenhum compromisso de renovação teria sentido com a regressão a regimes que, em nome de quaisquer mitos, tendam ao aniquilamento do indivíduo, em benefício do Estado onipotente.

E nenhum sistema político se compatibilizará com os fins do direito se permitir um nível de desigualdade econômica suscetível de sacrificar uma parte da comunidade em homenagem a privilégios da outra parte.

Liberdade e desenvolvimento são, por isso, os suportes necessários a uma política eficaz de proteção aos direitos do indivíduo.

Toda a missão do Estado democrático terá sentido na extensão dos limites à autoridade e da força usada em nome da lei e para garantir as decisões impostas pela consciência social.

Como explica Terje Wold, Presidente da Corte Suprema da Noruega, tem-se feito geralmente uma distinção entre os direitos civis e políticos do indivíduo como cidadão e seus direitos econômicos a que pertence.

Se a liberdade, segundo nossas concepções, tomou alcance maior do que a definida no passado, todavia permanecem os mesmos princípios básicos de nossa civilização.

Disposições obrigatórias figuram nas cartas políticas das Nações democráticas, quanto ao respeito das franquias individuais.

Caracteriza o direito constitucional dessas nações um sistema de garantias a faculdades jurídicas, das quais o cidadão, e mesmo o estrangeiro, se utiliza como inerentes a seu papel na comunidade".

JURISTA COM VIVÊNCIA POLÍTICA

Em 1971, convocado pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política, sob a direção do Ministro Themistocles Cavalcanti, Samuel Duarte, manifesta-se, com toda a atualidade, sobre o voto distrital.

No momento, entre os assuntos em pauta, no plano político, figura, como uma constante, o processo eleitoral, havendo sugestões das mais diversas, todas pertinentes ao "aperfeiçoamento da democracia".

Estas razões da inconveniência de voto distrital, que Samuel Duarte aponta aquele organismo de cultura política, revestem-se de toda oportunidade hoje, ainda mais que revelam mais uma faceta de sua personalidade sempre a mergulhar nos problemas que dizem respeito à coletividade.

Valendo pela sua atualização, enquanto o distinguem pela sua argumentação à profundidade que bem indicam tratar-se não só do cultor do direito, mas do jurista com vivência política, como é o caso, cabe, neste esboço biográfico, sua transcrição:

"Parecem-me evidentes esses inconvenientes, em função do nível cultural de muitas regiões do interior do país e outros fatores adiante indicados.

A dependência econômica em que se encontram parcelas consideráveis da população interiorana, em relação a proprietários ou empresas, torna mais precário o exercício-livre do voto aos eleitores se instituído o sufrágio por distrito.

O sistema ensejará sensível aumento de poderio político dos que detêm o poder econômico no setor em que a competição se terá de decidir entre os candidatos apresentados, um de cada partido.

No distrito se concentrará toda a veemência e interesse da competição. Empenhados nas decisões do seu setor, líderes e candidatos, perdem a perspectiva da luta nos outros distritos eleitorais.

Pode-se imaginar as proporções que pode assumir a competição, se levarmos em conta o emocionalismo inerente ao estilo tradicional das campanhas no interior, nas quais o acesso das paixões não raro desemboca na violência pessoal.

Quando as campanhas se realizam em plano mais amplo, obrigando os candidatos a disputar em grandes circunscrições, como o Estado, ou todo o país no caso de eleições para Presidente da República (hoje essa hipótese não vem ao caso, com o sistema da eleição indireta), os atritos, os choques, a eventualidade de conflitos se tornam mais remotos. O ambiente eleitoral é mais descontraído.

O empenho em obter a vitória do seu candidato constitui compromisso de tal porte para o representante do Partido, em cada distrito, que leva esse representante às últimas no esforço dessa luta.

Explica-se, em parte, essa afirmativa, considerando-se que o líder distrital passa a contar, na Assembléia ou na Câmara dos Deputados, com o deputado que se eleger ali. Os deputados de outros distritos não têm interesse nas pretensões de círculos estranhos a seu colégio eleitoral.

O eleitorado no distrito fica confinado em opções muito limitadas. No sistema atual do bipartidarismo, só competirão dois candidatos apresentados para cada órgão legislativo. Nem sempre tais candidatos reúnem qualificações de certa categoria; a tendência dos partidos é a escolha de nomes radicados no distrito, o que exclui a possibilidade de candidatos de maior projeção intelectual. Estes, vivendo em centros mais adiantados, ficam afastados dos distritos menos desenvolvidos.

Os líderes municipais ou distritais servir-se-ão do sistema para candidatar, de preferência, elementos aí radicados. Prevalecendo as influências domésticas a favor de parentes próximos ou afeiçoados dos líderes, preterindo-se valores que, no sistema dos círculos amplos da representação proporcional contam com melhores oportunidades.

SUGESTÕES

Contrário ao voto distrital, entendo que será uma experiência de repercussões a sua introdução no Brasil.

Ainda prefiro, com suas falhas, o sistema da eleição proporcional. Valeria modificá-lo? Um terço das vagas seria preenchido, pelo voto dado somente à legenda partidária; os outros dois terços pelo método vigente.

A escolha do terço das vagas reservadas à legenda do Partido seria objeto de eleição preliminar, pela Convenção Partidária. A lista encerrada em urna, seria aberta após a eleição, quando se verificaria a quem caberiam as ditas vagas. A escolha pela Convenção seria cercada de todas as cautelas para evitar-se o conflito e a fraude, cabendo a um membro do Tribunal Regional Eleitoral a presidência dessa sessão especial.

Com esse alvitre os Partidos teriam oportunidade de fixar-se em candidatos que, reunindo dotes vocacionais provados, não possuam, entretanto, lastro suficiente para lhes assegurar vitórias na competição nominal junto aos eleitores.

Hoje não penso na idéia de exigir que o eleitor vote simplesmente legenda para deferir toda a escolha à Covenção partidária; de modo geral o eleitor quer sufragar nomes de sua simpatia e não limitar-se a uma legenda abstrata.

Assim, deixaria que a legenda cobrisse apenas um terço das vagas, com a liberdade de o eleitor fazer suas indicações nominais, dentre os candidatos registrados, na proporção de dois terços.

ITINERÁRIO DA JUVENTUDE

Todos os pronunciamentos de Samuel Duarte, sejam eles literários, sejam jurídicos, sejam políticos, todos se revestem de coloração democrática, com afirmações coerentes de uma formação eminentemente liberal, em que pesem todas as transformações político-social de nossa época.

Ainda na abertura da 3a. Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, em 1968, na cidade do Recife, Samuel Duarte afirma que "num mundo submetido a vertiginosas transformações, o imobilismo não tem vez". E, acrescenta que "as idéias voam com a velocidade das aquisições da técnica, cabendo ao Direito, como processo de adaptação, descobrir as fórmulas capazes de dar expressão a esse dinamismo".

As palavras que se seguem até indicam um itinerário a ser seguido pela juventude, pelo seu sentido coloquial e que parecem sair da cátedra:

"Nada mais coerente com as tradições brasileiras do que proclamar as reivindicações primárias de uma sociedade aberta. Deixar que essa sociedade procure os caminhos de seu convívio, baseado no respeito aos direitos da pessoa humana, é a tendência natural dos povos ocidentais identificados com a ideologia democrática.

Está no fundo de nossas consciências aquele conceito de Ruy Barbosa, segundo o qual "somente onde a unidade humana for livre, a coletividade pode ser consciente".

Se a liberdade carrega valores em funções dos modernos deveres do Estado, o intervencionismo limitando iniciativas, justifica-se naquelas áreas em que as autênticas liberdades dependem dessas limitações para sua sobrevivência. Essa temática envolve os diversos aspectos em que a presença do Poder atua como segurança a uma ordem social mais justa, desde que a verdadeira liberdade é aliada da justiça.

Na ordem econômica, o liberalismo clássico cedeu o passo a arbitragens do Poder Público, sob a forma de uma atividade de equilíbrio e eliminação do Darwinismo na concorrência dos interesses materiais.

Mas essa atividade limitadora não se transfere para o terreno em que se devem expandir o pensamento e as faculdades inerentes ao homem como unidade social integradora. Pois o homem não representa um número nem um dispositivo obediente e rígido de máquina conduzida por forças invisíveis.

Está soando a hora de posições conseqüentes para a nossa classe.

Instrumentos legais ultrapassados reclamam revisão, pela necessidade de se moldarem outras estruturas, em respostas às mudanças do nosso tempo.

Auscultar as tendências; investigar os fatores de uma evolução cheia de surpresas; descobrir os rumos adequados ao tipo de nossa comunidade em trânsito da fase agrária para a etapa industrial; conciliar os interesses do sistema político com as exigências da segurança e do bem-estar; refundir os padrões do convívio jurídico; oferecer às dinâmicas dos poderes a capacidade de realizar suas tarefas, sem convertê-los em instâncias rivais; afastar o tradicionalismo unitário das formas processuais, imposto a regiões, onde se disseminam, em graus de extrema diversidade, 90 milhões de brasileiros; libertar o Judiciário dos defeitos de uma organização crônica; colocar ao alcance de todas as classes, o poder jurisdicional do Estado, cujo serviço atinge somente os que podem desembolsar fartos recursos; humanizar a Lei, a fim de que a Justiça não seja a definida pelo autor de Crainquebille; valorizar o trabalho sem a exaltação de certas categorias em detrimento de outras igualmente valiosas no tecido das relações do grupo nacional; desafogar os trabalhos e a classe média de uma tributação dia-a-dia mais onerosa; retirar às empresas de utilidade pública o privilégio de impor unilateralmente obrigações ao usuário em moldes que contradizem as finalidades específicas de cada

serviço, numa ânsia de faturar, sem ver as repercussões sociais dessas imposições; oferecer ao ensino a aptidão de atrair os jovens e transformar a Universidade em centro dinâmico onde os compromissos da Ciência se situem em plano sobranceiro ao sectarismo ideológico e ao carrancismo; eis um itinerário árduo, é certo, mas construtivo, em harmonia com que o País espera de todos".

DEFINIÇÕES

Páginas de afirmação, são as do discurso de Samuel Duarte, investindo-se no cargo de Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Aí o jurista, o intelectual, o político e o homem, integram-se numa só personalidade humana de gabarito à altura da direção do mais alto órgão da classe jurídica do País.

São definições que podem figurar no catecismo dos militantes que compõem a Ordem dos Advogados do Brasil.

Colhemos alguns períodos que dão bem a idéia desta oração que é uma das melhores na vida pública de Samuel Duarte:

– "Defendo a posição do Estado de Direito, dentro da evolução jurídica do mundo ocidental; proclamo o império da Lei, estruturado nos dois princípios de distribuição e organização. No primeiro desses princípios verificamos uma esfera de liberdade que, no dizer de Carl Schmitt, é ilimitada em tese, com a ação do Estado limitada em tese. No princípio da organização sustenta-se a necessidade da divisão dos poderes, com independência recíproca, uma vez que o sistema das liberdades democráticas se assegura muito mais na estrutura dos poderes divididos do que mesmo na declaração de direitos e garantias, impregnadas de certo sabor de romantismo".

– "O conceito de Democracia tem tomado o mais variado colorido, por força de uma semântica convencional. Hoje não se pode ver na Democracia a imagem das pequenas comunidades gregas, o perfil da polis, que permitia, pela exigüidade do território e da população, uma participação direta dos governados nas decisões do Poder. Nas comunidades modernas, espalhadas por vastos territórios, trabalhadas por problemas e conflitos de toda espécie, o sistema representativo é um imperativo irremovível, cabendo aos políticos dignos desse nome a escolha dos instrumentos aptos à realidade do governo democrático, em termos que não levem a Democracia a crises de frustração e desencanto".

– "E aqui toma relevo a disputa entre as três principais correntes doutrinárias que tentam explicar as relações entre o Estado e o Direito. A escola de Viena, chefiada pelo grande Hans Kelson, postula a identificação do Direito com o Estado, afirmando que o Estado é a personificação da ordem jurídica. A outra, a do materialismo jurídico, como sabemos, pretende a supremacia do Estado sobre o Direito, negando, sob a influência da escola

histórica, a existência do Direito Natural, por fim, a escola sociológica, afirma que o Estado está subordinado ao Direito, dando ênfase à tese de que os direitos fundamentais são superiores e anteriores ao Estado".

– "Confesso minha preferência doutrinária por este último ensinamento, pois na história ocidental a vitória dos princípios democráticos, através de tantas lutas, explica que a Lei não é a expressão total do Direito; por vezes a Lei mesma é a negação do Direito".

– "Fala-se numa crise de Direito; mas, seguindo os passos de Georges Rippert, podemos afirmar que só existe crise de Direito por influências de leis injustas. Quando a lei contraria os impulsos da consciência social e desatende aos reclamos da justiça, o que se manifesta é a força do arbítrio, sendo a crise, que daí resulta, um colapso de instituições racionalmente aceitas para a realização do ideal jurídico".

O convívio partidário aproximou-se, no PSD, de figuras com marcadas qualidades de líderes.

Se alguns revelaram dotes deste ou daquele tipo, na firmeza e sabedoria de decisões ou na vocação intelectual para a pena ou a tribuna, dois entre tantos componentes da cúpula pessedista produziam forte impressão: Nereu Ramos e Agamenon Magalhães.

No quadro político brasileiro, acentuavam posição de uma liderança efetiva.

Nereu, austero, paciente, traçando a estratégica de lances estudados, impunha sua presença e autoridade, com sugestivo poder de convicção. Agamenon, inteligência penetrante, ia direto ao cerne dos assuntos e defendia, com brilho, suas sínteses de lúcida objetividade.

Eram temperamentos diferentes, duas formações servidas por boa cultura jurídica e experiência política. Nereu, a vontade que não tolerava tergiversações; Agamenon, erguendo a bandeira de idéias reformadoras de timbre social, exercia um comando mágico, na coragem de suas reivindicações.

A época que viu esses dois homens representa um minuto de nossa altitude política. Foram vultos que traçaram o próprio perfil para os que lhe sucederam. Quiseram criar uma mentalidade renovadora na política brasileira. Para Nereu esse esforço seria representado pela adaptação de novas fórmulas ao empenho de defender os valores tradicionais de nossa cultura. Agamenon pretendia a rotura de certos tabus, uma revolução de estruturas, a abertura de um mundo novo capaz de responder aos apelos de um Brasil inquieto ante o espetáculo de suas riquezas expostas à cobiça dos trustes e cartéis.

CONFIDÊNCIAS

Deixando de responder ao questionário de rotina, pois já no depoimento que me prestou e que se segue tudo conta de si, Samuel Duarte não deixa entretanto sem resposta outras indagações.

Assim é que considera Epitácio Pessoa como a figura mais representativa, como Presidente na primeira República. Classifica-o pela coragem, independência, cultura jurídica e talento, sem falar no vigor e patriotismo com que iniciou, tecnicamente, o combate ao flagelo das secas nordestinas.

– "Getúlio Vargas, na sua ordem de idéias, oferece na segunda República, dimensão nova ao dever de governar, à parte os períodos de discricionarismo que obstaram a boa evolução do sistema democrático representativo."

Diz textualmente, Samuel Duarte, que "ele teve a visão ampliada de nossa perspectiva de Nação em desenvolvimento."

Na seqüência, acha que Juscelino Kubitscheck, com dinamismo realizador, infundiu entusiasmo à Nação, através de arrojadas iniciativas no soerguimento do Brasil.

Do alto das posições, a sua visão é esta:

"Na Presidência da Câmara e da Ordem dos Advogados, defrontei circunstâncias que pude superar sem hesitações, apelando para as reservas de paciência e renúncia que nunca me faltaram. Confesso, porém, que, sem uma compreensão nítida da fragilidade dos homens, impelidos pela vaidade e ambição de correr à frente dos outros, dificilmente se preserva o nível de respeito indispensável ao exercício das posições. Rendo graças a Deus por haver dado à Presidência da Câmara e da Ordem dos Advogados o melhor de meus esforços, pela dignidade e independência daquelas altas instituições. Minhas relações com o Executivo, nas duas fases, se pautaram por uma linha que nada cedia em desfavor da posição que, no sistema político em vigência, era necessário manter, sem transigências nem radicalismo."

INTIMIDADES PARAIBANAS

É de Samuel Duarte:

"Da vida pública paraibana, a figura que mais se firmou em minhas recordações foi a do ministro José Américo. Sob a sua liderança ingressei na atividade política. Os momentos em que as vicissitudes e incompreensões da política partidária nos levaram a campos opostos, não diminuiram a admiração e a estima que sempre lhe votei. Esse homem de grande perfil intelectual foi dos poucos que reuniram, entre as componentes da personalidade, e coragem, o espírito público e um poder de expressão tocado de originalidade e beleza."

Nos embaraços da escolha de suas preferências literárias, Samuel Duarte confessa que o encantaram José de Alencar e, sobretudo, Eça de Queiroz, enquanto na poesia seus ídolos eram Gonçalves Dias e Castro Alves. Esclarece que ao longo de sua formação, foi se fixando na prosa, no romance e nos ensaios, com José Américo, Graciliano Ramos, Adonias Filho, Jorge Amado, Ascendino Leite, José Lins do Rego, Euclides da Cunha e Gilberto Amado. Na poesia, suas preferencias eram Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Augusto dos Anjos.

Acrescenta Samuel Duarte, entre as suas confidências paraibanas, que não omite o prazer com que lê Horácio de Almeida, o prosador, e Eudes Barros, o poeta.

Na literatura estrangeira, Samuel Duarte fixou-se em Flaubert, Anatole France, Renan, Balzac, Shakespeare, Dickens, Dostoievski, Kafka, Camus, Conrad, Hemingway e Bernard Shaw.

Não despreza o latim que aprendeu no seminário e sempre relê, com prazer, Cícero e Virgílio.

COMPANHEIROS DE INFÂNCIA

Diz textualmente:

"Muitos já se foram. Outros os perdi de vista, há muitos anos. Mas, dos mortos, lembro Sebastião Araújo, sempre constante e fraterno, morto em 1946. Vários conheci ainda no Colégio Diocesano Pio X, da Paraíba, na mesma classe: Oswaldo Trigueiro, José Mariz, Heriberto Paiva; no seminário, José Delgado (hoje arcebispo), Luiz Santiago, João Ramalho, Teófilo de Andrade, Raimundo Dantas Carneiro e Antonio Alves."

Na Faculdade de Direito, cita José Tavares, Ânfrísio Brito, José Rodrigues de Aquino, Francisco Seráfico da Nóbrega, Severino Alves Ayres, Francisco Nelson da Nóbrega, Severino Batista Linas, Carloto Maia, Willy Levin, Murilo Guimarães.

O HOMEM POR DENTRO

Aqui, Samuel Duarte abriu a sua alma ao autor deste livro. Não quero acrescentar nada, pois as suas palavras falam por si mesmas:

"A idade opera mudanças na maneira de ver o mundo e os homens. Mudamos também, com os anos, o julgamento do nosso eu, em presença de muitos lances e episódios de que tenhamos participado.

Surpreendem-nos freqüentemente recordações de nosso comportamento, que nos inspiram mais arrependimento que aprovação.

Essa censura nos impele retrospectivamente a modificar nossa conduta, se dado nos fosse renovar o desfile dos anos vividos e das experiências realizadas.

Afinal, se me arrependo de não ter ousado mais, em episódios que desafiavam minha capacidade de agir e impor minha personalidade, resta considerar que não nasci para as grandes ambições.

Nunca me tentou a vaidade de atropelar meus semelhantes, me colocar à frente de um grupo, de um partido; de escalar na política, violenta ou astuciosamente, os postos de liderança.

Saí do seminário aos 17 anos marcado pelas influências que tornam certos temperamentos mais tímidos.

A despeito disso, me dispus à resistência contra tudo que carregasse um toque de injustiça, egoísmo ou hipocrisia.

Não poderia ser santo, nem um mártir, tocado pelo fogo sagrado do misticismo.

Mas ao abandonar o sacerdócio, antes dos votos litúrgicos, minha formação de rapaz temeroso do mundo possuía a essência de um aspirante à conquista de cultura.

Cedo, porém, nascia dentro de mim o desejo de ser alguém no plano político, sobretudo atraído para as promessas de redenção social dos humildes e desprotegidos.

Mais tarde reconhecia as limitações que me tolhiam avanços numa perspectiva que pede espírito de missão e as afirmações de uma liderança em nível acima de minhas aptidões.

O conflito entre o ideal e o real me deteve na consideração de um insucesso naturalmente esperado onde o quadro de uma ação acabou reduzida às proporções da contingência partidária da província, que não leva a nada.

Muitas vezes me recolhia ao meu universo interior para avaliar os desajustamentos de minha formação com a política de compromissos impostos pelas reivindicações pequeno-burguesas da clientela.

E recolhia da literatura, na fonte dos mais lúcidos escritores que a minha geração cultuava, alegria espiritual que não tem preço.

Minha vida foi oscilando entre duas tendências e assim nenhuma delas se fez realização. Hoje entro na paz de recordações que não me trazem os ressentimentos nascidos da ambição insatisfeita.

Mas sofro na agonia de um mundo perdido.

Lutei na Revolução de 1930. Fui a ela sem espírito de aventura, mas no intuito de ajudar a reconstruir as bases de uma sociedade politicamente perturbada. Então me dominou uma visão maniqueísta dos acontecimentos e dos homens que os provocaram ou por eles foram arrastados.

Nesse turbilhão, João Pessoa, de quem não me aproximei, era para mim o representante autêntico do líder romanticamente situado na vanguarda de um movimento libertador.

Minha incapacidade de raciocinar sociologicamente não me consentia passar das aparências e penetrar mais fundo ao drama que sacudia o país, em sua rudimentar constituição agrária, nem perceber o jogo das intervenções humanas, no palco político da época.

Se tomadas de posição, solidárias ou hostis ao sistema dominante, traduziam, em muitos casos, meras táticas impregnadas de ambição pelo poder, golpes e tentativas de conquista que abrem os horizontes da fortuna e do mundo, disso não tinha eu, nos idos de 1930, uma idéia muito clara.

Daí a discriminação maniqueísta que me fazia distinguir, como bons amigos do povo, capazes de o redimir das oligarquias, as figuras da Aliança Liberal, e como perigosos inimigos da nação, gozadores refocilados no ban-

quete orçamentário, os homens do sistema a que se opunha o Governador da Paraíba.

Essa crítica simplificadora não dava margem a considerações de maior conteúdo, que fossem às raízes dos problemas que agitavam o Brasil.

Vi uma mocidade militar e civil correr às armas para derrubar o mandonismo que, segundo tinha lido em Rui Barbosa, havia dissolvido e abastardado os frutos da propaganda republicana e as sementes do constitucionalismo importado das práticas do governo americano.

Nesse confuso cenário em que não dispunha de equipamento cultural para uma interpretação correta do quadro observado, o que valia era o generoso impulso de contribuir para mudar.

Nem de longe me visitava o pensamento de que aquela Revolução era uma jornada de efeitos periféricos, uma ondulação superficial no rio de nossa história, como muitos acreditavam.

Sonhei acordado um sonho que não me arrependo, conquanto visse depois o espetáculo de figuras participantes daquela cena, renegar, pela conduta pública, as convicções então alardeadas.

Não vem ao caso recordar os erros e distorções sobrevindas; creio que a alguma coisa ficou da jornada mais popular que o país conheceu.

Os povos pagam pelo que fazem, por idolatrias heterodoxas, por injustas condenações. Temos de absorver, nas comunidades, essas distorções e erros, que constituem muitas vezes o reflexo da esfera dirigente ou o resultado de crises que escapam aos controles mais avisados.

Em contato, depois, como processo eleitoral, elegendo-me deputado federal pela primeira vez, pude observar a enorme distância que separa a massa votante de uma parcela minoritária mais alfabetizada, parte dela intitulada nas faculdades de ensino superior.

Essa divisão, porém, àquela época não significava que os mais instruídos tivessem a consciência nítida das realidades nacionais. Nem que essa elite estivesse em ponto de oferecer um diagnóstico e uma terapêutica aos males de nossa sociedade subdesenvolvida.

Não havia uma consciência política capaz de exercer dentro dos partidos nascentes, a influência necessária a lhes conferir o papel de instrumentos dinâmicos do sistema democrático-representativo.

Corria de uma ponta a outra do jogo político, entre eleitores e chefes, através dos cabos eleitorais, a permuta de interesses que, uma vez satisfeitos, acomodavam os parceiros do jogo e asseguravam as posições, até novo pleito, quando se renovavam, com maior veemência, os lances da disputa.

Não se erguia uma idéia, uma bandeira, um esquema, a temática de problemas reclamando soluções coletivas; estávamos na escola primária do aprendizado político, após alguns anos de férias à legalidade.

Não serei injusto afirmando que, se avançamos alguma coisa daquela época até hoje, o quadro atual oferece ainda um vazio perigoso para o destino da democracia no Brasil.

Falo ao acaso sem pretender a atenção dos outros para quem não deixará à posteridade traços marcantes de seu trânsito neste planeta que já foi inglês (na expressão do Professor Ribeiro Dantas, da Paraíba), e agora é disputado por duas superpotências, após o colapso do império britânico.

Devo a meus pais uma severa educação moral e os incentivos para o estudo. A um padre – Jerônimo César – muita gratidão, nos anos do Colégio Pio X e do Seminário da Paraíba.

Amigos, uns constantes e leais, outros nem tanto, mas com quem conservo boa camaradagem.

Horror à pena de morte e aos dominadores incapazes de verter sobre,a sede de justiça dos domínios, uma gota de leite da bondade humana, de que fala Shakespeare.

Tolerância e condenação dos fanatismos que levam à violência, sentimento revigorado desde que, através da história, vi desfilar o séquito das religiosas e políticas de todos os tempos, caminhando para o cadafalso, uma ignomínia que ainda enodoa a civilização.

Em meu discurso de formatura afirmei que, a despeito do grande desenvolvimento material (estávamos em 1931), a humanidade, moralmente, não tinha melhorado grande coisa. E lembrei que, por vezes, a cultura cede ao fanatismo, e substitui o filósofo pelo propagandista.

Recordei Bergson, que depois de explicar tanto tempo a antinomia entre o "vital" e o "mecânico." ao sobrevir o conflito de 1914, dizia que o "vital" era o francês e o "mecânico" o alemão.

Essa analogia simplificadora não acrescentou nada ao que sabemos dos horrores nazistas nem às belas afirmações da cultura gaulesa.

O homem – eis o grande mistério. Sem amor e tolerância, impossível compreendê-lo".

CURRICULUM

Nascido a 10 de dezembro de 1904, no Município de Alagoa Nova. Filiação Joaquim José Duarte e Cosima Pereira Duarte.

Curso primário no Colégio Diocesano da Paraíba. Curso Ginasial no mesmo Colégio e no Seminário da Paraíba, onde também cursou Filosofia, em dois anos.

Obteve, mediante provas parceladas, os certificados de aprovação no curso ginasial do Liceu Paraibano, de 1924 a 1926.

Ingressou na Faculdade de Direito em 1927, colando grau em 7 de setembro de 1931. Orador da Turma,

Diretor de "A União" e Imprensa Oficial da Paraíba, de março de 1931 a outubro de 1934.

Professor do Liceu Paraibano (Português e Latim), de 1933 a 1934. Deputado Federal de 1946 a 1954.

Advogado do Banco do Brasil de 1938 a 1956.

Consultor da Confederação Nacional do Comércio.

Membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, cujas presidências exerceu, na sessão legislativa de 1951 a 1954.

Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de 1967 a 1969.

Colaborador, de 1952 a 1962, do Diário Carioca, Correio da Manhã e Folha de São Paulo.

Estudioso de Ciência Política e Direito Constitucional.

Membro da Academia Paraibana de Letras, desde 1963.

Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Casado com adelina de Castro Pinto Duarte. Três filhos, hoje casados.

VERGNIAUD WANDERLEY

> "A vaidade é a perfeição do fátuo"
> (De Daniel Defoe)

Simples, modesto, sem artificialismo, sem facúndia, despreocupado em ser ou parecer "estrela", Vergniaud Wanderley, entretanto, chegou ao Senado da República e a ministro do Tribunal de Contas, do qual foi Presidente por 4 vezes.

Nascido em Campina Grande (Paraíba), com curso de humanidades feito no Liceu Paraibano, e bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, tanto numa como na outra deixa traços bem vivos de uma passagem atuante e eficaz.

Seu aprendizado profissional foi feito pelos municípios de Santa Catarina, como Brusques, Itajaí e Blumenau, exercendo a Promotoria Pública, e, em Harmonia e Biguassu, as funções de Juiz de Direito.

Escondia-se no Promotor e no Juiz, o administrador. Na oportunidade que chegou, com o convite do então Governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, em 1935, passa pela Chefatura de Polícia e pela Secretaria da Agricultura e Viação e Obras Públicas. Logo é eleito Prefeito de Campina Grande, cidade chave de todo o interior paraibano e um grande entreposto para toda região nordestina. Aí apontou na história do Estado, o realizador.

Não só rasgou avenidas para abrir Campina ao futuro, pavimentou ruas e avenidas, organizando seus subúrbios, embelezando suas praças, construindo hotel, edifício sede da Prefeitura, Matadouro, instalação de serviço telefônico, erguendo escolas na sede e nos distritos, abrindo estradas vicinais, ampliando a sua rede elétrica e tudo o mais que era necessário a emprestar a Campina Grande uma fisionomia metropolitana. A par de obras de pedra e cal, estimou o seu comércio, a sua indústria, a sua pecuária, em ação constante junto aos estabelecimentos de crédito, no sentido de financiamento pronto e eficaz.

Seu nome cresceu em rebolo, através da fama que se avolumava à medida que os motoristas de caminhões iam propagando por toda parte, o milagre

campinense. Esta cidade como verdadeiro entreposto, recebia e distribuía mercadorias até pelo Piauí. A sua rua de comércio mais movimentada, Presidente João Pessoa, era uma parada permanente de veículos de cargas pesadas, com placas de todos os municípios do Nordeste. Depois das 18 horas, quando o sol se punha, as estradas rumo ao sertão iluminavam-se com dezenas de faróis de caminhões alimentando toda uma região, vasto mundo ainda sem rodovias pavimentadas e em que as distâncias em muito se multiplicavam, pela buraqueira que levantava nuvens de poeira vermelha por todos os cantos, anunciando vida e progresso.

Sua correção política, sua fidelidade aos princípios democráticos, sua firmeza de convicções, leva-o a afastar-se da Prefeitura de Campina Grande, alguns dias após à proclamação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Episódios outros ainda revelam esta correção. Nomeado Ruy Carneiro, Interventor da Paraíba, em 1945, volta ele à Prefeitura de Campina Grande. Repete-se o administrador, no dinamismo, na probidade e na eficiência.

Entrando a Nação para o processo de redemocratização, o então Interventor Ruy Carneiro recebe de Getúlio Vargas a incumbência de organizar forças políticas com o reforço do Ex-Interventor Argemiro de Figueiredo. Entre as reivindicações deste último, estava o posto de Prefeito de Campina Grande que era da maior importância política. Argemiro de Figueiredo sempre teve como base principal de sua força política o município de Campina Grande.

Vergniaud Wanderley ouve os sussurros e logo vai ao Ruy Carneiro por à disposição o cargo de Prefeito, para não criar problemas ao que estava sendo preparado.

Deixou-o e com o seu afastamento, o PSD fundado por Ruy Carneiro, não conseguiu, por muito tempo, firmar-se em Campina Grande. Fracassado o acordo Ruy/Argemiro, este já de novo havia conquistado pontos de apoio que lhe davam constantes vitórias eleitorais.

Tão importante tinha sido a atuação de Vergniaud Wanderley, na Prefeitura de Campina Grande e tão ruinoso o seu afastamento dela, que, certa feita, Samuel Duarte, Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública na Interventoria Ruy Carneiro, sentindo as dificuldades políticas que enfrentava, em encontro casual como hoje Ministro do Tribunal de Contas, disse-lhe:

"Varo, Varo, que fizeste das minhas legiões?..."

Mais tarde, Ruy Carneiro explicava e justificava. a Samuel Duarte porque as legiões de Varo se perderam nas bocas das urnas de Campina Grande.

Em 1945, dividida a opinião pública do Estado em partidos políticos, Vergniaud Wanderley, indicado para o Senado, na legenda da UDN, pela corrente de José Américo, elegia-se Senador Federal, graças à projeção conquistada como o administrador de vanguarda do grande município paraibano.

E tão vigorosa era essa projeção que, em várias oportunidades, apesar de não ser propriamente um político de idas e vindas às bases eleitorais e, tão pouco, com embocadura para alimentar clientelas eleitorais, estava sempre na pauta dos dirigentes partidários como solução alta para o Governo do Estado.

Em 1955, quando da sucessão do Governador José Américo, foi escolhido pelo PSD, pelo PTB e pelo PL, para candidato a Governador, em oposição a João Agripino. Sentindo que a luta ia ser grande com problemas para o Ministro José Américo e para o próprio Estado, e como sempre afirmara que só aceitaria sua candidatura como de pacificação, renunciou. Desta renúncia surgiram novas demarches pacificadoras, renunciando, em seguida, João Agripino, quando então surgiu a candidatura de consolidação geral, do Dr. Flávio Ribeiro Coutinho, figura veneranda da UDN, tendo como companheiro de chapa Pedro Moreno Gondim, um dos fundadores do PSD.

Renunciando à Senatória para ocupar as funções de Ministro do Tribunal de Contas da União, Vergniaud Wanderley reencontrou-se, exercendo-as com exação e inteira proficuidade, pois se realizara administração pública rigorosamente dentro de padrões morais e das limitações da lei, melhor poderia fiscalizar contas de terceiros, com a compreensão das dificuldades locais e conhecimento próprio do processo contábil.

Aliás, no Tribunal de Contas da União, a Paraíba tem sido muito bem representada, desde muito tempo, com João de Lourenço, Pedro da Cunha Pedrosa, José Américo, José Pereira Lira, João Agripino, todos muito vividos e experimentados, com atuação muito marcante e, alguns deles, figuras nacionais da maior expressão intelectual e política.

De personalidade muito firme e forte, Vergniaud Wanderley confessa que "foram os cargos de Promotor Público e Prefeito Municipal, os que mais se ajustaram à sua personalidade, pois eram funções para cujo exercício não teria que recorrer a terceiros, coadunando-se por completo ao seu temperamento resoluto".

De suas dificuldades, Vergniaud Wanderley é muito franco quando cita aquelas que teve de enfrentar, como Prefeito de Campina Grande, rompendo com a rotina e atingindo "interesses que se diziam sagrados".

O Presidente da República que mais o impressionou foi Epitácio Pessoa, e o paraibano que mais mereceu a sua admiração e respeito, José Américo de Almeida.

Entre os seus autores prediletos, aponta Balzac, Eça de Queiroz e Érico Veríssimo. Como seus amigos de recordações paraibanas, estão Antonio Pereira Diniz, Samuel Duarte, Lauro Pires Xavier, Luis Sodré Filho, Octacílio Arco-Verde, Horácio de Almeida e José Neves Bezerra.

De vida equilibrada, sóbria até, conservando quase os mesmos amigos de convivência íntima, goza Vergniaud Wanderley o mais alto conceito, não só dos seus pares no Tribunal de Contas da União, como fora dele. Homens da

estatura de Nereu Ramos e José Américo, sempre o distinguiram, reconhecendo caráter de firmeza, probidade e espírito público.

É o que é, sem fantasias. Na sinceridade e franqueza, estão ângulos retos de uma figura que é uma constante, entre altos e baixos da vida, em nada alterando o sucesso ou o insucesso dos seus amigos, nas suas preferências e amizade.

É autêntico e igual, nas horas certas e incertas.

QUANDO O FATO É MAIS FORTE DO QUE A VERSÃO

Há, no Vergniaud Wanderley, um homem escondido dentro dele mesmo. Só os mais íntimos o conhecem bem, mas, assim mesmo, deixando um pouco a desejar, sem uma análise mais profunda.

Como na sua bonomia, despreocupa-se com a imagem que possa parecer e, até mesmo, ele próprio, acha graça de juízo que se faça de sua verdadeira capacidade intelectual, voltei à sua presença por várias vezes.

Já o perfilara a meu modo, como me parecia o homem, mas, como tivesse convivido com o meu biografado por vários anos, conhecendo aqui e ali de coisas e fatos que falam bem de sua personalidade intelectual, consegui arrancar de sua modéstia, elementos que compõem a sua imagem.

Não tinha sido à-toa que Vergniaud Wanderley fora Promotor e Juiz em Santa Catarina. O aprendizado de Promotor e o exercício da magistratura, fizeram-no em conhecedor de direito, ainda que a posição fleagmática deixasse transparecer o contrário.

O seu parecer sobre a extinção do Instituto da Enfiteuse, projeto de lei em tramitação pelo Senado Federal, veste o homem no campo jurídico e revela uma mental idade bem cuidada, voltada ao fato social e acompanhado a sua dinamização.

Ei-lo:

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 320, de 1950, que extingue o Instituto da Enfiteuse, aforamento ou emprazamento.

RELATOR: Senador Vergniaud Wanderley

Uma comissão de eminentes juristas brasileiros apresentou anos atrás ao ministro da Justiça um projeto extinguindo o Instituto da Enfiteuse; publicado para receber sugestões, não foi entretanto convertido em lei; anos depois o então deputado Hermes Lima, fazendo-o seu, como declara na justificação, apresentou-o à consideração de Congresso para que fosse transformado em lei.

A enfiteuse que nos vem do direito romano, através das Ordenações, sofreu as grandes transformações e influências próprias da legislação medieval.

Nasceu como meio de facilitar o deslocamento de trabalhadores para as terras do Império romano com o fim de cultivá-las, ao mesmo tempo que se

fixava grande massa de população; origina-se pois da locação dos *agri vectigalis.*

Durante a idade média, a enfiteuse serviu aos fins políticos do feudalismo, pois como observa Fustel de Caulanges: "as instituições sociais e políticas dependem sempre do modo como o solo está ocupado."

Foi através do feudo e da enfiteuse que os senhores do Castelo, conservando a propriedade da terra, usufruiram-na pelo trabalho dos outros, originando essas duas classes tão diametralmente opostas que caracterizaram a idade média: a do senhor e a do vilão.

Hoje a sua permanência em nosso direito não se explica nem como uma sobrevivência inútil, pois que é um instrumento de estorvo de nosso desenvolvimento econômico; mesmo porque no mundo moderno, onde se garante a propriedade, somente pela sua função social, seria absurdo conservar prerrogativas daqueles que dela se afastam, embora esporadicamente a aproximem para a percepção de rendas.

O direito social, que aos poucos vai demolindo e abalando edifício do direito subjetivo, não pode cruzar os braços ante a injustiça resultante da conservação de institutos obsoletos, mantidos na nossa legislação para satisfazer privilégios de certos indivíduos e ordens religiosas.

Vamos, portanto, acabar com o Instituto da Enfiteuse, já proscrito dos códigos das nações cultas; aliás, em tese, todos estão de acordo, restando apenas que fique esclarecido se, com essa revogação, afunde-se ou não a um direito adquirido.

É verdade que a Constituição Federal determinou em seu art. 141 § 3º que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; mas se atentármos que sendo assunto de direito civil, que o constitucional evocou, podemos na prática ver que esse dispositivo pode se tornar de relativa ou vã aplicação.

A Constituição não é um livro sagrado; seus artigos não são versículos de fé; como toda lei, necessita da interpretação; não se impõem como um dogma por ser absurdo.

Assim, é que se a Constituição não definiu a coisa julgada, deixando para que o direito civil a definisse, temos de concluir que esse conceito é variável, mesmo porque em doutrina, existe grande dificuldade na sua conceituação, a ponto de Duguit afirmar que apesar dos seus quarenta anos de estudo não sabe a sua significação.

Estamos, portanto, diante de uma questão de direito civil, embora entrelaçada como constitucional, em virtude do referido artigo da Constituição e mais o 147 que subordina o uso da propriedade ao bem-estar social.

É ponto pacífico hoje em doutrina e em jurisprudência a revogação dos contratos pela lei. George Ripert, em **O Regimen Democrático e o Direito Civil** Moderno, p. 246, chega a afirmar: "a aquisição e o exercício de um direito na sociedade não passa de uma simples tolerância. A sociedade pode sempre

modificar ou suprimir esse direito quando lhe pareça contrário ao interesse social. Esse interesse social não tem outros órgãos para exprimir-se senão os da sociedade política, o Parlamento, o Governo, o Juiz," e mais adiante, p. 306: "A nossa época considera a mudança constante das leis como necessária ao progresso da humanidade. Não seria paradoxal que numa sociedade em que a ordem legal se modifica constantemente, a ordem convencional continuasse inalterável?"

O nosso Congresso tem já por várias vezes votado leis abolidoras da que pactuam entre si os contratantes; lei da moratória dos pecuaristas; lei do tabelamento de preços, lei do inquilinato, etc...

Entretanto, não pretendo basear meu ponto de vista para extinguir o instituto da enfiteuse, nessa moderna tendência do direito de sobrepor a lei ao contrato; quero me apoiar tão-somente, na interpretação da lei, segundo os padrões clássicos, isto é, aquele em que o individualismo ainda mantém forte influência.

Todos os tratadistas compulsados são unânimes em afirmar que as leis que extinguem instituições aplicam-se às situações anteriores. Carlos Maximiliano, Direito Intertemporal, pp. 59, 62, 63 diz: "De fato, pode a lei extinguir logo o fideicomisso perpétuo e a enfiteuse, por exemplo". "Não há direito adquirido no tocante a instituições ou institutos jurídicos. Aplica-se logo não só a lei abolitiva, mas também a que, sem os eliminar, lhes modifica essencialmente a natureza". "A conservação, inspirada pelo respeito ao indivíduo, não corresponde, ofende-a".

Clóvis Bevilaqua, Teoria Geral do Direito, pp. 23 e 24: "as leis que extinguem uma instituição, aplicam-se também desde logo, sem atenuações".

Pasquale Fiore, **De La Irreticactividade e Interpretación de las Leys,** p. 231: Si la ley nueva aboliese la enfiteuse perpetua y no hiciera ninguna reserva expresa respeto de las que ya hubiesen sido constituidas bajo el imperio de las leys anteriores que la reconocian y admitian, no se podria negar ni desconocer la autoridad de dicha ley nueva para hacer ineficaz también las enfiteusis perpetuas constituidas legalmente con anterioridad a su promulgación. La razón de esto se deriva del principio general de que cuando es abolida en absoluto por una ley nueva una instituición determinada, dejam de ser eficaces todos los derechos que de la misma hubieren nacido aunque hayan sido adquiridos legalmente, porque el reconocimento de esto es incompatible con la institución abolida".

Roubier, **Les conflits de lois dans de temps,** pp. 624 e 625, admitindo que a lei nova pode regular situações anteriores, entre outros exemplos diz: "on peut faire le même raisonnement pour les lois qui out éboli les droits feodaux, et qui, visan le contenu même du droit feodal, devaiant agir même à l'encoutre des contrats en cours. De même pour les lois que ou aboli l'esclave, e d'une maniere plus generale liberté et l'egalité civiles, comme bases fondamentales du regime juridique des personnes".

Nesse passo, poderia citar inúmeros outros tratadistas, que afirmam categoricamente ser possível, sem ofensa do direito adquirido, extinguir-se o Instituto da Enfiteuse, máxime quando o projeto manda indenizar o proprietário do domínio eminente.

O projeto manda que os enfiteutas resgatem o aforamento, mediante o pagamento de vinte foros; dá prazo para que apresentem as propostas; traça o processo como deverão os interessados e dá outras providências.

Como se trata de um projeto de grande importância, pelo qual se procura extirpar da nossa legislação essa sobrevivência do feudalismo, tenho que examinar novamente a matéria logo que apresente ou apresentem emendas em plenário.

Por isso limitar-me-ei a falar genericamente da constitucionalidade e conveniência do mesmo, aguardando, por conseguinte, como disse, para depois fazer algumas sugestões, tais sejam o modo de indenização ao proprietário; e não pagamento de foros quando se tratar de enfiteuses de terras públicas, etc.

Nessa conformidade, temos de concluir pela extinção do Instituto da Enfiteuse; a sua retirada de corpo da nossa legislação não fere a nossa Constituição, pelo contrário, vem em cumprimento àquele seu preceito que impõe o uso da propriedade a função social, mesmo porque, como afirma George Ripert, obra citada, p. 243: "A propriedade obriga. A ação individual só é legítima, quando traduz uma realização vantajosa para a coletividade. O proprietário deve conta da exploração dos seus bens à comunidade; deve-lhes da sua conservação ou alienação; deve-lhes mesmo pela falta de exploração."

Ora ninguém, de boa fé, pode afirmar que o uso do direito do senhorio traz algum bem-estar social, como quer a Constituição.

Pelo contrário, a enfiteuse hoje representa um estorvo para a sociedade, que não pode ver com bons olhos uma prerrogativa caduca servir de estímulo ao ócio de uma minoria, que se locupleta com o trabalho dos que dignamente cultivam ou exploraram a propriedade.

As ricas e poderosas ordens religiosas, e algumas ilustres famílias da aristocracia fundiária, lutarão para impedir a aprovação do projeto, que procura acabar com tal privilégio, mas não tenho dúvida que o Senado o aprovará, porque faz justiça para todos.

Sala Ruy Barbosa, em de dezembro de 1951.

PRESIDENTE
Relator

INDEPENDÊNCIA E SERIEDADE

O seu pronunciamento, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, quando da apreciação do projeto de Lei que dispunha sobre abertu-

ra de crédito especial para ocorrer as despesas com relação ao chamado espólio Henrique Lage, é outra demonstração do alto espírito que sempre norteou este paraibano.

Mergulhado no anonimato das comissões, sem propensões oratórias, avesso à publicidade, Vergniaud Wanderley é, entretanto, vigilante da coisa pública, percuciente da verdade jurídica e, sobretudo, independente.

Este pronunciamento diz bem do homem:

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 1950, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr$ 308.799.977,60 para ocorrer as despesas relativas à sentença proferida pelo Juiz Arbitral, instituído pelo art. 12 do Decreto -lei nº 9.521, de 26 de julho de 1946, modificado pelos Decretos-leis nº 4.648, de 2 de setembro de 1942, e 7.024, de 6 de novembro de 1944, que regulam o destino dos bens deixados por Henrique Lage.

VOTO: Senador Vergniaud Wanderley

Quando em 1942, o governo da República incorporou ao patrimônio da União os bens pertencentes ao espólio de Henrique Lage, nenhuma medida judicial imediata foi requerida em favor dos supostos esbulhados.

É que o ato governamental, longe de ser um mal, foi naquela oportunidade um benefício para os herdeiros do **de cujus,** que viam esse complicado patrimônio evaporar-se pela voragem de uma tumultuária administração, oriunda dos tempos do seu organizador; e mais ainda pela ronda macabra de credores impacientes que só aguardavam o momento para o necessário requerimento de falência.

A notória insolvabilidade, o regime deficitário das empresas, a sua artificial vida financeira, em que se substituía títulos de crédito vencidos por outros a se vencer, demonstram que a todo momento podia ser decretada a falência, pois que falido é todo o comerciante que não paga no vencimento, obrigação mercantil líquida e certa.

Nessa emergência, é que o Presidente da República, prevendo quão catastróficas seriam para o comércio as conseqüências de uma falência daquele vulto, e por prever que alguns navios das Empresas podiam parar em mãos estrangeiras, resolveu incorporar aquele caótico espólio ao patrimônio da União, determinando que o pagamento aos herdeiros, ao contrário do que determinava a Constituição, fosse feito **a posteriori;** assumiu também a obrigação de pagar aos credores.

É por essa incorporação que se pretende pagar a vultosa quantia constante da abertura de crédito, ou sejam, Cr$ 308.799.977,60; sangrando

impatrioticamente o Tesouro Nacional, que por menos da metade, conforme avaliação anterior, poderia solver a dívida.

Não é para satisfazer aos direitos de um legítimo proprietário, que quer honestamente receber o preço da sua propriedade; não é para o adimplemento de uma obrigação assumida pelo Estado, que se quer tão astronômico crédito. Mas tão-somente para a locupletação de um grupo de interessados, que estão transformando um fato banal de desapropriação em novo caso Stawinsk, enchendo os seus bolsos, muito embora esvaziem certas consciências.

Até a alegre viúva, que em sua bela Itália talvez só amasse infringir certa lei Julia; e que neste país sempre ficou atraída pelas cousas da arte, por onde vagueou o seu espírito, teve também a sua cupidez aumentada pelos sonhos mirabolantes provocados pelo vulto da avaliação do seu patrimônio, que tem dado para tudo...

Na outra casa do Congresso, o atual projeto sofreu uma tremenda crítica de vários deputados, vindo por fim inesperadamente a ser aprovado.

Nesta Comissão recebeu parecer favorável do primeiro relator designado; tendo sido nomeado novo relator, este limitou-se a endossar e fazer ligeiro adendo ao parecer do primeiro.

A respeito deste, como aquele pregão do joalheiro de Paris anunciando a venda de um brilhante de imitação, ou seja, chamado do Alaska, eu diria: brilha mais que o original.

Deixando de parte o exame dos bens do espólio de Henrique Lage, com cuja exagerada avaliação não podemos combinar, mesmo porque anteriormente fora calculado em mais ou menos cento e vinte milhões de cruzeiros, chamamos a atenção da douta Comissão de Finanças a quem, na sua alta sabedoria, compete conhecer do assunto, principalmente para o seguinte ponto:

O decreto-lei número 9.521, regulando a liquidação e pagamento dos bens e direitos incorporados, determinou que o justo valor desses bens e direitos, depois que fosse apurado por um Juízo arbitral, seria pago pela União em apólices. No art. 25 do referido decreto-lei, estipulou-se que os legatários, se assim desejassem, poderiam receber a sua parte dentro de quinze dias, mediante o preço proposto pela União, na base de cento e vinte milhões de cruzeiros, para a totalidade dos legados, assinando-se um termo na Procuradoria da Fazenda Pública.

Com exclusão de dois legatários, os demais representando quarenta e cinco por cento do espólio, preferiram o pagamento imediato, na base proposta pelo governo, recebendo a importância de cinqüenta e quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros (Cr$ 54.600.000,00).

De conformidade com a avaliação do Juízo Arbitral, o total dos bens do espólio, deduzindo-se as dívidas, valiam Cr$ 343.060.812,00. Essa importância pertence à viúva Henrique Lage, ao espólio de Álvaro Catão, bem como à União sub-rogatória que é dos direitos dos outros apressados legatários,

isto é, os que preferiram a forma de liquidação estatuída no art. 25 do decreto-lei 9.521.

Entretanto, quando foi feita a avaliação dos bens incorporados, o preço pago pela União, ou sejam, Cr$ 54.600,00, figurou no passivo do espólio para efeito de deduzir-se do total.

Ora, essa parte já pertencia à União, sobre ela não existia mais nenhuma controvérsia; não era ela apenas uma simples credora, mas uma sub-rogatória, por compra, dos direitos dos legatários.

A parte da União tem que ser estabelecida proporcionalmente às quotas partes por si adquiridas, pouco importa por que preço.

Se o todo, vale dizer o espólio, foi avaliado em Cr$ 343.060.812,00 (trezentos e quarenta e três milhões sessenta mil, oitocentos e doze cruzeiros), a parte da União que no caso não é o leão, vale mais ou menos Cr$ 147.759.336,00 (cento e quarenta e sete milhões setecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros); deduzindo essa importância, do preço total da avaliação, teríamos 195.301.476,00.

Não podemos saber em que se baseou o chamado Juízo Arbitral para proceder de outra forma; não se pode opor a essa interpretação o disposto no art. 6, letra c do decreto 9.521, visto como esse dispositivo leva a conclusões absurdas e de boa hermenêutica que a lei não pode conter absurdos.

Teríamos que concluir haver a União financiado uma operação de crédito em favor dos dois únicos legatários que preferiram à demanda ao acordo proposto; que o Tesouro Nacional transformava-se, sem autorização legal e expressa em agente financiador; que o Tesouro entrava em conluio para uma operação proibida por lei, visto como o Código Civil veda aos testamenteiros adquirir, mesmo em hasta pública, os bens confiados à sua guarda, art. 1.133 no. I; que a redação sibilina do art. 25, pela qual se obtém quitação dada pelos legatários em favor da União, esconde uma farsa pela qual se paga o valor da mesma cousa, por preços diferentes; teríamos finalmente de atribuir propósitos menos recomendáveis aos subscritores do decreto-lei 9.521, conhecedores que eram da avaliação anterior.

Como afirmamos anteriormente, deixamos essa parte, que diz respeito ao montante do pagamento, à apreciação da douta Comissão de Finanças.

Com o fim de dirimir a divergência criadas entre a União e os herdeiros de Henrique Lage, foi baixado, como já nos referimos o Decreto-lei Nº. 9.521 de 26 de julho de 1946, que entre outras providências instituiu um Juízo Arbitral composto de três árbitros para decidir as avaliações dos bens e direitos incorporados; os débitos para com a Fazenda Nacional e os que esta se responsabilizou; o levantamento do passivo das Empresas e do Espólio; a apuração da diferença entre o valor dos bens e as dívidas; as alterações eventuais no ativo patrimonial das Empresas excluídas e do espólio; a demarcação da parte dos terrenos de marinha e acrescidas excluídas da incorporação, a administração das Empresas excluídas, os casos omissos.

Pela designação dada na lei e pelas atribuições cometidas, vê-se que se trata pura e simplesmente da organização de um Juízo arbitral e não de meros arbitradores, que, como quer o ilustre senador Ferreira de Souza, imprimem às suas deliberações um fundo contratual. A distinção é sibilina e nenhum interesse traz para o caso, pois tanto a respeito de um como de outro, isto é, tanto do juízo de árbitros, como do de arbitradores, há sempre um Juízo Arbitral; discute-se apenas em doutrina se as obrigações desses Juízos têm a sua gênese no contrato.

Entre nós tal discussão torna-se acadêmica, visto como o Código Civil incluiu o juízo Arbitral entre as regras gerais das obrigações; não o incluiu entre os contratos. Nele, como ensina Carvalho dos Santos, (Código Civil, Interpretado) só se pactua a derrogação da ordem legal das jurisdições para se submeter à decisão arbitral todo o objeto do litígio. É essa também a opinião de Clóvis Bevilaqua.

Vê-se, portanto, que, admitindo-se a legalidade desse juízo, estamos diante de uma obrigação decorrente de uma sentença; e a sentença arbitral, de acordo com Castro Nunes, em parecer sobre este **affair** (junto por solicitação dos herdeiros), se homologada judicialmente, nos termos da preceituação legal, ou por si mesma se dispensada por lei a homologação, equipara-se às sentenças judiciais.

Admita-se que haja obrigação de pagar, por parte da União; mas esta decorreria do cumprimento de uma sentença e não de um contrato, cujos feitos não se pode presumir contra o Estado, e para cuja assinatura o detentor do poder público deve estar munido dos necessários poderes, autorizado em lei.

Não quero discutir se as causas em que é interessada a Fazenda Pública podem ser objeto de Juízo arbitral; a maioria dos autores se inclina pela negativa. Na nossa legislação ordinária é permitida a transação só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado (art. 1.035 do Código Civil) e como ao compromisso se aplicará tanto quanto possível, o disposto acerca da transação (cod. Civil art. 1.048), segue-se que somente acerca daqueles bens é que se permite o compromisso, que é o ato instituidor do juízo arbitral.

Ora, se a União havia incorporado os bens do espólio, ela os tinha como seus e próprios, discutindo apenas o pagamento, que é um direito meramente creditório.

É verdade que se tratando de lei ordinária podia o legislador revogá-la a qualquer momento; mas o argumento serve para mostrar que os bens públicos não devem ser objeto de compromissos, transações, acordos, etc. Em que se os subtrai do conhecimento da justiça normal.

A União tem foro especial, próprio, não o pode eleger como os particulares; essa proibição não importa em torná-la incapaz; é que a cousa pública está sujeita a um mecanismo de funcionamento que a preserva de ser um

instrumento da vontade de um só; pouco importando as origens políticas da lei magna garantidora desses direitos.

Mesmo que se admita poder a Fazenda Pública resolver as suas demandas por meio de Juízo Arbitral, é opinião de entendidos no assunto que, em virtude do que preceitua o art. 141 § 4.º da Constituição, a sentença tem que ser homologada pelo Judiciário, para o fim de poder ser executada. A este respeito diz Temístocles Cavalcanti (Com. p. 78, vol. 3º) "O preceito em exame torna portanto nula e não executável, toda disposição legal que exclua do pronunciamento judicial certas e determinadas situações jurídicas, mas, entenda-se bem, somente aquelas que envolvem a proteção dos direitos individuais". E Carlos Maximiliano (Com. p. 60, vol. 3.º) "Também se não admite que uma norma ordinária declare insusceptível de revisão pelo Poder Judiciário um ato de Governo ou Administração, no ponto em que diga respeito a direito individual ou se contraponha ao mesmo".

Aliás, a recomendação "a lei", como diz o mesmo Temístocles Cavalcanti, refere-se a tendência de certa legislação do regime da Constituição de 1937 que excluía da apreciação judicial às providências nela consagradas.

Mas vamos admitir, para argumentar, que a Fazenda Pública pode renunciar se for especial; que o Juízo Arbitral, esteja legalmente instituído; que a proibição ao judiciário de apreciar a sentença arbitral, não inquine de nulidade o ato; admitindo-se que até aí tudo esteja legal; não podemos concordar com a abertura do crédito, porque assim se infringe o art. 204 da Constituição.

Vamos adotar a opinião dos beneficiários do crédito exposta em parecer; estamos diante de uma sentença, pouco importa que proferida por juiz no uso de atribuições judiciárias, ou por via convencional, de qualquer forma, judicante. O Juízo Arbitral, como diz o Ministro Castro Nunes (parecer citado) "é uma jurisdição paralela a das justiças ordinárias. Suas decisões são equiparadas às dos juizes oficiais, fazem cousa julgada e são oponíveis, por isso mesmo, como exceção à renovação da mesma lide perante aquelas justiças.

Devem pois valer independentemente de homologação".

Os pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judiciária, reza o artigo 204 da Constituição, far-se-ão na ordem da apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

Longe portanto de ser uma impontualidade no cumprimento das obrigações da União, a abertura do crédito solicitado seria um desrespeito à Constituição e às outras sentenças do judiciário, que por não terem patronos fortes dormem na poeira dos arquivos esperando a sua vez, na ordem de antiguidade.

O artigo 204 da Constituição, como ensina Carlos Maximiliano, "visa assegurar a independência dos julgados e o vencedor adquire a vantagem de

não precisar de empenho nem de advocacia administrativa para receber o que o Tesouro lhe deve"; o dispositivo constitucional é de tal rigor que autoriza o seqüestro das quantias empregadas quando não se obedece à precedência da ordem nos pagamentos; alegar-se que se trata de uma sentença arbitral e,portanto,a ordem de precedência pode ser desrespeitada, é uma burla que poderia reduzir à inocuidade o mandamento constitucional.

Se bem a inconstitucionalidade das leis somente pode ser decretada pelo Judiciário, pode o Congresso por via indireta negar eficácia ao ato que ao seu juízo contraria a Constituição, isto é, pode negar o crédito, sem isso importar em ser intérprete da lei, prerrogativa daquele outro poder.

Por estes motivos, voto contra a aprovação do projeto; antes, porém, requeiro que se ouça o Exmo. Sr. Ministro da Justiça, para o mesmo informe se há outras sentenças anteriores condenando a Fazenda Pública, e que estejam dependendo de abertura de crédito, e também ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda para que esta Comissão seja informada quais as importâncias até hoje pagas pelo Tesouro aos herdeiros e legatários de Henrique Lage, bem como se há conveniência em resolver-se tal demanda por essa via, ou na Justiça normal.

Sala Ruy Barbosa, em de junho de 1951

O CULTO JURÍDICO

O seu culto ao direito levou Vergniaud Wanderley a registrar, da tribuna do Senado Federal, mais um aniversário da lei de 11 de agosto de 1827, que instituiu no Brasil os primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais.

A significação da data, a importância da manifestação, a profissão de fé nas instituições jurídicas, indicam da oportunidade de incorporá-lo a este capítulo, para que se complete um perfil:

"Sr. Presidente:

A passagem de mais um aniversário da lei de 11 de agosto de 1827, que instituiu no Brasil os primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, dando-lhes por sede as Academias de São Paulo e Olinda, encontra felizmente o nosso país fruindo um regime de ordem legitimamente constituída, depois de ter por mais de uma vez, atravessado períodos, em que a vontade, popular não era ouvida para dirigir-lhe os destinos.

É uma data, a de 11 de agosto, que se tornou bastante cara, a uma parte considerável das nossas elites culturais, já pelos reais benefícios que a instituição dos Cursos Jurídicos veio trazer às novas gerações brasileiras, permitindo-lhes a formação de um espírito patriótico apoiado nas conquistas imperecíveis do direito, como pela possibilidade que só então se apresentava ao nosso país de afirmar a sua independência política pela capacidade intrín-

seca de seus filhos, que daí em diante se governariam a si mesmos, por leis que eles mesmos iriam fazer e interpretar e que em suas próprias cátedras ensinariam às gerações subseqüentes.

Envolvidas ainda pela ganga bruta das instituições coloniais, sem uma tradição jurídica que lhe norteasse a conduta no estabelecimento da nova ordem e sem aquele apego ao passado, que é um imperativo da legislação consuetudinária, a nossa emancipação política estaria incompleta se continuássemos a estudar o direito lá fora para implantarmos aqui.

Sob o regime das Ordenações, cuja falta de unidade se evidenciava pela sua origem românica, canônico e foraleira, havíamos experimentado o exotismo de leis, por cuja implantação entre nós respondia o empirismo colonial; com a independência, além de podermos elaborar as nossas próprias leis, com a instalação dos Cursos de São Paulo e Olinda, onde o direito positivo e não positivo podia ser estudado, criávamos novos métodos científicos de investigação.

O nosso direito não se cingiria à imitação dos grandes monumentos jurídicos da legislação estrangeira que como o Código Napoleão, a Constituição americana e o Parlamentarismo inglês, influiriam tanto nas legislações dos outros países, justificando a célebre lei de Gabriel Tarde.

Não seriam somente o Parlamento ou os Tribunais de Relação, mas também os Cursos de Olinda e São Paulo, que interpretando, estudando ou discutindo, iriam ajudar a revelar esse direito tão vivo e orgânico que os grandes juristas-filosófos do século passado viria elaborado pela própria sociedade de aplicação do método objetivo no estudo da fenomenologia jurídica.

Mas ao lado desse progresso de ordem cultural, a instalação do Curso Jurídico trouxe aos bacharéis a responsabilidade histórica de condutores da nova nacionalidade; e esta responsabilidade tem-na eles sabido honrar, com cabal desempenho das ingentes tarefas daí decorrentes?

Colocada nestes termos a pergunta acima parece dar a entender que aos bacharéis, exclusivamente, é que se encontram entregues os destinos do Brasil desde sua emancipação política, que por sinal coincide quase com a instituição dos Cursos Jurídicos. Entretanto, sua resposta comporta duas distinções necessárias e preliminares que aqui não podemos deixar de mencionar.

O Primeiro Imperador, aquele irrequieto D. Pedro, que as circunstâncias tornariam o proclamador oficial de nossa independência, ao perceber a necessidade da instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, evitando o vultoso dispêndio com o estudo das leis, que a nossa mocidade de então ia fazer em Coimbra ou na França, como que definia inicialmente a missão fundamental dos bacharéis na organização nacional do País.

Com efeito, em 9 de janeiro de 1825, justificando o estabelecimento de um Curso Jurídico no Brasil, salientava Pedro I que era "da maior urgência acautelar a notória falta de bacharéis formados para os lugares da magistratura, pelo estado de independência a que se elevou este Império..."

Produzir bacharéis formados para substituir os que o não eram ou os bacharéis formados em Portugal, que ocupavam os lugares da magistratura brasileira, eis a finalidade precípua da Lei de 11 de agosto de 1824, todos o sabemos.

As tarefas decorrentes dessa finalidade não há a menor dúvida de que os bacharéis têm dado o mais cabal desempenho, honrando-se e honrando seu país no exercício da magistratura, desde a obscura e nobre função do Juiz de Direito do mais longínquo Município do Acre ou do Rio Grande do Sul, até a luminosa função do Juiz da Suprema corte da Capital da República.

Mas, a esta missão fundamental do bacharel brasileiro, como o de todo o mundo, missão que o faz no seu desempenho um dos principais sustentáculos da Sociedade, veio em breve se juntar outra, se tornaria como tempo tão ou mais importante do que a primeira; a missão do advogado doublé de político, de governante, de chefe de Estado. Ao antigo técnico do direito chega-se hoje até a chamar de "técnico das idéias gerais", tal a elasticidade das funções que, cumulativamente com a função de magistrado, ele foi chamado a desempenhar em nosso país, desde 1827.

E não podemos dizer que essa contrafação não deliberada dos propósitos fundamentais da instituição dos Cursos Jurídicos tenha sido nociva ao Brasil sob este ou aquele aspecto menos favorável de que aqui ou acolá se haja revestido. Ao contrário, na política como na magistratura os nossos motivos de orgulho vencem os de amargura ou decepção. Na verdade continua sendo um bacharel, e sê-lo-á talvez por todo o sempre, a figura máxima de homem público do Brasil, de estadista e de cultor do Direito: o nosso grande Ruy Barbosa!

Há hoje em dia, bem o sabemos, uma tendência para o desprestígio do bacharel e menosprezo de sua contribuição para a formação histórica do Brasil. Esta tendência, porém, reflete mais a tomada de consciência de outras classes de técnico a respeito de sua própria contribuição do que a descoberta de motivos reais de menosprezo à contribuição dos bacharéis. Esta achasse definitivamente incorporada a nossa história e foi escrita com o sacrifício de numerosos mártires e sábios condutores e intérpretes dos mais legítimos anseios do nosso povo.

Este 123º. aniversário da instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil é o que principalmente nos vem recordar, a todos nós brasileiros de várias classes ou diferentes grupos sociais. Hoje aparecem os químicos, os engenheiros, os biologistas, que vêm traçar ao nosso país o auxílio de sua inteligência e de seus conhecimentos especializados. Mas, seria uma ingratidão não reconhecer que, até bem pouco tempo, eram os bacharéis quase sozinhos que tinham de tudo cuidar, e que de fato de tudo cuidaram e cuidam ainda em maior porção do que quaisquer outras classes de técnicos.

Por tudo isso, quando a Nação brasileira, pelos seus órgãos de maior expressão, comemora solenemente a instituição dos nossos Cursos Jurídicos através da lei de 11 de agosto de 1827, é na realidade, aquela contribuição

histórica dos bacharéis que ela está comemorando, pelo reconhecimento de sua utilidade, grandeza e extensão diante dos sagrados destinos da Pátria".

INTÉRPRETE DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA

Outro ângulo de interesse da personalidade do ex-senador paraibano que se aposentou recentemente do Tribunal de Contas da União, é a sua curiosidade histórica que o leva, de par com os estudos jurídicos, a pronunciar-se com segurança sobre temas de significação com os acontecimentos que compreendem a restauração pernambucana.

E não se trata de um simples registro de mais um aniversário da epopéia dos Guararapes, no Senado Federal. Foi mais longe, e trouxe subsídios válidos a melhor compreensão de uma luta de mais de 20 anos, em que, na realidade, se decidiu o destino de nossa latinidade.

Vergniaud Wanderley faz, como acentua, uma acareação com um legado histórico e cultural, com a melhor fundamentação e busca nas vozes dos conquistadores os conceitos mais significativos, não só da bravura nascente da gente nordestina e brasileira, mas da sua improvisação tática ajustada ao meio, como de sua vivacidade mental que ultrapassava conhecimentos militares de escolas consagradas na Europa.

Este pronunciamento de Vergniaud Wanderley tem todo interesse para a conceituação de sua atividade intelectual.

O Sr. Vergniaud Wanderley pronunciou o seguinte discurso sobre a Batalha dos Guararapes:

"Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As comemorações de mais um aniversário da Batalha dos Guararapes, onde primeiro se manifestou o valor da nossa gente, animada de um vivo sentimento patriótico, oferecem motivo para que nos detenhamos um pouco na fantástica agitação do mundo de nossos dias e procuremos nas lições e exemplos do passado, reencontrar a imagem tradicional da Pátria, que tantos e tão pesados sacrifícios está a exigir de suas gerações atuais.

Não sei se viria ao caso confessar aqui que esse reencontro, em face do estranho presente que estamos todos vivendo, se tenha constituído para mim, antes de um misto de surpresas e alegrias céticas do que daquelas generosas e profundas emoções cívicas, de que em ocasiões como esta, seguramente nos falariam Ruy ou Nabuco.

É que talvez aquela imagem da Pátria, vagamente entrevista pelos nossos heróis da guerra holandesa, como um "raio de liberdade" ou da "liberdade divina", por força de imperscrutáveis desígnios se nos esteja hoje afigurando tanto mais longe, quanto mais diversa dos maravilhosos sonhos que a geraram...

Uma pergunta impertinente vive como que ressoando a cada instante nos nossos ouvidos: para que espécie de destino nacional nos teria conduzido o

triunfo das armas holandesas em uma qualquer das duas Batalhas dos Guararapes?

Melhor do que qualquer outra especulação histórico-filosófica, responde-nos ainda hoje esta pergunta, o relatório que o comissário flamengo Miguel Van Goch escreveu sobre a segunda batalha dos Guararapes, três dias após o seu dramático desfecho para as armas da Holanda.

Van Goch, que pertencia ao "Alto Conselho" ou "Junta do Governo Holandês no Brasil" ocupava junto ao exército invasor que se mediu com as nossas tropas nos Guararapes, funções pela sua natureza e finalidade, muito semelhante às que ocupam hoje os comissários políticos, junto ao moderno exército soviético. Por isso mesmo, o seu relatório em torno daquele histórico combate tem mais valor para o estudo de questões práticas de dominação do país, do que as operações militares estritas.

O comissário flamengo preocupou-se com a observação da nossa índole política e racial, sendo um dos primeiros estrangeiros a vislumbrar, com previsão admirável, o exato sentido para onde se dirigiam as linhas mestras do nosso caráter nacional em evolução.

A respeito do combate acima referido, diz-nos Van Goch, tal como se acha transcrito no tomo III, p. 129, da História Geral de Varnhagen, "notei sobretudo suas particularidades que (em meu parecer) merecem muito atenção: em primeiro lugar as tropas do inimigo saindo das matas e detrás dos pântanos e outros lugares, onde têm a vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e se aplicam em romper diferentes quartéis. Em segundo lugar, as tropas inimigas são ligeiras e ágeis para correr adiante e afastar-se e, por causa da sua crueldade inata, são temíveis também; elas se compõem de brasilianos, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, etc., todas nações do país; aliás portugueses e italianos, que têm muita analogia com os naturais da terra quanto à sua constituição; de maneira que atravessam e cruzam as matas e pântanos, sobem aos montes, tão numerosos aqui e descem, e tudo isso com uma velocidade e agilidade que são verdadeiramente notáveis; nós, ao contrário, combatemos formados e colocados da maneira que se usa na mãe pátria e nossos homens – fracos e indolentes", etc.

O SR. PRESIDENTE – (Fazendo soar os Tímpanos) Está finda a hora do expediente.

O Sr. Alfredo Neves – peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o nobre Senador.

O Sr. Alfredo Neves – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^{a}. consulte a Casa se consente na prorrogação da hora do expediente por meia hora, a fim de que o Sr. Senador Vergniaud Wanderley possa concluir seu discurso.

O SR. PRESIDENTE – O Senado acaba de ouvir o requerimento feito pelo Senador Alfredo Neves. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausas).

Está aprovado.

Continua com a palavra o Senador Vergniaud Wanderley.

O Sr. Vergniaud Wanderley – Agradeço ao Senado a gentileza da prorrogação. (Continua lendo).

Van Goch erra apenas ao apontar um traço de nossa psicologia nacional, aquela "crueldade intacta" que na sua opinião fazia os traços de Vidal de Negreiros ou Camarão, tão "temíveis" aos olhos do batavo invasor. Há aí evidentemente exagero e adulteração dos fatos. Não éramos então como não o somos tão pouco hoje em dia um povo cruel; caracterizamo-nos por qualidades outras fundamentalmente diferentes da crueldade. A sua observação portanto improcede por razões óbvias e possivelmente não passará a de fruto amargo dos ressaibos da derrota.

Em tudo o mais, porém, Van Goch nos viu com uma fidelidade verdadeiramente profética, indisciplinados, dispersivos, ágeis, improvisadores, parecidos com portugueses e italianos. Ao contrário deles flamengos: sempre formalizados, sempre colocados em ordem de batalha, eficientes, mas mecânicos, corretos, mas estúpidos.

É uma confissão sincera e corajosa pelo muito que contém de verdade a respeito dos dois povos em luta e seus respectivos padrões de cultura. E não é obstante a longínqua época em que foi formulada, através dela, ainda hoje, poderíamos perfeitamente inferir a espécie do destino nacional para onde nos conduziu a história das armas de André Vidal, Camarão e Henrique Dias, bem como, de outro lado, para onde teríamos sido conduzidos, na hipótese de uma vitória dos exércitos de Van Schekope...

Não resta a menor dúvida de que esse sugestivo relatório teve a alta virtude de fazer aflorar pela primeira vez no Brasil, num acontecimento do relevo histórico, um milenar antagonismo: as características fundamentais de dois tipos rivais de cultura ocidental – o latino e o nórdico ou saxônico – que a velha Europa, já então na febre dos descobrimentos, começava a exportar para o mundo inteiro.

Na verdade, ao cantarmos a vitória que nos sorria, do sopé ao mais alto dos montes, naquela sangrenta batalha dos Guararapes, cantávamos ao mesmo tempo o nosso ingresso como unidade cultural no vasto selo comum da humanidade latina.

O elo, porém, que ligou, naqueles recuados tempos, a um dos dois tipos rivais de cultura, podemos dizer, hoje, que esteve duas vezes seguidas por um fio apenas. Uma só vitória das armas holandesas em qualquer das duas batalhas dos Guararapes poderia ter modificado, por todos os séculos, o destino cultural e nacional do Brasil, havendo até historiadores que vão mais além, considerando que a simples demora na transmissão para Portugal das notícias relativas àquelas batalhas, teria sido fatal para a sorte de nosso país.

De fato, hoje, que quase todos os documentos da nossa história estão estudados e relacionados entre si, sabemos quanto Portugal esteve a ponto de negociar com a Holanda a rendição de sua colônia na América.

Para isso não faltou sequer o valioso assentimento da Igreja Católica, que através da palavra do famoso jesuita Padre Antonio Vieira, mostrou-se duas vezes decidida a ceder ao herege batavo.

Na verdade, por bem poucas horas, que foi o quanto duraram as duas históricas batalhas, Pernambuco esteve, e com ele por certo todo o Brasil, na iminência de ter um destino cultural as suas características nascentes de "latinidade", para adquirir talvez características outras de "arianidade".

Três séculos hoje são passados sobre aqueles acontecimentos e, durante esse período da nossa evolução histórica e social, desenvolvemos e acostumamo-nos a uma noção de Pátria perfeitamente definida e clara. Sabemos muito bem que a influência do padrão de cultura latina teve na caracterização dessa idéia de Pátria – é por mais evidente e inegável –, constituído além do mais, motivo de um perene e elevado orgulho de nosso povo.

Orgulhar-nos-íamos do mesmo modo – é talvez o caso de perguntarmos aqui – se a influência predominante na caracterização de nossa idéia de Pátria fosse a do padrão de cultura nórdica ou saxônica.

A última grande guerra que ensanguentou toda a Europa, pareceu de início estar destinada a oferecer ao mundo um espetáculo confrangedor à decadência irremediável dos povos latinos. Mas passada a hecatombe, que vimos todos nós? Um dos mais representativos povos ditos latinos, o espanhol – manteve-se afastado do conflito, durante todo o tempo que ele durou. E os franceses e italianos líderes seculares da "latinidade" tragicamente envolvidos na aventura bélica, o mundo boquiaberto assistiu-os emergirem do fundo negro da derrota com um vigor político tão rijo e estranho, que é considerado quase um milagre.

Por sua vez, qual foi o papel desempenhado nessa mesma guerra, pelos povos da civilização nórdica ou saxônia? A velha Inglaterra cobriu-se de imortais glórias, mercê dos tremendos sacrifícios e que voluntariamente se impôs na salvaguarda de seus princípios. A própria Alemanha, não obstante ter-se deixado dominar por violèntos impulsos de ambição e domínio ilimitado, escreveu páginas assombrosas de genialidade militar, chegando por alguns instantes a dar a impressão de que havia subjugado o mundo a seus pés. E os Estados Unidos, esse herdeiro americano dos velhos troncos setentrionais da Europa. Ninguém ignora que ao cabo apenas de três anos de luta, o colosso americano se havia transformado naquele formidável celeiro do mundo o "arsenal das democracias", como ele aprecia ser chamado.

E tudo isso sem falarmos nas conquistas intelectuais, artísticas e científicas ou filosóficas de cada um dos povos integrantes de ambos os blocos culturais.

Ainda há poucos dias, pelas colunas do nosso grande matutino, o *Correio da Manhã*, e a propósito da tentativa frustrada que teve o Sr. Carlos de Lima, quando governador de Pernambuco, de promover solenes homenagens no terceiro centenário da chegada do príncipe Maurício de Nassau

ao Recife, o brilhante jornalista Costa Rego, relembrava às novas gerações o acervo de benefícios, a perspectiva de alta civilização, que definiu a passagem dos holandeses pelo Brasil.

Pela mão de Maurício de Nassau chegou até o primeiro observatório astronômico da América do Sul, e quando quase todo resto do Brasil era pouco mais do que matas, pântanos, desertos, os holandeses já faziam do Recife um centro de alta cultura, onde se cultivavam as artes e as ciências e construíam-se monumentos que desafiariam os séculos. Os nordestinos pagam hoje essa dívida de civilização à Holanda, batizando indistintamente toda a obra que lá se encontra com características excepcionais de solidez e durabilidade de "obra de holandês".

De modo que, se por um lado, não nos faltam motivos de justo orgulho patriótico pela filiação cultural que escolhemos, ou outro, sobrar-nos-ia tais motivos, dado, como é claro, origem a idêntico orgulho. É, em resumo, a conclusão que de um exame, ainda que bastante sumário da nossa evolução histórica e cultural desde logo se constata.

Entretanto, pesadas e bem pesadas as coisas, talvez devesse por fim julgar-me suspeito para fazer semelhante constatação. Trazendo no sangue afinidades milenárias com os invasores derrotados nos Guararapes, é possível que subconscientemente me incline com mais simpatia para o seu tipo de cultura, e veja monumentos imperecíveis, onde outros não verão mais que amontoados, sem expressão. Contudo, latino pelas inclinações estéticas, latino pelo contato, com a religião do meio em que vivo, latino, ainda pela compreensão jurídica do mundo que me transmitiu um instituto de ensino superior, seria sobremodo duvidoso que remotos apelos do sangue acabassem se sobrepondo a decisivas convicções da cultura.

Mas, senhores Senadores, já vos fatiguei demais com estes fastidiosos comentários (não anotados, gerais) em torno de um episódio marcante da formação de nosso conceito de pátria.

A verdade, porém, é que dificilmente podemos fugir, de quando em quando, a uma acareação assim com aquele legado histórico e cultural que nos compete defender, quando mais não seja, para nos capacitarmos melhor das responsabilidades que a sua defesa nos impõe. Vivemos uma hora incerta e sombria. Terão talvez sobradas razões aqueles que, desdenhando dos sonhos dos nossos antepassados com a "liberdade divina", justificam as suas restrições à imprensa e aos cidadãos livres com a necessidade de manter inviolável a imagem da Pátria. Quem nos dirá, porém, que com tudo isso não estejamos senão dando evasão àquela dispersidade fundamental, à improvisação a que já se referia o comissário holandês, e deste modo, asfixiando o nosso patriotismo, oprimindo-o invés de libertá-lo e criando uma perspectiva de angústia e desatinos para as gerações atuais?

Não foi, senão por sentir profundamente a dureza dessa realidade e por temer que talvez não estejamos devidamente preparados para modificá-la, que comecei a ler-vos esses despretensiosos comentários, falando em surpre-

sas e alegrias céticas, ao procurar esse reencontro com a imagem tradicional da Pátria, que as comemorações dos Guararapes, tão a propósito nos sugerem. (Muito Bem, muito bem: Palmas).

O CAVALHEIRO

Epitácio Pessoa – Epitacinho – morreu quando parecia que ia fazer ressurgir a família no panorama nacional. Amigo do Presidente (Vargas), Senador jovem, inquieto e totalmente político, inteligência viva e acutilante, audacioso e arrojado, emocional nas amizades e nas inimizades, sentindo-se com responsabilidades tradicionais como um filho de Reis, o seu falecimento prematuro em muito alterou as coordenadas políticas da Paraíba.

Sobre este jovem político de meteórica ascensão e de brusca queda física, desaparecendo com pouco mais de 30 anos, Vergniaud Wanderley, de corrente política adversária, fala no Senado Federal, numa impecável linha de isenção, revelando-se também o cavalheiro:

SR. PRESIDENTE

Por natural delegação imanente ao meu mandato, venho em nome da Paraíba trazer a expressão da sua grande dor e da sua imensa saudade, pelo inesperado desaparecimento do seu ilustre filho, que até há poucos dias tinha assento nesta casa, o senador Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Tão cedo desaparecido do convívio dos seus amigos a quem muito servia; dos aconchegados do lar do qual era enamorado; da direção do seu partido, onde a sua falta é impreenchível, a morte de Epitácio Pessoa deixa entre nós outros uma impressão de pessimismo e desânimo, pela brutalidade do fato, pela inexorabilidade do destino, que não poupa sequer àqueles que ainda têm uma missão e de quem tudo se pode esperar.

Descendente de uma das melhores e mais ilustres famílias da Paraíba, justamente aquela que como uma da antiga Roma, era citada pelo número de varões que dera ao serviço da república, era o companheiro que hoje se pranteia, filho de João Pessoa, aquele grande homem de bem, que ainda hoje, passados tantos anos da sua morte empolga a nossa imaginação, pela firmeza das suas espartanas atitudes e pelo exemplo que deixou às novas gerações; e foi precisamente na Paraíba onde mais se acentuou esse sentimento, transformado, posso dizer, em uma veneração de vaga religiosidade.

O fogo sagrado que mantinha ardente, o culto pela memória do pai e aceso pela exaltada pregação dos seus amigos e companheiros de luta, aquecia também, de qualquer maneira, um certo prestígio para o filho, que antevendo o futuro a se abrir para a sua vida pública, quis participar dos negócios políticos do nosso Estado.

É nessa oportunidade, que já sendo bacharel em direito e serventuário da justiça e tendo exercido um alto posto no Ministério da Agricultura, foi nomeado para o cargo de Secretário da Educação, tendo desempenhado as suas funções com brilho e inteligência por vários meses, abandonando-as por divergências de ordem partidárias.

Mas aquele irrequieto temperamento, servido por esse desejo instintivo de luta, que é o direito fornecido, como diria Iering, e que em certa oportunidade deve ser característica fundamental da própria dignidade humana, esse anjo rebelado não se conteve com os insucessos das suas iniciações políticas; abriu luta com o situacionismo paraibano e quando em meados de 1945, desencadeou-se a luta pela sucessão federal, fundou no Estado, para onde se dirigiam seus sonhos de reivindicação do poder, o partido Sindicalista, depois transformado em Partido Trabalhista.

Tendo sido eleito suplente de senador, foi em virtude da renúncia do titular efetivo, empossado como senador, cargo em que a morte o surpreende, quando lhe sorriam as mais doces esperanças e seu futuro político parecia palmilhado de flores, pela oportunidade que se lhe separava com a ascensão ao poder, do partido que ele tanto ajudara a erguer-se.

Esse signo de luta que o caracterizava, a pertinácia no combate, a ausência de implacável cálculo, como o do seu ilustre chefe, o seu panfletismo por assim dizer romântico, davam-lhe uma personalidade, que nós, os seus adversários, não podemos deixar de nele ser uma espécie de figura de romance da cavalaria, sempre aberta às grandes reconciliações.

O trabalhismo que com tanto entusiasmo chegou não era para ele uma filosofia: não era trabalhista à Pasqualini; nunca lhe ocorreu estudá-lo à luz daquelas regras que Durkheim entendia aplicar-se a todos os fatos sociais: mas isto não lhe tira o mérito, pelo contrário, estimula-lhe um suave e doce fanatismo pela pregação, isto é, pela cata de prosélitos, que em última análise constituem a base de um partido.

Mas por trás do trabalhismo que o seu generoso coração esposou, como uma solução para as desigualdades sociais, como princípios niveladores, que adotados, trariam aos trabalhadores uma vida mais próspera e feliz – por trás das idéias fundamentais do partido, escondia-se ou repontava nele aquele espírito que em outros tempos, fora o apanágio dos seus antepassados, quero dizer, o prazer das competições políticas, a luta pelo poder, aquele incontido desejo de vencer o adversário, enfim, todo o complexo atávico, que atormenta a alma nordestina afeita às pelejas, às vezes as mais sanguinolentas.

Para ser trabalhista, como disse Alberto Pasqualini, não é mister ser um oprimido ou espoliado; acrescento eu, nem é necessário renunciar as suas privilegiadas origens; por isso Epitácio Pessoa, de tão nobre estirpe, lutando pelos ideais trabalhistas, não estava proibido de pleitear um reencontro com a história, o que poderia fazê-lo **por droit de naissance.**

EXPLICAÇÃO FINAL

Este livro não foi escrito por um historiador. Vali-me dos historiadores e, sobretudo, dos conselhos e orientação do Horácio de Almeida.

Sempre procurei conhecer a minha terra. Os seus homens. Os seus episódios marcantes. Nunca metodizei estes estudos ou estas leituras, na busca de ordená-las, seriando-as na seqüência histórica.

Empolgava-me sempre com a sua predestinação, pois nas fases culminantes da história brasileira, a Paraíba estava sempre presente, e filhos seus não só a engrandeciam, como se projetavam como parte integrante dos acontecimentos.

Na Colônia, no Império e na República, não há página em branco para a Paraíba, emergindo paraibanos que marcaram presença efetiva nos capítulos que se juntaram ao nosso patrimônio histórico.

O meu entusiasmo, entretanto, aumentou na feitura deste livro. À medida que ia pesquisando, conversando, lendo, entrevistando, maior o meu orgulho, e, sempre, estava a me lembrar da profa. Liliosa Leite, matriarca-chefe de um Cleantho, Cláudio, Celso, Marcos, César — que, certa vez, num almoço de reunião familiar com alguns convidados de fora, ao ouvir alguém perguntar a um estranho ao meio, se ele era paraibano, disse sem pestanejar:

"Nunca faça esta pergunta a ninguém, pois pode acontecer que não seja, e o constrangimento é terrível! ..."

Confesso, assim, que se há falhas, saem por conta do meu deslumbramento. Se os personagens deste livro são 34, muito maior seria o seu número se estivesse a escrever uma enciclopédia paraibana. Fiquei no plano sócio-político. Detive-me no panorama nacional. Nas letras, nas artes, no direito, na medicina, na técnica e nas atividades privadas agropecuárias, comerciais e industriais, então seria uma obra em alguns volumes. Guardo-os todos para a oportunidade que se oferecer. São inúmeros personagens que mexem com o meu espírito como se estivesse para escrever um romance. Se não chegar lá, outros chegarão, sem dúvida.

Por enquanto, fiz o que pude, o que estava às mãos e na orientação traçada.

E não pude buscar perfeição. Escrevi-o de palitó, gravata e sapato. No meu próprio escritório de atividades profissionais. Sem outro jeito, pois tinha que tratar do dia-a-dia. Entre um negócio aqui e ali, um telefonema, uma comunicação, um compromisso bancário, uma dificuldade a resolver, uma convocação social, um plano a traçar, saiu este livro. Desculpe o leitor.